



**Roberto José Marinho Falcão**

**Jornalismo, cão de guarda na pandemia de covid-19:  
uma análise do jornal *O Globo***

**Tese de doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, do Departamento de Comunicação da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Leonel Azevedo de Aguiar  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Larissa de Moraes Ribeiro Mendes

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2023



**Roberto José Marinho Falcão**

**Jornalismo, cão de guarda na pandemia de covid-19:  
uma análise do jornal *O Globo***

**Tese de doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

**Prof. Leonel Azevedo de Aguiar**

Orientador

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Larissa, de Moraes Ribeiro Mendes**

Coorientadora

Departamento de Comunicação – UFF

**Prof.<sup>a</sup> Patrícia Maurício Carvalho**

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

**Prof. João Batista de Abreu Junior**

Departamento de Comunicação – UFF

**Prof.<sup>a</sup> Lilian Saback, de Sá Moraes**

Departamento de Comunicação – PUC-Rio

**Prof.<sup>a</sup> Adriana Barsotti Vieira**

Departamento de Comunicação – UFF

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial do trabalho é proibida sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

## **Roberto José Marinho Falcão**

Graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense (1984) e mestre em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (2017). Atualmente é coordenador de Comunicação da Coppe/UFRJ e professor de Jornalismo das Faculdades Integradas Hélio Alonso.

### Ficha Catalográfica

Falcão, Roberto José Marinho

Jornalismo, cão de guarda na pandemia de covid-19 : uma análise do jornal O Globo / Roberto José Marinho Falcão ; orientador: Leonel Azevedo de Aguiar ; co-orientadora: Larissa de Moraes Ribeiro Mendes. – 2023.

280 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2023.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Jornalismo. 3. Teorias do jornalismo. 4. O Globo. 5. Consórcio de veículos de imprensa. 6. Pandemia. I. Aguiar, Leonel Azevedo de. II. Mendes, Larissa de Moraes Ribeiro. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. IV. Título.

CDD: 302.23

Às quase 700 mil vítimas da covid-19 no Brasil.  
Aos que fizeram do seu trabalho instrumento de combate à  
pandemia, muitas vezes com risco da própria vida,  
entre eles os jornalistas.

## Agradecimentos

A primeira fatia neste bolo de agradecimentos vai para Emília Ferraz, companheira de uma vida, que desde sempre apoiou meus projetos e particularmente este que se completa agora. Ainda me brindou com seu testemunho de trabalho durante a pandemia e me ofereceu um verdadeiro laboratório em casa (dirigindo ao vivo, na fase mais crítica da pandemia, um jornal televisivo do nosso sofá).

Gratidão também às minhas filhas Carolina e Beatriz e às suas famílias, muito importantes pelo incentivo de todas as horas. Aos meus pais Hélio e Germana, *in memoriam*, responsáveis primeiros por me ensinarem o valor do conhecimento.

Especiais agradecimentos ao meu orientador Leonel de Aguiar, que acreditou em mim duplamente: de início, quando comecei minha primeira pesquisa, com foco em jornalismo esportivo, e depois quando lhe propus uma mudança radical, partindo para o estudo da cobertura da pandemia de covid-19.

Especiais também meus agradecimentos à coorientadora Larissa Morais, que aceitou embarcar nesta pesquisa já em seu andamento e contribuiu significativamente para sua conclusão.

Meu muito obrigado a todos os integrantes da banca, efetivos e suplentes, os jornalistas e professores Patrícia Maurício, Lilian Saback, Adriana Barsotti, Alexandre Carauta, Ana Paula Goulart de Andrade e João Batista de Abreu. Ao João Batista tenho ainda particular gratidão pelo incentivo desde minha passagem pela graduação da UFF e que foi o grande responsável pelo deslanche de minha atividade como pesquisador ao orientar minha dissertação de mestrado no Programa

de Mídia e Cotidiano da mesma UFF. João ainda fez generosamente a minuciosa revisão do texto final.

Grato também aos demais professores, à parte os que tomam parte na banca, que generosamente compartilharam seu conhecimento comigo nestes anos de doutorado: Arthur Ituassu, José Carlos Rodrigues, Izamara Bastos (Fiocruz), Igor Sacramento (Fiocruz) e Rachel Bertol (UFF). A todos os colegas mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-Rio pelo firme incentivo e pelas muitas sugestões e contribuições.

Muito obrigado aos entrevistados Ana Lucia Azevedo, Eduardo Graça e Fernanda Godoy, que me abriram literalmente e simbolicamente as portas de *O Globo* e me avivaram as lembranças de uma época em que vivi o vibrante cotidiano de uma redação de jornal.

À Marise Lira, à Juliana Pecis, à Natália Araujo e à toda equipe de apoio da Secretaria do Departamento de Comunicação da PUC-Rio, minha gratidão.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Obrigado a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para esta tese.

## Resumo

Falcão, Roberto José Marinho; Aguiar, Leonel Azevedo de; Mendes, Larissa de Moraes Ribeiro (Coorientadora). **Jornalismo, cão de guarda na pandemia de covid-19: uma análise do jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 2023. 280p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese verifica que o jornalismo continua capaz de cumprir um papel de “cão de guarda” da sociedade a partir da hipótese de que foi fundamental para informar a população e combater a desinformação durante a fase crítica da pandemia de covid-19. Para examinar esta questão, a tese se debruça no exame minucioso do jornal diário *O Globo*, do Rio de Janeiro, entre 9 de março e 20 de setembro de 2020, em um total de 28 semanas, levando-se em conta a centralidade temporal da semana iniciada em 8 de junho, data da formação do Consórcio de Veículos de Imprensa. Com uso da técnica de semanas compostas, utiliza-se a metodologia de análise de conteúdo para verificar em profundidade o tratamento da pandemia pelo jornal em 28 edições (uma por semana), verificando a cobertura em 1.212 itens de informação (notas, matérias e reportagens) e de opinião (colunas, artigos e editoriais). É feita uma análise qualitativa da cobertura a partir de revisão bibliográfica das teorias da parcialidade jornalística e de estudos acadêmicos sobre credibilidade, além do exame de pesquisas desenvolvidas por instituições acadêmicas e entidades de classe sobre a reestruturação forçada do modo de produção do jornalismo em função da aceleração, pela pandemia, da adoção das modalidades de trabalho remoto e híbrido. Assim, a tese demonstra a permanência do papel social do jornalismo, principalmente em situações de emergência sanitária como uma pandemia que mudou a forma de produzir notícias em todo o mundo.

## Palavras-chave

Jornalismo; teorias do jornalismo; jornalismo cão de guarda, *O Globo*, Consórcio de Veículos de Imprensa, pandemia, covid-19

## Abstract

Falcão, Roberto José Marinho; Aguiar, Leonel Azevedo de; Mendes, Larissa de Moraes Ribeiro (Coorientadora). **Watchdog journalism in the covid-19 pandemic: a analysis of the Brazilian newspaper O Globo**. Rio de Janeiro, 2023. 280p. Tese de Doutorado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis verifies that journalism still able to play the role of a society's "watchdog" based on the hypothesis that it was very important in order to inform the population and face misinformation during the critical phase of the covid-19 pandemic. To examine this question, the thesis focuses on the meticulous analysis of the daily newspaper *O Globo*, from Rio de Janeiro, from March 9th 2020 to September 20th 2020, in a total of 28 weeks, taking into account the temporal centrality of the week started on June 8, the date of creation of the Media Organizations Consortium. Using the composed weeks technique, the content analysis method is used to verify deeply the treatment of the pandemic by the newspaper in 28 issues (one per week), verifying news coverage in 1.212 information items (notes, news articles and reports) and opinion items (columns, opinion pieces and editorials). The qualitative analysis of the news coverage is based on a bibliographical review of media bias theories and academic studies on credibility as well as the examination of research carried out by academic institutions and professional associations on the restructuring of journalism production caused by pandemic which provoked the adoption of remote and flexible work. Thus, the thesis demonstrates the continuity of the social role of journalism, especially in health emergency situations such as the covid-19 pandemic that changed the journalism process around the World.

## Keywords

Journalism; theories of journalism; watchdog journalism, *O Globo*; Brazilian Media Organizations Consortium; pandemic; covid-19.



## Sumário

Introdução .....	15
1. Jornalismo: entre o papel simbólico de guardião da sociedade e o ataque das teorias da parcialidade .....	29
1.1. Jornalismo <i>watchdog</i> : o simbólico quarto poder .....	31
1.2. O jornalismo e a credibilidade.....	41
1.3. Teorias da parcialidade: ataque ao papel de <i>watchdog</i> e à credibilidade jornalística.....	49
1.3.1. A elite da mídia .....	57
1.3.2. Fabricando consenso.....	67
1.3.3. A ideia de parcialidade no Brasil.....	75
2. A pandemia e a imprensa: a credibilidade numa gangorra .....	80
2.1. As estratégias de descrédito ao jornalismo no Brasil recente.....	89
2.2. A retomada da credibilidade pelo jornalismo .....	96
2.3. O jornalismo e as emergências sanitárias .....	102
2.4. A criação do Consórcio de Veículos de Imprensa .....	113
2.5. A crise nas páginas de <i>O Globo</i> .....	121
3. A imprensa como cão de guarda.....	130
3.1. A pandemia: marcos midiáticos até setembro de 2020 no Brasil .....	134
3.2. A análise de conteúdo .....	137
3.2.1. Estudo preliminar .....	138
3.2.2. Estudo por semanas compostas.....	141
3.2.2.1. Categoria “Tema”: as subcategorias em grupos .....	144
3.2.2.2. Categoria “Tema”: prevenção e debate .....	148
3.2.2.3. Categoria “Fonte principal”: Governo Federal se “apaga” ..	155
3.2.2.4. Categoria “Fonte principal”: mais fontes oficiais .....	164
3.2.2.5. Categoria “Fonte principal”: em busca de opções.....	167
3.2.2.6. Categoria “Proeminência”: primeira página e papel social..	169
3.2.2.7. Categoria “Gênero”:.....	176

3.2.2.8. Outras categorias: contribuições ao entendimento dos dados .....	180
3.3. Uma outra questão: informação e opinião em <i>O Globo</i> .....	182
3.3.1. A opinião em defesa da informação.....	185
4. A cultura profissional e a reorganização do trabalho jornalístico frente à pandemia .....	190
4.1. A organização do trabalho na redação de jornal .....	195
4.1.1. O ser que “habita” a redação .....	201
4.1.2. O ser que lê o que se faz na redação .....	208
4.2. A reorganização do trabalho na redação de jornal forçada pela pandemia.....	211
4.2.1. Os equipamentos.....	213
4.2.2. Uma questão de saúde. Ou de doença. Ou de morte.....	216
4.2.3. Aumento de jornada, redução de salário .....	217
4.3. Em busca do novo modelo.....	219
4.4. O papel social do papel jornal.....	222
5. Considerações finais .....	235
6. Referências Bibliográficas .....	247
Apêndices .....	265
Anexos.....	277

## Lista de Figuras:

Figura 1: As 3 fases da pesquisa .....	21
Figura 2: Edição dos 10 mil(1).....	229
Figura 3: Edição dos 10 mil(2).....	230
Figura 4: Edição dos 100 mil(1).....	230
Figura 5: Edição dos 100 mil(2).....	231
Figura 6: Edição dos 100 mil(3).....	231

## Lista de Gráficos:

Gráfico 1: Ataques à credibilidade da imprensa .....	94
Gráfico 2: Confiança nas notícias (REUTERS INSTITUTE).....	97
Gráfico 3: Governo Federal como fonte principal (por edições analisadas) .....	157
Gráfico 4: Itens pautados pela pandemia .....	170

## **Lista de Quadros:**

Quadro 1: Edições analisadas e semanas compostas.....	19
Quadro 2: Ataques a veículos de comunicação e a jornalistas .....	93
Quadro 3: Confiança na imprensa no Brasil.....	98
Quadro 4: Chamadas por edição e presença de manchete .....	171

## Lista de tabelas:

Tabela 1: Análise de conteúdo entre 9 e 15 de março .....	139
Tabela 2: Itens por tema nas semanas compostas .....	150
Tabela 3: Itens por fonte principal nas semanas compostas.....	155
Tabela 4: Governo Federal como fonte principal nas semanas compostas .....	156
Tabela 5: Itens por "tema" nas semanas compostas .....	178
Tabela 6: Itens por "enfoque" nas semanas compostas .....	181
Tabela 7: Itens por "autoria do texto" nas semanas compostas.....	181
Tabela 8: Itens por "tamanho do item" nas semanas compostas.....	182
Tabela 9: Classificação de textos de opinião de O Globo .....	185

## Introdução

A palavra “desafio” é uma das mais maltratadas da língua portuguesa, sendo invocada aqui e ali como sinônimo de qualquer tarefa ou situação que apresente um pouco mais de dificuldade. Mas estou certo de que no uso a seguir ela está em seu sentido preciso e estrito: a pandemia de covid-19 foi um desafio, e em certa medida continua sendo. Foi e é um desafio para toda a população global, para governos e autoridades, para os profissionais de saúde, para os que trabalham em serviços essenciais.

Também o foi para o jornalismo e os jornalistas, obrigados a reinventar a cobertura e a adaptar os modos de produção de jornais, revistas, rádios, TVs, sites noticiosos e canais de comunicação direta com o público. Desafio igualmente para o autor desta tese e seus orientadores a partir da decisão de abandonar, pelo menos temporariamente, uma pesquisa que já se desenhava há três anos, desde 2018, para abraçar, a partir do início de 2021, um novo trabalho de análise, agora da cobertura jornalística da pandemia em função de sua importância para a sociedade.

Daí a pergunta de pesquisa a ser respondida: o jornalismo continua capaz de cumprir seu papel de “cão de guarda” da sociedade?

A partir desta pergunta é que se desenvolve esta pesquisa, verificando a hipótese de que o jornalismo, no Brasil e no mundo, aproveitou uma oportunidade (ainda que triste) oferecida pela pandemia de covid-19 para reafirmar seu lugar de “cão de guarda” da sociedade, numa metáfora herdada do inglês *wachtdog* que significa fazer parte da rede de proteção social. Esta tese levanta esta hipótese, a partir da análise da cobertura da pandemia, aqui representada por um período analisado do jornal diário *O Globo*.

Também será importante a análise de pesquisas de aferição da credibilidade jornalística. A percepção pelo público do papel do jornalismo como guardião da sociedade vinha decrescendo desde os anos 1980, mas reagiu e voltou a subir durante os primeiros anos da pandemia. Não há como prever o futuro, mas a reação neste momento é demonstrada em relatórios recentes, como o *Reuters Institute*

*Digital Report* e o *Edelman Trust Barometer*, conforme se verá adiante no capítulo 2.

Assim, o objeto desta pesquisa é o papel que o jornalismo desempenha no âmbito da sociedade, a partir da sua característica fundamental: a objetividade. A partir da premissa de que o jornalismo se entende como uma força em defesa da sociedade, pretende-se investigar como se apresenta e como constrói sua credibilidade. No caso específico desta pesquisa, investigar mais a recuperação da credibilidade, ainda que talvez apenas pontual, que sua construção.

O *corpus* da pesquisa é constituído por matérias sobre a pandemia de covid-19, ou motivadas por ela, publicadas pelo jornal *O Globo*, sediado no Rio de Janeiro e um dos três periódicos diários de referência<sup>1</sup> no Brasil. O período analisado vai de 9 de março a 20 de setembro de 2020, em um total de 28 semanas. A escolha de *O Globo* se dá por três principais motivos:

1) O jornal já vinha sendo estudado pelo autor em sua primeira proposta de tese<sup>2</sup>;

2) O jornal apresentava o maior crescimento de circulação entre os diários de referência nacional, terminando o ano de 2020 na segunda colocação entre os jornais auditados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC)<sup>3</sup>, considerando-se exemplares de papel (assinatura e venda em banca) e audiência na web (acessos à versão digital do impresso e ao site do jornal). Esta condição torna *O Globo* um dos mais importantes veículos do país, como formador de opinião e referência para o público, em geral, e para a imprensa, em particular;

<sup>1</sup> Os demais periódicos de referência nacional são *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, ambos da cidade de São Paulo.

<sup>2</sup> O autor estava estudando o uso de mesmos protocolos de trabalho por jornalistas de diferentes países, para isso comparando a cobertura dos periódicos britânicos *The Guardian* e *The Observer* dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 e de *O Globo* dos Jogos Olímpicos do Rio 2016, como extensão de trabalho de Nelson Traquina (*Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2013).

<sup>3</sup> Em comparação com seus principais concorrentes em termos de mercado, considerando-se alcance nacional e faixa de público, são os seguintes os números em dezembro de 2020 para circulação média (impresso + digital): *Folha de S. Paulo*, 343.522; *O Globo*, 341.738; *O Estado de S. Paulo*, 233.316. Para comparação, em dezembro de 2021: *O Globo*, 373.139; *Folha de S. Paulo*, 366.088; *O Estado de S. Paulo*, 225.342. Em dezembro de 2021, *O Globo* liderava em 21 das 27 unidades federativas. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/o-globo-foi-jornal-mais-lido-do-pais-em-2021-25376960>>. Acesso em: 15 dez. 2022. Mais números a respeito de circulação de jornais podem ser conferidos também no relatório *Mediados Brasil 2021 para todxs*, do Grupo de Mídia São Paulo, incluído nas Referências Bibliográficas desta tese.



3) O jornal está sediado no Rio de Janeiro, mesma cidade de residência do autor, e esta coincidência de localização precisava ser considerada numa situação de pandemia, já que a pesquisa poderia demandar visita às instalações da empresa – como de fato ocorreu. Em caso de possíveis restrições de deslocamentos impostos pela pandemia, a viagem a outra cidade seria mais difícil e muito mais arriscada do ponto de vista de saúde<sup>4</sup>.

A opção pela pesquisa da edição impressa e não pelo material publicado no site do jornal se dá por uma quadrupla razão:

1) O jornal impresso traz um material mais consistente, em comparação com o site, cuja premência de publicação pode prejudicar a qualidade da informação;

2) A documentação é mais facilmente consultada no jornal, mesmo quando uma página tem mais de uma edição, em comparação com o site, cujo acesso não permite o acompanhamento de todas as versões para uma mesma matéria, apenas a última atualização. Esta condição traz mais confiabilidade à consulta ao jornal;

3) O jornal permanece como o meio de comunicação jornalístico com mais credibilidade, segundo a população, conforme constata a série de pesquisas realizada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) e se verá com mais detalhes no capítulo 4.

4) O jornal impresso, em papel, é mais perene que o site e permite a consulta conforme a sua edição exata do dia.

As páginas de jornais ficam arquivadas tal qual foram elaboradas, diferentemente das dos sites, inclusive as *home pages*, que uma vez modificadas não podem ser recuperadas (BARSOTTI, 2020). As consultas para a pesquisa foram realizadas de forma remota, diretamente ao acervo do jornal impresso hospedado no seu site, com acesso franqueado a assinantes<sup>5</sup>. O mesmo material pode ser consultado presencialmente na Biblioteca Nacional, onde ficam depositadas as edições de periódicos, por disposição legal<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Esta pesquisa foi iniciada em março de 2021. Apenas para exemplificar as condições de contágio e óbito naquele mês, tomando como exemplo os registros do dia 31, segundo a plataforma Monitora Covid-19, da Fiocruz: 90.638 casos novos e 3.869 mortos. Disponível em: <<https://bigdata-covid19.iciict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

<sup>5</sup> Disponível em (acesso exclusivo para assinantes): <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://antigo.bn.gov.br/sobre-bn/deposito-legal>>. Acesso em: 6 jan. 2022.

Para definição do período estudado, levou-se em consideração a centralidade da semana iniciada em 8 de junho, data da formação<sup>7</sup> do Consórcio de Veículos de Imprensa<sup>8</sup>, criado para combater o chamado apagão de dados do Ministério da Saúde<sup>9</sup>, um momento crucial na cobertura da pandemia no Brasil. Também para aproveitar uma data significativa, a primeira semana analisada compreende o dia 11 de março, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia<sup>10</sup>.

Foi feita uma opção pela divisão do tempo pela chamada “semana comercial” para acompanhar a rotina das redações, que usualmente têm ciclos de produção iniciando às segundas-feiras, desta forma descartando-se a convencional “semana religiosa”, de domingo a sábado. Será utilizada a técnica da “semana composta”, em que se analisa um dia a cada semana, sendo estes dias consecutivos (ex.: na primeira semana, a segunda-feira; na segunda semana, a terça-feira, e assim por diante).

A técnica da “semana composta” é indicada sempre que houver um volume muito grande de informação que provoque uma dificuldade de análise em sua totalidade, o que o caso desta pesquisa. Uma solução é definir aleatoriamente quais edições serão analisadas (e conseqüentemente, as que não serão) e a outra é utilizar a técnica da “semana composta”, que garante um maior equilíbrio ao material analisado (WIMMER; DOMINICK, 2011).

Desta forma, garante-se a apreciação de todos os dias da semana ao fim de uma semana composta, já que as edições variam a cada dia (por exemplo: cadernos de esporte costumam sair às segundas-feiras e certos colunistas só publicam em determinados dias da semana).

---

<sup>7</sup> O Consórcio de Veículos de Imprensa extinguiu-se em 28 de janeiro de 2023, após 965 dias de trabalho ininterrupto. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2023/01/28/criado-para-divulgar-dados-sobre-covid-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-chega-ao-fim.ghtml>>. Acesso em: 28 jan. 2023.

<sup>8</sup> Embora nem mesmo todos os veículos integrantes do Consórcio usem maiúsculas, aqui será esta a grafia adotada para lhe conferir status de nome próprio. Assim ficará: Consórcio de Veículos de Imprensa ou simplesmente Consórcio.

<sup>9</sup> O Consórcio ampliou sua atuação posteriormente para outras ações, como uma campanha em defesa da integridade dos jornalistas no Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, em 7 de junho de 2022. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/07/liberdade-de-imprensa.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Assim, a nossa primeira “semana composta A” será uma composição entre as sete semanas comerciais reais que se iniciam em 9 de março e terminam em 26 de abril, compreendendo a segunda-feira 9 de março, a terça 17 de março, a quarta-feira 25 de março, a quinta-feira 2 de abril, a sexta-feira 10 de abril, o sábado 18 de abril e o domingo 26 de abril (ver quadro 1 a seguir, com destaque para os dias cujas edições são analisadas).

Quadro 1: Edições analisadas e semanas compostas

Semanas		Ano / Mês	Dia da semana / Dia do mês						
Composta	Comercial	2020	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
<b>A</b>	<b>1</b>	<b>Março</b>	<b>9</b>	10	11	12	13	14	15
	<b>2</b>	<b>Março</b>	16	<b>17</b>	18	19	20	21	22
	<b>3</b>	<b>Março</b>	23	24	<b>25</b>	26	27	28	29
	<b>4</b>	<b>Março / abril</b>	30	31	1	<b>2</b>	3	4	5
	<b>5</b>	<b>Abril</b>	6	7	8	9	<b>10</b>	11	12
	<b>6</b>	<b>Abril</b>	13	14	15	16	17	<b>18</b>	19
	<b>7</b>	<b>Abril</b>	20	21	22	23	24	25	<b>26</b>
<b>B</b>	<b>8</b>	<b>Abril / maio</b>	<b>27</b>	28	29	30	1	2	3
	<b>9</b>	<b>Maio</b>	4	<b>5</b>	6	7	8	9	10
	<b>10</b>	<b>Maio</b>	11	12	<b>13</b>	14	15	16	17
	<b>11</b>	<b>Maio</b>	18	19	20	<b>21</b>	22	23	24
	<b>12</b>	<b>Maio</b>	25	26	27	28	<b>29</b>	30	31
	<b>13</b>	<b>Junho</b>	1	2	3	4	5	<b>6</b>	7
<b>C</b>	<b>14</b>	<b>Junho</b>	8	9	10	11	12	13	<b>14</b>
	<b>15</b>	<b>Junho</b>	<b>15</b>	16	17	18	19	20	21
	<b>16</b>	<b>Junho</b>	22	<b>23</b>	24	25	26	27	28
	<b>17</b>	<b>Junho / julho</b>	29	30	<b>1</b>	2	3	4	5
	<b>18</b>	<b>Julho</b>	6	7	8	<b>9</b>	10	11	12
	<b>19</b>	<b>Julho</b>	13	14	15	16	<b>17</b>	18	19
<b>D</b>	<b>20</b>	<b>Julho</b>	20	21	22	23	24	<b>25</b>	26
	<b>21</b>	<b>Julho / ago.</b>	27	28	29	30	31	1	<b>2</b>
	<b>22</b>	<b>Agosto</b>	<b>3</b>	4	5	6	7	8	9
	<b>23</b>	<b>Agosto</b>	10	<b>11</b>	12	13	14	15	16
	<b>24</b>	<b>Agosto</b>	17	18	<b>19</b>	20	21	22	23
	<b>25</b>	<b>Agosto</b>	24	25	26	<b>27</b>	28	29	30
	<b>26</b>	<b>Agosto / set.</b>	31	1	2	3	<b>4</b>	5	6
	<b>27</b>	<b>Setembro</b>	7	8	9	10	11	<b>12</b>	13
<b>28</b>	<b>Setembro</b>	14	15	16	17	18	19	<b>20</b>	

Nota: em destaque, os dias cujas edições sofrem detalhada análise de conteúdo nesta tese.

Fonte: Elaboração do autor.

Valem aqui parênteses para observar que, embora a análise detalhada do conteúdo tenha se dado em 28 edições, todas as outras entre 9 de março e 20 de setembro foram lidas atentamente para entendimento completo do período. Assim, também as demais 168 edições foram examinadas, e sem este exame não seria possível a completa compreensão das 28 edições analisadas.

O Consórcio e sua criação são referências para esta pesquisa, pois sua importância foi enorme desde o início já que reunia os dois maiores portais de notícias do país (G1 e UOL) e os três mais importantes jornais brasileiros de referência (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*), além do popular *Extra*<sup>11</sup>. Por extensão, também as empresas jornalísticas do Grupo Globo, do Grupo Folha e do Grupo Estado. Além disso, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* editam portais online de alto tráfego e são proprietários das três principais agências de notícia brasileiras<sup>12</sup>.

Os jornais *O Globo* e *Extra* e o portal G1 fazem parte do Grupo Globo, integrado também pela TV Globo, a mais importante rede de TV aberta do país, por canais de TV paga, entre eles a Globonews, líder no segmento de *all news*<sup>13</sup>, e pelas rádios Globo e CBN, entre outros veículos de imprensa, além da Agência Globo.

Dos quatro jornais integrantes do consórcio de imprensa, *O Globo* é o único a fazer parte do Grupo Diários da América (GDA), uma aliança que reúne 11 dos mais importantes periódicos<sup>14</sup> da América Latina. Lançado em 1925, é um dos diários apontados como de influência nacional por Sonia Aguiar, que o identifica como o mais importante dos jornais do Infoglobo, empresa integrante do Grupo Globo (AGUIAR, 2016). A chegada oficial à internet se dá em julho de 1996, mas

---

<sup>11</sup> Ao consórcio, juntaram-se depois formalmente a Rádio CBN, integrante do Grupo Globo, e a Rádio Eldorado, integrante do Grupo Estado. Disponível em: <<https://grupoglobo.globo.com/>> e <<https://eldorado.estadao.com.br/>>. Acessos em: 15 dez. 2022.

<sup>12</sup> Agência Estado/Estadão Conteúdo, Folhapress e Agência O Globo. Disponíveis em: <<https://es.estadaoconteudo.com.br/midia/produtos/index.htm>>, <<https://folhapress.folha.com.br/paginas/afolhapress/apresentacao/index.shtml>> <<http://www.agenciaoglobo.com.br/ui/agencia/Default.aspx>>. Acessos em 13 mar. 2022.

<sup>13</sup> Diz-se do segmento de TVs e rádios dedicados exclusivamente à produção jornalística.

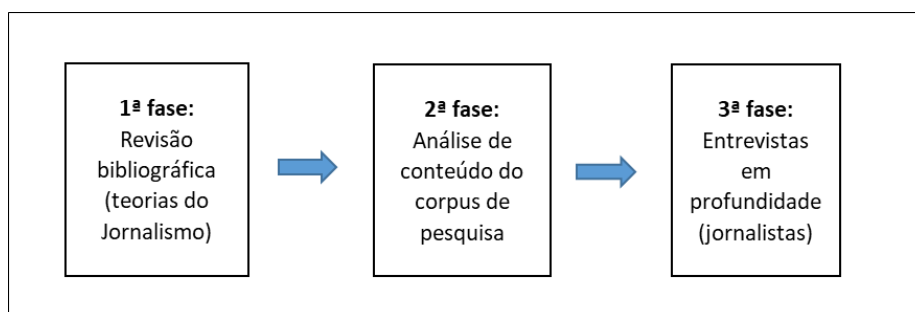
<sup>14</sup> Além de *O Globo*, integram o GDA: La Nación (Argentina), El Mercurio (Chile), El Tiempo (Colômbia), La Nación (Costa Rica), El Universal (México), El Comercio (Peru), El Nuevo Día (Puerto Rico), El País (Uruguai), El Nacional (Venezuela) e La Prensa Gráfica (El Salvador). Disponível em: <<http://gda.com/quienes-somos/>>. Acesso em: 01. dez. 2022.

seu caderno de Informática já estava online desde março de 1995 (MENDES, 2012).

De volta à pergunta de pesquisa, mas formulando-a de outra forma: durante a pandemia de covid-19, o jornalismo cumpriu seu papel historicamente construído de “cão de guarda” da sociedade?

Com o objetivo geral de verificar se efetivamente o jornalismo assumiu este protagonismo da defesa da sociedade, esta pesquisa conjuga três métodos: 1) Revisão bibliográfica; 2) Análise de Conteúdo; e 3) Entrevistas em profundidade (ver figura 1).

Figura 1: As 3 fases da pesquisa



Fonte: Elaboração do autor.

1) *Revisão bibliográfica*: Compreendeu principalmente as “teorias da parcialidade”, também chamadas de “teorias da ação social”, que atribuem ao jornalismo ter como característica indissociável a ausência de imparcialidade (de outra forma, ter como característica obrigatória a parcialidade). A preferência aqui pela escrita com uma negativa (ausência da imparcialidade), a princípio mais confusa, é porque esses teóricos trabalham desta forma a elaboração de seu raciocínio: buscam confirmar a impossibilidade da imparcialidade para, por dedução, apontar a existência da parcialidade.

Dois livros fornecerão o esteio para esta revisão: *The media elite*, de Robert Lichter, Stanley Rothman e Linda Lichter, editado em 1986 e que apresenta a imprensa como tendo um viés esquerdista (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986); e *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*, de Edward Herman e Noam Chomsky, que foi publicado originalmente em 1988 e indica um viés de direita para a imprensa (HERMAN; CHOMSKY, 2008). Ambos conduzem estudos com a imprensa dos Estados Unidos, país dos autores.

Uma vez que estes estudos, ou pelo menos os que fundamentam a corrente de pensamento, são dos anos 1980, uma atualização se fez necessária, não na “massa teórica”, mas sim no exame do panorama atual de credibilidade do jornalismo junto a seu público e aos próprios profissionais que dele participam. Por isso, o exame de relatórios de instituições que pesquisam a atividade jornalística e a credibilidade, tais como o *Digital News Report*, e o *Changing Newsrooms*, ambos do Reuters Institute, o *Trust Barometer*, da agência Edelman, e a *Pesquisa Brasileira de Mídia*, da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom).

2) *Análise de conteúdo*: Indexação do material publicado por *O Globo* no período examinado. Foi adotada a análise de conteúdo, em que os assuntos foram identificados de forma a atenderem a esta proposta de pesquisa. Uma ressalva: os dados não são absolutos por si, exigem interpretação, conforme nos advertem Fonseca Junior (2005), Heloiza Herscovitz (2007) e Laurence Bardin (2011).

Foi necessário primeiro listar todos os itens publicados por *O Globo* no período estudado. Em seguida, fez-se uma classificação de forma binária de cada item, se pertenciam ou não ao *corpus* da pesquisa (consideradas pertencentes ao *corpus* matérias sobre pandemia ou motivadas por ela). Uma vez separado o *corpus*, que totalizou 1.212 itens, este seguiu sendo classificado para, desta forma:

- Classificar os itens a partir da proposta de Nelson Traquina (2013) em trabalho anterior seu, também de análise de conteúdo. Não foram utilizadas as mesmas categorias de Traquina, conforme se verá no capítulo 3, mas elas deram a base para a categorização.
- Separar claramente os itens de informação dos itens de opinião, tomando como base a classificação inicialmente desenvolvida por José Marques de Melo (2009), mas com pequenas alterações, para maior facilidade de classificação<sup>15</sup>. Assim, buscou-se valorizar a análise dos itens de

---

<sup>15</sup> Aqui é necessária uma longa nota para estabelecer as diferenças de terminologia entre Nelson Traquina e José Marques de Melo, embora conceitualmente guardem muitas semelhanças. Traquina chama de gêneros jornalísticos (TRAQUINA, 2013) o que para Marques de Melo são formatos jornalísticos englobados por grupos de gêneros jornalísticos (MARQUES DE MELO, 2009). Assim, são utilizados nesta pesquisa, para classificação, os gêneros propostos por Traquina, qual sejam: sumário/breve; notícia; reportagem; entrevista; editorial/opinião; carta [dos leitores]; cartoon; dossiê; e outros. Para Marques de Melo, são formatos do gênero informativo: nota; notícia; reportagem; e entrevista. E são formatos do gênero opinativo: editorial; comentário; artigo; resenha; coluna [de opinião]; caricatura; carta [dos leitores] e crônica. Há ainda outros três gêneros:

informação, mas sempre avaliando também os itens de opinião na perspectiva de sua relação com fatos da então atualidade.

- Identificar os itens que apresentam dados objetivos à população para combate à pandemia, ou seja, aqueles que estavam em consonância com o papel da imprensa de guardião da sociedade. Aqui estão incluídos aqueles relacionados à denúncia de desinformação.
- Outros itens sobre consequências diretas da pandemia, mas não ligadas ao combate à pandemia;
- Outros itens em geral, sem ligação direta com a pandemia (mas que usem a pandemia como marco temporal).

3) *Entrevistas em profundidade*: Uma vez indexadas e classificadas as matérias pertencentes ao *corpus* da pesquisa, foi feita a terceira fase da pesquisa: a coleta de informações com profissionais do jornal pesquisado a partir dos dados obtidos pela análise de conteúdo. Aqui, buscou-se fundamentalmente:

- Identificar as mudanças provocadas pela pandemia no processo de produção do periódico durante o período analisado (entre 8 de março e 13 de setembro de 2020), identificando os procedimentos decisórios quanto à seleção e à edição das notícias.
- Verificar a posição dos profissionais entrevistados a respeito do jornalismo como guardião da sociedade e particularmente a sua atuação e a do seu jornal na cobertura da pandemia.
- Compreender a motivação para a publicação de matérias de “interesse público” relativas à pandemia.

Foram entrevistados três profissionais-chave na cobertura da pandemia: a editora de jornal impresso, Fernanda Godoy, responsável pelas decisões relativas ao jornal como um todo; o então editor de Sociedade, Eduardo Graça, que esteve à frente da supereditoria “Especial Coronavírus”; e a repórter especial Ana Lucia

---

diversional, utilitário e interpretativo, sendo que o formato dossiê faz parte deste último. Aqui nesta tese adota-se a divisão entre os gêneros, mas com a terminologia proposta por Traquina, e inclui-se o “dossiê” no gênero informativo, por se entender pertinente. Para correspondência: sumário/breve para Traquina, nota para Marques de Melo; “cartoon” para Traquina, “charge” para Marques de Melo; “editorial/opinião” de Traquina engloba o que é para Marques de Melo “editorial”, “comentário”, “artigo”, “resenha” e “coluna [de opinião]”. Nesta tese, “dossiê” está como informativo. Em resumo, nesta tese, os itens são de natureza informativa (notas, matérias, reportagens, entrevistas e dossiês) ou de natureza opinativa (editoriais, colunas de opinião, artigos, charges e cartas de leitores).

Azevedo, especializada em ciência e meio ambiente, uma das mais experientes profissionais de sua área. A seleção dos respondentes se deu entre aqueles capazes de responder à questão de pesquisa, conforme destaca e recomenda Jorge Duarte (2005).

Duas entrevistas foram feitas remotamente, através do aplicativo Google Meet, com Graça e Azevedo. A conversa com Godoy foi presencial, na sede de *O Globo*, após uma visita à redação do jornal. As entrevistas foram semiabertas, a partir de um cardápio de perguntas previamente elaboradas, mas com possibilidade de abordagem de novos assuntos a partir do andamento da conversa.

Ao optar pela análise da cobertura da pandemia pela atuação de *O Globo*, esta pesquisa adotou a perspectiva de estudo de caso na proposta de Robert Yin (2003), para quem o objeto de estudo deve ser visto como uma unidade dentro de um universo maior e em um determinado contexto. Em nosso caso, *O Globo* é esta unidade, dentro do universo das organizações jornalísticas, no contexto da cobertura da pandemia.

O objetivo geral da pesquisa era verificar se efetivamente o jornalismo assumiu o protagonismo da defesa da sociedade e a conclusão alcançada é que sim, de forma geral, ainda que possam ser apontados problemas neste caminho. Um deles foi a demora da imprensa em apontar como mentira os discursos negacionistas (BARSOTTI; AGUIAR, 2021), escorada numa falsa premissa da necessidade de dar voz a todos. Em um exemplo simples para entender por que a premissa não se aplica obrigatoriamente: no relato de um pênalti em um jogo de futebol, se a infração é evidente, o repórter não precisa contemplar todas as versões porque não seria crível se o infrator dissesse que não cometeu a falta. Se ele dissesse isso, estaria mentindo. Se é para registrar o que diz o infrator, é preciso que se registre que é mentira.

Como esta tese é escrita em um tempo em que a pandemia segue ativa, embora menos agressiva, não se pode falar em uma conclusão sem a ressalva de que os fatos relativos ao fenômeno ainda estão em processo. Portanto, é preciso observar que as considerações finais devem ser entendidas pelo momento em que são escritas suas últimas linhas, na passagem do ano 2022 para o ano 2023, mas também e principalmente à luz do período abordado na sua análise, entre março e setembro de 2020.



Ressalva feita, é possível dizer que a tese confirma a hipótese de que o jornalismo se posicionou, ou se reposicionou, no mundo todo, como “cão de guarda da sociedade”, a partir do uso da informação no combate à covid-19. Por extensão, o jornalismo também combateu a desinformação nesta mesma “guerra sanitária”. Desta forma, “virou” o jogo, ou pelo menos reagiu, contra uma campanha sistemática de descrédito que sofria.

Particularmente no Brasil, ainda houve a singular iniciativa do Consórcio de Veículos de Imprensa, que, a partir de 8 de junho de 2020, reuniu algumas das principais organizações jornalísticas do país com o intuito de coletar números e evitar o “apagão de dados” ensaiado pelo Ministério da Saúde<sup>16</sup>.

\* \* \*

No Capítulo 1, trato da relação existente entre o jornalismo e a sociedade, trazendo para a discussão o papel de “cão de guarda” que se atribui ao jornalismo em relação à sociedade. Este papel é sustentado por valores inerentes ao jornalismo, entre eles os de objetividade, verdade, credibilidade e imparcialidade, que ao mesmo tempo constituem conceitos fundamentais para a discussão teórica por diversos autores (GUERRA, 1998; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003; BARBOSA, 2005; PENA, 2005; TRAQUINA, 2012; SCHMITZ, 2018b). A discussão conceitual leva à outra, sobre a atuação do jornalismo, a partir destes valores, como um “quarto poder” (TRAVANCAS, 2001; NEVEU, 2006; AGUIAR; 2014; RYTTER, 2014).

Como uma conversa puxa outra, chegamos à questão da credibilidade e da confiança, um par de valores que andam juntos, de forma interdependente, mas não são iguais, inclusive no jornalismo, para o qual são muito importantes (LISBOA; BENETTI, 2017). O abalo da credibilidade do jornalismo se dá, no plano teórico,

---

<sup>16</sup> Conforme noticiário nos portais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* e o portal online UOL; Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/brasil-tem-849-mortes-por-coronavirus-em-24-horas-revela-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-sao-37312-no-total.shtml>>; e em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-849-mortes-por-covid-19-em-24h-revela-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-37-mil-no-total,70003328795>>; e em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/08/brasil-registra-mortes-em-24h-revela-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.htm>>. Acessos em: 24 set. 2022.

em grande parte pelos teóricos da ação política, ou teóricos da parcialidade jornalística, que defendem a impossibilidade da objetividade, a partir daí rejeitando também a imparcialidade já que todo sujeito tem, por premissa, opinião (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986; HERMAN; CHOMSKY, 2008).

A discussão a respeito da desinformação introduz o Capítulo 2, em que apresento, como parte deste fenômeno, o ataque à ciência e ao jornalismo, criando condições para o abalo de sua credibilidade. Também examino a cobertura jornalística durante a pandemia de covid-19 e interpreto relatórios de acompanhamento da mídia no período que permitem observar que o jornalismo recupera credibilidade.

A infodemia, ou excesso de informação, é outro ponto examinado, e é relatada a relação do jornalismo com as emergências sanitárias, notadamente a pandemia de gripe espanhola e a epidemia de meningite no Brasil. São analisadas as condições para a criação do Consórcio de Veículos de Imprensa a partir da crise de “apagão de dados” e o andamento deste processo a partir da cobertura de *O Globo*.

No Capítulo 3, trago ao debate o papel social do jornalismo, ou sua tradução metafórica, o papel de “cão de guarda” da sociedade, exemplificando a partir da atuação das organizações jornalísticas, particularmente de *O Globo*, durante a pandemia. Também apresento uma linha do tempo com os principais marcos temporais na cobertura jornalística no período estudado.

A análise de conteúdo do *corpus* permitiu chegar a algumas conclusões importantes, entre elas a de que o Governo Federal perde protagonismo como fonte de informação após a crise de “apagão de dados”. Apresento ainda o uso do espaço de opinião (editoriais, colunas de opinião, artigos etc.) por *O Globo* como uma estratégia do jornal para dar sustentação à iniciativa do Consórcio de Veículos de Imprensa.

A reorganização do trabalho em uma redação de jornal em função da pandemia é o eixo central do Capítulo 4, em que também traço um perfil do leitor, particularmente de *O Globo*, a partir de pesquisas e de material autorreferenciado do próprio jornal. Também recorro a estudos teóricos para compreender a cultura profissional dos jornalistas (BOURDIEU, 1997; LAGE, 2001; SILVA, 2005; WOLF, 2008; TRAQUINA, 2012, 2013).

Aqui é muito importante também a participação de profissionais do jornal, que concederam entrevistas ao autor a respeito da cobertura da pandemia pelo jornal e ajudaram a apontar as dificuldades percebidas e as soluções encontradas. Também foi possível estabelecer os entraves provocados pela desinformação e o papel social do jornalismo em seu combate e no esforço para oferecer informação.

\* \* \*

Este é um trabalho feito por quem começou sua vida profissional em uma redação de jornal e passou 20 anos trabalhando em impressos, sejam diários ou revistas. E depois levou outros 20 anos em estreito contato com colegas de redação por conta de sua atividade em comunicação corporativa e em gestão de imprensa em megaeventos esportivos. Não se trata de aqui fazer uma pesquisa de caráter autoetnográfico, mas o autor se valeu da própria experiência para entender e explicar muitos processos necessários à adaptação da produção jornalística durante a pandemia de covid-19.

Por ser um trabalho de jornalista, a redação do texto buscou sempre apoiar-se em dados, e assim o leitor poderá entender e perdoar alguns trechos repletos de números, principalmente quando são referenciadas pesquisas. Dados são importantes para sustentar a informação e isso ficou claro na crise de “apagão de dados”, central neste estudo. Mas é preciso entender que por si só eles não bastam, sempre são necessárias contextualização e interpretação.

Uma preocupação ao escrever foi evitar confundir direita e esquerda pela semelhança de argumentação utilizada pelos teóricos da parcialidade destes dois campos políticos opostos, conforme se verá no capítulo 1. Para definição destes opostos, será adotada aqui a conceituação de Norberto Bobbio, para quem a esquerda tem uma perspectiva igualitária, em contraste com uma posição não igualitária da direita (BOBBIO, 1995)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Vale a ressalva de que o raciocínio do autor citado é bem mais complexo e completo, desenvolvido ao longo de toda uma obra, *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*, livro do qual podemos destacar um trecho para ilustrar seu pensamento em geral: “[...] quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária” (BOBBIO, 1995, p.103).

Ao tratar das teorias da parcialidade jornalística, o que se buscou foi fazer um paralelo entre os teóricos de direita e de esquerda, a partir principalmente do protagonismo desses autores dos anos 1980 em diante, e as consequências para a credibilidade do jornalismo – ou, pensando ao revés, para o seu descrédito.

Como escrito anteriormente nesta introdução, o jornalismo não foi perfeito durante a pandemia, e está longe disso. Porém, seria impossível dar conta de tudo em uma só pesquisa, apesar da tentação que sempre se apresenta quando se abrem novos caminhos durante um trabalho. Este estudo buscou concentrar-se em um período e em uma organização jornalística representativa escolhida a partir de critérios objetivos.

Mais ainda: a atuação do jornalismo não deve ser tomada *a priori* como um sinal de novos tempos que se inauguram de uma atividade jornalística mais comprometida com a sociedade. Esta relação do jornalismo com a sociedade, de que trata esta pesquisa, é um objeto de estudo sempre em andamento, independentemente da época em que se examine. Portanto, aguardemos mais algum tempo para colocá-la em perspectiva.

## 1. Jornalismo: entre o papel simbólico de guardião da sociedade e o ataque das teorias da parcialidade

Neste primeiro capítulo, será discutida a relação entre jornalismo e sociedade, com o exame do papel do jornalismo como guardião da sociedade e como as teorias da parcialidade, também chamadas de teorias de ação social, buscam desconstruir a credibilidade jornalística. Estas teorias, surgidas nos anos 1970 e 1980, principalmente nos Estados Unidos, partem da argumentação de que é impossível atingir a objetividade e, conseqüentemente, também a imparcialidade.

Mas, para melhor compreensão, é preciso retroceder ainda mais, aos anos 1830, quando surgiu a *penny press*, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França, buscando ampliar a circulação dos jornais a partir de preços mais acessíveis à população em geral. A associação direta do jornalismo com a informação é a base do modelo de negócios desta imprensa, em que as notícias são a matéria-prima e sua seleção e distribuição, o valor do produto (SCHUDSON, 2010; TRAQUINA, 2012).

Seu desdobramento é o surgimento, nos anos 1920 e 1930, a partir da prática que já existia, da base conceitual que rege até hoje a atividade: a objetividade como parâmetro, a busca da verdade como objetivo (GUERRA, 1998; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Desta forma, o jornalismo busca claramente separar o gênero informativo do gênero opinativo, que lhe antecede na linha de tempo<sup>18</sup>.

Wilson Gomes (2009) enumera valores e princípios que devem orientar a ética jornalística: “Verdade, honestidade, correção, lealdade, respeito, equilíbrio, justiça, imparcialidade” (GOMES, 2009, p.87). Traquina segue em linha semelhante: “a procura da verdade, a independência, a objetividade e uma noção do serviço público” (TRAQUINA, 2012, p.34).

Em *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. V. 1.* (2012), Traquina (2012) busca desvendar a construção do *ethos* profissional jornalístico, traçando uma linha do tempo na atividade e no campo das teorias do jornalismo, desde a concepção do produto jornalístico como um espelho da realidade até o

---

<sup>18</sup> Importante ressaltar que persiste até hoje a presença de elementos de gênero opinativo nos diferentes veículos de imprensa (para mais detalhes, ver obras de José Marques de Melo, Francisco de Assis e Lailton Alves da Costa nas Referências desta tese).

entendimento da notícia como uma construção social e profissional, com a participação em sua elaboração de vários componentes intrínsecos e extrínsecos a ela.

Traquina nos lembra que a ideia do jornalismo como espelho da realidade, primeira conceituação teórica a respeito da atividade, foi influenciada fortemente pelo pensamento positivista, com a valorização da pesquisa científica e a busca de verdades também nas ciências não exatas, como a filosofia e a sociologia. Neste sentido, lembra, a câmera fotográfica parecia ter chegado à excelência, pela reprodução pretensamente fiel da realidade.

Uma primeira teoria mais elaborada, do *gatekeeper*, é trazida para discussão em 1950, por David Manning White, adaptando para o jornalismo um estudo aplicado em Psicologia, na observação das motivações das donas de casa durante as compras em supermercado (por Kurt Lewin, em 1947). A teoria baseia-se na atividade de um *gatekeeper*, ou um porteiro, mas que tem a prerrogativa e a obrigação de selecionar quem pode passar e quem não pode (mais ou menos como um porteiro de uma casa noturna mais “exclusiva” ou excludente) (WHITE, 2016).

As conclusões de White têm como base as decisões editoriais tomadas durante uma semana por Mr. Gates, o codinome que o pesquisador atribui a um editor de um jornal médio dos Estados Unidos. “A conclusão de White é que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário; as decisões do jornalista eram altamente subjetivas e dependentes de juízos de valor [...]” (TRAQUINA, 2012, p.152).

Esta questão da subjetividade contraria justamente a ideia de objetividade, e por este ponto ela voltará a ser lembrada pelos defensores das chamadas teorias da ação política ou da parcialidade, tanto à direita como à esquerda do espectro político. Estas teorias, surgidas nos anos 1970 e mais desenvolvidas nos anos 1980, foram diretamente influenciadas por um mundo ainda dividido, principalmente no Hemisfério Norte, entre os países capitalistas, liderados pelos Estados Unidos, e os do Leste Europeu, na órbita da então União Soviética.

Mas antes, entre o trabalho de Manning e as teorias da ação política, um importante estudo foi realizado por Warren Breed (2016). Publicado originalmente em 1955, apresenta uma teoria organizacional, em que a decisão editorial não é compreendida no plano individual de um editor, mas na complexidade de uma organização: “[...] as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística” (TRAQUINA, 2012, p.159).

De volta aos anos 1970, outros pesquisadores abraçam a ideia da notícia como construção, daí suas proposições serem genericamente conhecidas como teorias construcionistas. Este é um paradigma em que se admite que as notícias são um processo do qual fazem parte não somente os profissionais diretamente envolvidos, mas ainda as empresas jornalísticas e os demais atores sociais, incluídas as forças políticas e econômicas, entre outras. Também e primordialmente é levada em conta a noticiabilidade dos fatos, a partir de valores contidos nestes mesmos fatos, os chamados valores-notícia (TRAQUINA, 2012).

Por esta perspectiva construcionista, as notícias não são uma distorção da realidade, como advogam os teóricos da ação política, mas não deixam de compreender a disputa política pelo domínio do discurso (TRAQUINA, 2012). Assim, o fato de a notícia ser uma construção da realidade não a leva ao status de ficção, como sugerem seus detratores.

O paradigma trazido pelas teorias construcionistas, embora de grande aceitação no mundo acadêmico, não tem para o público em geral o alcance que ainda conseguem os estudos da parcialidade, que criaram ambiente para o crescente descrédito, nos últimos 50 anos, do jornalismo como instituição. A pandemia terá oferecido uma chance de este jornalismo reagir e assumir seu papel de guardião da sociedade? Ou, mais propriamente, invertendo a questão: terá o jornalismo aproveitado a chance oferecida pela pandemia para reagir e assumir seu papel de guardião da sociedade? Este é o exame que se processa nesta tese.

### **1.1. Jornalismo *watchdog*: o simbólico quarto poder**

A imprensa comercial, no modelo de negócio que ainda hoje sobrevive (ou busca sobreviver), surge nos anos 1830 com o lançamento de jornais populares, com preço reduzido como estratégia de venda para ganho em escala, com grandes tiragens. Conhecida como *penny press*, moldou as bases do jornalismo como negócio, em que a opinião é substituída pela informação, que passa a ser o produto oferecido (ou serviço a ser oferecido, se levarmos em conta que a notícia é a informação tratada). Praticamente na mesma época, mais precisamente no ano de 1828, é cunhado o termo “quarto poder”, pelo deputado McCaulay, do Parlamento

inglês, para identificar a imprensa e imprimir no imaginário da sociedade seu papel como guardião da democracia (TRAQUINA, 2012).

Marialva Barbosa entende que o “ethos profissional do jornalista desenvolve-se na esteira do papel do intermediário possível (e outorgado) entre o poder e o público” (BARBOSA, 2005, p.57), sendo este papel auto-instituído pelos jornalistas para intermediar as “chamadas causas do povo” (BARBOSA, 2005, p.57). Cumpre observar, ainda, que a autora reconhece a outorga dada pela sociedade aos jornalistas para cumprirem este papel, essencial para o desenvolvimento do jornalismo, inclusive no Brasil.

A rigor, o que possibilitou o desenvolvimento do jornalismo no país foi a construção de seu papel como único intermediário possível entre o público e o poder público, construindo-se simbolicamente como o elo de ligação indispensável entre a fala de um público, sem voz, e a sociedade política. Com isso, transformou-se numa instância privilegiada de poder real e simbólico (BARBOSA, 2005, p.56-57)

Outra expressão com valor semântico semelhante à expressão “quarto poder” é *watchdog*, ou “cão de guarda”, surgida em 1904, de acordo com Aldo Schmitz: “No início do século 20 houve um movimento progressivo na defesa do jornalismo vigilante. Em 1904, surgiu a expressão *watchdog* [...]” (SCHMITZ, 2018b, p.66). Este modelo “cão de guarda” atribui ao jornalista o papel de defender o interesse público, expondo e tornando visíveis fatos que possivelmente não se tornariam conhecidos de outra maneira. Este olhar crítico do jornalista buscará, principalmente, o exame de atos de agentes públicos, mas não somente estes, pois também sofrerão escrutínio os demais detentores de poder (econômico, religioso, educacional etc.).

Schmitz observa que o modelo “cão de guarda” do jornalismo teve seu momento mais agudo nas décadas de 1960 e 1970, na Europa Ocidental e particularmente nos Estados Unidos, com uma cobertura crítica à guerra do Vietnã e à política interna estadunidense, e traz como exemplo o clássico Caso Watergate (SCHMITZ, 2018b) – nesta cobertura, em 1972, os repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, do diário *Washington Post*, investigaram o arrombamento do comitê do Partido Democrata e trouxeram à tona a existência de



um “caixa dois” na campanha eleitoral do então presidente do país, o republicano Richard Nixon<sup>19</sup>.

Pela cultura e técnica jornalística, [os jornalistas] estão submetidos à atualidade, à busca de verdade, objetividade, imparcialidade, entre outros valores, além das questões éticas e deontológicas, que coagem os jornalistas a se absterem da militância política, de revelar as suas preferências etc. (SCHMITZ, 2018b, p.97)

De acordo com Schmitz, a partir de Kovach e Rosenstiel (2003<sup>20</sup>), o papel que o jornalista assume como guardião da sociedade possibilita aos cidadãos o exame de governos e outros detentores de poder. Esta percepção do jornalismo como guardião da sociedade, ou como “quarto poder”, faz parte da cultura jornalística, familiar a todos os profissionais do jornalismo, conforme constata o pesquisador português Nelson Traquina (2013).

Para Traquina, também jornalista por formação e atuação, a cultura jornalística é moldada por uma série de valores, normas e procedimentos, sendo que estes estão intimamente ligados entre si, se completam e se complementam. Esta perspectiva, desenvolvida pelos teóricos do *newsmaking*, vê a notícia como uma construção, e para ela contribuem diversos valores.

Traquina, a partir de Mauro Wolf (2008), entende que os fatos carregam em si atributos próprios (valores substantivos), mas que precisam ser colocados em perspectiva com outras circunstâncias independentes a eles para que se possa compreender sua relativa importância naquele determinado lugar e naquele determinado momento. Estas circunstâncias constituem os valores de construção da notícia, e estão ligados em boa parte às condições de cobertura que se apresentam no instante em que transcorrem os fatos.

Um exemplo: em 7 de abril de 2011, várias equipes se preparavam, no bairro de Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, para uma visita às instalações dos Jogos Mundiais Militares que se realizariam na cidade dentro de 100 dias. Mas algumas destas equipes não chegaram a fazer a visita, pois foram deslocadas para cobrir um

---

<sup>19</sup> Como consequência da série de reportagens de Woodward e Bernstein, o presidente Nixon renunciou em 1974. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/richard-m-nixon/>>. Acesso em: 4 out. 2022.

<sup>20</sup> Schmitz utiliza, em seu trabalho, a edição portuguesa da Porto Editora (Porto, 2004). Neste texto, feita a referência à edição brasileira de 2003, incluída nas Referências Bibliográficas desta tese.

massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira, no vizinho bairro de Realengo, onde um homem atirou em crianças, matando 12 delas e ferindo pelo menos outras 10.

O deslocamento de equipes de reportagem ocorre como rotina, e neste caso deveu-se à pequena distância entre o Comando da Vila Militar, de onde partiria o comboio para visitar as instalações esportivas dos Jogos, e a escola da tragédia: apenas quatro quilômetros separam os dois locais, e o trajeto poderia ser percorrido de carro em pouco mais de 10 minutos. Enquanto isso, uma equipe que viesse do Centro da cidade, local da sede mais próxima das equipes que cobriam a visita, levaria pelo menos uma hora no trânsito.

O resultado prático é que a cobertura da visita ficou prejudicada em função das circunstâncias, e não devido à sua própria relevância. Embora nem todos os times de reportagem destacados para cobrir a visita às instalações esportivas dos Jogos tenham sido deslocados por suas chefias, as organizações jornalísticas daquelas que se deslocaram puderam utilizar apenas material cedido pela assessoria de comunicação, o que por si só já implica menor aproveitamento do que quando ocorre produção própria<sup>21</sup>.

Para voltar a seguir o raciocínio de Traquina, que traduz o pensamento de uma geração de teóricos do *newsmaking*, a cultura jornalística dedica especial atenção aos chamados critérios de noticiabilidade, a partir da avaliação dos valores-notícia. Estes valores-notícia traduzirão os valores e os procedimentos de que tratamos nos parágrafos acima, e motivaram o exemplo do deslocamento de equipes para cobertura da tragédia na escola.

Este compartilhamento de valores-notícia é um fator primordial para unir a “tribo jornalística”, como Traquina se refere à “comunidade transnacional” dos jornalistas (TRAQUINA, 2013, p.102)<sup>22</sup>. De acordo com a lógica apresentada pelo autor, é possível oferecer um exemplo hipotético: um acontecimento ou um assunto

<sup>21</sup> O autor desta pesquisa, à época trabalhando como gerente de Imprensa dos Jogos Mundiais Militares Rio 2011, é testemunha do exemplo relatado. Para mais detalhes da cobertura à época, ver: <https://g1.globo.com/Tragedia-em-Realengo/noticia/2011/04/atirador-entra-em-escola-em-realengo-mata-alunos-e-se-suicida.html> <<http://ge.globo.com/outros-esportes/noticia/2011/04/visita-instalacoes-marca-100-dias-para-os-jogos-mundiais-militares.html>>. Acessos em: 4 out. 2022.

<sup>22</sup> Segundo Traquina: “Antropologicamente falando, a comunidade jornalística é uma tribo, e as características e ideologia desta tribo são um fator crucial na elaboração do produto jornalístico. Postulamos agora que esta comunidade interpretativa chamada jornalistas é uma comunidade transnacional, uma diáspora, espalhada pelo mundo.” (TRAQUINA, 2013, p.102). Assim, é possível entender tribo jornalística e comunidade transnacional como sinônimos.

que são notícia para um jornal de São Paulo não necessariamente são para um periódico de Nova York, ou vice-versa, mas os profissionais dos dois lugares trabalham suas seleções de acordo com o mesmo protocolo de avaliação dos valores-notícia.

Para explicar como isso se dá, Traquina define o conceito de noticiabilidade como o “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (*newsworthiness*)” (TRAQUINA, 2013, p.61).

Um dos procedimentos técnicos do jornalismo é o de seleção de notícias a partir de sua noticiabilidade, da combinação de seus valores-notícia. A partir do reconhecimento destes valores-notícia, mas baseado também em “um conjunto de valores e normas (a objetividade, a independência, o imediatismo) que formam uma ideologia profissional” (TRAQUINA, 2013, p.101), o pesquisador se propôs a testar uma hipótese, a de que “esta comunidade interpretativa chamada jornalistas é uma comunidade transnacional, uma diáspora, espalhada pelo mundo” (TRAQUINA, 2013, p.102).

Traquina testa sua hipótese a partir de um estudo de caso: em análise do material publicado a respeito da AIDS nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1993 em cinco jornais de quatro países (Portugal, Espanha, Estados Unidos e Brasil<sup>23</sup>), constata que há um protocolo de reconhecimento de valores-notícia comum para os jornalistas dos diferentes países, e também práticas compartilhadas, daí sua conclusão de que há uma “tribo jornalística” transnacional. Conseqüentemente, pelo seu raciocínio, também há um compartilhamento de normas e valores.

São diversos os pesquisadores de jornalismo que buscaram identificar os valores comuns aos jornalistas, aqueles que formam o *ethos* desta comunidade transnacional. Imparcialidade, objetividade, veracidade e independência, ou pelo menos a busca destes valores, são recorrentes nas pesquisas do campo jornalístico

---

<sup>23</sup> No Brasil, o jornal escolhido foi a *Folha de S. Paulo*, identificada por Traquina como *Folha de São Paulo*, possivelmente para maior facilidade de compreensão para os leitores. Os demais são *Diário de Notícias e Correio da Manhã* (Portugal), *El País* (Espanha) e *New York Times* (Estados Unidos). O trabalho está publicado na parte II de *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2*, de sua autoria, incluído nas Referências Bibliográficas desta tese.

como essenciais à realização de um trabalho que justifique o papel social atribuído à imprensa pela sociedade (GUERRA, 1998; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003; BARBOSA, 2005; PENA, 2005; TRAQUINA, 2012; SCHMITZ, 2018b).

Importante observar que, apesar de reforçar o seu papel de guardião da sociedade a partir do surgimento da *penny press* na primeira metade do século XIX, o jornalismo vive desde então um paradoxo, pois também está a serviço de interesses empresariais, uma vez que são particulares, em sua quase totalidade, as empresas do segmento. É preciso compreender que, assim como o espaço do noticiário é “disputado” por diversas notícias, este espaço também é disputado por diversos interesses, fazendo com que o jornalismo busque equilibrar-se entre a relevância social dos fatos e a audiência que estes mesmos podem despertar, traduzindo-se em sustentação econômica.

Notícias importantes, de interesse público, ou notícias interessantes, de interesse do público, é outra contradição histórica do jornalismo, um lugar de negociação entre os definidores primários dos acontecimentos, os jornalistas, as corporações jornalísticas e as audiências. Dito de outro modo: o jornalismo é também, ele próprio, um espaço público no qual existe uma ininterrupta e interminável disputa teórica e política sobre o seu fazer e saber, sobre suas práticas discursivas. (AGUIAR, 2014, p.17)

Estas diferentes perspectivas, que representam o contraditório de um paradoxo, se refletem também no humor da sociedade, que ora percebe o jornalismo como herói, ora o identifica com o vilão. Assim, a literatura e principalmente o cinema são pródigos em produzir obras com centralismo no papel da imprensa. São muitas as produções de Hollywood que versam sobre a profissão, normalmente adotando para o jornalismo uma destas visões contraditórias.

Isabel Travancas apresenta, a partir de três películas estadunidenses, a construção no cinema de estereótipos do jornalista, apresentado alternadamente como bandido ou como herói (TRAVANCAS, 2001). No ficcional *A montanha dos sete abutres*, dirigido por Billy Wilder em 1951, o repórter Charles Tatum se aproveita de um vácuo de comando para assumir a liderança do resgate de um homem soterrado, com o único intuito de obter um “furo<sup>24</sup>” e conseguir projeção,

<sup>24</sup> No jargão jornalístico, “furo” é quando apenas uma organização jornalística consegue, com exclusividade e à frente das demais, uma notícia de grande repercussão.

para si e para seu jornal. A maneira como Tatum conduz a situação acaba por prejudicar o resgate da vítima.

Em oposição, em *Todos os homens do presidente*, produção de 1976 dirigida por Alan Pakula, a partir do real Caso Watergate, os repórteres Bernstein e Woodward são retratados como heróis, embora também buscassem igualmente um “furo”. Neste caso, no entanto, conforme Travancas<sup>25</sup>, o cinema entende que ajudar a sociedade na solução de problemas é a missão do jornalista.

Esta imagem do jornalista-investigador ou detetive é uma matriz da ideia emblemática da imprensa como quarto poder. A imprensa ocupa este lugar de Quarta instituição nas sociedades modernas, posterior ao poder Legislativo, Judiciário e Executivo, atuando com uma força e importância enormes. E tem a aprovação do público [...] (TRAVANCAS, 2001, p.6)

Mas exatamente o que o público espera da imprensa? Para Kovach e Rosenstiel (2004), “[a] finalidade do jornalismo é fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.22). Os autores oferecem um panorama da expectativa do papel da imprensa a partir de pesquisa conduzida por um grupo de 25 profissionais dos Estados Unidos que se autodenominou, em 1997, Comitê de Jornalistas Preocupados. A pesquisa foi realizada por dois anos, em 21 reuniões públicas, com a participação de mais de 3 mil pessoas e o acompanhamento de mais de 300 jornalistas, e reuniu uma lista de nove elementos do jornalismo, que funcionam como princípios:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p.22-23)

<sup>25</sup> A autora, no artigo, ainda examina mais um filme: *No silêncio da cidade*, de Fritz Lang, de 1956.

Nestes nove princípios estão presentes as ideias que fazem parte do ideal da imprensa como guardiã da sociedade, e entre elas destacamos: compromisso com a verdade e a checagem dos fatos (elementos 1 e 3); compromisso com a sociedade no monitoramento do poder e dos poderosos (elementos 2, 5 e 6); e independência para exercer este papel social (elementos 4 e 9). Os demais elementos (7 e 8) podem ser mais bem compreendidos no âmbito da formalidade da apresentação da notícia.

Interessante perceber que a questão do papel da imprensa como “cão de guarda”, por envolver a sociedade, ultrapassa os limites do âmbito jornalístico. No direito, por exemplo, ela traz uma discussão embutida: a dos limites impostos pela legislação à atividade do jornalista. Recentemente no Brasil a questão foi posta em debate a partir do caso “Vaza Jato<sup>26</sup>”, em que o site Intercept Brasil liderou um grupo de organizações jornalísticas<sup>27</sup> que publicaram o teor de mensagens trocadas no aplicativo Telegram entre membros do Ministério Público Federal e da Justiça Federal do Paraná, com protagonismo para o procurador Deltan Dellagnol e para o ex-juiz Sergio Moro.

As mensagens foram obtidas ilegalmente e oferecidas inicialmente à ex-deputada federal Manuela D’Ávila, que sugeriu o repasse ao jornalista Glenn Greenwald, do Intercept Brasil, que liderou então sua revelação pública através da publicação em veículos de imprensa (DUARTE, 2020). Glenn, cidadão estadunidense que vive no Rio de Janeiro, acabou sofrendo uma denúncia do Ministério Público Federal do Distrito Federal por crimes relacionados à invasão de celulares sob acusação de ter ido “além (de sua atuação de jornalista) ao indicar ações para dificultar as investigações e reduzir a possibilidade de responsabilização penal”<sup>28</sup>.

No caso de Glenn, sua atuação esteve dentro dos limites da lei, conforme conclusão da investigação da Polícia Federal a partir da denúncia oferecida<sup>29</sup>. O jornalista e os veículos que apuraram e publicaram a história apenas protegeram a identidade da fonte, conforme privilégio consagrado. Aliás, este privilégio deve-se,

---

<sup>26</sup> O nome do caso “Vaza jato” é um jogo de palavras com “Lava jato”, conduzida no Paraná com o objetivo declarado de combate à corrupção.

<sup>27</sup> O material, levantado inicialmente pelo Intercept Brasil, foi publicado ainda pelas seguintes organizações: *El País*, UOL, *Veja*, BuzzFeed News Brasil e Agência Pública, além do jornalista Reinaldo Azevedo em canal próprio.

<sup>28</sup> Ver mais em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51200608>>. Acesso em: 4 out. 2022

<sup>29</sup> Ver mais em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/09/vaza-jato-completa-tres-anos-o-que-aconteceu-com-os-principais-envolvidos.htm>>. Acesso em: 4 out. 2022.

fundamentalmente, à aceitação, pela sociedade, de que o jornalismo presta um serviço público e que a proteção à fonte é uma forma de preservá-la de pressões uma vez que denúncias usualmente são oferecidas contra poderosos.

Mas a possibilidade de ultrapassar os limites da lei para garantir ao jornalismo a consecução da sua missão de “cão de guarda” chega mesmo a ser discutida no âmbito jurídico, como é possível constatar em artigo do dinamarquês Jens Elo Rytter (2014), professor de Direito Constitucional da Universidade de Copenhague, Dinamarca, publicado em Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul<sup>30</sup>.

[...] a imprensa “cão de guarda” deve, em minha opinião, desfrutar de um **privilégio condicional** para violar a lei geral na busca de informação de interesse público sério, desde que a ação tomada tenha sido necessária para obter as informações e que não tenha envolvido nenhum (risco imediato de) dano ou prejuízo. Um privilégio/imunidade delimitado por tais condições estaria, em minha opinião, em consonância com a concepção “cão de guarda” da liberdade de imprensa. Nas circunstâncias acima, processar o jornalista simplesmente para fazer valer um princípio de igualdade perante a lei me parece desproporcional, considerando o peso que em uma sociedade democrática deve ser atribuído à liberdade de imprensa no seu papel de “cão de guarda” público”. (RYTTER, 2014, p.27, grifo nosso)

Importante salientar que o trecho citado em destaque é fruto de um raciocínio articulado com exemplos em que o autor argumenta que pequenos delitos podem ser tolerados em função de um bem maior, a defesa da sociedade. Mas, para Rytter, este seria um privilégio concedido à imprensa sob estritas condições: não implicar dano ou prejuízo, ou mesmo risco de dano ou de prejuízo, a outro ou outrem, de qualquer natureza. O autor cita, por exemplo, que as últimas decisões dos tribunais dinamarqueses dão aos jornalistas a expectativa de que “podem muitas vezes esperar ser absolvidos mesmo que entrem em propriedade privada, desde que isso seja feito para cobrir eventos ou manifestações de interesse público” (RYTTER, 2014, p.30).

Vale destacar também que toda esta discussão a respeito deste simbólico “quarto poder” deve ser posta em perspectiva, conforme propõe Neveu, para quem

---

<sup>30</sup> Publicado originalmente sob o título “Which Freedom of the Press? – The Press Conceived as an ‘Open Forum’ or a ‘Privileged Watchdog’, em “Scandinavian Studies in Law”, v.55, 2010, tradução de Gustavo Castagna Machado, com autorização do autor.

muitos jornalistas “vivem seu trabalho como uma missão de serviço à população, a quem eles levam informações úteis” (NEVEU, 2006, p.37). No entanto, explica o autor, apesar da temática do “quarto poder” se impor, ela não pode ser tomada *a priori*, de forma simplista.

Evocar um quarto poder (que se soma ao executivo, ao legislativo e ao judiciário) consagra uma visão ingênua dos poderes sociais na qual não figuram os interesses econômicos e os grupos de pressão. Postular a economia de um quarto poder é também esquecer que ao longo da história todos os poderes sociais souberam se adaptar a uma relação simbiótica com o jornalismo e institucionalizar seus ângulos, devido ao estatuto privilegiado de certas fontes, aos mecanismos de indexação e de filtragem favorecidos pela homologia entre editorias e instituições. (NEVEU, 2006, p.196)

Sylvia Moretsohn (2002) vai além e defende que o jornalismo não é capaz de realizar, conforme a ideia de “quarto poder”, seu papel de mediador “não só porque apenas disfarça o caráter ideológico inerente a todo discurso como porque ignora as condições em que o jornalismo é praticado” (MORETZSOHN, 2002, p.57). Para a autora, esta mediação precisa levar em consideração o processo complexo que é inerente à produção de sentido.

Importante, neste ponto, deixar claro que a proposta desta tese não é apresentar o modelo “cão de guarda” como perfeito, impermeável a questionamentos, ou mais ainda, de considerá-lo um dogma, que nem mesmo admite questionamentos. Fazer isso seria ignorar a realidade, em que diferentes forças buscam espaço no campo jornalístico, conforme aponta Bourdieu (1997). Por forças, entendam-se todos os diferentes grupos de pressão e de interesse, inclusive anunciantes.

Portanto, o que se propõe é partir do reconhecimento da real existência simbólica do modelo “cão de guarda”, ou seu equivalente “quarto poder”, para verificar sua percepção durante um intervalo de tempo da pandemia de covid-19. Assim, é preciso conferir no período as coincidências entre a expectativa gerada por este papel simbólico atribuído ao jornalismo e sua execução de fato nas páginas de um jornal, em nosso caso, *O Globo*.



## 1.2. O jornalismo e a credibilidade

A sustentação deste modelo aparentemente paradoxal do jornalismo, em que por um lado oferece a notícia como mercadoria a consumir<sup>31</sup> e por outro exerce um papel de guardião da sociedade, só se sustenta com base na credibilidade. Se esta credibilidade for abalada, a partir da suspeita de um enviesamento político-ideológico na cobertura, o jornalismo deixa de gozar da crença, pelo público, de que é um guardião da sociedade – principalmente quando a organização jornalística desta cobertura busca colocar-se como imparcial ou neutra. Outros problemas comuns ao jornalismo podem abalar também esta credibilidade, como a repetição de dados errados divulgados por pressa, desleixo na apuração e desconsideração de fontes credenciadas, por exemplo.

Aqui é importante entender de onde vem a credibilidade no jornalismo. A primeira percepção nos leva a entender a credibilidade como a qualidade do que é crível, daquilo em que se pode acreditar. Inclusive é desta forma que os dicionários da língua portuguesa trazem seu significado. Pesquisas de percepção junto ao público são capazes de, com certo grau de precisão, avaliar a credibilidade percebida de uma pessoa, uma empresa ou uma instituição, incluindo o jornalismo. Mais à frente, no capítulo 2, esta tese inclusive se valerá de algumas destas pesquisas justamente para analisar a curva de credibilidade percebida na instituição jornalismo.

Mas a credibilidade é fruto de uma construção que antecede sua percepção, ela se dá em um primeiro momento a partir de um conjunto de atitudes e valores de um agente em que ela deve (ou não) ser depositada. Esta é, para Silvia Lisboa e Marcia Benetti, a base para a “credibilidade constituída”. No caso do jornalismo, “[a] busca pela verdade e o compromisso com o interesse público constituem a base da credibilidade constituída” (LISBOA; BENETTI, 2017, p.52).

Lisboa e Benetti propõem abordar o conceito “credibilidade” a partir de duas dimensões (2017): “credibilidade percebida”, aquela em que, como a expressão já

---

<sup>31</sup> Aqui preferimos utilizar “consumir” em vez de “comprar” uma vez que há modelos de negócio em jornalismo nos quais é possível ter acesso a notícias sem pagar diretamente por elas, sendo as mais comuns as praticadas por rádios, canais de TV aberta e alguns portais noticiosos.

indica, é fruto da percepção do interlocutor; e a “credibilidade constituída”, conforme o parágrafo anterior.

[...] a credibilidade, enquanto atributo de qualidade do enunciador ou de seu discurso, seria dependente da perspectiva de um outro sujeito. A credibilidade constituída de um orador precisa preexistir<sup>32</sup> à percepção do interlocutor, mas só ganha sentido dentro de uma relação intersubjetiva. (LISBOA, BENETTI, 2017, p.54)

Para as autoras, a credibilidade é derivada da “confiança” que é própria da vida em sociedade. Assim, a percepção positiva do enunciador é atributo fundamental para lhe emprestar confiança e lhe atribuir credibilidade, o que faz com que as palavras confiança e credibilidade sejam usadas muitas vezes como sinônimos, embora não sejam. Mas o que desperta no receptor confiança e, conseqüentemente, gera credibilidade? No caso do jornalismo como enunciador, “a credibilidade será acionada como uma expectativa sempre que um texto for percebido, pelo interlocutor, como um texto jornalístico” (2017, p.55).

As autoras vão identificar o jornalismo como um sistema perito, a partir de Miguel<sup>33</sup>. Assim como a prática da medicina, em que é preciso ter confiança no médico ou em outro profissional de saúde, no jornalismo se dá o mesmo. A confiança que o leitor/ouvinte/espectador deposita no jornalismo, conforme Miguel, se dá em três pontos: “na veracidade das informações”; na “justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato”; e na “justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque dos ‘fatos’ disponíveis” (MIGUEL, 1999, p.199). Para Lisboa e Benetti, a credibilidade constituída reside em percepções socialmente compartilhadas do que significa ser um bom informante, um informante confiável.

<sup>32</sup> Em nota de rodapé no artigo do qual foi extraído o trecho, as autoras apontam que estes atributos preexistentes caracterizam o que Gallit Haddad chama de *ethos prévio* (em *Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland*, capítulo de *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*, livro organizado por Ruth Amossy (São Paulo: Contexto, 2013). E prosseguem indicando que este *ethos prévio* do jornalismo implica uma presunção de credibilidade, conforme Tyler Burge, no artigo *Content Preservation*, em *Philosophical Review* (v.102, n.4, 1993).

<sup>33</sup> O artigo em questão de Luís Felipe Miguel, *O jornalismo como sistema perito*, faz parte das Referências Bibliográficas desta tese. Miguel, na construção de seu raciocínio, parte da conceituação de Anthony Giddens, em *As conseqüências da modernidade* (São Paulo: Editora Unesp, 1991) para concluir que o jornalismo é um sistema perito.

[...] a) a *competência*, também chamada de *autoridade*, que se refere ao conhecimento técnico e verdadeiro sobre o assunto abordado, e b) a *integridade da fonte*, que envolve tópicos relativos ao seu caráter, como a disposição em compartilhar informações, o compromisso com a verdade, a sinceridade em expor motivações e interesses e, sobretudo, a reputação. (LISBOA, BENETTI, 2017, p.55, grifos das autoras<sup>34</sup>)

Em relação à integridade da fonte, Lisboa e Benetti chamam a atenção para seu caráter, particularmente o relacionado com a ética jornalística, como o compromisso com a verdade e a reputação previamente alcançada. Aqui também é importante entender a fonte conforme duas perspectivas: primeiro, o jornalista ele mesmo como fonte (ou o jornalismo em si); e, também, a fonte escolhida como agente noticioso, que detém as informações primárias das quais serão selecionadas aquelas merecedoras de virarem notícias, conforme os procedimentos da atividade jornalística, destacando-se a busca da verdade e o interesse público.

Para definição de verdade, é possível resgatar uma discussão que vem desde os filósofos da Antiguidade, mas tal intenção não se tem aqui, por não ser necessária. Nas redações, é lugar-comum que a verdade está associada à fidelidade aos fatos, matéria-prima do jornalismo.

Esta percepção também pode ser encontrada nos escritos da filósofa Hannah Arendt, que chegou a realizar um importante trabalho na função de repórter ao cobrir para a revista *New Yorker*, em 1961, em Jerusalém, o julgamento do alemão Adolf Eichmann, um dos principais nomes da máquina nazista do Holocausto<sup>35</sup>. De

---

<sup>34</sup> Lisboa e Benetti (2017) notam, em seu artigo, que esses aspectos aparecem nos trabalhos filosóficos de Aristóteles (*Retórica*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1990), Cecil Anthony Coody (*Testimony: a philosophical study*. Oxford: Oxford University Press, 2000), Robert Audi (*Epistemology: a contemporary introduction to theory of knowledge*. Londres: Routledge, 2003), Alvin Goldman (*Pathways to knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2002), Jennifer Lackey (*It takes two to tango: beyond reductionism and non-reductionism in the epistemology of testimony*. In: LACKEY, Jennifer; SOSA, Ernest (org.). *Epistemology of testimony*. Nova York: Oxford, 2006) e Miranda Fricker (*Rational authority and social power: towards a truly Social Epistemology*. In: GOLDMAN, Alvin; WHITCOMB, Dennis (org.). *Social Epistemology*. Nova York: Oxford University Press, 2011) e em pesquisas de comunicação de Carl Hovland e Walter Weiss (*The influence of source credibility on communication effectiveness*. Public Opinion Quarterly, vol. 15, 1951), Carl Hovland e outros (*Communication and persuasion: psychological studies of opinion change*. New Haven: Yale University Press, 1959) e Brian Jeffrey Fogg et outros (*Web credibility research: a method for online experiments and some early study results*. Proceedings of ACM CHI, vol. 2. Nova York: ACM Press, 2001, e *What makes a web site credible? A report on a large quantitative study*. Proceedings of ACM CHI. 2001).

<sup>35</sup> Para mais informações, consultar: < <https://www.newyorker.com/books/double-take/hannah-arendt-and-the-new-yorker>>. Acesso em 12 jan. 2022.

forma simplificada, mas nem por isso simplista, a proposta é adotar a ideia de “verdade factual” proposta por Arendt (2016<sup>36</sup>), desenvolvida antes mesmo da experiência como repórter pela *New Yorker*. A partir da consideração da “verdade factual” como absoluta, ela entende que seu contrário é a mentira.

A marca distintiva da verdade fatural consiste em que seu contrário não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, nenhum dos quais se reflete sobre a veracidade pessoal, e sim a falsidade deliberada, a mentira. É claro que o erro é possível e mesmo comum com respeito à verdade fatural, caso em que ela não difere de modo algum da verdade científica ou racional. (ARENDR, 2016, p.308).

Arendt traz aqui uma discussão a respeito da mentira, que, segundo ela, sempre se fez presente na política, mas acabou por ser exacerbada graças ao surgimento e posterior desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Quando escreve para pontuar isso, no início dos anos 1950, Arendt estava profundamente impactada pelos acontecimentos recentes, notadamente a Segunda Grande Guerra Mundial e o fenômeno do nazifascismo, cujo discurso nacionalista-populista foi alavancado pela comunicação, principalmente pelo rádio. E, naturalmente, não tinha como levar em consideração a mobilidade comunicacional que seria proporcionada, décadas mais tarde, pela internet.

Se a mentira sempre foi uma questão importante para a política, e ainda mais na passagem da primeira para a segunda metade do século passado, é na atualidade dos anos 2000, com o advento das redes sociais, que ganha *status* de problema a ser urgentemente superado<sup>37</sup>. Para os meios de comunicação, trata-se de uma dificuldade a sua nomeação, embora tenham feito isso nos últimos anos, pelo menos no Brasil, conforme mostram Adriana Barsotti e Leonel Aguiar (2021). Para os autores, para manter sua credibilidade, o jornalismo passa a ter necessidade de apontar a mentira e os que a compartilham para reforçar o seu papel como “detentor da verdade” (BARSOTTI; AGUIAR, 2021, p.126).

---

<sup>36</sup> Importante notar que o livro aqui citado, *Entre o passado e o futuro*, teve sua primeira edição original em inglês, sob o título *Between past and the futur: eight exercices in political thought*, em 1954.

<sup>37</sup> As redes sociais são os principais motores da desinformação, tema tratado no capítulo 2 desta tese. Soares Júnior e Falcão (2020), em estudo sobre o Twitter, destacam o uso que os ex-presidentes Jair Bolsonaro (Brasil) e Donald Trump (EUA) fazem desta rede social para se comunicarem, diretamente, com milhões de apoiadores.

No trabalho, Barsotti e Aguiar fazem uma análise de conteúdo de pronunciamentos do ex-presidente da República Jair Bolsonaro<sup>38</sup> em duas ocasiões, durante o período mais duro da pandemia: discurso na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2020, e fala em cadeia nacional de rádio e TV, em março de 2021. A partir de matérias publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, além das agências Lupa e Aos Fatos, Barsotti e Aguiar concluíram que houve mudança no léxico de um ano para o outro, com a incorporação do uso da palavra “mentira” em 2021.

No ano de 2020, relatam Barsotti e Aguiar, o discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral da ONU “teve ampla repercussão na imprensa pelo fato de o ex-presidente ter emitido várias declarações falsas” (BARSOTTI; AGUIAR, 2021, p.132-133), entre elas a impossibilidade de o Governo Federal atuar na pandemia em função de o Supremo Tribunal Federal ter restringido esta competência aos executivos estaduais, a adoção da prática do “tratamento precoce” à covid-19 baseada em recomendações médicas e a afirmação de que o país é líder mundial em conservação de florestas. Apesar de notoriamente falsas, as afirmações não foram classificadas como “mentira” por nenhum dos veículos de imprensa: pela classificação dos autores, foram 23 registros de falsidade, sendo 1 pela *Folha de S. Paulo*, 3 por *O Globo*, 3 por *O Estado de S. Paulo*, 5 pela Agência Lupa e 11 pela Agência Aos Fatos (as outras categorias são: Sem provas; Verdade; Exagero; Imprecisão; Distorção; Insustentabilidade; Contradição; e Erro).

Em 2021, a análise de Barsotti e Aguiar é do pronunciamento de cinco minutos feito pelo então presidente Bolsonaro em rede nacional de rádio e TV, em 23 de março. Seis categorias utilizadas na análise de 2020 (Verdade, Exagero, Imprecisão, Distorção, Insustentabilidade e Erro) se repetem, e a elas vêm se juntar outras quatro: Mentira, Falsidade, Omissão e Realidade. Dentre todas estas, a de maior incidência é Distorção, com um total de 11 registros, mas o fato mais relevante da análise, sem dúvida, é o surgimento com força da categoria Mentira, com 9 registros.

Vale destacar que, dos cinco veículos analisados, dois não tiveram nenhum registro categorizado como mentira: *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. Os nove registros são assim distribuídos: 6 na *Folha de S. Paulo*, 2 na Agência Aos Fatos e

---

<sup>38</sup> Presidente da República no quadriênio 2019-2022.

1 na Agência Lupa. Pesquisa realizada pelo autor desta tese, no site de *O Estado de S. Paulo*, com acessos por login de assinante, em 27 de junho de 2022, não encontrou matérias do gênero informativo<sup>39</sup> com as expressões “Bolsonaro mente”, “Bolsonaro mentiu” ou “mentira de Bolsonaro” como parte do texto de enunciação dos autores destas matérias – é possível encontrá-las no discurso direto ou indireto de declarações de outros a respeito de Bolsonaro.

Pesquisa no buscador Google<sup>40</sup>, realizada na mesma data, com a combinação destas expressões com o nome do veículo “O Estado de S. Paulo” e “Estadão”, como é popularmente chamado, também não encontra matérias do gênero informativo com texto de enunciação por seus autores. O mesmo se dá em relação a *O Globo*. Pesquisa realizada no mesmo 22 de junho de 2022 no site de *O Globo*, com acesso de assinante, encontra apenas uma citação de “Bolsonaro mente” em matéria que tem como título “Bolsonaro mente a investidores em Dubai e diz que Amazônia 'não pega fogo' e que 'ataques' 'não são justos’”<sup>41</sup>. Embora o verbo mentir apareça no título, não está no texto do corpo da matéria.

Ainda que não seja verificada em *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* a indicação clara da mentira, como recurso jornalístico, Barsotti e Aguiar apontam uma mudança de perspectiva na cobertura jornalística, com a incorporação da sua nomeação explícita, algo que não se via anteriormente.

A partir da análise de conteúdo, percebe-se que nomear a mentira foi uma estratégia tardia dos cinco veículos jornalísticos analisados em relação à cobertura de dois eventos emblemáticos durante a pandemia envolvendo o presidente Bolsonaro. Entretanto, a incorporação da palavra “mentira” ao vocabulário do jornalismo em notícias factuais pode trazer mudanças para as práticas profissionais e para a cultura profissional dos jornalistas. (BARSOTTI; AGUIAR, 2021, p.135)

<sup>39</sup> Importante ressaltar que foram encontradas menções das expressões nos textos do gênero opinativo, como artigos e colunas de opinião. Nas matérias do gênero informativo, é possível encontrar as expressões, mas sempre como citação direta de declarações de entrevistados.

<sup>40</sup> A opção de fazer a busca pelo Google deve-se ao fato de este ser o principal e mais utilizado buscador na internet utilizado, responsável por mais de 90% das buscas realizadas no mundo. Disponível em: <<https://norakramerdesigns.com/beyond-google-much-traffic-search-engines-really-drive/>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

<sup>41</sup> A matéria, sob o título “Bolsonaro mente a investidores em Dubai e diz que Amazônia 'não pega fogo' e que 'ataques' 'não são justos’”, aparece como tendo sido publicada originalmente em 15 de novembro de 2021, às 18h14, e aparece na busca também para não assinantes no link <<https://oglobo.globo.com/busca?q=BOLSONARO+MENTE>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

Em suas considerações finais, Barsotti e Aguiar lembram que, para haver mentira, é preciso haver intenção. Esta é uma das dificuldades do jornalismo nesta questão, pois a intenção está no terreno da subjetividade, no fórum íntimo de quem comete a mentira (ou o erro, se for sem intenção).

Apontar a mentira sem deixar clara a intenção de mentir pode até custar ao jornalista um processo. Pelo Código Penal brasileiro, pode incorrer em um dos três crimes contra a honra: calúnia (imputar a alguém fato considerado como crime), difamação (imputar a alguém fato ofensivo a sua reputação) e injúria (ofender alguém em sua dignidade ou decoro)<sup>42</sup>. Uma condenação ao jornalista poderia ocorrer, mesmo que seja evidente a mentira, no caso de não conseguir provar a intenção do pretense mentiroso. Vale lembrar que também há possibilidade de ações na esfera cível, com indenizações por ofensa à honra (danos morais).

Para driblar esta dificuldade legal, podem ser utilizados pelo jornalismo os mesmos mecanismos da investigação policial ou do processo jurídico para obtenção de prova da mentira: relatos de testemunhas que comprovem o conhecimento da verdade do fato em relação ao qual foi proferida uma mentira. Documentos são ainda mais eficientes: por exemplo, a assinatura de um decreto que comprove que a autoridade sabia de seu teor, mas subverteu os fatos em sua divulgação. A dificuldade para o jornalismo é o tempo, normalmente escasso em razão da própria atividade, em comparação com os trabalhos da Polícia ou da Justiça, com prazos bem mais dilatados.

Curioso constatar que a mentira não só faz parte da retórica da desinformação, mas também é invocada por aqueles que buscam desinformar, buscando ligá-la justamente às instituições que têm a *verdade* entre seus valores, como a ciência, a Justiça e o jornalismo. Assim, não à toa o ex-presidente Bolsonaro fez uso, repetidamente, da acusação à imprensa de mentir, normalmente utilizando a expressão “*fake news*”, expressão que por si só desacredita a notícia como um todo.

As agressões à credibilidade da imprensa são, neste sentido, ataques diretos aos fatos em si, ou à “verdade factual”, conforme Arendt (2016). Atacando-se a imprensa, a ciência e a Justiça, busca-se atacar em última análise os próprios fatos.

---

<sup>42</sup> Para tipificação mais detalhada dos crimes, consultar: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/educacao-semanal/dos-crimes-contra-a-honra>>. Acesso em: 17 jan. 2023.

Dá ser uma retórica comum a governos e governantes autoritários ou com tendência ao autoritarismo, como foi Donald Trump na presidência dos Estados Unidos e como foi o ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro.

No entanto, vale ressaltar que a credibilidade se dá a partir de indicadores que são oferecidos pelo jornalismo e seus agentes à audiência, a quem cabe avaliar a efetividade destes indicadores. No jornalismo, estes indicadores são justamente aqueles que moldaram a percepção da imprensa como guardião da sociedade a partir da primeira metade do século XIX, quando surgiu a *penny press* e o positivismo se afirmou.

Leonel Aguiar e Cláudia Rodrigues (2021) observam que esta objetividade, que se desenvolveu no século XIX e na sua passagem para o século XX, busca na metodologia científica procedimentos rigorosos de forma a enunciar os fatos e sua verdade. O próprio jornalismo, como canal privilegiado de comunicação, passa a difundir a ideia de que estes seus procedimentos próprios, inspirados na ciência, lhe dão autoridade para fiscalizar a sociedade em nome desta própria sociedade.

Em estudo conduzido por Leonel Aguiar e Luciana Roxo (2019), com a participação de 210 respondentes<sup>43</sup>, é possível concluir que há uma forte percepção de que o jornalismo exerce ou deveria exercer o papel de guardião da sociedade. Perguntados se o jornalismo pode ser compreendido como “quarto poder”, apenas 17,6% dos 210 respondentes afirmaram desconhecer o seu significado. Quatro em cinco respondentes (79,9%) reconheciam no jornalismo o papel de “quarto poder”: 41,1% identificavam plenamente esta atribuição simbólica, embora 38,8% entendessem que o jornalismo não mais a exercesse. Somente 2,3% dos respondentes discordaram da atribuição do “quarto poder” ao jornalismo.

[...]Condizente com a ideologia positivista que predominava na época [século XIX], a informação jornalística passa a ser pautada na busca da verdade e na transcrição objetiva e imparcial. Os jornais passam a ter a função de reproduzir a realidade através da produção de notícias e não mais fornecer opiniões. É neste momento que surge o pacto de credibilidade entre a imprensa e a sociedade, dando à primeira o direito moral de narrar a realidade.

<sup>43</sup> Pesquisa feita em julho de 2019, sem delimitação de faixa etária e nem formação escolar, mas estes dados foram solicitados aos respondentes. Em relação à faixa etária: 19% entre 18 e 29 anos; 24,7% entre 30 e 40 anos; 49,5% entre 41 e 60 anos; e 6,6% com 61 anos ou mais. Em relação à formação escolar: 8% com ensino médio; 37,6% com nível superior completo (3º grau); 39%, com pós-graduação; e 15,4% não responderam.



Portanto, o paradigma jornalístico da imparcialidade, da objetividade e da representação factual da verdade definiu princípios para a prática jornalística e um formato para a produção do conteúdo que são ensinados pelas universidades, reproduzidos pelos profissionais da área e reconhecidos pela sociedade como garantias de um jornalismo isento e de qualidade. (AGUIAR; ROXO, 2019, p.173<sup>44</sup>)

Nesta tese, adotamos a perspectiva de credibilidade de Lisboa e Benetti, fruto do jogo dialético entre a credibilidade constituída e a credibilidade percebida – sendo a “credibilidade constituída” pelo jornalista, pela organização jornalística ou pelo jornalismo em si, enquanto que o resultado de sua avaliação pelo leitor/ouvinte/espectador é a “credibilidade percebida”.

Esta perspectiva afasta o perigo de adotarmos a credibilidade apenas como resultado de um processo não interativo, em que todo o seu valor simbólico estaria concentrado apenas em um dos polos, seja o emissor (jornalismo instituído e seus agentes) ou o receptor (as audiências). No entanto, de agora em diante, não mais trataremos desta discussão, mas adotaremos o conceito “credibilidade” na perspectiva de Lisboa e Benetti.

### **1.3. Teorias da parcialidade: ataque ao papel de *watchdog* e à credibilidade jornalística**

A credibilidade jornalística sofre um forte ataque acadêmico nos anos 1970, com desdobramento nos anos 1980. Como parte da explosão à época das pesquisas que buscavam entender o papel político e social do jornalismo, surge “um novo filão de investigação conhecido como os estudos da *parcialidade (news bias studies)*” (TRAQUINA, 2012, p.163, grifos do autor).

A estratégia argumentativa dos teóricos da parcialidade obedece a uma sequência que remete a uma construção sofista: primeiro, adota a objetividade

---

<sup>44</sup> Aguiar e Roxo oferecem, como referência para sua afirmação, o livro *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*, de Nelson Traquina, e o artigo *Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico*, do próprio Aguiar, ambos incluídos nas Referências Bibliográficas desta tese, além do capítulo de Raquel Paiva e Muniz Sodré em livro organizado por Gislene Silva e outros (PAIVA, R.; SODRÉ, M. *Informação e boato na rede*. In: SILVA, G. *et al.* (Orgs.). *Jornalismo contemporâneo: figurações, impasses e perspectivas*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2011).

absoluta<sup>45</sup> como premissa para a imparcialidade jornalística; em seguida, defende a impossibilidade de o jornalismo chegar a esta objetividade absoluta; por fim, conclui que, se a objetividade absoluta é impossível de alcançar, também não há possibilidade de jornalismo imparcial.

O que os teóricos dos estudos da parcialidade fazem é deslocar o centro de discussão do fazer jornalístico, abandonando o *objeto* como elemento central e substituindo-o pelo *sujeito*. Não se trata de negar a possibilidade da busca da objetividade, mas de submetê-la à subjetividade daqueles que produzem as notícias, os jornalistas. De acordo com o raciocínio, então esta vontade subjetiva, mesmo que não percebida pelos sujeitos jornalistas, é determinante para a construção da notícia, ou seja, traz uma percepção de realidade fortemente subjetiva.

Também este raciocínio será fundamental para a construção do chamado império das *fake news*, expressão que em tradução para o português significa *notícias falsas* e é rejeitada por muitos jornalistas e estudiosos do jornalismo por conter em si um paradoxo desmerecedor da atividade profissional. Se a notícia tem como princípio a verdade, ou pelo menos a busca *sincera* da verdade, ela não pode ser falsa, ou *deliberadamente* falsa, conforme já discutido no item anterior deste mesmo capítulo<sup>46</sup>.

Esta discussão sobre a objetividade não é, porém, exclusividade do jornalismo, e se impõe como uma questão na pesquisa científica, inclusive nas outras ciências sociais aplicadas como o direito, por exemplo. No entanto, é preciso entender que a objetividade jornalística consiste em um conceito de difícil demarcação, uma vez que para demarcar um objeto é preciso antes um sujeito que o defina.

Em estudo sobre o tema objetividade apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), em 2001, Antonio Hohlfeldt observa que objetividade é a categoria mais utilizada tanto em livros sobre jornalismo como pelos próprios jornalistas em suas reflexões sobre seu trabalho.

---

<sup>45</sup> O autor desta tese adota aqui a expressão conceitual “objetividade absoluta”, embora não a tenha encontrado nas suas pesquisas bibliográficas em textos de autores identificados com as teorias da parcialidade. Porém, o adjetivo “absoluta” é perfeitamente adequado pois, para os autores da teoria da parcialidade, a objetividade não pode ser um valor não absoluto, como, por exemplo, em Sponholz (2003).

<sup>46</sup> O autor desta tese também não concorda com o uso da expressão *fake news*, pela contradição exposta no texto, mas apesar disso a adotará uma vez que já é comum seu uso neste sentido não só pelo público, mas também em vários trabalhos acadêmicos.

Em 21 livros pesquisados<sup>47</sup>, a objetividade obteve 12 menções, enquanto que clareza teve 10 referências e exatidão/precisão ficou com 9<sup>48</sup> (HOHLFELDT, 2001).

Hohlfeldt percebe que, se ganha protagonismo entre os autores, a objetividade não alcança unidade de interpretação entre eles, e cita algumas definições para exemplificar esta variedade interpretativa. Entre elas, destacamos algumas<sup>49</sup>: para Alceu Amoroso Lima, a objetividade é natural ao jornalismo, “[o] importante é manter contato com o *fato*”; para Élcias Lustosa, objetividade relaciona-se ao “fato principal”; para Juarez Bahia, “uma informação objetiva é uma informação fiel ao que relata, precisa no que diz”; para Luiz Amaral, “a objetividade economiza tempo e páginas”, referindo-se ao aperfeiçoamento nas tarefas de apuração e redação; para José Marques de Melo, é um “mecanismo de síntese” relacionado com a realidade, mas também serve para camuflar tendenciosidade; para Carlos Alberto Di Franco, é “fidelidade à verdade dos fatos”; e para Mário Erbolato, é uma característica da notícia, que deve ser publicada “de forma sintética, sem rodeios e de maneira a dar a noção correta do assunto focalizado”.

Hohlfeldt lembra que há autores que não admitem a objetividade, citando Nilson Lage e Eduardo Meditsch, a partir de Adelmo Genro, no livro *O segredo da pirâmide*. Mas o próprio Genro vai buscar base para construir seu pensamento e contestar a objetividade em Lage, para quem um “jornalismo que fosse a um só

<sup>47</sup> Dos 21 livros pesquisados, 16 de autores brasileiros.

<sup>48</sup> A relação completa, a partir do critério de aparecimento da categoria em pelo menos dois autores pesquisados: 1) objetividade, 12 menções; 2) clareza, 10 menções; 3) exatidão/precisão, 9 menções; 4) veracidade, 7 menções; 5) simplicidade, 6 menções; 6) concisão, 5 menções; 7) ordem direta, 5 menções; 8) honestidade, 4 menções; 9) rapidez, 4 menções; 10) novidade, 4 menções; 11) interesse, 4 menções; 12) imparcialidade, 3 menções; 13) criatividade, 3 menções; 14) independência, 2 menções; 15) importância, 2 menções; 16) densidade, 2 menções; 17) sensibilidade, 2 menções; 18) atualidade, 2 menções; 19) correção gramatical, 2 menções. Nestas categorias, Hohlfeldt distingue como de conteúdo: objetividade, exatidão/precisão; veracidade, imparcialidade e criatividade; como de forma: clareza, simplicidade, concisão, ordem direta, rapidez e criatividade; e como atributos profissionais: honestidade e independência.

<sup>49</sup> As referências das citações feitas por Hohlfeldt, na ordem em que aparecem no texto dele e aqui também: LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. Rio de Janeiro: Agir, 1969, p.52-53; LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: EdUNB, 1996, p.81; BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Ática, 1990, p.13; AMARAL, Luiz - *Jornalismo: matéria de primeira página*. Rio de Janeiro/Fortaleza: Tempo Brasileiro/UFC, 1982, p. 41; MELO, José Marques de. *A questão da objetividade no jornalismo*. Cadernos da Intercom. São Paulo: INTERCOM, set. 1985, ano 3, v. 7, p.7-9; FRANCO, Carlos Alberto Di. *Jornalismo, ética e qualidade*. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 66; ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. Petrópolis: Vozes. 1985, p. 52.

tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda forma de conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta” (LAGE, 1979, p.25 apud GENRO, 1987, p.138). Fato é que Lage vê a objetividade como inalcançável, mas nem por isso entende que não possa ser almejada.

No caso do jornalismo, o senso comum e as teorias em voga relacionam objetividade à neutralidade [...]; nesse sentido, é inalcançável, já que o discurso jornalístico é produzido em circunstâncias particulares e se aplica a eventos do mundo real – pela própria natureza, situados, efêmeros e abertos a interpretações conflitantes. O argumento é que, sendo inalcançável em sua plenitude, não teria sentido persegui-la – ao que se contrapõe outro: a felicidade, o prolongamento indefinido da vida e a sociedade perfeita são igualmente inalcançáveis e, no entanto, sempre perseguidos. (LAGE, [s.d.], [n.p.])<sup>50</sup>

Lage traz para suas reflexões a vivência que teve em redações, com passagem por jornais e TV, em boa parte do tempo ocupando cargos de chefia. Hohlfeldt também tem a percepção de que a experiência profissional ocupa lugar de importância na discussão dos valores jornalísticos. Por isso, em seu trabalho, busca identificar a categoria objetividade na fala de jornalistas entrevistados pelo jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero, de São Paulo, em 1999, sob o tema “Imprensa – o eterno retorno”<sup>51</sup>.

Entre as categorias citadas pelos jornalistas entrevistados relativas a valores profissionais ligados a conteúdo, excetuando as que tratam de forma ou de atitude pessoal, novamente objetividade foi a mais citada, com quatro menções, mesmo número de veracidade. Em seguida, novidade e criatividade, com três cada. Em exame de manuais de redação<sup>52</sup>, Hohlfeldt também verifica a importância da

<sup>50</sup> O professor Nilson Lage, falecido em 2021, teve a generosidade de disponibilizar parte de sua obra em um site de acesso livre onde podem ser realizados downloads de alguns de seus livros. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/livros/>>. Acesso em 10 jan. 2023.

<sup>51</sup> Conforme relato de Hohlfeldt, a edição, de setembro de 1999, “faz um verdadeiro balanço histórico do jornalismo brasileiro, incluindo entrevistas com profissionais como Caco Barcellos, Roberto Cabrini, Cláudio Tognolli, Otávio Frias Filho, Carlos Eduardo Lins da Silva, Clóvis Rossi, Élio Gaspari, Mino Carta, Ricardo Kotscho, Maurício Loureiro Gama, Ruy Castro, Hélio Fernandes e Joel Silveira”.

<sup>52</sup> Foram consultados, por Hohlfeldt, os seguintes manuais: 1) PORCHAT, Maria Elisa. *Manual de Radiojornalismo (Jovem Pan)*. São Paulo: Brasiliense, 1986; 2) KLÖCKNER, Luciano. *A notícia na Rádio Gaúcha*. Porto Alegre: Sulina. 1997; 3) PATERNOSTRO, Vera Íris. *O Texto na TV: manual de telejornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987; 4) MACIEL, Pedro. *Jornalismo de televisão*. Porto Alegre: Sagra-Luzatto/Associação Riograndense de Imprensa, 1995; 5) FOLHA DE S. PAULO, *Manual geral da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo. 1987, 2ª edição, revisada e ampliada; 6) FOLHA DE S. PAULO, *Novo manual da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo. 1998,

objetividade, a segunda categoria mais citada, com seis menções, duas a menos que precisão/exatidão.

Conforme observa Liriam Sponholz, objetividade é uma palavra-chave para jornalistas e acadêmicos, também e até mesmo para alguns leitores, ouvintes e telespectadores (SPONHOLZ, 2003). Para a autora, no entanto, é preciso entender a objetividade como conceito a partir da teoria do conhecimento. Ou seja, o conhecer o mundo, o conhecer sua realidade. Para conhecer a realidade e traduzi-la em notícias, o jornalismo precisa criar normas que evitem uma percepção falsa de mundo, daí a busca da objetividade.

[...] objetividade em jornalismo deve ser entendida como a relação/conexão entre realidade social e realidade midiática, como a busca e a aproximação da realidade através do jornalismo. Objetividade jornalística, por sua vez, deve ser entendida como o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática. (SPONHOLZ, 2003, p.111)

Como o conhecimento é algo finito, assim como o espaço destinado à publicação/veiculação de notícias, ao homem parece ser natural observar a realidade de maneira seletiva, ainda segundo Sponholz (2003). Para ela, o mesmo mecanismo acontece no jornalismo, uma vez que não é possível noticiar tudo, e em consequência existem fatos ou aspectos de fatos que serão deixados de lado. É necessário, então, o uso de critérios de seleção, não há outra forma.

Portanto, a necessidade de critérios de seleção não pode ser contestada, embora obviamente possa ser discutida a validade destes critérios. Justamente um destes critérios, o de relevância, é motivo de alerta por parte de Sponholz, no sentido de que não deve ser confundido com presença ou ausência de objetividade: “A escolha de pauta é um problema de relevância (o que é importante) e não de objetividade (o que é verídico)” (SPONHOLZ, 2003, p.113). Sponholz, para quem a “objetividade absoluta” não existe por não ser possível o conhecimento absoluto e total da realidade, refuta a confusão de imparcialidade com objetividade.

---

8ª edição; 7) MARANHÃO, Carlos. *Manual de Estilo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Abril Editora/Nova Fronteira, 1990; 8) MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo – O Estado de S. Paulo*. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990; 9) GARCIA, Luiz. *Manual de redação e estilo – O Globo*. Rio de Janeiro: Globo. 1992; 10) ZERO HORA. *Manual de ética, redação e estilo*. Porto Alegre, RBS/L&PM, 1994.

Não se coloca em questão que o conceito de imparcialidade está ligado à concepção que se tem sobre as funções sociais da imprensa. No entanto, o problema não é a função que o jornalismo deve exercer e sim a função que o jornalismo pode exercer através da imparcialidade. E a exigência de neutralidade, imparcialidade ou pluralismo responde à necessidade de que o jornalismo seja o espaço em que diferentes segmentos sociais com posturas variadas e até mesmo contraditórias se encontrem para discutir os problemas que afetam a sociedade. Para que o jornalismo represente esta ágora, é preciso ser plural. Isto, no entanto, não tem necessariamente a ver com objetividade no sentido de busca ou aproximação da realidade. (SPONHOLZ, 2003, p.111)

De volta a Hohlfeldt e seu estudo sobre os valores caros ao jornalismo, sobretudo a objetividade (mas não só a objetividade), também vale observar como a imparcialidade é tratada pelos pesquisadores. Para Juarez Bahia, a imparcialidade é “um ideal”. No entendimento de Carlos Alberto Di Franco, a imparcialidade, assim como a isenção, enfrenta uma batalha contra “a manipulação deliberada”. Para Elcias Lustosa, a imparcialidade deve ser tratada como “um mito”, pois nunca ocorreu no jornalismo (HOHLFELDT, 2001, p.11-12).

No entanto, nenhum deles submete a imparcialidade ao alcance pleno da objetividade. Diferentemente destes autores brasileiros, os teóricos do jornalismo como ação política adotaram a parcialidade como oposto à objetividade nos seus estudos, conforme observa Traquina:

A própria teoria democrática influencia fortemente a definição social da postura profissional dos profissionais do Quarto Poder. A objetividade, ou o que se aceita como seu oposto [pelos teóricos da ação política], a parcialidade, são conceitos que a maioria dos cidadãos associa ao papel do Jornalismo e que são consagrados nas leis que estabelecem balizas do comportamento dos órgãos de comunicação social, em particular do setor público. (TRAQUINA, 2012, p.163-164)

Traquina avalia que, não importa se à direita ou à esquerda, estas teorias da ação política, ou da parcialidade, atribuem um papel instrumentalista aos *media* noticiosos: “[...] na versão de esquerda, os *media* noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo” (TRAQUINA, 2012, p.164-

165). Observa o autor que várias pesquisas apontaram conclusões diferentes e até mesmo opostas.

Os estudos de Efron (1971), Kristol (1975) e, em particular, de Lichter, Rothman e Lichter (1986), com o seu título sugestivo *A elite midiática*<sup>53</sup>, argumentam que os jornalistas constituem uma “nova classe”, com claras parcialidades políticas que “distorcem” as notícias para a propagação de suas opiniões anti-capitalistas. No sentido político oposto, Chomsky e Herman (1979<sup>54</sup>) argumentam que a cobertura noticiosa norte-americana da repressão no chamado “Terceiro Mundo” e o papel do governo norte-americano em tal repressão são distorcidos pela subordinação dos *media* aos interesses e perspectivas das elites políticas e econômicas dos Estados Unidos da América. Para Herman e Chomsky, as notícias são “propaganda” que sustenta o sistema capitalista. (TRAQUINA, 2012, p. 164, grifos do autor)

A credibilidade do jornalismo vai sendo minada a partir da ideia, amplamente disseminada pelos teóricos da parcialidade, de que os jornalistas atendem a interesses outros que não os da prática profissional. Ou avançando um pouco mais: que esta prática profissional em verdade é em si contaminada por interesses. Os ataques à imprensa passaram inclusive a figurar como estratégia de acesso ao poder por políticos como Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil. Uma vez eleitos, os ataques à imprensa se tornaram parte de suas rotinas de governo.

Para compreender este processo, independentemente da apreciação de outras obras identificadas como integrantes destes estudos da parcialidade, aqui se faz a revisão de dois “clássicos”, de autores apontados por Traquina e anteriormente citados nesta tese, como opostos em suas conclusões, mas partindo do mesmo princípio: uma parcialidade inerente aos jornalistas – e ao jornalismo – que os impede de atingir a objetividade.

Em um primeiro momento, será analisado *The media elite*, título de 1986 de autoria de Robert Lichter, Stanley Rothman e Linda Lichter, que concluem ser de esquerda a elite midiática dos Estados Unidos que influencia toda a restante da imprensa do país. Em contraposição, será analisado em seguida o título *Manufacturing consent: he political economy of the mass media*<sup>55</sup>, de Edward

<sup>53</sup> O livro, em sua versão original em inglês (*The media elite*), será examinado ainda neste capítulo.

<sup>54</sup> A obra em questão, de Noam Chomsky e Edward Herman, é *The political economy of human rights*, conforme bibliografia elencada por Traquina (2012).

<sup>55</sup> Também analisado por Traquina (2012).

Herman e Noam Chomsky, publicado em 1988, apenas dois anos após *The media elite*.

Não se pretende nesta tese fazer um confronto entre as diferentes percepções das duas obras, muito menos se buscar um consenso, mas sim constatar que a mesma premissa (a necessidade da imparcialidade dos jornalistas) pode servir para conclusões diversas e até opostas, do ponto de vista ideológico. Também foi feita a opção pela leitura das duas obras em seus originais em inglês para melhor compreensão comparativa, principalmente entre termos técnicos do jornalismo, uma vez que *The media elite* não tem tradução em português<sup>56</sup>.

Os dois livros a seguir examinados tomaram como base de análise a imprensa de referência dos Estados Unidos, que pauta o restante da mídia noticiosa do país e exerce forte influência na opinião pública. Conforme Maxwell McCombs (2009), em seu clássico *Teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*<sup>57</sup>, a própria mídia gera interesse da mídia e se retroalimenta, criando um conjunto de interações e influência de vários veículos de comunicação entre si, um fenômeno identificado por ele como “agendamento intermídia” (MCCOMBS, 2009, p. 155).

Para McCombs, a “mídia noticiosa de elite”, como ele classifica, exerce forte influência na agenda de outros veículos, sendo especialmente importantes as agências de notícias de abrangência global.

Os jornais locais e as estações de televisão observam todos os dias as agendas noticiosas de seus competidores diretos que disputam a atenção local. Veículos locais também observam as agendas propostas por organizações de *status* superior.<sup>58</sup> Nos Estados Unidos são os casos de principais jornais regionais, a Associated Press, as redes nacionais de televisão, e os jornais de elite de Nova York e Washington. Naturalmente, estes meios de comunicação de maior *status* também se observam (MCCOMBS, 2009, p. 179).

---

<sup>56</sup> *Manufacturing consent: the political economy of the mass media* foi publicado no Brasil, em 2003, pela editora Futura (São Paulo), sob o título *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*.

<sup>57</sup> A obra faz parte das Referências Bibliográficas desta tese, mas em sua edição brasileira de 2009. A primeira edição americana é de 1972.

<sup>58</sup> O autor desta tese não concorda com a denominação de organizações jornalísticas como de “*status* superior”, o que implica classificar, por oposição, outras como de “*status* inferior”. Por organizações de *status* superior entendemos organizações de mais prestígio e principalmente maior abrangência, também identificadas como “imprensa de referência”.



McCombs destaca que os jornalistas rotineiramente confirmam suas opções na seleção de notícias a partir da comparação com o trabalho de seus colegas e se preocupam em não deixar de fora do seu noticiário os fatos publicados pela concorrência ou por outras organizações jornalísticas de maior alcance. A partir desta lógica, é que algumas pesquisas, inclusive as que a seguir serão examinadas, escolhem como objeto de estudo a chamada mídia de referência para trabalhar análises que possam compreender panoramas mais gerais.

### 1.3.1. A elite da mídia

Em *The media elite* (1986), Robert Lichter, Stanley Rothman, e Linda Lichter sustentam a tese de que a elite midiática dos Estados Unidos, formada por jornalistas das principais organizações do país, apresentam em suas matérias um viés de esquerda incompatível com a percepção média de realidade que tem o público do país. Conforme Traquina, os autores “analisaram a ‘composição social’ e os valores dos jornalistas estadunidenses e chegaram à conclusão de que os jornalistas têm valores mais à esquerda que a população norte-americana e constituem uma ‘nova classe’ que é anticapitalista” (TRAQUINA, 2012, p.165).

A base da análise de Lichter, Rothman e Lichter abrange um conjunto de 238 entrevistas realizadas em 1979 e 1980 com jornalistas dos jornais *The New York Times*, *The Washington Post* e *The Wall Street Journal*, das revistas *Time*, *Newsweek* e *U.S. News and World Report*, e das três principais redes comerciais de televisão CBS, NBC, ABC e da rede de televisão pública PBS<sup>59</sup>.

As impressões coletadas nas entrevistas com jornalistas são confrontadas com outras anotadas em entrevistas com 216 executivos de empresas dos Estados Unidos que figuravam, à época, entre as mais importantes em tradicional lista organizada pela revista *Fortune*. Além das entrevistas com jornalistas, o noticiário de algumas organizações é pontualmente examinado sob a metodologia de análise de conteúdo. Ao fim, a conclusão de Lichter, Rothman e Lichter é que a parcialidade é inerente à imprensa e dificulta o exercício da missão de *watchdog*,

---

<sup>59</sup> Todas são organizações jornalísticas com fins comerciais, à exceção da PBS, uma rede de TV que, embora reúna emissoras privadas, tem finalidade não lucrativa e atua de forma semelhante a uma empresa pública. Para mais informações a respeito de PBS, consultar: <<https://www.pbs.org/about/about-pbs/mission-values/>>. Acesso em: 21 out. 2022.

que os autores lembram ser uma das premissas do jornalismo independente e imparcial:

Nosso esforço visa a eliminar a falsa dicotomia entre uma matéria “verdadeira” e uma “tendenciosa”. O julgamento das notícias reflete necessariamente perspectivas parciais, que são filtradas pelas convenções da profissão jornalística. As notícias sempre representarão a interação de perspectivas individuais e convenções de grupo. Mas nenhum dos termos da equação é estático. (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.153 <sup>60</sup>)

Segundo os próprios autores, a metodologia utilizada foi “o resultado de um estudo empírico longo e multifacetado que combinou pesquisas de opinião pública, testes psicológicos e análise de conteúdo<sup>61</sup>” (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.IX). O trabalho foi desenvolvido com jornalistas selecionados de forma aleatória no corpo editorial das organizações jornalísticas selecionadas por serem, segundo os autores, veículos-chave de representação nacional (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986), segundo a maior parte dos estudos acadêmicos<sup>62</sup>. Os autores buscaram examinar as origens sociais e as opiniões políticas dos jornalistas, assim como suas motivações e as orientações adotadas pelo noticiário por eles produzido.

Para os autores, o ideal de objetividade, valor caro ao jornalismo, se institucionaliza nos Estados Unidos não por acaso, mas pela necessidade de oposição à valorização da individualidade presente na fundação da nação. Por este raciocínio, a objetividade se fez necessária justamente para contrastar com a subjetividade própria de uma sociedade individualista (LICHTER; ROTHMAN;

---

<sup>60</sup> Esta e todas as outras seguintes citações de Lichter, Rothman e Lichter têm tradução nossa. No original, em inglês: “Our effort is aimed at eliminating the false dichotomy between a “true” and a “biased” story. News judgment necessarily reflects partial perspectives, which are filtered through the conventions of the journalistic profession. The news will always represent the interaction of individual perspectives and group conventions. But neither term in the equation is static.” Todas as traduções apresentadas ao longo desta tese são do autor.

<sup>61</sup> No original, em inglês: “Our findings are the outcome of a lengthy and multifaceted empirical study that combined public opinion polling, psychological testing, and scientific content analysis.”

<sup>62</sup> Em nota ao capítulo 1, os autores trazem como exemplo os seguintes autores e seus estudos: Carol H. Weiss, *What America's Leaders Read*, *Public Opinion Quarterly* 38 (1974), 1-21; Michael Robinson e Maura Clancey, *King of the Hill*, *Washington Journalism Review* (July-August 1983), 46-49; Leon V. Sigal, *Reporters and Officials* (Lexington, Mass.: D.C. Heath, 1973).

LICHTER, 1989, p.4). Citando Michael Shudson<sup>63</sup>, lembram que o jornalismo busca métodos para se afastar da subjetividade:

Ainda nas décadas de 1920 e 1930, começou a crescer nos Estados Unidos a percepção dos inevitáveis elementos de subjetividade no noticiário e a resposta foi dar uma maior ênfase ao conhecimento científico e à capacitação de forma a aproximar o mais possível um relato objetivo dos fatos. (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.5<sup>64</sup>)

Aqui vale abrir parênteses para observar que Shudson aponta que os anos 1920 e 1930 foram particularmente importantes para o entendimento da importância da objetividade como valor pela intensa atividade de relações públicas<sup>65</sup> durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Acabado o confronto, os jornalistas perceberam que tinham recebido informações que não representavam a realidade e passaram a desenvolver e aperfeiçoar a metodologia da objetividade, que, para Schudson, se torna uma ideologia (SCHUDSON, 210).

De volta aos autores de *The media elite*: eles entendem que, embora conceitualmente válido, o princípio da objetividade não é possível na prática. Sua pesquisa busca demonstrar isso, a partir da identificação daquilo “[e]m que os jornalistas acreditam, como chegam a suas crenças e como essas crenças influenciam as notícias?”<sup>66</sup> (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.18-19).

Os autores partem de entrevistas realizadas em 1979 e 1980 com 238 jornalistas das organizações selecionadas de maneira a comparar com outras realizadas com 216 executivos das seis empresas mais bem colocadas no tradicional ranking da revista *Fortune*. Tanto entre os jornalistas quanto entre os executivos o processo de seleção foi randômico, e entre os escolhidos nem todos aceitaram

---

<sup>63</sup> Conforme nota de rodapé: Michael Schudson, *Discovering the News*. New York: Basic Books, 1978. Faz parte da bibliografia desta tese a mesma obra, em português (*Descobrendo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*).

<sup>64</sup> No original, em inglês: “Even in the 1920s and 1930s, the awareness of the inevitable elements of subjectivity in news reporting began to grow in this country, the response was to place greater emphasis on scientific understanding and training in order to approximate as possible an objective reporting of the facts.”

<sup>65</sup> Embora haja pequenas diferenças, o *public relations (PR)* estadunidense especializado no relacionamento com a imprensa, também chamado de *media relations*, corresponde ao que no Brasil costumamos chamar de “assessor de imprensa” ou, mais recentemente, “assessor de comunicação” pela incorporação de outras tarefas, como prover conteúdo para redes sociais, por exemplo.

<sup>66</sup> No original, em inglês: “What do journalists believe, how do they come by their beliefs, and how do these beliefs influence the news?”

participar da pesquisa. Um dos primeiros resultados apontados no livro é o perfil dos jornalistas desta elite, majoritariamente de homens brancos.

Particularmente importante na constituição do trabalho é a posição política dos jornalistas, aqui definidas pelos próprios, segundo apontam Lichter, Rothman e Lichter, relatando que os 54% classificados como liberais se dizem à esquerda do centro, enquanto os 17% identificados como conservadores se posicionam à direita do centro, cabendo ao restante justamente a posição de meio termo<sup>67</sup> (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.27). Segundo os autores, a pesquisa mostra que estes jornalistas, em geral, são fortes defensores da proteção ambiental, da ação afirmativa, dos direitos das mulheres e dos homossexuais e a favor da liberdade sexual em geral, numa perspectiva cosmopolita e liberal que prioriza o social em vez do econômico (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986).

Um dado importante, segundo os autores, para demonstrar o descolamento da perspectiva dos jornalistas em relação à opinião pública, é o seu posicionamento em relação a alguns temas relevantes para a sociedade:

Em vários temas sobre os quais perguntamos, esta enorme pesquisa replica nossas descobertas, ao mesmo tempo que demonstra um abismo entre os produtores de notícias e os leitores de notícias. Desta forma, 82 por cento dos jornalistas são favoráveis à livre escolha no aborto, contra 51 por cento do público; 81 por cento apoiam a ação afirmativa para as minorias, contra 57 por cento em amostra nacional; e 89 por cento defendem os direitos homossexuais na contratação no trabalho, contra 56 por cento do público. (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.41 <sup>68</sup>)

Para Lichter, Rothman e Lichter, as pautas não são escolhidas de forma randômica, mas de acordo com as preferências do jornalista (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986), ou seja, jogando o foco no sujeito (subjetividade) e desfazendo o tradicional postulado jornalístico de dar toda atenção ao fato, ao assunto, ao objeto (objetividade).

---

<sup>67</sup> Nesta tese, na apreciação da obra *The media elite*, optou-se por manter a terminologia dos seus autores e comum nos Estados Unidos, para referência entre liberais, mais à esquerda, e conservadores, à direita.

<sup>68</sup> No original, em inglês: “On several issues we asked about, this massive survey replicates our findings while also demonstrating a gulf between news producers and news readers. Thus, 82 percent of journalists are pro-choice on abortion, vs. 51 percent of the public; 81 percent support affirmative action for minorities, vs. 57 percent of the national sample; and 89 percent uphold homosexual rights in hiring, vs. 56 percent of the public. ”

O capítulo 3 do livro, intitulado “Who’s news”, é chave para entender como os autores estabelecem *quem é notícia*, e *o que é notícia*, para a chamada mídia de elite estadunidense a partir da escolha das pautas e das fontes pelos jornalistas. Para eles, este processo revela uma clara opção pelos vieses dos jornalistas autores das matérias – como já identificaram anteriormente que em sua maioria os jornalistas são liberais, que estão à esquerda do centro, aos leitores da obra fica fácil concluir que, portanto, a maior parte das notícias traz uma inclinação a estas posições.

Através de estudo comparativo ao longo do capítulo, contrapondo jornalistas a executivos – os dois grupos respondentes à pesquisa –, os autores chegam à conclusão de que “[a]s pessoas gravitam em torno de fontes cujas perspectivas estão de acordo as suas<sup>69</sup>” (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.62). Mas Lichter, Rothman e Lichter não levam em conta a diferença aqui da natureza de trabalho dos executivos, comprometidos com os objetivos de suas corporações, e jornalistas, que se autoatribuem o papel de guardiões da sociedade, conforme constata os próprios autores (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986).

A partir de uma enquete com jornalistas e executivos, para que os próprios apontem fontes confiáveis em assuntos de relevância nacional e que suscitem tomadas de posições, os autores buscam demonstrar tendências na cobertura pela imprensa (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986). Por exemplo, no tema “bem-estar social”, 75% dos jornalistas apontaram liberais como confiáveis, contra apenas 17% dos executivos. Quando se trata de conservadores, há uma coincidência de 22% dos integrantes de cada grupo em considerá-los fontes confiáveis.

No tema “proteção ao consumidor”, o maior índice de confiabilidade entre os jornalistas foi alcançado por ativistas de causas (63%), enquanto o ápice entre os executivos foram os grupos econômicos (63%). Para executivos, é de 33% a confiança nos ativistas, enquanto para os jornalistas é de 22% nos grupos econômicos. Entre os jornalistas, 44% confiam nas associações de consumidores, enquanto que entre os executivos este índice cai para 30%.

Em “poluição e ambiente”, os jornalistas têm índice de confiança de 69% nos ativistas ambientais e de 68% nas agências governamentais federais; os executivos, de 56% nas agências governamentais federais e de 34% nos grupos

---

<sup>69</sup> No original, em inglês: “People gravitate toward sources whose perspectives accord with their own.”

econômicos (para jornalistas, 27% nos grupos econômicos; para executivos, 25% nos ativistas ambientais). Ao analisarem o conjunto das respostas, os autores chegam à conclusão de que “o lado liberal supera consistentemente o conservador<sup>70</sup>” (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.62).

Isso não significa uma conspiração para excluir as vozes conservadoras, mas apenas reflete a tendência humana de se buscar com mais frequência aqueles em quem você confia, e para confiar mais naqueles que pensam como você. Isso representa um especial problema para os jornalistas. (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.62<sup>71</sup>)

Uma vez que estabeleceram a premissa de que soa natural ao ser humano buscar referências entre os que mais se alinham com seu pensamento, os autores partem para confirmá-la ao trazerem os resultados obtidos a partir de um segundo exercício em que os jornalistas e os executivos foram instados a resumir matérias de jornais. Os textos tratavam de ações afirmativas, suborno, situação econômica de brancos e negros e, por último, uma disputa entre a indústria do petróleo e grupos organizados de consumidores.

O primeiro texto trata das dificuldades de acesso às universidades pelas mulheres e pelos negros; o segundo, sobre legislação que proíbe a prática de suborno no exterior a executivos de empresas estadunidenses baseadas em outros países; o terceiro, a respeito da diferença de condições de vida entre negros e brancos, estes possivelmente favorecidos economicamente; e o quarto, a votação de uma lei, pela Câmara, para ordenar o desenvolvimento da indústria de exploração de petróleo e gás.

Para histórias que tratam de disparidades raciais de renda, ação afirmativa e suborno em práticas de negócios, os resumos dos profissionais da mídia e dos executivos diferem em um grau estatisticamente significativo. Depois de ler as mesmas histórias, é mais provável que o grupo de mídia aponte uma disparidade racial crescente de renda e o grupo de negócios entenda que ela está diminuindo; já os jornalistas tendem a ver ameaças à ação afirmativa numa situação em que os empresários observam a discriminação reversa; os representantes da imprensa percebem

<sup>70</sup> No original, em inglês: “[...] the liberal side consistently outweighs the conservative.”

<sup>71</sup> No original, em inglês: “This does not imply a conspiracy to exclude conservative voices, but merely reflects the human tendency to turn more often to those you trust, and to trust most those who think most like you do. This presents a special problem for journalists.”

com mais frequência uma falta de ética nos negócios onde os industriais encontram padrões injustos. Finalmente, a mídia é um pouco (mas não significativamente) mais crítica a respeito da indústria de petróleo e gás. (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.69-70 <sup>72</sup>)

O passo seguinte do estudo é avaliar as percepções de jornalistas e executivos a partir de um teste psicológico (Thematic Apperception Test – TAT), com o objetivo de estabelecer as suas motivações a partir da apresentação de fotografias de situações ambíguas, dificultando a clara identificação das situações. Foi solicitado aos participantes do estudo criar uma história para cada uma das fotografias e, a partir da coleção de relatos de jornalistas, por um lado, e de executivos, por outro, os autores conheceriam as motivações de cada um dos grupos (considerando a média destes relatos).

Todas as quatro fotos suscitam discussões relevantes: na primeira imagem, dois homens de uniforme aparecem ladeando um terceiro com uniforme diferente e que, aparentemente, está sendo sujeitado pelos dois primeiros; na segunda, dois homens aparentemente treinam num ringue de boxe, sendo branco o que aparece em primeiro plano, enquanto que aquilo que está em plano de fundo encontra-se à sombra, com sua silhueta em negro, e aparenta ser um *sparring*; na terceira, em um escritório, aparecem dois homens bem vestidos, sendo o primeiro de meia idade e aparentemente quem fala, e o outro mais jovem; e na quarta, um homem e uma criança, ambos negros, conversam diante do que parece ser uma estante de livros doméstica.

Para a primeira foto, a dos homens de uniforme, entre os que criaram histórias antiautoridade, os jornalistas representam 65%, enquanto que os executivos são 58% dos que fizeram relatos pró-autoridade (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.73-76). Para a segunda foto, a dos boxeadores, entre os que os identificaram como oprimidos, 61% são de jornalistas e 31%, de executivos. Já os executivos representam 62% dos que percebem os retratados

---

<sup>72</sup> No original: “For stories dealing with racial income disparities, affirmative action, and bribery in business practices, the media and business summaries differ to a statistically significant degree. After reading the same stories, the media group is more likely to recall a rising racial income gap and the business group to remember a declining one; the journalists differentially tend to see threats to affirmative action where the businessmen observe reverse discrimination; members of the press more often perceive a lack of business ethics where the industrialists find unfair standards. Finally, the media subjects are slightly (but not significantly) more critical of the industry position on offshore drilling.”

como bem-sucedidos, contra 38% de jornalistas (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.76-79).

Para esses jornalistas, a foto de dois boxeadores não traz à mente pensamentos sobre um *Rocky* triunfante, capaz de superar dificuldades e alcançar vitórias ou campeonatos. Em vez disso, eles ruminam sobre racismo, pobreza, exploração e o fracasso final do oprimido. A metáfora dominante vem menos de *Rocky*<sup>73</sup> do que de *As vinhas da ira*<sup>74</sup>. (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.79<sup>75</sup>)

Para a terceira foto, a dos dois homens bem vestidos em um escritório, os autores consideraram negativas as histórias que indicaram que os retratados eram responsáveis por algum ato ilícito ou antiético, e positivas as que apontaram que eles contribuíam para o bem-estar da sociedade. Dentre todos os que apontaram corrupção ou outro comportamento reprovável, considerando os dois grupos, 78% são jornalistas; entre os que identificaram positivamente os retratados, 62% são jornalistas (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986).

Para a quarta foto, a do adulto e da criança negros, quase um terço dos relatos (31%) abordaram questões sociais e/ou raciais. “Os jornalistas são significativamente mais propensos do que os executivos a elencar temas de desvantagem racial ou social. Eles respondem por 62% dessas histórias, com os empresários ficando com apenas 38%<sup>76</sup>” (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.83).

<sup>73</sup> Os autores referem-se à personagem de cinema Rocky Balboa, vivido pelo ator Sylvester Stallone, um lutador que supera obstáculos para ser campeão. O sucesso do primeiro filme, *Rocky, o lutador*, de 1976, dirigido por John Avildsen, deu origem a uma franquia que, até a publicação de *The media elite*, já contava com outros três filmes: *Rocky II*, de 1979, *Rocky III*, de 1982, e *Rocky IV*, de 1985, todos dirigidos por Sylvester Stallone. No Brasil, estão disponíveis para assinantes dos canais Telecine em: <<https://www.telecine.com.br/franquia/rocky-balboa>>. Acesso em: 24 out. 2022.

<sup>74</sup> *As vinhas da ira*, filme de 1940, de John Ford, narra a história de Tom, que leva a família à Califórnia, durante a grande depressão americana, em busca de uma “terra prometida”, mas tudo que encontra é um ambiente hostil. O filme é baseado no romance de mesmo nome, escrito por John Steinbeck e publicado em 1939. Ver: <<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-1268/>> e <<https://www.record.com.br/produto/as-vinhas-da-ira/>>. Acessos em: 24 out. 2022.

<sup>75</sup> No original, em inglês: “For these journalists, then, the picture of two boxers does not bring to mind thoughts of Rocky triumphant, of overcoming the odds to win victories or championships. Instead, they ruminate on racism, poverty, exploitation, and the ultimate failure of the downtrodden. The controlling metaphor comes less from Rocky than *The Grapes of Wrath*.”

<sup>76</sup> No original, em inglês: “Journalists are significantly more likely than businessmen to apply themes of racial or social disadvantage. They comprise 62 percent of such stories, with the businessmen furnishing only 38 percent [...]”



Lichter, Rothman e Lichter encerram o capítulo anunciando que nele foi estabelecido que as escolhas dos jornalistas são compatíveis com suas perspectivas sociais e políticas, apontadas por eles mesmos. A lembrar: os jornalistas em sua maioria, de acordo com os próprios autores, se definem politicamente à esquerda do centro ou simplesmente liberais (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.92).

Outro capítulo importante é o 5, em que os autores apresentam o “princípio de Rashomon”, baseado no filme do japonês Akira Kurosawa<sup>77</sup>, em que uma mesma história é contada por quatro pessoas diferentes, cada uma apresentando sua versão, sendo que todas são incompatíveis entre si, mesmo quando comparadas aos pares. A partir deste princípio, os autores defendem que o ponto de vista do narrador, ainda que seja um jornalista, será fundamental para toda história ganhar um viés próprio, sem levar em consideração a possibilidade da busca de um caminho reto e direto ao objeto em questão, a notícia.

Ao rechaçarem a proposta de que, nas palavras citadas de um presidente da rede de televisão CBS, Frank Stanton, “a imprensa segura um espelho para a sociedade e tenta relatá-lo o mais fielmente possível<sup>78</sup>” (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.133-134), os autores advogam que os próprios jornalistas usualmente reconhecem que as notícias não são nem a pura verdade nem espelham fielmente a realidade.

Lichter, Rothman e Lichter trazem então uma outra “perspectiva ótica” para a interpretação da sociedade, substituindo o espelho pelo prisma, cuja superfície facetada propicia a criação de múltiplas imagens: “Notícias são como um prisma que divide um único objeto em múltiplas imagens. A imagem que percebemos depende igualmente do objeto, do olho de quem o observa e – não menos importante – do próprio prisma<sup>79</sup>” (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.134).

A curiosa proposta de *Rashomon*, o filme, não contempla a possibilidade da mediação de uma quinta pessoa exterior ao grupo de personagens, papel que

<sup>77</sup> Rashomon, que dá título ao filme, é uma referência ao portal de um templo erigido no século XII na cidade japonesa de Kioto, à época capital imperial do Japão. O filme, dirigido por Akira Kurosawa, é de 1950. Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/30/ilustrada/14.html>>. Acesso em: 24 out. 2022.

<sup>78</sup> Extrato do original, em inglês: “In the words of former CBS president, Frank Stanton, ‘What the media do is to hold a mirror up to society and try to report it as faithfully as possible.’”

<sup>79</sup> No original, em inglês: “News is like a prism that breaks a single object into multiple images. The image we perceive depends equally on the object, the eye of the beholder, and – not least – the prism itself.”

normalmente é exercido pelos diretores de cinema ao nos contarem uma história em película. No universo da imprensa, a tarefa seria exercida por um jornalista, que confrontaria as diferentes versões em busca de um consenso. Os investigadores de polícia fazem algo parecido, assim como os representantes da Justiça em um tribunal. Esta negativa da mediação e a afirmação da possibilidade legítima da multiplicidade de versões são estratégias de esvaziamento do papel da imprensa, conforme observa Kakutani (2018).

O último capítulo de *The media elite*, “And that’s the way it is...”, aponta as conclusões da obra, em que os autores voltam a traçar o perfil dos jornalistas de elite como majoritariamente à esquerda do centro, eleitores do Partido Democrata, cosmopolitas e apartados da realidade das pequenas cidades medianas dos Estados Unidos, a favor do Estado de bem-estar social e apoiadores das políticas afirmativas. A partir das entrevistas com jornalistas (e executivos, para comparação), dos testes TAT e da análise de conteúdo, Lichter, Rothman e Lichter reforçam as conclusões de cada capítulo, de que a objetividade é inalcançável por conta do viés empreendido pelos jornalistas na construção de suas matérias.

Em resumo, as opiniões conscientes da elite da mídia parecem ser parcialmente refletidas na forma como ela estrutura subconscientemente a realidade social. Essas descobertas mostram como a pura objetividade jornalística é inatingível, já que até mesmo o esforço consciente para ser objetivo decorre de uma imagem mental já condicionada do mundo, em algum grau, pelas crenças dos jornalistas. (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986, p.296<sup>80</sup>)

As conclusões de Lichter, Rothman e Lichter buscam confirmar a hipótese por eles proposta de que ideias e preconceitos (aqui na acepção de conceitos prévios) dos jornalistas exercem papel fundamental na construção da notícia. Mas os autores antecipam conclusões ao longo do livro, como ainda no capítulo 3, onde advertem que não somente os jornalistas tendem a minimizar seus valores pessoais, mas também os teóricos que entendem que crenças pessoais são superadas por interesses comerciais das organizações jornalísticas. Esta perspectiva aparece

---

<sup>80</sup> No original: “In sum, the media elite’s conscious opinions seem to be partly reflected in the ways they subconsciously structure social reality. These findings show how pure journalistic objectivity is unattainable, since even the conscious effort to be objective takes place within a mental picture of the world already conditioned, to some degree, by one’s beliefs about it.”

primeiro na teoria organizacional formulada por Warren Breed (2016), e depois é aprofundada por teóricos da parcialidade de esquerda.

Portanto, a leitura de *The media elite* sugere que a preocupação dos autores é também refutar ideias contrárias às suas, de forma a tentar derrubar teorias do jornalismo construídas a partir de uma perspectiva à esquerda, centradas principalmente nas relações econômicas e nos grupos hegemônicos como determinantes do noticiário.

### 1.3.2. Fabricando consenso

Não há em *The media elite* citação de contestação direta a autores de esquerda, mas o mesmo não se verifica em *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*, obra clássica de Edward Herman e Noam Chomsky publicada originalmente em 1988, dois anos depois do livro de Lichter, Rothman e Richter. A referência feita por Herman e Chomsky não é na obra original, mas na introdução à edição de 2002, quando lembram que Linda e Robert Richter criaram e dirigiam desde meados dos anos 1980 o The Center for Media and Public Affairs (não há referência a Stanley Rothman).

Herman e Chomsky apontam que a instituição dirigida por Linda e Robert Richter se apresenta como sem fins lucrativos e não partidária, mas “seu Media Monitor e as pesquisas acadêmicas prosseguem em seus primeiros esforços de demonstrar o viés liberal e propensão antinegócios dos meios de comunicação de massa<sup>81</sup>” (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]).

Visão exatamente oposta à dos autores de *The media elite* têm Herman e Chomsky, que aproximam a cobertura noticiosa das práticas do mercado publicitário ao identificá-la como “um modelo de propaganda”, em que a desigualdade permite a quem tem riqueza e poder, ao governo e à dominante iniciativa privada o exercício de influência sobre os interesses e as escolhas dos meios de comunicação de massa.

---

<sup>81</sup> Estas e todas as seguintes citações de Herman e Chomsky têm tradução nossa. No original, em inglês: “Their Media Monitor and research studies continue their earlier efforts to demonstrate the liberal bias and anti business propensities of the mass media.”

Este conceito de noticiário como propaganda é a chave do livro, sendo desenvolvido logo no primeiro capítulo, intitulado “A propaganda model”, ou “Um modelo de propaganda”. Importante frisar que Herman e Chomsky utilizam o termo “propaganda” em seu sentido geral: o ato de propagandear ideias, e não como no segmento de publicidade, de divulgação através de anúncios<sup>82</sup>. Para construir este modelo, os autores combinam cinco tópicos:

Os ingredientes essenciais do nosso modelo de propaganda, ou conjunto de “filtros” de notícias, compreendem os seguintes tópicos: (1) a dimensão da concentração de propriedade, detentores de riqueza e orientação para o lucro das empresas dominantes no setor de comunicação de massa; (2) a publicidade como principal fonte de renda dos meios de comunicação de massa; (3) a confiança da mídia nas informações fornecidas pelo governo, empresas, e “especialistas” financiados e aprovados por essas fontes e agentes primários de poder; (4) “flak”<sup>83</sup> como meio de disciplinar a mídia; e (5) “Anticomunismo” como religião nacional e mecanismo de controle. Esses elementos interagem e reforçam-se uns aos outros. (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]<sup>84</sup>)

Assim como Lichter, Rothman e Lichter fizeram, também Herman e Chomsky entendem que a imprensa sofre um processo em que um certo número de veículos de referência determina a pauta dos demais, recorrendo a uma imagem criada por Ben Bagdikian, em *The media monopoly*,<sup>85</sup> de 1983<sup>86</sup>: o “ministério privado da informação e cultura” formado por 29 grupos de mídia. À época, estes

<sup>82</sup> Para o termo propaganda em inglês, ver Cambridge Dictionary online:

<<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/propaganda>>; Para o termo propaganda em português, uso no Brasil, ver Dicionário Michaelis online: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/propaganda/>>. Acessos em 24 out. 2022.

<sup>83</sup> Flack é termo que pode ser definido como pressão coordenada sobre a imprensa. Na p.86, os autores são explícitos em relação ao termo: “Flak” refers to negative responses to a media statement or program. It may take the form of letters, telegrams, phone calls, petitions, lawsuits, speeches and bills before Congress, and other modes of complaint, threat, and punitive action. It may be organized centrally or locally, or it may consist of the entirely independent actions of individuals.”

<sup>84</sup> No original, em inglês: “The essential ingredients of our propaganda model, or set of news “filters,” fall under the following headings: (1) the size, concentrated ownership, owner wealth, and profit orientation of the dominant mass-media firms; (2) advertising as the primary income source of the mass media; (3) the reliance of the media on information provided by government, business, and “experts” funded and approved by these primary sources and agents of power; (4) “flak” as a means of disciplining the media; and (5) “anticommunism” as a national religion and control mechanism. These elements interact with and reinforce one another.

<sup>85</sup> BAGDIKIAN, Ben. *The media monopoly*, 6th ed. Boston: Beacon Press, 2000.

<sup>86</sup> Para informações a respeito da primeira edição: <<http://www.beacon.org/The-New-Media-Monopoly-P1127.aspx>>. Acesso em: 24 out. 2022.

grupos publicavam mais da metade dos jornais do país e tinham participação significativa nos segmentos de revistas, TV, livros e filmes.

A concentração de propriedade consiste no primeiro dos cinco tópicos apontados por Herman e Chomsky como pilares do “modelo de propaganda”. Segundo os autores, os conglomerados de mídia, assim como as agências de publicidade e as grandes corporações internacionais, têm interesse na criação de condições favoráveis de investimento nos países do chamado Terceiro Mundo, guardando com os seus governos e parceiros uma relação “simbiótica<sup>87</sup>” (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]).

O segundo tópico analisado diz respeito à publicidade como principal fonte de renda das organizações jornalísticas, cujo modelo de negócio baseia-se na venda de anúncios<sup>88</sup> – até mesmo os jornais pagos, lembram Herman e Chomsky, trabalham com preço por exemplar abaixo do seu custo de produção. Além disso, os autores defendem que os anunciantes privilegiam os programas destinados aos que têm mais poder de compra, prejudicando desta forma grande parte da classe trabalhadora (HERMAN; CHOMSKY, 2008). A outra questão ligada à publicidade é a orientação ideológica dos anunciantes:

Além da discriminação contra organizações midiáticas hostis, os anunciantes também escolhem seletivamente os programas com base em seus próprios princípios. Com raras exceções, são cultural e politicamente conservadores. Grandes anunciantes de televisão raramente patrocinam programas que fazem críticas severas às atividades corporativas, como o problema da degradação ambiental, o funcionamento do complexo militar-industrial ou o apoio corporativo e os incentivos às tiranias do Terceiro Mundo. (HERMAN; CHOMSKY, 2008, n.p.<sup>89</sup>)

<sup>87</sup> Os autores citam Erik Barnouw como autor da ideia de simbiose com agentes governamentais e representantes do mercado de países do Terceiro Mundo em seu livro *The Sponsor* (Oxford University Press: Nova York, 1978, p. 158)

<sup>88</sup> Este modelo de negócios, ainda predominante na imprensa ocidental e advindo do surgimento da dita imprensa comercial, nos anos 1830, passa por uma crise devido ao surgimento das grandes plataformas de busca e de reprodução de conteúdos, como Google e Facebook, por exemplo.

<sup>89</sup> No original, em inglês: “In addition to discrimination against unfriendly media institutions, advertisers also choose selectively among programs on the basis of their own principles. With rare exceptions these are culturally and politically conservative. Large corporate advertisers on television will rarely sponsor programs that engage in serious criticisms of corporate activities, such as the problem of environmental degradation, the workings of the military-industrial complex, or corporate support of and benefits from Third World tyrannies.

O terceiro tópico levantado pelos autores está vinculado à dependência de fontes pela imprensa a partir da sua necessidade de informações confiáveis e frequentes de forma a atender eficientemente ao seu processo de produção. Desta maneira, o contato constante com as fontes detentoras de poder, normalmente mais disponíveis, garante o fluxo de informações. Herman e Chomsky também buscam outra explicação para esta dependência, e para isso recorrem à Gaye Tuchman<sup>90</sup>, que enxerga no recurso às declarações uma autodefesa dos jornalistas, repassando aos porta-vozes a responsabilidade pela veracidade das informações (HERMAN; CHOMSKY, 2008, n.p).

Para fortalecer suas posições, segundo os autores, os organismos governamentais e as corporações privadas investem recursos financeiros e de pessoal em atividades de *lobby*<sup>91</sup> e relações públicas<sup>92</sup>. Estes “promotores de notícias” buscam facilitar o trabalho da imprensa, até mesmo com estrutura física para trabalho, mas também oferecendo antecipadamente cópias de discursos e pronunciamentos, agendamento de entrevistas coletivas com oportunidades de fotos em horário apropriado aos *deadlines* de fechamento e *press releases* detalhados e em linguagem acessível. Neste panorama, fontes não habituais precisam brigar pelo acesso aos jornalistas, e podem ser ignoradas por eles:

Por causa destes seus serviços, do contínuo contato e da dependência mútua, os poderosos podem usar relacionamentos pessoais, ameaças e recompensas para influenciar e coagir ainda mais a mídia. A mídia pode se sentir obrigada a veicular histórias extremamente duvidosas e silenciar críticas para não ofender as suas fontes e ameaçar este relacionamento estreito. (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]<sup>93</sup>)

<sup>90</sup> Citada em nota, assim como seu artigo *Objectivity as Strategic Ritual: An Examination of Newsmen's Notions of Objectivity*, *American Journal of Sociology* 77, no. 2 (1972), pp. 662–64.

<sup>91</sup> Diferentemente do que acontece no Brasil, onde é uma atividade aceita, mas não regulamentada, nos Estados Unidos o lobby está sujeito à legislação federal. Para uma linha do tempo da atividade nos EUA, ver: <<https://www.bloomberg.com/news/articles/2012-06-07/a-brief-history-of-lobbying>>. Acesso em: 24 out. 2022.

<sup>92</sup> Nos Estados Unidos, assessoria de imprensa ou relações com a mídia (*media relations*) é usualmente entendida como integrante da atividade de relações públicas (*public relations*).

<sup>93</sup> No original: “Because of their services, continuous contact on the beat, and mutual dependency, the powerful can use personal relationships, threats, and rewards to further influence and coerce the media. The media may feel obligated to carry extremely dubious stories and mute criticism in order not to offend their sources and disturb a close relationship.”

O quinto tópico apresentado é a prática de *flak*, palavra em inglês que significa tanto “artilharia antiaérea” quanto “forte criticismo”<sup>94</sup>. No contexto da obra de Herman e Chomsky, o termo pode ser traduzido como “conjunto coordenado de pressão”<sup>95</sup>, entendendo-se ser coordenado pela sua grande repetição. Por *flak* é possível compreender todas as formas de pressão à mídia, de forma organizada: “cartas, telegramas, telefonemas, petições, ações judiciais, discursos e projetos de lei, e outros modos de reclamação, ameaças e ações punitivas”<sup>96</sup> (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]). Este ponto parece ser particularmente importante uma vez que sua prática, mais que permanecer até hoje, se exacerbou com as redes sociais.

Herman e Chomsky lembram que estas ações independem de indivíduos, sendo muitas vezes coordenadas por grupos de pressão, e citam institutos constituídos com o objetivo de produzir *flak*, ainda que alguns tenham perfil acadêmico: The American Legal Foundation, The Capital Legal Foundation, The Media Institute, The Freedom House, The Accuracy in Media (AIM) e The Center for Media and Public Affairs, este último dirigido por Robert e Linda Lichter (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]). Os autores enxergavam, nos anos 80, um comportamento nos Estados Unidos que seria radicalizado durante o governo do ex-presidente Donald Trump no quadriênio 20 de janeiro de 2017- 20 de janeiro de 2021:

O governo é um grande produtor de *flak*, regularmente atacando, ameaçando, e “corrigindo” a mídia, tentando conter desvios do rumo estabelecido. O próprio gerenciamento de notícias é projetado para produzir críticas. Nos anos Reagan, ele foi à televisão para jogar charme para milhões, muitos dos quais desaprovaram a mídia quando esta ousou criticar o “Grande Comunicador”. (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]<sup>97</sup>)

<sup>94</sup> Ver Cambridge Dictionary: <<https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/flak>>. Acesso em: 24 out. 2022.

<sup>95</sup> Na tradução brasileira (*A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*), o termo foi traduzido por “bateria de ações coordenadas”.

<sup>96</sup> No original, em inglês: letters, telegrams, phone calls, petitions, lawsuits, speeches and bills before Congress, and other modes of complaint, threat, and punitive action.

<sup>97</sup> No original, em inglês: “The government is a major producer of flak, regularly assailing, threatening, and “correcting” the media, trying to contain any deviations from the established line. News management itself is designed to produce flak. In the Reagan years, Mr. Reagan was put on television to exude charm to millions, many of whom berated the media when they dared to criticize the ‘Great Communicator’.”

O quinto e último tópico explora o anticomunismo, entendido pelos autores como um mecanismo de controle, um filtro final para afastar, inclusive na mídia, o “diabo” que ameaça o conceito e a prática da propriedade privada. Aqui é preciso perceber o contexto histórico da época da redação da obra, nos anos 1980, ainda na Guerra Fria, em que o comunismo era o inimigo escolhido dos Estados Unidos – importante observar que esta ideia ainda permanece, embora sem o grande antagonista de então, a União Soviética.

Uma vez que o comunismo seria o “pior resultado possível”, o apoio a regimes fascistas é aceito como “mal menor”, apontam Herman e Chomsky. Os autores observam que liberais, muitas vezes tidos como esquerdistas dentro dos Estados Unidos, ou pelo menos não suficientemente anticomunistas, costumam apoiar posições de força no exterior. Lembram ainda que, durante os governos de Kennedy e Johnson, presidentes eleitos pelo Partido Democrata, vários regimes autoritários se instalaram com apoio dos Estados Unidos. (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]

O anticomunismo e os outros filtros (concentração de propriedade, dependência da publicidade, *flak* e dependência de fontes do governo e corporações), diminuem, segundo Herman e Chomsky, o número de fatos potencialmente noticiosos que chegam ao público. Baseados nesta ideia de que o “modelo de propaganda” dita a cobertura, os autores realizam, nos capítulos seguintes, estudos comparativos baseados em análise de conteúdo de coberturas internacionais feitas por alguns dos principais veículos dos EUA para demonstrar que, para esta mídia de referência, há vidas que valem (*worthy*) e vidas que não valem (*unworthy*)<sup>98</sup>.

O primeiro caso é do padre polonês Jerzy Popieluszko, morto pela polícia de seu país, em 1984, em comparação com uma centena de religiosos assinados na América Latina. Popieluszko seria uma vida “que vale” para a imprensa dos Estados Unidos, enquanto “não valem” as vidas dos religiosos mortos na América Latina, a partir de resultados quantitativos de análise de conteúdo da cobertura do jornal *The*

---

<sup>98</sup> Esta discussão pode ser levada também à luz do conceito de “necropolítica”, em que, como o termo indica, há uma intenção política em estimular a morte ou, pelo menos, desvalorizar a vida. Para aprofundamento, fica como sugestão o ensaio de Achille Mbembe, publicado na revista *Arte & Ensaios*, da UFRJ. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 12 mar. 2023.



*New York Times*, das revistas *Time* e *Newsweek* e do noticiário televisivo CBS News do assassinato de Popieluszko em comparação com os de religiosos mortos na América Latina por agentes de “estados-clientes” dos Estados Unidos: 72 listados<sup>99</sup> por Penny Lernoux no livro *Cry of the People*<sup>100</sup>.

Com base no espaço ocupado pelos noticiários, Herman e Chomsky chegam à conclusão de que a vida de Popieluszko vale “algo entre 137 e 179 vezes” as de outras vítimas do estudo, ou de forma inversa, que “um padre assassinado na América Latina vale menos do que um centésimo de um padre assassinado na Polônia” (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]). Para os autores, além da questão quantitativa, também há uma “diferenciação qualitativa”, pela ocupação de espaços privilegiados: 10 chamadas de primeira página somente para o caso Popielusko e três editoriais cobrando providências às autoridades polonesas.

O segundo caso analisado é o da cobertura de eleições em El Salvador, Guatemala e Nicarágua pela imprensa de referência dos Estados Unidos, particularmente do *The New York Times*, mais especificamente do seu correspondente para a América Central, Stephen Kinzer<sup>101</sup>. Segundo Herman e Chomsky, a tônica da cobertura foi de que as eleições na Nicarágua, levadas a cabo em 1994 pelo regime sandinista, foram realizadas sob condições não democráticas, enquanto as que tiveram lugar em El Salvador e na Guatemala não foram examinadas sob este prisma, apesar do claro autoritarismo de seus governos e das suas ações antidemocráticas (HERMAN; CHOMSKY, 2008).

Outra análise trata do atentado sofrido pelo então papa João Paulo II, ferido gravemente com um tiro pelo turco Mehmet Ali Agca, em 13 de maio de 1981, na Praça São Pedro, no Vaticano. A conclusão de Herman e Chomsky é de que, a partir de uma matéria fantasiosa da revista *Reader's Digest*, de setembro de 1982, a imprensa estadunidense comprou a ideia de que havia uma conexão búlgara (portanto, comunista pró-soviética) que sustentava o atentado.

A Guerra da Indochina é analisada, primeiro com foco no Vietnã, e em seguida, no Laos e no Camboja. À parte o intrincado xadrez político e militar,

---

<sup>99</sup> 23 padres, missionários e outros religiosos mortos na Guatemala entre janeiro de 1980 e fevereiro de 1985; o arcebispo Oscar Romero, de El Salvador, assassinado em março de 1980; e quatro religiosas norte-americanas mortas em El Salvador em dezembro de 1980.

<sup>100</sup> LERNOUX, Penny. *Cry of the people: The struggle for human rights in Latin America-The Catholic Church in conflict with US policy*. Penguin, 1984.

<sup>101</sup> A autobiografia de Kinzer pode ser encontrada em site mantido pelo próprio: <<http://stephenkinzer.com/photosbio/>>. Acesso em 24 out. 2022.

estavam em jogo não apenas os destinos dos países diretamente envolvidos, mas também uma disputa por influência entre União Soviética, China e Estados Unidos. Herman e Chomsky buscam demonstrar que a imprensa norte-americana trabalhou sob o ponto de vista dos interesses de seu país, muitas vezes desprezando informações e afastando-se da objetividade necessária.

No entanto, ainda assim, a direita organizada acusou a mídia de contribuir para a derrota dos EUA na região, notadamente no Vietnã, por não se engajar patrioticamente na guerra. Porém, alertam Herman e Chomsky, os soldados estadunidenses, invasores na Indochina, sempre foram tratados pela imprensa<sup>102</sup> de seu país como as vítimas da guerra, enquanto que os soviéticos, igualmente invasores no Afeganistão, em 1979, foram considerados algozes.

Muito raramente os repórteres dos EUA fazem qualquer esforço para ver a guerra do ponto de vista do “inimigo” – os camponeses do Vietnã do Sul, do Laos, ou mais tarde do Camboja – ou para acompanhar as forças militares do “inimigo” resistindo ao ataque dos EUA. As evidências disponíveis eram ignoradas ou desprezadas. Ao relatar a guerra no Afeganistão, é considerado essencial e adequado observá-la do ponto de vista das vítimas. No caso da Indochina, foram os invasores estadunidenses que foram considerados as vítimas da “agressão” dos vietnamitas, e a guerra foi relatada do ponto de vista deles [...] (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]<sup>103</sup>)

Em resumo: Herman e Chomsky defendem que a mídia tem como objetivo fazer a defesa da agenda econômica, social e política dos grupos dominantes da sociedade e do Estado através de mecanismos próprios do “modelo de propaganda”: da seleção de temas, filtragem de informações, enquadramentos e ênfase, entre outros. Para Herman e Chomsky, parece claro que a imprensa não cumpre seu papel

<sup>102</sup> Herman e Chomsky baseiam sua análise nos resultados visíveis do noticiário veiculado pela imprensa, mas vale observar que há uma força “invisível”, pelo menos aos olhos do grande público, que é o conteúdo produzido pelas agências de notícia. No caso dos Estados Unidos à época, duas grandes agências do país estavam entre as mais influentes no mundo: a United Press International (UPI), hoje sem a mesma expressão, e a Associated Press (AP), que se mantém como uma das mais importantes.

<sup>103</sup> No original, em inglês: “Only very rarely did U.S. reporters make any effort to see the war from the point of view of ‘the enemy’ – the peasants of South Vietnam, Laos, or later Cambodia — or to accompany the military forces of ‘the enemy’ resisting the U.S. assault. Such evidence as was available was ignored or dismissed. In reporting the war in Afghanistan, it is considered essential and proper to observe it from the standpoint of the victims. In the case of Indochina, it was the American invaders who were regarded as the victims of the ‘aggression’ of the Vietnamese, and the war was reported from their point of view [...]”

de “cão de guarda”, na verdade encorajando “o ladrão a se sentir em casa” (HERMAN; CHOMSKY, 2008, [n.p.]).

Pela comparação de argumentos, percebe-se que a perspectiva política de Edward Herman e Noam Chomsky em *Manufacturing consent* se opõe à de Robert Lichter, Stanley Rothman, e Linda Lichter em *The media elite*. A coincidência é que, em ambas as visões, o jornalismo se afastou de seu ideal de guardião da sociedade, ao abandonar o equilíbrio e revelar parcialidade. Por este prisma, a ausência de imparcialidade impede a prática da objetividade e permite o exercício da subjetividade (decisões motivadas pelas crenças e pelos interesses dos sujeitos).

### 1.3.3. A ideia de parcialidade no Brasil

No Brasil, a perspectiva de parcialidade do jornalismo é compartilhada por alguns autores, como Denis de Moraes (2009) e Perseu Abramo (2016<sup>104</sup>), que dedicaram ao assunto estudos que acabaram por se tornar obras de referência, ainda que não adotem o termo em seus estudos. Para estes autores, o jornalismo contribui para a reprodução do discurso hegemônico do capitalismo.

Moraes entende que é possível identificar a mídia como uma das instituições de reprodução da hegemonia, com base no trabalho do filósofo italiano Antonio Gramsci. A partir da perspectiva de Gramsci, em seus célebres *Cadernos do cárcere*, Moraes caracteriza o conceito de hegemonia como “a liderança cultural de uma classe sobre as outras” (MORAES, 2009, p.35).

[A hegemonia é] obtida e consolidada em embates sociais que não comportam apenas as questões vinculadas à estrutura econômica (ainda que esta interfira na organização e na transmissão dos valores culturais) e a organização política; englobam também visões de mundo que ambicionam conquistar consentimento a saberes, práticas, modelos de representação e concepção de autoridade e poder. As disputas por posições incluem assim o plano ético-cultural, as orientações ideológicas que querem legitimar-se socialmente e universalizar-se. (MORAES, 2009, p.35)

---

<sup>104</sup> A obra em questão, *Padrões de manipulação na grande imprensa*, teve sua primeira edição em 1996 para um texto escrito originalmente em 1988.

É também em Gramsci que Moraes busca o conceito de “jornalismo integral”, um modelo de jornalismo que não visa apenas a satisfazer as demandas do público, mas também a criar estas demandas, de forma a ampliar este público e gerar ainda mais demandas (MORAES, 2009, p.44). Esta mecânica não se dá unicamente no plano financeiro, para viabilizar o modelo de negócios do jornalismo, mas também no nível do pensamento, organizando a informação e criando uma aparente concepção de mundo consensual, que favorece a continuidade do status político e da dominação ideológica.

Moraes se apoia em Gramsci para atribuir às corporações midiáticas o poder de “regular a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção” (MORAES, 2009, p.45). Este jornalismo integral de que trata o autor é um conceito desenvolvido por Gramsci em um de seus *Cadernos do Cárcere* (o caderno 34, de 1934):

A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas. (GRAMSCI, 2001, p.44)

Na mesma linha de Moraes, Abramo (2016) entende que a produção jornalística é manipulada, conforme fica claro no título do livro *Padrões de manipulação na grande imprensa*. Já no segundo parágrafo de seu texto, Abramo afasta a ideia de que o jornalismo é o espelho da realidade quando afirma, textualmente, que “os órgãos de imprensa não refletem a realidade” (ABRAMO, 2016, p.37), mas trazem material que apenas tem a realidade como referência. Para o autor, a realidade é distorcida, mas assim não aparenta: em consequência, esta realidade distorcida é percebida pelo público como realidade por um artifício de semelhança.

Em exame da questão no artigo que analisa e atualiza 30 anos depois o livro de Abramo, Rogério Christofolletti (2018) observa que a ideia de manipulação da informação pela imprensa tem forte apelo na sociedade e precisa ser interpretada como “uma ação deliberada, premeditada ou resultado da convicção de que é preciso intervir” (CHRISTOFOLETTI, 2018, p.60). Em oposição, pode-se deduzir

que sem intenção não há manipulação, mas nem por isso deixa de ser possível erro decorrente da falta de cuidado com o rigor informativo. Christofolletti trabalha com o sentido de “manipular” para trazer o entendimento exato de como deve ser percebida a manipulação da informação.

Manipular tem a ver com astúcia, artimanha, técnicas de persuasão e convencimento. O verbo que serve de rótulo à ideia faz clara alusão ao controle de fantoches, ao teatro de manipulação de bonecos. Sem vida espontânea, esses personagens só se movimentam graças aos fios que os ligam às mãos de um ator, que decide e administra seus movimentos. Por extensão, manipular o noticiário significa controlar, coagir, sugerir, induzir por meio da razão ou dos afetos. Atenderia à vontade de dominar indivíduos ou populações, orientando suas condutas. Assim, a manipulação é um complexo de controle social que contribui para a massificação das sociedades e para a emergência de indivíduos que se movem por vontades alheias as suas. (CHRISTOFOLETTI, 2018, p.61-62)

Abramo aponta quatro padrões de manipulação: 1) padrão de ocultação; 2) padrão de fragmentação; 3) padrão da inversão; e 4) padrão de indução. O primeiro dos padrões apresentados, o padrão de ocultação, é associado às escolhas dos jornalistas e órgãos de imprensa do que é fato jornalístico. Sua argumentação é de que, *a priori*, não há uma divisão dos fatos entre os que são jornalísticos e aqueles que não são. Portanto, esta classificação decorre das escolhas profissionais, restando aí uma brecha para a seleção de fatos – e seus aspectos – a partir de sua conveniência política.

Embora Abramo não faça referência, é indiscutível que há semelhanças entre o padrão de ocultação e a teoria da espiral do silêncio, desenvolvida pela alemã Elisabeth Noelle-Neumann (2017) nos anos 1970 e 1980. A partir de estudos sobre pesquisas de opinião, principalmente voltadas para eleições, Noelle-Neumann advoga que a imprensa cria condições desiguais de informação ao valorizar certos fatos e aspectos e negligenciar outros, até mesmo e normalmente silenciando a respeito: “[a] atenção pública pode ser experimentada a partir de dois pontos de vista distintos: o do sujeito exposto por ela ou ignorado [...]” (NOELLE-NEUMANN, 2017, p.215).

O padrão de fragmentação, para Abramo, decorre da técnica jornalística de desconstruir um fato e seus aspectos e depois reconstruí-los segundo uma dinâmica

própria<sup>105</sup>, fazendo com que esta “reconexão”, como ele chama, não corresponda aos vínculos reais. O padrão de inversão, segundo Abramo, traz algumas possibilidades: da relevância dos aspectos (por exemplo, do principal pelo secundário, e vice-versa); da forma pelo conteúdo (a forma passa a ser mais importante); da versão pelo fato (a valorização da declaração e de quem declara); da opinião pela informação (contrariando um princípio básico do jornalismo informativo); padrão de indução à outra realidade, que *grosso modo* pode ser resumido como a combinação dos anteriores (ABRAMO, 2016).

Há ainda um quinto padrão, específico do jornalismo audiovisual (televisão e rádio), em que a construção da notícia de um problema aponta para uma solução no encerramento, justamente o que vai ser mais lembrado pelo espectador e pelo ouvinte, valorizando a eventual solução em si e/ou seu agente. A estes padrões, Christofolletti acrescenta mais três em sua revisão do ensaio de Abramo: 1) abrandamento, com o intuito de abrandar a contundência de fatos e seus aspectos; 2) escamoteamento, semelhante à ocultação, mas de forma parcial e não integral; 3) embaralhamento, de desapego aos fatos para induzir a conclusões erradas (CHRISTOFOLETTI, 2018), este último muito comum em títulos caça-cliques de internet.

Esta discussão em relação à manipulação – ou à sua possibilidade concreta – é importante, mas é preciso trazê-la para o terreno dos valores do jornalismo, conforme o próprio Abramo propõe. O autor, em seu ensaio, parte da certeza da existência da manipulação para discutir os valores, enquanto que o mais adequado seria discutir primeiro os valores e estabelecê-los, para então verificar sua inobservância proposital para chegar à manipulação.

Abramo propõe debater a questão da objetividade e sua observância para recomendar a prática de um jornalismo livre de manipulação. A partir da constatação de que a objetividade sempre aparece ao lado de outros conceitos como “neutralidade, imparcialidade, isenção, honestidade etc.” (ABRAMO, 2016, p.54), o autor defende que ela deve ser tratada de forma diferente. Para ele, a objetividade

---

<sup>105</sup> Textos jornalísticos obedecem a uma técnica conhecida como “pirâmide invertida”, em que os fatos são apresentados por ordem de importância, do mais importante para o menos importante, sem obrigação de estabelecer nexos comuns a outras narrativas, como cronologia e relação de causa e efeito. Não necessariamente estes nexos estão ausentes dos textos, mas não há obrigação de contemplá-los. A técnica, inicialmente aplicada aos impressos, migrou, com adaptações, para o rádio, posteriormente para televisão e, mais recentemente, para a internet.

está no plano do conhecimento, é uma categoria epistemológica, enquanto que os outros conceitos estão no plano da ação. Desta forma, aponta ele, o seu contrário seria a subjetividade.

É claro que a objetividade – bem como o seu contrário, a subjetividade – não existe em absoluto e em abstrato. Entre a subjetividade e a objetividade existe uma gradação, em que os dois polos indicam os limites tangenciais dessa gama variada e graduada. Da mesma forma, há sempre elementos de subjetividade na objetividade e de objetividade na subjetividade. Assim, nunca se é inteiramente subjetivo nem totalmente objetivo, na relação de apreensão e conhecimento do real. Mas é possível proceder mais ou menos objetivamente ou subjetivamente, e é esta noção que é fundamental reter: a da possibilidade concreta de buscar a objetividade e de tentar aproximar-se ao máximo dela. (ABRAMO, 2016, p.55)

Diferentemente de outros autores que consideram o jornalismo parcial por si, alguns inclusive examinados anteriormente nesta tese, Abramo nutre a expectativa de um jornalismo baseado na busca da objetividade na produção de noticiário, em que a informação deve ser privilegiada. Porém, acredita que o jornalismo pode, e deve buscar a orientação ao público através da ação no seu espaço de opinião. Foi justamente isso que o jornalismo, em linhas gerais, fez no período mais crítico da pandemia, e apresentamos a partir do estudo desenvolvido por esta tese em *O Globo*.

No seguinte capítulo 2, serão examinados o histórico recente de ataques ao jornalismo, particularmente no Brasil, e como se dá a curva de percepção de credibilidade a partir de relatórios de instituições internacionais. Também se fará um paralelo entre a variação dos índices de credibilidade da imprensa noticiosa e sua cobertura da pandemia de covid-19.

## 2. A pandemia e a imprensa: a credibilidade numa gangorra

Este segundo capítulo examina as questões da desinformação e da infodemia e o movimento oscilatório da percepção da credibilidade jornalística, em que a cobertura da pandemia contribui para melhorar a imagem do jornalismo com base na sua atuação como guardião da sociedade. Também é examinada a cobertura pela imprensa das principais emergências sanitárias anteriormente ocorridas no Brasil, a pandemia de gripe espanhola e a epidemia de meningite. Também é examinada a relação da imprensa com o governo no episódio da crise de “apagão de dados” da covid-19, que levou à criação do Consórcio de Veículos de Imprensa.

Para início de conversa, vale examinar o que, no jargão jornalístico, é chamado de “cineminha”: um conjunto de fotografias publicadas em sequência cronológica que permitem ao observador imaginar um movimento a exemplo do que aconteceria numa sala escura de cinema. O nome “cineminha” remete literalmente ao cinema, à ideia de um negativo de filme, em que há uma sequência de 24 fotogramas em um segundo, o que se assemelha à velocidade de percepção do olho humano. O “cineminha”, não mais utilizado com frequência, era usual até os anos 1970 nas páginas de esporte, em sequências de gols ou outros momentos de igual importância, mas também se fazia presente em outras editorias quando necessário.

Em exercício livre de imaginação, muito livre mesmo, poderíamos imaginar a credibilidade do jornalismo na ponta de uma gangorra, ao longo de dois períodos, sendo o primeiro o que antecede a pandemia, e o que lhe sucede, justamente o da pandemia. Se tivéssemos um “cineminha” da movimentação desta gangorra, perceberíamos primeiro a credibilidade jornalística em movimento de descida, no período que antecede à pandemia, para em seguida fazer o movimento de subida, durante a pandemia. Estes índices de percepção de credibilidade, a partir de pesquisas com o público, serão examinados mais à frente ainda neste capítulo (seção 2.2).

Um dos maiores problemas enfrentados durante a pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pelos governos das nações de todo o mundo



e por suas autoridades sanitárias foi um fenômeno paralelo que contribuiu para o agravamento da emergência de saúde: a infodemia. O neologismo<sup>106</sup>, criado em 2002 pelo pesquisador Gunther Eysenbach (2020), foi popularizado durante a pandemia de covid-19 pela OMS, que o definiu como “um sem-número de informações, incluindo falsa informação ou enganosa, em ambiente digital ou físico, durante um surto<sup>107</sup> de uma doença”, acrescentando que causa “confusão e leva a comportamentos de risco à saúde, além de criar desconfiança em relação às autoridades públicas e dificuldades para resposta à emergência de saúde”<sup>108</sup> (OMS, [s.d.]).

Importante entender que não se deve confundir infodemia com desinformação, embora a desinformação, deliberada ou não, faça parte usualmente de uma infodemia. A infodemia é mais do que a desinformação: ela abrange também um “tsunami” de informação confiável e importante, porém em fluxo acelerado e de difícil controle. A desinformação deliberada sempre fez parte da história das pandemias, mas o problema nesta de covid-19 é a força multiplicadora das redes sociais (ZAROCOSTAS, 2020).

A desinformação contida na infodemia acabou ganhando também sua denominação, “desinfodemia”, neologismo por derivação do primeiro, conforme nos reportam Carla Baiense Felix e outros autores (FELIX *et al.* 2021, p.5), acrescentando que a palavra foi usada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em uma cartilha<sup>109</sup> para combater a desinformação.

Para se ter ideia do volume de informação (e desinformação) produzida no mundo a respeito da covid-19, publicação da Organização Pan-americana de Saúde

<sup>106</sup> Autor de um clássico do ensino da Língua Portuguesa, a *Moderna gramática portuguesa*, o professor Evanildo Bechara explica que, embora a palavra infodemia não esteja presente nos dicionários, deve ser aceita pois atende aos princípios que regem a formação de palavras.

Disponível em: <<https://www.academia.org.br/artigos/infodemia>> e <<https://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/biografia>>. Acessos em: 3 nov. 2022.

<sup>107</sup> No original: “disease outbreak”, que seria espalhamento de uma doença, incluindo surto (opção nesta tradução, por seu caráter mais genérico), epidemia e pandemia.

<sup>108</sup> Tradução nossa. No original: “An infodemic is too much information including false or misleading information in digital and physical environments during a disease outbreak. It causes confusion and risk-taking behaviours that can harm health. It also leads to mistrust in health authorities and undermines the public health response.” Disponível em: <[https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1)>. Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>109</sup> Denominada *Desinfodemic: deciphering covid-19 disinformation*, a cartilha, de autoria de Julie Posetti e Kalina Bontcheva, está nas Referências Bibliográficas desta tese.

em conjunto com a OMS, em 30 de abril de 2020<sup>110</sup>, dava conta de que, a partir de uma busca no principal buscador disponível na internet, o Google, era possível identificar um volume extraordinário de material disponível e de fácil acesso: nos 30 dias anteriores, foram carregados 361 milhões de vídeos no YouTube (termos-chave “covid-19” e “covid 19”) e publicados, no mês de março, 550 milhões de tuítes com os termos “coronavírus”, “corona vírus”, “covid19”, “covid-19”, “covid\_19” ou “pandemic”.

O documento também dá conta de que a comunidade científica já tinha publicado, àquela altura, no Google Acadêmico, uma extensão do Google destinada a artigos científicos, um total de 19.200 títulos desde o início da pandemia a seu respeito. Embora estes artigos a princípio inspirem mais confiança quanto à precisão das informações, é necessário observar que se estava muito no início da pandemia, o que dificultava a justeza das conclusões dos estudos por insuficiência de dados ainda.

De toda forma, a questão da desinformação é a mais preocupante neste “tsunami” informacional. Já no início de 2019, entre 18 e 21 de março, mais de um semestre antes do surgimento do primeiro caso de covid-19 na China, a Fundação Oswaldo Cruz, mais especificamente sua gerência de Brasília, trazia a questão para o centro do debate da comunicação em saúde pública ao discutir o tema “*Fake news e saúde*” em seu seminário “As Relações da Saúde Pública com a Imprensa” (sexta edição nacional, segunda internacional).

Em sua palestra no seminário<sup>111</sup>, o jornalista Carlos Orsi, especializado em divulgação científica, de forma premonitória em relação à então futura pandemia de covid-19, advertia que *fake news* é “uma expressão de forte carga político-ideológica” e assim utilizada até mesmo para ataque à chamada mídia corporativa tradicional. Para ilustrar, ele cita os exemplos dos então presidentes Donald Trump, dos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, do Brasil.

O ex-presidente Bolsonaro chegou a dizer que a “Folha [de S. Paulo] é a maior *fake news* do Brasil” e ameaçar cortar a publicidade do Governo Federal no

---

<sup>110</sup> Atualizada em 4 de janeiro de 2021. Disponível em:

<<https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

<sup>111</sup> A palestra de Orsi está disponível no canal Fiocruz Brasília do Youtube, em <<https://www.youtube.com/watch?v=j19v6ck34G0>>. Acesso em: 3 nov. 2022. O seminário gerou também um livro, intitulado *Fake news e saúde*, disponível nas Referências Bibliográficas desta tese.

jornal diário<sup>112</sup>. A manifestação de Bolsonaro se deu remotamente, através de um vídeo exibido em telão em manifestação em 21 de outubro de 2018 em apoio à sua candidatura à presidência da República.

A mídia, por sua vez, prefere usar “*fake news*” para designar informação deliberadamente falsa ou enganosa, usualmente produzida por sites de militância política e perfis de rede social, com o intuito de influir no debate público (ORSI, 2020, p.60). A estratégia compartilhada por Trump e Bolsonaro tem como objetivo desacreditar o jornalismo, atacando-o naquilo que lhe é caro: a precisão na informação como parâmetro. Esta estratégia se vale de recursos tecnológicos da modernidade, mas se apoia em técnicas milenares de convencimento através da pura crença, não alicerçada em fatos, conforme observa com bom humor o jornalista Pedro Dória em sua coluna de 4 de novembro de 2022, em que examina os efeitos da eleição que deu a Luiz Inácio Lula da Silva seu terceiro mandato presidencial.

Numa das cenas do divertido “Em busca do cálice sagrado”, filme do grupo de humor britânico Monty Python, uma multidão medieval tenta convencer o cavaleiro de que a moça da aldeia é bruxa e, portanto, deve ser queimada. Os argumentos que a turma apresenta são todos incoerentes, absurdos, e é mesmo dessa completa ausência de sentido que a trupe inglesa fazia seu humor. Quem acompanha os canais de Zap e Telegram bolsonaristas nestes últimos dias tem a impressão de se sentir assim. Perante um filme do Monty Python. O argumento vai fundo – porque o meio digital se encontrou mesmo com a Idade Média, e não foi só no Brasil. (DÓRIA, 2022, p.3)

O colunista segue sua argumentação lembrando que o “que distingue o Ocidente pré-Iluminismo e pós-Iluminismo é a razão” e que é irônico que “uma das mais sofisticadas criações da modernidade, a internet, esteja trazendo de volta a pré-Modernidade”. Ele dá como exemplo um vídeo postado nas redes em que é registrada a saída de um comboio militar de um quartel e anuncia isso como um golpe militar, sem qualquer base, confundindo propositalmente rotina de quartel com levante de tropas.

O abandono da razão é justamente uma das bases para os articuladores do pensamento da livre expressão em substituição ao racionalismo, como Steve

---

<sup>112</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/folha-e-a-maior-fake-news-do-brasil-diz-bolsonaro-a-manifestantes.shtml>>. Acesso em 29 dez. 2022.

Bannon, que deu sustentação aos movimentos trumpistas nos Estados Unidos, e Olavo de Carvalho, que fez o mesmo no Brasil em apoio aos bolsonaristas. Como os fundamentos jornalísticos de busca da verdade, de objetividade e de imparcialidade, entre outros, estão fundamentados na razão, a estratégia destes seus detratores é justamente desacreditar estes fundamentos.

São vários os exemplos que se podem colher de Bannon e Carvalho, mas será suficiente examinar um de cada. Em 26 de janeiro de 2017, em entrevista ao jornal *New York Times* que foi reproduzida em vários outros diários e sites jornalísticos em todo o mundo, Bannon afirma que a imprensa estadunidense é “de oposição” e “deve calar a boca”, acrescentando que “[a] elite da imprensa esteve redondamente enganada”<sup>113</sup> ao não prever a vitória de Trump contra Hillary Clinton. Aqui ele usa a expressão “*media elite*”<sup>114</sup>, no original em inglês, exatamente como no título da obra de Lichter, Rothman e Lichter.

Bannon faz uso em sua argumentação do percentual 100%, usado justamente quando se quer demonstrar que há um valor absoluto, não proporcional. Ele afirma que a imprensa esteve “100% redondamente enganada”, ou “100% dead wrong”, em suas palavras originais. O recurso à inexistência de pluralidade no jornalismo é igualmente utilizado por Carvalho, em um vídeo postado no YouTube<sup>115</sup> em que discorre sobre a imprensa brasileira e diz que durante 16 anos “a mídia inteira escondeu, negou a existência do Foro de São Paulo”, que seria supostamente uma organização para tomada de poder, pela esquerda, na América Latina.

Embora Bannon e Carvalho não façam uso do conceito de “sistema perito” trazido por Anthony Giddens (1991) e adotado por Luis Felipe Miguel (1999) para o jornalismo, o que fazem é justamente atacar a confiança na imprensa, base de sua credibilidade. A confiança também é o que caracteriza um “sistema perito”, ou

---

<sup>113</sup> Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/imprensa-americana-%C3%A9-oposi%C3%A7%C3%A3o-deve-calar-boca-diz-093327456--finance.html>>. Acesso em 4 nov. 2022.

<sup>114</sup> Para a matéria original do New York Times, ver: <<https://deadline.com/2017/01/donald-trump-steve-bannon-media-is-opposition-party-1201895204/>>. Acesso em 4 nov. 2022.

<sup>115</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-jrj4gG3MI>>. O vídeo, no trecho em que traz depoimento de Olavo de Carvalho, tem uma tarja onde se lê "A imprensa é 100% de esquerda". Porém, não foi possível localizar o original de onde foi extraído o trecho de Olavo de Carvalho, não sendo possível também confirmar se a tarja faz parte do vídeo original ou foi aplicada posteriormente. Acesso em: 18 jan. 2023.

sistemas de excelência técnica ou competência profissional, conforme formula e explica didaticamente Giddens:

A maioria das pessoas leigas consulta “profissionais” — advogados, arquitetos, médicos etc., — apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua. Ao estar simplesmente em casa, estou envolvido num sistema perito, ou numa série de tais sistemas, nos quais deposito minha confiança. Não tenho nenhum medo específico de subir as escadas da moradia, mesmo considerando que sei que em princípio a estrutura pode desabar. Conheço muito pouco os códigos de conhecimento usados pelo arquiteto e pelo construtor no projeto e construção da casa, mas não obstante tenho “fé” no que eles fizeram. Minha “fé” não é tanto neles, embora eu tenha que confiar em sua competência, como na autenticidade do conhecimento perito que eles aplicam — algo que não posso, em geral, conferir exaustivamente por mim mesmo. (GIDDENS, 1991, p.30)

A confiança é, na verdade, um processo construído ao longo de um período. As novidades geram desconfiança, ou pelo menos a falta de confiança. Podemos pensar no automóvel quando surgiu: havia uma reserva quanto à capacidade de aquela máquina ser segura, principalmente porque desenvolvia uma velocidade muito superior aos veículos a tração animal. Ao longo do tempo, a sociedade adquiriu confiança, ainda que a velocidade máxima tenha se multiplicado por mais de dez vezes. Hoje a desconfiança se dá em relação aos veículos autônomos, aqueles carros sem motorista que estão em fase de teste.

O retorno aqui à conceituação de “sistema perito” serve para examinarmos, a partir de Giddens, como este dispõe de mecanismos de proteção, entre eles o controle de procedimentos. Neste sentido, funcionam até mesmo os códigos de ética profissional, que para Giddens “formam um meio pelo qual a confiabilidade de colegas ou associados é controlada internamente” (1991, p.79). Assim, até mesmo a Justiça muitas vezes recorre a peritos integrantes de um “sistema perito” para avaliar uma possível falha voluntária ou involuntária – o exemplo mais recorrente são os erros médicos, em que normalmente a perícia é feita por um outro médico, ainda que de confiança pessoal do magistrado ou do representante do sistema legal.

É possível perceber que, inclusive, há usualmente uma coincidência entre os sistemas peritos e as profissões regulamentadas – importante entender que, por

ser regulamentada, uma profissão não necessariamente exige formação universitária, para evitar uma confusão bastante comum. Por exemplo, em 2010, foi regulamentada a profissão de arquiteto e urbanista, para a qual se exige diploma de graduação<sup>116</sup>; em 2009, foi regulamentada a profissão de bombeiro civil, que admite três classificações, conforme a formação do profissional (formação básica, de nível médio e técnica, e universitária)<sup>117</sup>.

O esclarecimento faz-se necessário para entender que, desde 2009, por decisão do Supremo Tribunal Federal, não é mais obrigatório no Brasil o diploma de graduação para o profissional de jornalismo<sup>118</sup>, mas ainda assim segue a regulamentação da profissão disposta no decreto nº 83.284, de 13 de março de 1979<sup>119</sup>. Em verdade, o reconhecimento de um sistema perito e sua possível ou consequente regulamentação independem de um diploma, mas requerem algum mecanismo que possibilite o reconhecimento da perícia de seus agentes.

Talvez um dos exemplos mais curiosos de sistema perito seja aquele que reúne os taxistas de Londres, que precisam comprovar conhecimento a fundo da cidade para obter junto à administração municipal sua licença de trabalho<sup>120</sup>. Por isso, em Londres houve – e segue – uma resistência tão intensa de parte das autoridades e de parcela da população à entrada em operação do Uber, que credencia motoristas para trabalhar sem treinamento ou mínimos requisitos profissionais<sup>121</sup>.

Para abalar o sistema de táxis da capital inglesa, uma estratégia a princípio se oferece: a primeira, contestar a competência dos seus peritos, os motoristas, de

<sup>116</sup> Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/585375/publicacao/15759195>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

<sup>117</sup> Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/583526/publicacao/15838195>>. Acesso em: 7 nov. 2022.

<sup>118</sup> Disponível em: <[<sup>119</sup> Disponível em: <\[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\\_03/decreto/antigos/d83284.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto/antigos/d83284.htm\)>. Acesso em: 7 nov. 2022.](https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1365753/stf-decide-que-diploma-de-jornalismo-nao-e-obrigatorio-para-o-exercicio-da-profissao#:~:text=Por%20%20votos%20a%201%2C%20os%20ministros%20do,jornalismo%20n%C3%A3o%20%C3%A9%20obrigat%C3%B3rio%20para%20exercer%20a%20profiss%C3%A3o.> . Acesso em: 7 nov. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>120</sup> Disponível em: <<https://content.tfl.gov.uk/knowledgeoflondonprospectus.pdf>> e em <<https://www.whatdotheyknow.com/request/89944/response/219108/attach/3/Blue%20Book%20All%20London%20no%20cover.pdf>>. Acessos em: 7 nov. 2022.

<sup>121</sup> Disponível em: <

exercerem a profissão de uma forma não possível a outros. Se fosse confirmada a falta de competência dos motoristas, isso abalaria a confiança em todo o sistema, que se tornaria vulnerável. Esta tem sido justamente a estratégia daqueles que buscam desacreditar o jornalismo, em uma sequência que: 1) começa por não reconhecer ou por contestar a competência dos jornalistas; 2) com isso, abala a confiança no sistema; e 3) por fim, retira a sua credibilidade, conseqüentemente levando-o ao descrédito.

Vale observar que mais de 20 anos separam o momento atual do texto de Miguel em que ele primeiro aplica o conceito de “sistema perito” ao jornalismo (MIGUEL, 1999). O próprio autor percebe a diferença entre o universo informacional daquele 1999 do que hoje se vive, e produz um novo artigo que traz para a discussão a importância, nestes anos 2020, das redes sociais e da mobilidade da comunicação propiciada pelos smartphones (MIGUEL, 2022).

Ela [a pós-verdade como expressão retórica<sup>122</sup>] busca sintetizar um conjunto de fenômenos que emergiram para a consciência pública no início do século XXI, concomitantemente à disseminação da internet e, em particular, das mídias sociais: ampliação da desconfiança nas fontes até então julgadas legítimas de saber (como a ciência, a escola e também o jornalismo) e disseminação de um relativismo radical, levando à crença de que não há possibilidade de estabelecer com segurança qualquer fato e à equalização de todos os discursos como “opiniões” de valor simétrico. (MIGUEL, 2022, p.196)

Miguel elenca o jornalismo como uma das vítimas da pós-verdade, pois esta não compreende a busca possível por retratar o mundo de forma fidedigna e, além disso, a organização da (s) sociedade (s) em bolhas impede que a imprensa exerça na plenitude sua capacidade de influir na agenda pública (MIGUEL, 2022, p.197). Se tudo passa a ser entendido como “narrativas”, se um fato admite múltiplas versões baseadas nas opiniões, então a informação produzida por uma redação de repórteres experientes guarda “tanto de valor de verdade quanto aquela disseminada por outro sujeito qualquer” (MIGUEL, 2022, p.205).

<sup>122</sup> Miguel entende que “pós-verdade” é uma expressão retórica que não alcançou status de conceito, embora alguns autores se esforcem para dotá-la de maior rigor (Miguel, 2022, p.196). Entre os autores e as obras, ele referencia Jayson Harsin (*Post-truth in critical communication studies*, 2018), David Block (*Pos-truth and political discourse*, 2019) e Ignas Kapolkas (*A political theory of post-truth*, 2019).

É justamente este o raciocínio daqueles que reclamam de censura quando a Justiça determina a retirada, das redes sociais, de posts em que se falseia a verdade ou, em palavras mais diretas, se mente mesmo. Em boa parte das vezes, mentir não é crime, embora amoral ou imoral, dependendo da interpretação. Mas é sim em alguns casos, à luz da legislação brasileira, como, por exemplo: estelionato, falsidade ideológica, calúnia, falsa comunicação de crime e perjúrio.

Outra questão paralela pode aparecer também: a incitação ao crime, que pela legislação brasileira é também um crime em si. Neste caso, não necessariamente a incitação ao crime estará relacionada à mentira, mas muitas vezes está. Como visto no capítulo 1, o jornalismo no Brasil passou a acusar a mentira, e também por isso se torna ainda mais um alvo preferencial daqueles que buscam substituir os fatos pelas suas versões.

A partir desta perspectiva de que as versões substituem os fatos – ou que não existem fatos, mas só versões –, é que se ataca o jornalismo naquilo que lhe é fundamental: a busca da verdade através da objetividade. Assim, as narrativas do jornalismo devem ser descartadas justamente porque são elas também versões, “a serviço de interesses ocultos, em favor dos quais a informação seria manipulada de forma permanente e sistemática” (MIGUEL 2022, p.207-208). Para Miguel, é possível identificar este comportamento nas mais diversas tendências políticas, embora seja mais comum à direita.

Cumprir aqui um esclarecimento: ao apontar o descrédito ao jornalismo como uma estratégia da direita, ou de sua parcela que busca a demolição das instituições, não significa que ele não exista também na esquerda. A diferença está no propósito, que não é o de desacreditar a instituição jornalismo, mas sim cobrar responsabilidade e sintonia com seu atribuído papel social de defesa da sociedade.

Importante perceber que a imprensa brasileira, se não no todo, mas em sua maioria, se manteve à direita nos principais momentos políticos do país. Audálio Dantas, em reconstituição da atuação da imprensa entre as eleições presidenciais de 1950, que devolveram Getúlio Vargas ao poder, e a deposição do então presidente João Goulart, em 1964, observa que os grandes jornais, com exceção da *Última Hora*, apoiaram o golpe cívico-militar que deslanchou uma ditadura que duraria até 1985 (DANTAS, 2014). O jornal *O Globo*, apenas em 31 de agosto de 2013, faz



um *mea-culpa* em texto intitulado “Apoio ao golpe de 64 foi um erro”, inclusive usando a expressão literal “ditadura de 1964”<sup>123</sup>

Em episódios recentes da história brasileira, também é posta em xeque a atuação da grande imprensa brasileira na condução do noticiário: os dois mais significativos são o impedimento da então presidente da República, Dilma Rousseff, em 2016, e a operação Lava Jato, a partir de 2014, que resultou na prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018, e sua consequente impossibilidade de se candidatar às eleições que tiveram lugar no mesmo ano<sup>124</sup>.

## 2.1. As estratégias de descrédito ao jornalismo no Brasil recente

O jornalismo é, por definição, uma atividade em constante crise, se levarmos em consideração sua natureza intrínseca, de permanente necessidade de afirmação de credibilidade perante o seu público, seja o público particular de cada veículo de informação ou público tomado em sua totalidade. Em permanente crise porque o jornalismo é exercido de forma contínua no tempo, e uma matéria deve ser entendida a partir de seu contexto de veiculação/publicação, principalmente no que se refere ao tempo.

O profissionalismo no jornalismo está intrinsecamente ligado à credibilidade (AGUIAR; GOULART DE ANDRADE, 2020; GOULART DE ANDRADE, 2021), e o profissional de imprensa tem consciência da importância desta credibilidade para a aceitação de seu trabalho, conforme constata o estudo *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, conduzido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sob coordenação de Samuel Pantoja Lima<sup>125</sup>. Dos jornalistas entrevistados, 98,8% consideraram a credibilidade como importante (86%, como extremamente

<sup>123</sup> Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

<sup>124</sup> Os casos já são tratados em vários artigos acadêmicos, entre eles *Implicações da mídia na democracia brasileira: antigas preocupações e novos problemas em tempos de golpe e lava jato*, de Paulo Liedtke, disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-0511-1.pdf>>, e *A mídia e os golpes: 1964 e 2016, pontos convergentes*, disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_1107\\_1\\_1075cca40caa7fe7.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1107_1_1075cca40caa7fe7.pdf)>. Acessos em: 29 dez. 2022.

<sup>125</sup> Conforme a própria publicação, a pesquisa de perfil dos jornalistas brasileiros é uma enquete em rede (*online survey*), de participação espontânea, feita pela internet e realizada entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021.

importante, e 12,8% como muito importante). Os demais se dividiram entre mais ou menos importante (1%) ou pouco importante (0,2%) (LIMA *et al.*, 2022).

Aqui é relevante pontuar que a autoridade de um jornalista em particular, ou do jornalismo de forma geral, não reside no domínio absoluto do assunto tratado, mas sim dos procedimentos próprios à atividade jornalística. Mais bem explicado: um jornalista não é especialista em medicina quando produz matéria sobre a pandemia, por exemplo, mas sua autoridade reside nos procedimentos próprios do jornalismo (objetividade, imparcialidade, busca da verdade, entre outros).

Dois atores importantes no período da pandemia, justamente o médico e o jornalista, foram atacados em sua autoridade neste momento delicado de emergência sanitária. O primeiro teve questionada sua autoridade a partir da contestação da medicina como ciência, através do ataque à lógica da validação de um tratamento apenas após sua comprovação por resultados de pesquisa. Neste quesito também foi adotada a lógica da opinião, em que o “pensar e achar” rivalizava com o “comprovar”, e desta forma a cloroquina apareceu como um remédio salvador, apesar das comprovações científicas em contrário.

Os jornalistas já estavam acostumados a serem contestados em sua autoridade. Afinal “todo mundo tem um sobrinho que escreve e fotografa bem”, para aqui repetir uma piada corrente nas redações. O que a anedota traz, no fundo, é a ideia de que o jornalismo é muito fácil de ser realizado por usar técnicas usualmente conhecidas pela maioria da população (escrever, fotografar e hoje em dia filmar) e relativamente acessíveis (filmar hoje é possível até com celular).

Só que a expertise profissional do jornalismo não reside no simples escrever e registrar imagens, mas sim no domínio dos seus procedimentos próprios (busca da verdade, objetividade e imparcialidade, entre outros, para novamente enumerar). Numa comparação até certo ponto livre, é mais ou menos como no futebol, em que é brincadeira corrente dizer que “no Brasil há 200 milhões de treinadores” já que todos, pela familiaridade com o esporte, sentem-se com autoridade para dar opinião nas escalções de times e seleções, para não falar em sistemas táticos de jogos. Thomas Nichols (2017) adverte que esta ideia de que todos podem tornar-se especialistas com algum esforço é muito perigosa:

O problema [...] surge quando as pessoas começam a acreditar que saber um pouco sobre algo significa expertise. É uma linha

tênue entre alguém que, por *hobby*, sabe muito sobre navios de guerra lendo *Jane's Fighting Ships*<sup>126</sup> e um verdadeiro especialista sobre navios de guerra no mundo, mas essa linha, no entanto, existe. Conhecer as coisas não é o mesmo que compreendê-las. Compreensão não é a mesma coisa que análise. A expertise não é um jogo de salão jogado com factóides.<sup>127</sup> (NICHOLS, 2017, p.37)

Leonel Aguiar e Claudia Rodrigues observam que o *expert*, ou perito se preferirmos, passa a ser rechaçado justamente por ocupar este lugar que lhe confere a expertise, ou perícia, e é almejado pelo cidadão comum. Para eles, no entanto, também os políticos utilizam esta estratégia discursiva para desacreditar o jornalismo: “Trump e Bolsonaro desprezam o conhecimento especializado e sistematicamente desqualificam a mídia” (AGUIAR; RODRIGUES, 2021, p.247).

Conforme relatam Fernandes *et al.* (2021), Bolsonaro buscou uma relação conflituosa com a imprensa desde sua campanha à Presidência e intensificou os ataques depois que ganhou e assumiu em 2019 o comando do Executivo federal, descumprindo inclusive a liturgia do cargo, que passa pelo uso de um discurso polido. A exemplo de Trump, utilizava-se da expressão “*fake news*” para rotular o noticiário sempre que lhe era desfavorável. Seguem alguns ataques mais agressivos a profissionais da imprensa já como presidente da República (FERNANDES *et al.*, 2021, p.567-571):

- Em 20 de dezembro de 2019, a resposta de Bolsonaro a um repórter que lhe questionou a respeito de possível crime de seu filho Flávio Bolsonaro: “Você tem uma cara de homossexual terrível. Nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual.”
- Na mesma ocasião, atacou outro repórter que lhe perguntara se tinha comprovação da operação de empréstimo que disse ter feito a Fabrício

<sup>126</sup> Anuário de prestígio entre os apreciadores de navios de guerra. Para mais informações, ver: <<https://www.janes.com/publications/janes-defence-intelligence-yearbooks1>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

<sup>127</sup> No original, em inglês: “Trouble, however, rears its head when people start to believe that knowing a little bit about something means “expertise.” It’s a thin line between the hobbyist who knows a lot about warships from reading Jane’s Fighting Ships and an actual expert on the capabilities of the world’s naval vessels, but that line nonetheless exists.”

Queiroz, sob investigação: “Porra, rapaz, pergunta para sua mãe o comprovante que ela deu para o seu pai, tá certo?”

- Em 5 de maio de 2020<sup>128</sup>, quando lhe perguntaram se havia pedido a troca do superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, respondeu: “Cala a boca, não perguntei nada.”

Em 25 de maio de 2020, os veículos de imprensa do Grupo Globo e o jornal *Folha de S. Paulo* decidiram abandonar a cobertura do plantão da saída, pela manhã, de Bolsonaro de sua residência oficial, o Palácio da Alvorada, em função da animosidade demonstrada pelo então presidente e da agressividade à imprensa por parte dos seus apoiadores<sup>129</sup>. Várias outras organizações jornalísticas aderiram à medida e abandonaram o “cercadinho”, como era chamado pejorativamente o espaço destinado aos repórteres, um cercado delimitado por grades móveis.

As palavras do presidente acabam legitimando ações mais agressivas da militância, criam um clima de desconfiança na população sobre os jornalistas, e algumas pessoas mais exaltadas acabam partindo para a violência. A sistemática ação do presidente da República para desacreditar a imprensa e a ação de seus apoiadores contra veículos de comunicação social e contra os jornalistas refletem na pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que aponta 2020 como o ano mais violento para os profissionais brasileiros, desde o início da série histórica dos registros dos ataques à liberdade de imprensa iniciada na década de 1990. (FERNANDES *et al.*, 2021, p.570).

Desde 2019, coincidentemente com o governo Bolsonaro, as agressões à imprensa vêm crescendo, conforme aponta o relatório anual da Fenaj *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: 2019*<sup>130</sup> (ver quadro 2). Foram 135 agressões em 2018, sem que se tenha registrado nenhuma por parte de

<sup>128</sup> No artigo de Fernandes *et al.*, a data mencionada é 20 de maio, mas o episódio se passou em 5 de maio. Para ver mais sobre os episódios relatados, consultar matéria da BBC Brasil referenciada pelos autores: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52553647>>. Acesso em: 8 nov. 2022.

<sup>129</sup> Para mais informações, ver: <<https://istoe.com.br/por-falta-de-seguranca-globo-folha-e-band-suspendem-cobertura-no-alvorada/>> e <<https://rsf.org/pt-br/brasil-diversos-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-suspendem-cobertura-de-imprensa-na-entrada-do-pal%C3%A1cio-da>>. Acessos em 8 nov. 2022.

<sup>130</sup> O *Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa* elaborado anualmente pela Fenaj tem como metodologia a recolha direta de relatos de jornalistas à própria entidade nacional da categoria, assim como também aos diversos sindicatos nas 27 unidades federativas do Brasil. Também são contabilizados os casos de violência relatados pelos meios de comunicação.

Jair Bolsonaro, então aspirante à Presidência<sup>131</sup>, embora seus apoiadores tenham sido responsabilizados por 23 ocorrências – registre-se também que houve sete episódios protagonizados por apoiadores identificados com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora este não pudesse concorrer na eleição daquele ano (FENAJ, 2020, p.4).

Fato é que o crescimento de agressões à imprensa de 2018 para 2019 foi enorme, de quase 55%, e maior ainda entre os anos de 2019 e 2020, chegando a 105%. A subida foi interrompida aí, com um crescimento desprezível para 2021, de cerca de 0,5%. Impressionante também foi o registro de ataques atribuídos ao então presidente Bolsonaro: em três anos, foram 443, uma média de um ataque a cada 2 dias e meio, aproximadamente. Se a frequência impressiona, também causa espanto o seu percentual em relação ao total de ataques: pouco mais de 40%.

Quadro 2: Ataques a veículos de comunicação e a jornalistas

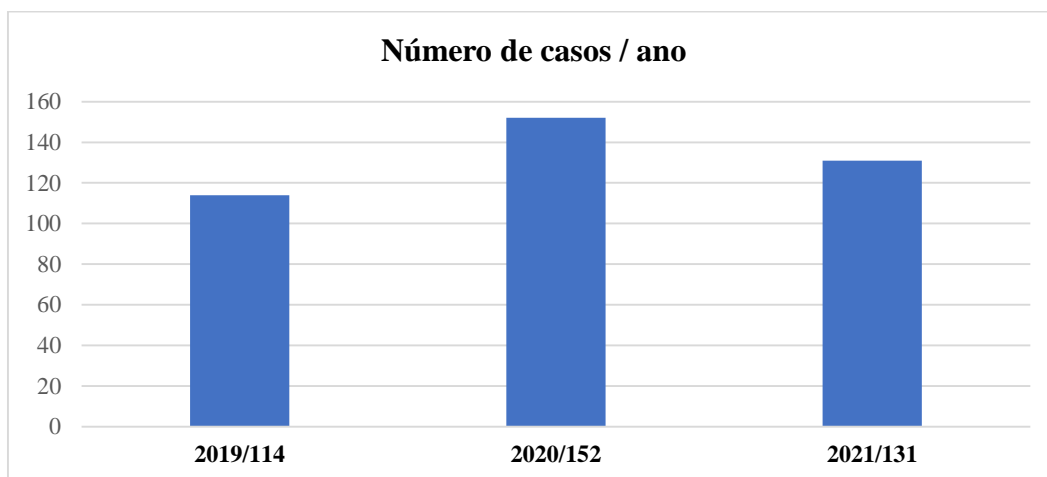
Ano	Total de ataques		Ataques pelo ex-presidente Bolsonaro	
		Oscilação para o ano anterior		% ataques de Bolsonaro
2019	208	↑ + 54,91%	121	58,17
2020	428	↑ + 105,55%	175	40,89
2021	430	↑ + 0,47%	147	34,19

Fonte: Elaboração do autor, a partir do Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa da Fenaj, edições de 2018, 2019, 2020 e 2021.

Entre estes ataques, passaram a se destacar de uns anos para cá aqueles que têm como objetivo desautorizar o jornalista como profissional, a ponto de a Fenaj, em seu relatório anual, começar a considerar uma nova categoria a partir de 2019: “descredibilização da imprensa”. No ano de 2021, os casos foram 131, número no mesmo patamar dos anos anteriores (ver gráfico 1).

<sup>131</sup> O Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa, referente ao ano de 2018, não registrou como agressões falas agressivas de Jair Bolsonaro contra jornalistas ou organizações jornalísticas, como a já citada anteriormente, em que o ex-presidente disse que “a Folha [de S. Paulo] é a maior *fake news* do Brasil”, e outras de mesma natureza.

Gráfico 1: Ataques à credibilidade da imprensa



Fonte: Elaboração do autor, a partir do Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa da Fenaj, edições de 2019, 2020 e 2021.

Ainda para se tomar como referência o Relatório de 2021, é importante ressaltar que os 131 ataques à credibilidade da imprensa representaram 30,46% dos casos de violência contra o jornalismo, o que é bastante representativo. Também importante ressaltar que nesta edição fez-se necessária abrir uma categoria específica, entre os agressores, para o ex-presidente da República Jair Bolsonaro, responsabilizado por 147 casos, ou 34,19%. Desta forma, Bolsonaro é apontado como o grande responsável, no ano, das agressões contra os jornalistas, levemente à frente dos dirigentes da Empresa Brasil de Comunicação, de propriedade e gestão do Governo Federal, responsabilizados por 142 agressões (33,02%).

Não por coincidência, o ex-presidente Bolsonaro é novamente o principal agente agressor encontrado nos relatos de descridibilização da imprensa. Sua estratégia é combinar o chiste com a ofensa, buscando ofender e ainda humilhar. Em sua *live* semanal, no dia 21 de janeiro de 2021, comentou que “[...] essa imprensa brasileira, grande parte da imprensa brasileira, é uma piada. E essa revista *Época*, se alguém for pegar um dia, use uma luva, pra não sujar sua mão de caca, de tanta porcarias que tem lá” (FENAJ 2021, p. 38). Exemplo mais explícito, também em sua *live* semanal, o ex-presidente ofereceu no dia 1 de abril: “Hoje é primeiro de abril [...]. Quero cumprimentar, com as honrosas exceções, os repórteres da *Folha de S. Paulo*, Estadão, do *Globo*, *IstoÉ*, da *Época*, o *Antagonista*, pelo dia de vocês, Dia da Mentira” (FENAJ, 2022b, p.41).

A acusação de mentir também tinha sido recorrente no ano anterior, o de 2020, o de maior gravidade da pandemia, repetindo o que tinha feito em 2019.

Ainda não foi publicado o relatório relativo a 2022, mas a expectativa é de que os números sejam novamente altos, uma vez que o comportamento agressivo do ex-presidente em relação à imprensa se manteve no decorrer do ano. A ponto de, em 24 de maio de 2022, o jornal *Estado de S. Paulo* publicar um editorial<sup>132</sup>, intitulado “Um imenso desafio para o jornalismo”, discutindo a possibilidade de não mais considerar obrigatória a publicação das declarações de um presidente da República, no caso o então presidente Bolsonaro.

O que surpreende na discussão levantada no espaço de opinião do diário é que uma das premissas do jornalismo é que o cargo é, a princípio, mais importante que a pessoa que o ocupa. No caso do presidente da República, em um regime presidencialista, é o maior cargo da hierarquia de autoridades públicas no Brasil. E isso é reconhecido explicitamente pelo editorial: “Um presidente assim impõe um extraordinário desafio para o jornalismo, pois à imprensa não é dado simplesmente ignorar o que diz o presidente da República. Em qualquer país do mundo, o chefe de governo é o principal produtor de fatos potencialmente noticiosos.” (UM IMENSO..., 2022, p.A3).

O editorialista recorre à Hanna Arendt e sua verdade factual e propõe confrontar as “narrativas” criadas no Palácio do Planalto ainda que para isso “[...]talvez seja necessário adaptar os manuais de jornalismo à realidade segundo a qual nem tudo o que este presidente da República produz é digno de ser noticiado” (UM IMENSO..., 2022, p.A3). Mas, apesar de o editorial levantar a questão e arranhar a possibilidade de não mais dedicar tanto espaço ao então presidente Bolsonaro, ele continuou a frequentar as páginas do diário, e o espaço da imprensa de forma geral, só diminuindo a presença após sua derrota na eleição de 30 de outubro.

---

<sup>132</sup> O editorial faz parte das Referências Bibliográficas desta tese. Acesso disponível apenas para assinantes em: <<https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes.um-imenso-desafio-para-o-jornalismo.70004073267>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

## 2.2. A retomada da credibilidade pelo jornalismo

No Brasil, no entanto, há uma curiosa situação. Os ataques à imprensa, que começaram a ganhar corpo nas chamadas “jornadas de junho de 2013”<sup>133</sup>, crescem exponencialmente a partir de 2019, mas é justamente no período de 2021 e 2021 que se verifica uma recuperação de sua credibilidade. Este movimento de retomada da credibilidade pode ser associado ao papel social que o jornalismo cumpriu – e ainda cumpre, embora em menor escala – na cobertura da pandemia de covid-19.

O que parecia a princípio uma ameaça ao jornalismo, com a política ganhando nova arena nas redes sociais e os políticos se sentindo confiantes para usar este espaço de opinião para atacar a mídia e seus profissionais, acabou por se revelar uma oportunidade para a imprensa. Moretzsohn, antes mesmo da exacerbação do uso das *fake news*, considerava a internet uma ameaça à mediação jornalística, por duas de suas características: a possibilidade de cada indivíduo se tornar comunicador (MORETZSOHN, 2002) e a hiper-abundância de informação (MORETZSOHN, 2007)<sup>134</sup>. Karina Santos (2022), no entanto, vai argumentar que esta ameaça acaba por se revelar, ao contrário, uma oportunidade de o jornalismo reafirmar seu papel social de defesa da sociedade.

[...] o fenômeno da desinformação e das Fake News, que num primeiro momento parecia uma ameaça a [sic] reputação e a [sic] manutenção dos valores intrínsecos do jornalismo, tornou-se uma grande oportunidade para ajudar o segmento a resolver a sua crise de identidade. (SANTOS, 2022, p.11356)

A observação dos dois principais relatórios anuais globais de percepção de credibilidade da mídia, o *Reuters Institute Digital Report* e o *Edelman Trust Barometer*, são coincidentes em apontar uma curva ascendente na percepção de credibilidade da imprensa pelo público. Desde a edição de 2015, o *Reuters Institute*

<sup>133</sup> Artigo publicado pelo site Observatório da Imprensa traz um levantamento feito pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, com um total de 53 ataques a 52 jornalistas em 23 dias de manifestações. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/ed753-jornalistas-sofreram-53-ataques-durante-protestos/>>. Acesso em: 30 dez. 2022.

<sup>134</sup> Aqui não se pretende discutir as conclusões de Moretzsohn a respeito de internet e jornalismo, mas apenas pontuar sua percepção a respeito da readequação do papel do jornalismo em função do surgimento da internet.



*Digital Report* mede a “confiança geral nas notícias”<sup>135</sup>, entendidas como aquelas produzidas pela chamada imprensa profissional. O estudo, comissionado pelo Reuters Institute for the Study of Journalism, foi conduzido pelo YouGov, uma empresa de pesquisa de opinião global, e as entrevistas foram realizadas em janeiro e fevereiro de 2022. O estudo trabalhou com quotas de entrevistados proporcionais aos percentuais de idade, gênero e formação educacional em cada um dos 46 países onde foi realizado, inclusive no Brasil.

No Brasil, em 2015, eram 62% aqueles que demonstravam confiança nas notícias, e este percentual se manteve relativamente estável, embora com uma pequena queda, até 2018, quando foi de 59% (ver gráfico 2). O declínio se dá de forma abrupta de 2018 para 2019, em coincidência com as eleições realizadas em outubro de 2018, para presidente da República, governadores e parlamento nacional (Câmara dos Deputados e parte do Senado Federal). Em 2019, o índice foi de 48%.

Nos três relatórios anuais seguintes, há uma recuperação de credibilidade, de forma coincidente com a pandemia de covid-19, dando pistas de que a imprensa teve sucesso na sua empreitada de cumprir um papel social de esclarecimento à população. Em 2020, há uma pequena recuperação, para 51%, e em 2021 nova pequena melhora, para 54%. Em 2022, há uma queda abrupta, para 46%, com perda de 8 pontos percentuais, maior que a soma dos ganhos de 2020 e 2021, de 6%.

Gráfico 2: Confiança nas notícias (REUTERS INSTITUTE)



Fonte: Elaboração do autor, a partir do Reuters Institute Digital Report (edições de 2015 a 2022)

<sup>135</sup> No original, em inglês: “overall trust in news”.

O exame dos números do relatório global de Edelman Trust Institute, denominado *Edelman Trust Barometer*, permite visualizar o mesmo comportamento de confiança na imprensa. O relatório de 2022, conduzido por Edelman Data & Intelligence, o braço de pesquisa de opinião da Edelman, foi realizado em 28 países, com mais de 36 mil entrevistados, com pelo menos 1.150 respondentes por país<sup>136</sup>. As entrevistas foram feitas de forma online, entre 1 e 14 de novembro de 2021.

Há uma pequena diferença de léxico: no Edelman Trust Barometer o item é “confiança na mídia”<sup>137</sup>, enquanto no relatório da Reuters é “confiança geral nas notícias”. Mas ambos têm a mesma carga semântica, neste caso podem ser considerados como iguais.

O *Edelman Trust Barometer* de 2020 indica nível de confiança de 44% na imprensa no Brasil, uma subida de 3% em relação a 2019 (EDELMAN, 2020, p.42). Nova subida se verificou no relatório de 2021, de mais 4%, com o índice atingindo 48% (EDELMAN, 2021, p.45). No entanto, na edição de 2022, verificou-se pequena queda, de 1%, com o índice indo para 47% (EDELMAN, 2022, p.41). Em relação à oscilação para baixo ou para cima dos números ano a ano, o movimento é o mesmo encontrado no relatório da Reuters Institute (ver quadro 3).

Quadro 3: Confiança na imprensa no Brasil

Ano	Reuters Institute (confiança nas notícias)		EdelmanTrust Barometer (confiança na mídia)	
	%	Oscilação para o ano anterior	%	Oscilação para o ano anterior
2019	48	↓ - 3%	41%	↓ - 2%
2020	51	↑ + 3%	44%	↑ + 3%
2021	54	↑ + 3%	48%	↑ + 4%
2022	46	↓ - 8%	47%	↓ - 1%

Fonte: Elaboração do autor, a partir do *Reuters Institute Digital Report* e do relatório *Edelman Trust Barometer*, ambos dos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022.

<sup>136</sup> Disponível em: < <https://www.edelman.com/trust/2022-trust-barometer> >. Acesso em: 21 jan. 2022

<sup>137</sup> No original, em inglês: “trust in media”.

Em relação especificamente à atuação da imprensa durante a pandemia de covid-19, é possível extrair impressões do relatório especial *Edelman Trust Barometer – Workplace trust and the coronavirus*. Por exemplo: de janeiro de 2020 a maio de 2020, período que está parcialmente inserido nesta tese, no Brasil houve uma subida de confiança na mídia por parte do público: de 51% para 56%, cinco pontos.

Importante, no entanto, pontuar que também outras instituições ganharam pontos no quesito confiança: governo, por exemplo, teve uma subida extraordinária, passando de 54% para 65% (11 pontos); as empresas, ou o setor empresarial, foram de 58% para 62% (4 pontos); as organizações não governamentais, de 58% para 62% (4 pontos também). Perguntas específicas sobre a pandemia foram aplicadas em sete países (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Índia, Coreia do Sul e Singapura), entre os dias 23 e 26 de agosto de 2020<sup>138</sup>.

O principal dado que podemos extrair é quanto à principal fonte de informação da população: 54% dos respondentes indicaram a grande imprensa (*major news organizations*), um índice bastante superior a outras fontes: governos nacionais (40%), autoridades de saúde no país (36%), redes sociais (35%), governos locais (31%); parentes e amigos (31%); organizações globais como OMS (28%) e médico ou profissional de saúde pessoal (21%).

Assim como na média global, a grande imprensa também foi a principal fonte em quatro países: Estados Unidos (49%), Reino Unido (60%), Alemanha (58%) e Coreia do Sul (73%). Na França, a grande imprensa foi a segunda principal fonte, com 43% (atrás das autoridades nacionais de saúde, com 45%); na Índia, também segunda, com 58% (redes sociais obtiveram surpreendentes 69%); e em Singapura, terceira, com 52%, mesmo percentual das redes sociais (governos locais, tiveram 64%, e governo nacional, 54%).

Para 56% dos respondentes, basta ver uma ou duas vezes uma informação na grande imprensa para confiar nela, mas 32% precisam de pelo menos três oportunidades – aqueles que responderam que nunca confiam somente na grande

---

<sup>138</sup> Universo de 3.400 respondentes (1.000 nos Estados Unidos; 500 no Reino Unido, na França, na Alemanha e na Índia; 200 na Coreia do Sul e em Singapura), distribuídos por idade, região e gênero, em cada nacionalidade, segundo nota metodológica da pesquisa.

imprensa e necessitam de uma segunda fonte são em média 13%<sup>139</sup> (17% nos Estados Unidos, 16% no Reino Unido; 15% na França; 14% na Alemanha; 8% em Singapura; 4% na Índia; e 3% na Coreia do Sul).

Para comparação, nesta questão, o maior índice de confiança foi alcançado pelos médicos e profissionais de saúde pessoais (72%) e o menor, pelas redes sociais (26%). Também as redes sociais são a fonte menos confiável por si: 37% por cento dos respondentes sempre buscam outra fonte para confirmar as informações.

Se a pesquisa da Edelman não contemplou Brasil, é possível ver os dados específicos do país em um levantamento do Datafolha, também de 2020<sup>140</sup>. Em relação à confiança na busca de informações sobre covid-19, o jornalismo é visto pela população como a fonte mais confiável. Para 61% dos respondentes, programas jornalísticos de TV são os mais confiáveis, secundados pelos jornais impressos (56%), seguidos por programas jornalísticos de rádio (50%) e sites de notícias (38%)<sup>141</sup>.

Para a pesquisadora e professora de jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Iluska Coutinho, em matéria no site da instituição, há um “pacto de confiança” entre a sociedade e a imprensa: “[...] a pandemia mostra o jornalismo como lugar de referência. A especialidade do jornalismo é saber identificar onde está a melhor informação, mais precisa e correta, e trabalhá-la de modo a torná-la mais acessível”, comenta Coutinho<sup>142</sup>.

Interessante estudo também foi feito por pesquisadores do grupo “Mídias, Redes e Jovens”, da Universidade Federal Fluminense, mapeando os sentimentos de jovens em pesquisa por formulário online, em novembro e dezembro de 2020, com participação espontânea de 855 respondentes entre 15 e 29 anos<sup>143</sup> (FELIX *et*

<sup>139</sup> Embora não haja nota metodológica a respeito, é de se concluir que a aproximação para números inteiros, sem casas decimais, crie a distorção de a soma de todas as partes eventualmente não totalizar 100, podendo exceder ou faltar.

<sup>140</sup> Disponível em (acesso para assinantes): <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em 9 nov. 2022.

<sup>141</sup> Disponível em (acesso para assinantes): <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em 9 nov. 2022.

<sup>142</sup> Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/03/24/professores-analisam-pesquisa-datafolha-sobre-confianca-na-imprensa-convencional/>>. Acesso em 9 nov. 2022.

<sup>143</sup> Conforme os autores, pesquisa realizada através de um formulário Google Forms disponibilizado em 24 de novembro de 2020. Segundo os autores, alguns dados dos respondentes: “Entre os que

*al.*, 2021). A partir da discussão da infodemia, compreendida como excesso de informação (e desinformação), foi possível identificar o impacto do noticiário para os jovens, a saber: 65,5% consideravam o noticiário prejudicial à sua saúde; 21,4% entendiam que já havia prejudicado, mas não mais; e 11,9% achavam que não.

Sobre sentimentos negativos, em questão com possibilidade de múltiplas respostas, alguns sentimentos foram bastante citados: ansiedade (71,2%), angústia (64%), medo (54%) e tristeza (51,2%) (FELIX *et al.*, 2021). Esta sensação negativa, causada pela massificação do noticiário a respeito da pandemia mais de um semestre após sua decretação pela OMS, pode criar uma reação de abandono, conforme constatam os autores:

Não é surpreendente, portanto, que a esmagadora maioria (77%) de nossos respondentes admitisse fugir do noticiário ou de redes sociais, eventual ou frequentemente, para evitar as informações sobre a pandemia: apenas 22,9% da amostra declararam jamais mudar de noticiário ou rede social porque não queriam estar em contato com o tema pandemia. Esse aspecto mostra como as audiências juvenis lidam com a relação consumo-ansiedade exacerbada na cobertura de eventos traumáticos, na dicotomia consumir versus não consumir. (FELIX *et al.*, 2021, p.10)

As organizações jornalísticas e as entidades da sociedade civil de defesa do jornalismo se apressam agora em oferecer um discurso de defesa da informação confiável e credível, e o momento da pandemia se mostrou favorável ao reforço do papel da imprensa como guardiã da sociedade. Renata Caleffi e Ariane Pereira percebem que, quando as empresas de comunicação lançaram o Consórcio de Veículos de Imprensa, os diretores das organizações jornalísticas integrantes<sup>144</sup> defenderam a sua necessidade em função do papel social da mídia, e em todas as declarações foi valorizada a palavra “jornalismo” (CALEFFI; PEREIRA, 2021, p.33).

---

tinham de 15 a 18 anos (233), 73% ainda não haviam completado o ensino médio e 3% tinham graduação incompleta; enquanto entre os de 19 a 24 anos (230), 1,5% ainda não tinham completado o ensino médio e 62% tinham graduação incompleta. Em relação ao fator trabalho e renda, dentre o grupo de 15 a 18 anos, 92% declararam não trabalhar e, dos que alegavam trabalhar, a importância de sua contribuição para a renda da casa era média ou alta para quase 40%. Já no grupo imediatamente subsequente, entre 19 e 24 anos, pouco mais da metade dizia não trabalhar e, para os 48% que mencionaram trabalhar, sua contribuição para a renda do lar era média ou alta para 60%.” (FELIX *et al.*, 2021, p.9)

<sup>144</sup> São os seguintes os diretores citados pelas autoras: Ali Kamel (diretor-geral da TV Globo); Sérgio Dávila (diretor de Redação da *Folha*); Alan Gripp (diretor de Redação de *O Globo*); Murilo Garavello (diretor de Conteúdo do UOL); João Caminoto (diretor de Jornalismo do Grupo Estado); e Humberto Tziolas (diretor de Redação do *Extra*).

Independentemente da pandemia, desde 2018 o Fórum Mundial de Editores (WAN-IFRA) promove, em 28 de setembro, o Dia Mundial da Notícia, com a publicação, em um website, de reportagens produzidas por organizações jornalísticas de vários países e continentes. Em 2020, o foco principal foi a pandemia, e as reportagens publicadas buscaram responder à questão recorrente em cada edição anual: por que o jornalismo importa? Para o presidente do Fórum Mundial de Editores, Warren Fernandez, o público procura por “vozes confiáveis” no jornalismo tradicional, que desta forma reafirma seu papel: “[os profissionais] interpretam os eventos e ajudam a juntar os pontos, adicionando perspectiva e contexto”<sup>145</sup>.

Se é preciso reforçar/recuperar credibilidade, o jornalismo se vê diante de um dilema: seguir dando voz justamente a quem o ataca, como vem acontecendo com políticos e autoridades, ou ignorar estas fontes, importantes por si. Um dos princípios de avaliação da relevância de uma notícia é a fonte, e sua importância usualmente se dá mais pelo cargo que ocupa ou pela função que exerce que propriamente pela pessoa. Assim, um presidente da República sempre será, a princípio, a fonte mais importante para a imprensa brasileira por este cargo ser o mais importante no país.

Mas será isso mesmo? É para refletir se até um jornal de referência, como *O Estado de S. Paulo*, questiona qual deve ser o “papel do jornalismo profissional e independente quando o país é governado por um presidente que, em nome de seus interesses particulares, impõe uma agenda que estimula ressentimentos e explora medos dos cidadãos em detrimento dos fatos” (UM IMENSO..., 2022, p.A3). A questão é difícil de resolver. Uma das saídas parece já estar sendo ensaiada, ainda que de forma tímida: apontar a intenção de desinformar de determinadas autoridades, principalmente através de mentira, ou no mínimo com falta de comprometimento com a verdade.

### 2.3. O jornalismo e as emergências sanitárias

---

<sup>145</sup> Ver mais em: <<https://worldnewsday.org/>> e <<https://worldnewsday.org/why-real-news-matters-amid-twin-pandemics-covid19-fake-news/>>. Sobre a edição de 2020, ver: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/25/uol-participa-do-world-news-day-projeto-mundial-de-veiculos-de-imprensa.htm>>. Acessos em: 13 nov. 2022.

Para o jornalismo sempre foi, e continua sendo, um desafio tratar de temas muito específicos e de conhecimento de um grupo muito restrito, apesar de terem implicações amplas para a sociedade. Este é o caso do noticiário de ciência, de forma geral, e de saúde, em particular. O surgimento recente das redes sociais como possibilidade de comunicação e dispersão de informação complicou um pouco o cenário, por ampliar o risco da desinformação, mas em outro aspecto o fenômeno é positivo, pois também pode trazer a voz direta daqueles que produzem ciência ou a interpretam com a propriedade do conhecimento específico, conforme defendem Victor Israel Gentilli e Thalita Mascarelo da Silva (2021).

Os autores identificam como um “ecossistema” este conjunto de informações, ora trazido diretamente pelas fontes científicas, ora pelo jornalismo tradicional, ainda que especializado em ciência. Gentilli e Da Silva observam que as fontes científicas utilizam redes sociais com o intuito de informar e se informar, assim como o fazem os jornalistas, gerando um aumento de relacionamento entre todos que extrapola o espaço digital e se inclui no espaço da imprensa tradicional.

Natália Pasternak, pesquisadora e microbiologista, surge como um novo exemplo que vem se destacando nesse sentido, ao utilizar o Twitter diariamente com o intuito de divulgação científica e participar ativamente da denominada mídia tradicional. Por meio de contatos com diferentes jornalistas, ela é chamada para entrevistas em jornais, telejornais, lives, podcasts etc., inclusive também atua como colunista no jornal *O Globo*. É um circuito midiático proporcionado também devido às redes sociais, embora não se limite a elas. (GENTILLI; SILVA, 2021, p. 85)

Pasternak foi uma das titulares da coluna diária “A hora da ciência”, editada por *O Globo* durante parte da pandemia, com textos escritos por pesquisadores em saúde e profissionais da área. Este é um bom exemplo de como estas fontes ocuparam, de fato, um espaço delimitado na imprensa – delimitado, neste caso, explicitamente em formato de coluna diária, entre fios, conforme habitual. Mas Pasternak, assim como outros, também ocupou espaços diversos, como em livro escrito em parceria com Carlos Orsi (*Ciência no Cotidiano*, 2021), em que é oferecida ao público leigo uma definição simples, mas compreensiva, de ciência: “O poder da ciência não está em suas conclusões, descobertas e afirmações, mas

em sua estrutura: trata-se da única atividade humana construída para reconhecer, revisar e aprender com os próprios erros”. (PASTERNAK; ORSI, 2021, p.9).

A pandemia de covid-19 foi um bom exemplo de como a ciência atua: de um certo desconhecimento inicial da doença e de seu vírus se chegou a um conhecimento bastante e suficiente até para conseguir o desenvolvimento de vacinas em prazo antes inimaginável. É memória recente, do início do ano 2020, a recomendação aos doentes de só procurar hospital em caso de gravidade e da não recomendação do uso de máscaras por pacientes, mas somente pelo pessoal da área de saúde. As orientações estavam equivocadas, veio a se constatar, e foram refeitas no sentido oposto.

Por tudo isso, a pandemia provavelmente foi a mais desafiadora cobertura que o jornalismo já fez, não só no Brasil, mas em todo o mundo, mas não foi a primeira experiência da imprensa com as emergências sanitárias de grande porte. No Brasil, é possível identificar momentos importantes no acompanhamento no país pelos veículos de comunicação em outras emergências sanitárias: na pandemia de gripe espanhola, entre os anos de 1918 e 1920; na pandemia de gripe asiática, em 1957 e 1958; na epidemia de meningite, nos anos 1970; e da pandemia de H1N1, em 2009.

Izamara Machado (2020) entende que o jornalismo é importante ator na construção de memórias da saúde pública, no mesmo sentido do que constata esta tese em relação à pandemia de covid-19. Mas não só quanto à covid-19, uma vez que a memória<sup>146</sup> de outras emergências sanitárias, a partir da imprensa, também está sendo levantada, precisamente neste capítulo. Machado também prefere entender os jornais como agentes políticos e sociais, que devem ser encarados como espaços de poder na sua mediação entre o mundo e os sujeitos:

Os jornais são empresas e, como toda e qualquer empresa, disputas são travadas em seus interiores. Trabalham nos jornais profissionais diversos que possuem suas posições políticas e ideológicas. Esses profissionais também devem respeitar a linha editorial do jornal onde trabalham. Deste modo, deve-se considerar que a atividade jornalística não é uma atividade

---

<sup>146</sup> Aqui, preferimos pensar a memória e a história na perspectiva de Pierre Nora, de que a memória é vivida no presente, enquanto a história é uma representação do passado, e a reconstrução incompleta deste passado que já não existe mais (NORA, 1993, apud MACHADO, 2020). É neste entendimento que o jornalismo é um participante importante na construção da memória, porque busca essencialmente descrever o presente. Até mesmo quando seu objeto de atenção é o passado, o jornalismo sempre o faz em relação com o presente.



individual, mas, sim, uma atividade que exige trabalho de vários indivíduos que atuam coletivamente em uma empresa. Há valores, crenças, opiniões, que acabam sendo transpostos nas narrativas construídas pelos jornais, mesmo que muitas vezes discretamente. (MACHADO, 2020, p.152)

Izaltina Gomes e Luiz Marcelo Ferraz (2012) observam que, a partir do advento do jornalismo informativo, as epidemias tiveram sua divulgação facilitada, com a disseminação de informações para muito mais pessoas. Os autores também apontam uma mútua desconfiança entre governos e imprensa quando o tema é saúde, particularmente emergências sanitárias: os governos guardam reserva quanto à divulgação de informações, temerosos de que a imprensa crie pânico e temor entre a população; de forma oposta, a imprensa desconfia que o represamento de dados se dá por uma proteção à reputação de governos e governantes. Desta forma, é gerado um círculo vicioso em que o maior prejuízo fica com a população.

A situação pode ser ainda mais complicada quando a emergência sanitária ocorre em períodos de ditadura, conforme pontuam Gomes e Ferraz em relação à epidemia de meningite, que teve lugar nos anos 1970 no Brasil, principalmente em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro e em outras cidades: “A divulgação da doença foi alvo de forte censura nos primeiros anos da década por parte do governo militar, que determinou o assunto como ‘questão de segurança nacional’” (GOMES; FERRAZ, 2012, p.271).

A epidemia de meningite no Brasil, normalmente tratada assim no singular, em verdade se desdobra em duas, ou pelo menos tem dois picos bem definidos: os anos de 1971 e 1974, compreendidos no período definido como os anos de chumbo<sup>147</sup>. Pery Cotta (2019) e João Batista de Abreu (2000) lembram que era um período de controle, pelo Executivo federal, do conteúdo publicado pelas organizações jornalísticas.

No período compreendido entre 1969 e 1978, os jornais, revistas semanais de informação, rádios e televisões se habituaram a receber ordens e recomendações, através de telefonemas, proibindo ou desaconselhando a divulgação de fatos considerados desagradáveis aos olhos do regime militar. Num

---

<sup>147</sup> Expressão popularizada pelo filme alemão *Die bleierne zeit* (*Os anos de chumbo*, no título em português) que se refere aos anos 1970, mas muitas vezes no Brasil é tomado pelo período inteiro da ditadura militar (1964-1985). Para o filme, ver: <<https://www.adorocinema.com/filmes/filme-86/>>. Acesso em 15 nov. 2022.

primeiro momento, logo após a decretação do AI-5, esta tarefa cabia a oficiais do Exército, mas logo depois foi transferida para a Polícia Federal. (ABREU, 2000, p.43)

O assunto “meningite”, embora não representasse “ameaça” direta ao regime, foi um dos temas controlados pelos censores, que se valiam de um amparo legal, ainda que forjado a partir de medidas autocráticas, para dar aparência de legitimidade ao cerceamento da circulação da informação. Cotta (2019) aponta particularmente dois instrumentos legais de apoio à atividade de censura: a chamada Lei de Imprensa, de 1967<sup>148</sup>, que impunha punições mais rigorosas a crimes cometidos por jornalistas no exercício da profissão; e o Decreto-lei 1.077<sup>149</sup>, de 1970, que instituía claramente a censura.

Catarina Schneider, Michele Tavares e Christina Musse (2015), em estudo sobre a cobertura da epidemia de meningite pelos diários *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, percebem maior incidência de matérias a respeito no pico de 1974 em relação ao de 1971. No ano de 1971, houve registro de apenas seis matérias em *O Globo* e menos ainda na *Folha de S. Paulo* (quatro). Em 1974, o número é bem maior: 31 matérias em *O Globo* e 22 na *Folha de S. Paulo*. Segundo as autoras, a diferença pode ser explicada também pela abrangência da doença, que em 1974 passou a atingir a classe média e a elite, e não só majoritariamente a população de baixa renda, como em 1971.

As autoras, com base em depoimentos colhidos diretamente ou por terceiros, apontam a chegada da doença à classe média e à elite como principal motivo para o afrouxamento da censura à imprensa, e o conseqüente aumento de matérias a respeito nos jornais analisados. A isto pode-se acrescentar o interesse dos próprios periódicos, que têm – e tinham – na classe média seu principal público-alvo.

Em 1974, uma iniciativa da *Folha de S. Paulo* vale a pena ser destacada por suscitar uma semelhança com o levantamento de dados da covid-19 pelo Consórcio, no que diz respeito ao acompanhamento diário dos números: “[...] cabe destacar a

<sup>148</sup> A Lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, mais conhecida como Lei de Imprensa, foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento realizado em 30 de abril de 2009, por ser incompatível com a Constituição da República de 1988 (COTTA, 2019, p.181).

<sup>149</sup> O Decreto-lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970, dispunha sobre a execução do artigo 153, parágrafo 8, da Constituição de 1967, já não mais vigente. Para a íntegra do decreto, ver: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm)>.

presença de tabelas diárias intituladas ‘Situação da Meningite’, que foram publicadas a partir de 11 de julho de 1974, com o intuito de informar o nome dos hospitais, o número de admissões, altas, óbitos, internados e o total geral daquele hospital” (SCHNEIDER; TAVARES; MUSSE, p.10). Conforme relatam Marialva Barbosa, Ana Paula Goulart de Andrade e Marcos Cony<sup>150</sup> (2022), processo parecido, em período e situação muito distinta, deu-se em 1918, em relação à pandemia de influenza, ou de gripe espanhola, como pejorativamente foi chamada à época e acabou passando à História.

Diante da falta de informações oficiais da então Diretoria de Saúde Pública, os jornais diários passaram a apurar o número de sepultamentos em cada cemitério da cidade e junto às delegacias policiais para estamparem na primeira página das publicações o número de vítimas, que não cessava de aumentar a cada dia. (BARBOSA; ANDRADE; CONY, 2022, p.197)

Justamente a dificuldade de contabilização dos números é o que dá uma imprecisão à soma das vítimas da gripe espanhola: calcula-se que entre 20 milhões e 50 milhões de pessoas no mundo<sup>151</sup> tenham sucumbido em 1918, um número significativamente mais alto que as baixas da Primeira Guerra Mundial, calculadas entre 20 e 30 milhões, em um período de quatro anos (1914-1918). Somente em São Paulo, 5 mil pessoas faleceram de outubro a dezembro daquele ano de 1918 (SCHWARCZ; STARLING, 2020).

A gripe espanhola tem este nome de batismo em função de um erro de informação: Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Starling (2020) destacam que a doença foi assim chamada porque apenas quando chegou à Espanha é que ganhou as páginas de jornais (SCHWARCZ; STARLING, 2020). A Espanha, que se mantinha neutra no conflito da Primeira Guerra Mundial, não teve problema em admitir sua existência, e acabou tornando-se a vilã desta história. Mas a doença já

---

<sup>150</sup> Cony também é autor de interessante vídeo hospedado no Youtube e realizado como projeto prático de conclusão do curso de Jornalismo, na UFRJ, incluído nas Referências Bibliográficas desta tese. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q8ALWmD9B0Q>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

<sup>151</sup> A falta de registros confiáveis da gripe espanhola faz com que sejam oferecidos números dissonantes entre diferentes autores. Vaz, Sanchotene e Santos, por exemplo, trazem uma estimativa entre 50 e 100 milhões de mortes (KOLATA, 2005, apud VAZ; SANCHOTENE; SANTOS, 2020). Para referência: KOLATA, Gina. *Flu: the story of the great influenza pandemic of 1918 and the search for the virus that caused it*. New York: Touchstone, 2005.

estava presente em outros países beligerantes, que, no entanto, não permitiram sua divulgação.

As autoras endossam a possibilidade de a gripe de 1918 ter tido sua origem nos Estados Unidos, mas não há comprovação desta hipótese. Certo é seu efeito devastador sobre a população, não somente pelos óbitos, mas também pelas consequências secundárias que provocou, conforme relata o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama (2020), ao tratar do combate à pandemia de H1N1 durante seu governo.

Eu tinha um conhecimento mais do que casual sobre o H1N1 após trabalhar nos preparativos para a pandemia nos Estados Unidos, quando estava no Senado. O que descobri me deixou apavorado. Em 1918, a cepa de H1N1 que ficou conhecida como “gripe espanhola” infectara meio bilhão de pessoas e matara algo entre 50 milhões e 100 milhões – aproximadamente 4% da população mundial. Só na Filadélfia, mais de 12 mil morreram no decorrer de algumas semanas. Os efeitos da pandemia foram além do espantoso número de mortos e do colapso da atividade econômica; uma pesquisa posterior revelaria que as pessoas gestadas e nascidas durante a pandemia tiveram renda menor, desempenho escolar pior e taxas de incapacidade física mais elevadas na vida adulta. (OBAMA, 2020, p.400)

No Brasil, a doença tem uma data clara de sua chegada: novembro de 1918, a bordo do vapor *Demerara*. Entrou no país pelo porto do Recife, daí seguindo para o Rio de Janeiro, então capital da República, e se espalhando para outras cidades, entre elas Salvador, Maceió, Fortaleza, Teresina e São Paulo. Das capitais alcançou o interior, dificultando ainda mais o controle num país dito continental (SCHWARCZ; STARLING, 2020).

A gripe espanhola, por sua distância no tempo e pela importância ocupada na história da saúde pública, dispõe de bibliografia robusta no Brasil, embora não haja uma profusão documental a respeito. Por isso, para reconstruírem a história da pandemia em território nacional, de forma rápida e abrangente, no livro *A bailarina da morte: a história da espanhola no Brasil* (2020), a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz e a historiadora Heloisa Starling recorreram também aos arquivos de jornais e revistas de Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Manaus e Belém.

Mesmo caminho trilhou a historiadora Ana Maria Mauad (2020) para construir o artigo “Flagrantes da ‘Hespanhola’: a epidemia de influenza na imprensa ilustrada do Rio de Janeiro em 1918”, buscando as referências fotográficas nas revistas *Careta*, *Revista da Semana*, *Fon-fon* e *O Malho*. Mauad, a partir da comparação entre duas fotos, a primeira publicada pela revista *Careta* em 9 de novembro de 1918, e a segunda, na primeira página da edição de 26 de abril de 2020 da *Folha de S. Paulo*<sup>152</sup>, percebe as semelhanças não exatamente sobre as coberturas da imprensa, mas como esta retratou – aqui em sentido literal também – as duas pandemias:

A triste semelhança entre as imagens apaga as diferenças das marcas temporais que nelas se inscrevem. A escolha pelo preto e branco da foto atual, remete a situação figurada a um outro tempo, criando uma ponte entre as duas pandemias. De fato, em ambas a morte é a protagonista e o sofrimento o enredo da trama narrativa. (MAUAD, 2020, p.34)

Uma reflexão comparativa também foi feita pela jornalista e pesquisadora Marialva Barbosa, a partir de matérias publicadas nos principais jornais circulantes em 1918 (*Correio da Manhã*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias* e *A Noite*) e nas revistas de grande tiragem à época (*Careta*, *O Malho* e *Revista da Semana*) (BARBOSA, 2020). Para ela, são várias e assustadoras as semelhanças entre os relatos daquela gripe espanhola e os de hoje, da covid-19:

[...] a crise na então Diretoria-Geral de Saúde Pública, que levou à demissão do seu diretor no momento mais drástico da epidemia; as recomendações médicas, que incluíam o que hoje chamamos de distanciamento social; o aparecimento de drogas milagrosas, anunciadas aos quatro ventos nas páginas das publicações; as ruas vazias, em decorrência da quantidade de doentes; o colapso dos hospitais, com leitos tomados e muitos enfermos sem nenhuma assistência; os incontáveis enterros nos cemitérios da cidade, obrigando a utilização de prisioneiros da Casa de Detenção como coveiros; a multidão de pobres nos subúrbios que ia aos postos improvisados da assistência em busca de pão, água e sopa, indispensáveis para matar a fome dos muitos que a sentiam; e as imagens dos morros da cidade, cujos moradores ficaram sem assistência, entregues à própria sorte. (BARBOSA, 2020, p.825)

---

<sup>152</sup> Para as fotos, ver anexo A.

Um ponto importante levantado por Barbosa é o “aparecimento de drogas milagrosas”, o que pode ser apontado como um prenúncio do uso em larga escala das *fake news*, que viriam a desempenhar um papel importante – e lamentável – em outra pandemia, a de covid-19, cem anos depois. Uma das mais importantes peças de desinformação em 2020, logo após a eclosão da covid-19, foi a que associava o surgimento do vírus aos hábitos alimentares chineses, tidos como “primitivos” ou “selvagens”, mas ia mais além, atribuindo-o a um plano arquitetado pela China para empreender uma guerra biológica como forma de desestabilizar o mundo e aumentar seu poder no cenário global.

Esta maldosa desinformação foi inclusive compartilhada discursivamente e espalhada em redes sociais por políticos ultraconservadores, no Brasil, mas também no mundo, conforme observam em estudo a respeito os pesquisadores Igor Sacramento, Ana Carolina Pontalti Monari e Xuewu Chen. No Brasil, os autores destacam declarações, em 2020, do então ministro da Educação, Abraham Weintraub, e do deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do então presidente Jair Bolsonaro, contribuindo para criar uma falsa oposição entre os que dizem acreditar nesta ideia, de um complô da China, e os que não creem, rotulados então como apoiadores da China, portanto comunistas (SACRAMENTO; MONARI; CHEN, 2020).

Sacramento, Monari e Chen buscam apoio, para sua pesquisa, no canal de informação *Saúde sem fake news*, do Ministério da Saúde, que realizou um trabalho de verificação confiável no período estudado por eles, entre janeiro e março de 2020, conforme esperado de uma instituição de Estado. Nestes três meses, foram realizadas 95 checagens sobre diversos assuntos, entre elas 13 sobre a covid-19 e sua relação com a China, duas especificamente relacionando o vírus aos hábitos alimentares do país.

Cada vez mais – e a internet tem fundamental importância nisso – circulam informações e práticas discursivas que concorrem com as oficiais, ao se autoproclamarem como portadoras da “verdadeira verdade” (que não seria necessariamente a oficial), mas estaria sendo escondida pela ciência e pelo jornalismo. [...] Esse é um pressuposto fundamental da disseminação de informações sobre saúde na internet, mas também na construção de teorias conspiratórias. Tais práticas participam de um processo de generalização da desconfiança com as instituições, sobretudo as estatais. (SACRAMENTO; MONARI; CHEN, 2020, p.825)

Em outro estudo sobre o canal, Monari, em companhia autoral de Claudio Bertolli Filho, constata que há uma preocupação em aparentar credibilidade pelos produtores de *fake news*. Na amostra analisada pelos autores, de 33 questionamentos publicados no site do canal de agosto a dezembro de 2018, foi possível perceber o uso de imagens, fotos e áudios para criar uma sensação de autenticidade e credibilidade<sup>153</sup> (MONTARI; BERTOLLI FILHO, 2019).

O canal *Saúde sem fake news*, que iniciou atendimento em agosto de 2018, destinava-se ao recebimento de mensagens por WhatsApp para checagem e resposta, sendo as mais significativas publicadas em seu site. O canal foi encerrado após a publicação de uma última checagem, em 8 de junho de 2020, em meio à dita crise de “apagão de dados”, exatamente no mesmo dia da criação do Consórcio de Veículos de Imprensa (MAIA, 2021). Hoje, infelizmente, não mais é possível acessar seu conteúdo para verificação do material publicado<sup>154</sup>.

É de lamentar o desaparecimento do canal, embora ele já tenha tido seu funcionamento maculado pouco mais de 15 dias antes de seu encerramento: em 20 de maio de 2020, checagem que indicava não ser a hidroxicloroquina indicada para prevenção e tratamento da covid-19 foi retirada do canal horas depois de o Ministério da Saúde lançar novo protocolo para utilização das substâncias no combate ao vírus<sup>155</sup>.

Se trabalhado corretamente, o canal poderia ajudar a imprensa na tarefa de desmontar as construções de falsas “verdades científicas” baseadas tão somente em relatos testemunhais, utilizados em larga escala durante a pandemia de covid-19, conforme constata Igor Sacramento, Allan Santos e Roberto Abib: “[...] o testemunho, na contemporaneidade, parece estar substituindo o método científico de verificação e a verdade.” (SACRAMENTO; SANTOS; ADIB, 2020, p.10). Os autores examinaram os testemunhos do então presidente Jair Bolsonaro e dos

<sup>153</sup> Um caso citado por Monari e Bertolli Filho é do áudio falsamente creditado à médica infectologista Marinella Della Negro, advertindo sobre um suposto perigo à saúde pelo consumo de cebolas armazenadas. Disponível em: <<https://m.facebook.com/sbinfectologia/photos/a.572834456179495/1634265910036339/?type=3&rd=1>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

<sup>154</sup> O autor desta tese chegou a ter oportunidade de acessar o canal e, por precaução, fez um print da última atualização. O acesso se deu em 12 de abril de 2021 e o print pode ser consultado em Anexos (anexo B).

<sup>155</sup> Disponíveis em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/ministerio-da-saude-apagado-site-reportagem-que-chamava-tratamento-via-cloroquina-de-fake-news-24437247>> e <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/05/coronavirus-o-que-diz-o-protocolo-que-libera-cloroquina-para-casos-leves-no-sus.html>>. Acessos em: 18 nov. 2022.

médicos Roberto Kalil e Nise Yamaguchi na defesa do uso, para o tratamento da covid-19, da hidroxicloroquina, substância comprovadamente ineficaz para combate ao vírus.

Em seu relatório final, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia identifica sete tópicos mais frequentes de desinformação: “origem do vírus” (conteúdo xenófobo destinado aos chineses); “críticas ao isolamento social” (falsos argumentos para desacreditar a eficácia da medida); “busca de isenção de responsabilidade pelo governo Bolsonaro” (falso discurso de que o STF proibiu o Governo Federal de combater a pandemia); incentivo ao “tratamento precoce” (campanhas coordenadas para incentivar a sua adoção, apesar de comprovada a sua não eficiência); “desinformações sobre o número de mortes causadas pela covid-19” (distorções de dados e causas de mortes); contestação à “eficácia do uso de máscaras” (equipamento apontado como “medida de controle social”); “propaganda antivacina<sup>156</sup>” (informações falsas sobre eficácia e riscos da imunização, inclusive apontando-a como causa de morte, invalidez e anomalia) (SENADO FEDERAL, 2021, p.678-682).

A Comissão apresentou ao término de seu trabalho um robusto relatório de 1.287 páginas<sup>157</sup>, em que aponta uma estratégia preferencial no uso de estratagemas para ludibriar a opinião pública a respeito do combate à pandemia, apontando uma série de organizações que se fazem confundir com veículos da imprensa tradicional: “Crítica Nacional, Estudos Nacionais, Instituto Força Brasil, Jornal da Cidade Online, Senso Incomum, Terça Livre, Brasil Paralelo, Conexão Política, Jornal da Cidade Online, Renova Mídia, República de Curitiba, Folha Política, Brasil Sem Medo, Verdade dos Fatos e Awake Giants Brasil” (SENADO FEDERAL, 2021, p.671).

Há o grupo formado por organizações que na aparência funcionam como empresas jornalísticas, o que se constata pelo nome e formato dos programas, além do modo de confecção das matérias. Faltam-lhes, no entanto, o devido compromisso com os

<sup>156</sup> Este sétimo ponto, à parte sua importância na análise da desinformação na pandemia, ocorreu em período posterior ao período compreendido pelo *corpus* desta tese.

<sup>157</sup> A CPI sugeriu, em seu relatório final, 68 indiciamentos, sendo de 66 pessoas físicas e 2 empresas. Entre as pessoas físicas, destacam-se o ex-presidente Jair Bolsonaro e os ex-ministros da Saúde Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello. O encaminhamento se deu, entre outras autoridades, ao Procurador Geral da República, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, aos Ministérios Públicos e às Secretárias de Segurança Pública das unidades federativas, à Defensoria Pública da União e até mesmo ao Procurador do Tribunal Penal Internacional.



princípios éticos da profissão, tais como a divulgação da informação precisa e correta, independentemente de sua origem jurídica e da linha política de seus proprietários ou diretores, e a produção pautada pela veracidade dos fatos, tendo por finalidade o interesse público. (SENADO FEDERAL, 2021, p.671).

O trecho acima do Relatório da CPI explicita a identificação de valores do jornalismo, como “informação precisa e correta”, “verdade dos fatos” e “interesse público”. Estes valores não são percebidos nos falsos veículos apontados pela CPI, e o são, por oposição, ainda que implicitamente, relacionados às organizações jornalísticas no acompanhamento da pandemia de covid-19.

Nesta breve apreciação da cobertura de algumas emergências sanitárias no país não se pretendeu, de forma nenhuma, esgotar a informação a respeito, nem mesmo houve a preocupação de compreender todos os surtos, epidemias e pandemias nestes pouco mais de cinco séculos de Brasil. Isso, por si só, seria um trabalho de fôlego, muito fôlego. O que se buscou aqui foi trazer elementos que pudessem contribuir para a compreensão da cobertura da pandemia de covid-19 pelas organizações jornalísticas nacionais, particularmente *O Globo*.

#### 2.4. A criação do Consórcio de Veículos de Imprensa

Em 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado no Brasil o primeiro caso de covid-19, de um paciente de 61 anos que na véspera dera entrada no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, com histórico de viagem para a Lombardia, Itália, então um dos epicentros da doença<sup>158</sup>. A notícia foi apresentada pelo então ministro da Saúde, o médico Luiz Henrique Mandetta, em entrevista coletiva, conforme era habitual em sua gestão.

<sup>158</sup> Disponível em: <

Nas entrevistas coletivas regulares que concedia para informar o andamento da pandemia e as providências em andamento, o ministro Mandetta passou a vestir o colete utilizado pelos profissionais do Sistema Único de Saúde, o SUS, como forma de valorizar a atenção pública à saúde. A marca do SUS também estava presente, ao lado das marcas do Ministério da Saúde e do Governo Federal, no *backdrop*, aquele painel instalado ao fundo de forma estratégica para aparecer nas imagens<sup>159</sup>.

O procedimento de comunicação adotado pelo ministro, de amplo anúncio através da mídia profissional, está conforme as recomendações da publicação *Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública: um manual da OMS*, editado em inglês pela Organização Mundial de Saúde, em 2007, e em português pelo Ministério da Saúde, em 2009, e disponível para consulta ou *download* em sua Biblioteca Virtual em Saúde<sup>160</sup>.

Tal comunicação eficaz requer confiança e entendimento entre os agentes de saúde pública e a mídia. A mídia depende dos agentes de saúde pública para produzir informações precisas e no tempo certo. Agentes de saúde pública dependem da mídia para transmitir suas mensagens antes, durante e depois de uma emergência. Eles também usam a mídia como um sistema de vigilância. Por estas razões, cada lado depende do outro para ter êxito. [...] a mídia deve ser vista como um meio crucial de repasse de informações e como um componente da vigilância de surtos. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2009, p. 17)

O primeiro óbito no Brasil ocorreu em 12 de março de 2020, de uma mulher de 57 anos que se internara na véspera no Hospital Municipal Dr. Carmino Caricchio, na cidade de São Paulo.<sup>161</sup> Em 18 de janeiro de 2023, conforme atualização às 16h47, o Painel Coronavírus do Ministério da Saúde registrava

<sup>159</sup> Este cenário de valorização do SUS pode ser percebido nas imagens coletadas pela imprensa à época. Como exemplo, ver: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/06/interna\\_politica,842799/m\\_andetta-diz-que-continua-na-saude-medico-nao-abandona-paciente.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/06/interna_politica,842799/m_andetta-diz-que-continua-na-saude-medico-nao-abandona-paciente.shtml)>. Acesso em: 7 mar. 2023.

<sup>160</sup> Disponível em:

<[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao\\_eficaz\\_midia\\_durante\\_emergencias.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao_eficaz_midia_durante_emergencias.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2022.

<sup>161</sup> Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

24.260 casos novos, chegando a 36.665.047 o número de casos acumulados. Foram informados 114 novos óbitos, levando o acumulado para 695.524<sup>162</sup>.

Números apresentados pelo Consórcio de Veículos de Imprensa na mesma data, 18 de janeiro de 2023, relativos ao período de 24 horas, foram bastante semelhantes na totalização de óbitos (695.668) e de casos acumulados (36.697.084) em todo território nacional desde o início da pandemia<sup>163</sup>. Há diferença, porém, nos números coletados no período de 24 horas que antecederam sua consolidação: pelo Consórcio, os casos novos foram 14.285, enquanto as mortes somaram 77. As fontes primárias são as mesmas do Ministério da Saúde: as secretarias de Saúde das 27 unidades federativas (26 estados e o Distrito Federal).

O Consórcio, apresentado pelos integrantes como iniciativa inédita no Brasil<sup>164</sup>, foi formado em reação a uma quebra da rotina de atualização de dados do Ministério da Saúde, nos dias 3, 4 e 5 de junho, já sob comando do general Eduardo Pazzuelo<sup>165</sup>. Conforme relato extraído em matérias publicadas no site da agência de notícias internacional Reuters<sup>166</sup>, desde o dia 3, uma quarta-feira, o Ministério da Saúde vinha atrasando o horário de divulgação dos boletins de casos e óbitos. No dia 4 de junho, uma quinta-feira, em matéria publicada em seu site às 22h32, a Reuters relatou problemas:

<sup>162</sup> Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2022. Como é uma página permanentemente atualizada, para conferência dos dados acessados na data, ver anexo C.

<sup>163</sup> Conforme portal de notícias G1. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>>. Acesso em: 18 nov. 2022. Como é uma página permanentemente atualizada, para conferência dos dados acessados na data, ver anexos D e E.

<sup>164</sup> Guardadas as diferenças, a iniciativa do Consórcio encontra um paralelo na fundação da agência de notícias Associated Press (AP), em 1846, quando cinco jornais da cidade de Nova York criaram, juntos, um serviço expresso a cavalo para levar notícias desde o front da guerra dos Estados Unidos contra o México em velocidade maior que a que o correio regular podia oferecer. Disponível em: <<https://www.ap.org/about/our-story/>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

<sup>165</sup> O general Pazzuelo foi ministro da Saúde, primeiro como interino e depois como titular, entre 15 de maio de 2020 e 23 de março de 2021. Seu antecessor, o médico oncologista Nelson Teich, foi ministro apenas um mês, de 17 de abril a 15 de maio de 2020. Antes dele, foi ministro o médico ortopedista Luiz Henrique Mandetta, o primeiro a assumir a pasta no governo do Presidente Jair Bolsonaro, em 2 de janeiro de 2019, permanecendo no cargo até 16 de abril de 2020. De 23 de março de 2021 até o fim de 2022, o ministro da Saúde foi o médico cardiologista Marcelo Queiroga. A informação da sequência de ministros do governo Bolsonaro foi coletada no site do Ministério da Saúde, em acesso em 1 dez. 2021, mas o link não mais se encontrava disponível em 10 dez. 2022. A atual ministra é a socióloga Nísia Trindade, ex-presidente da Fiocruz. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/nisia-trindade-toma-posse-como-ministra-da-saude-e-defende-gestao-pautada-pela-ciencia/>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

<sup>166</sup> A opção por acompanhar a sequência destes fatos pela Reuters é para dar a dimensão de sua importância não somente para o Brasil, mas também para os demais países, uma vez que a agência de notícias é uma das mais importantes e conceituadas no mundo.

[...] foram contabilizadas 30.925 novas infecções nesta quinta-feira, levando o total no país a 614.941, segundo os números do ministério, que pelo segundo dia seguido atrasou a divulgação dos dados prevista para as 19h para depois das 22h<sup>167</sup>. Na véspera, a pasta apontou para problemas técnicos, mas nesta quinta não houve qualquer explicação. (BRASIL..., 2020 <sup>168</sup>)

No dia 6 de junho, sábado, em matéria assinada por Eduardo Simões e publicada às 16h10, a Reuters reforçava a prática do novo horário adotado pelo Ministério, lembrando que anteriormente o horário de divulgação dos números era bem mais cedo: “o dado saía entre 16h e 17h durante a gestão de Luiz Henrique Mandetta e às 19h sob comando de Nelson Teich” (SIMÕES, 2020)<sup>169</sup>. No mesmo texto, a matéria traz trechos de uma nota do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) levantando suspeitas sobre manipulação de dados: “A tentativa autoritária, insensível, desumana e antiética de dar invisibilidade aos mortos pela covid-19, não prosperará”, transcreve a matéria.

Ainda em 6 de junho, em matéria publicada às 19h53 e assinada por Pedro Fonseca, a Reuters relatava que o então presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou ironicamente “que o Jornal Nacional, da TV Globo, não poderá mais divulgar o número oficial de vítimas da covid-19 no Brasil depois que o Ministério da Saúde passou a divulgar os dados da epidemia às 22h” (FONSECA, 2020)<sup>170</sup> – o noticiário, com cerca de uma hora de duração, de segunda-feira a sábado, costuma começar às 20h30 e encerrar às 21h30<sup>171</sup>. Neste mesmo dia, somente às 22h25, a Reuters publicou os números do Brasil em seu site.

No dia seguinte, 7 de junho, domingo, a Reuters publicou os números um pouco mais cedo, às 21h27, em matéria assinada por Eduardo Simões, que relatava um maior apuro no tratamento dos dados pelo Ministério da Saúde<sup>172</sup>. O órgão passou a publicar uma página interativa em seu site, de forma a que o usuário

<sup>167</sup> Este horário de 22h inviabiliza a divulgação de dados nos principais telejornais do país, veiculados mais cedo, à hora do jantar, e seu bom aproveitamento pelos jornais, forçados a trabalharem os dados somente em segunda edição.

<sup>168</sup> Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-health-coronavirus-0406-idLTAKBN23C05Q>>. Acesso em 30 nov. 2021.

<sup>169</sup> Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-conass-invisiveis-idLTAKBN23D0U4>>. Acesso em 30 nov. 2021.

<sup>170</sup> Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-health-coronavirus-bolsonaro-jn-idLTAKBN23C35H>>. Acesso em 30 nov. 2021.

<sup>171</sup> Quando há transmissão de futebol à noite pela TV Globo, o Jornal Nacional costuma ter seu início antecipado para as 20h. Isso é mais frequente às quartas-feiras.

<sup>172</sup> Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-br-7jun-idLTAKBN23F00L>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

pudesse buscar dados por regiões e estados. No entanto, a questão da hora de divulgação, crucial para os veículos de imprensa, permanecia tardia.

No dia 8 de junho, segunda-feira, o debate em torno dos números e seus procedimentos de divulgação tomou o país, criando uma reação generalizada às últimas decisões do Ministério da Saúde, conforme se pode constatar pelo acompanhamento que lhe deu a Reuters. Logo cedo, às 8h08, a agência publicou matéria dando conta de mais um problema: inconsistência de dados divulgados pelo Ministério da Saúde na véspera, com números diferentes em dois boletins:

Inicialmente, gráficos enviados pelo ministério a jornalistas por volta das 20h40 apontaram que o Brasil havia registrado 1.382 novas mortes por Covid-19<sup>173</sup> nas últimas 24 horas e que o total de óbitos causadas pela doença respiratória provocada pelo novo coronavírus havia chegado a 37.312 no domingo. De acordo com os gráficos, o número total de casos confirmados da doença havia chegado a 685.427, um acréscimo de 12.581 novos diagnósticos em 24 horas. No entanto, às 21h50, o ministério divulgou números diferentes na plataforma online sobre os casos e mortes. Segundo o site, foram 18.912 casos e 525 mortes registradas em 24 horas, o que totalizaria 36.455 mortes e 691.758 casos. (SIMÕES; FONSECA, 8 jun. 2020 <sup>174</sup>)

O noticiário daquela segunda-feira da Reuters evidencia a amplitude do debate, conforme se pode verificar pela sequência de matérias no dia:

Às 13h13, sob o título “OMS diz esperar que comunicação do Brasil sobre Covid-19 seja ‘consistente e transparente’”, é relatado que o chefe do programa de emergências da Organização Mundial da Saúde, Mike Ryan, demonstrou preocupação com os procedimentos do governo brasileiro na entrevista coletiva diária que a entidade realiza em sua sede, em Genebra, na Suíça (OMS..., 2020)<sup>175</sup>.

Às 16h38, em matéria intitulada "Vamos dirigir no escuro na pandemia sem dados confiáveis, diz pesquisador da Fiocruz", é apontado o risco da falta de informação pelo cientista Carlos Machado, pesquisador titular da Escola Nacional

<sup>173</sup> Nesta tese, adotou-se a grafia de covid-19 ou covid em minúsculas, mas nas citações respeitou-se a grafia original.

<sup>174</sup> Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-br-7jun-idLTAKBN23F1C3>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

<sup>175</sup> Disponível em: <<https://jp.reuters.com/article/saude-coronavirus-oms-brasil-idLTAKBN23F24P>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, vinculada ao próprio Ministério da Saúde (FONSECA; ARAUJO, 2020)<sup>176</sup>.

Às 18h18, sob o título “Diante de mudança em divulgação de dados de Covid-19, Congresso irá se debruçar sobre estatísticas”, matéria relata que os então presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, planejam que o Poder Legislativo, em seu nível federal, cuide das estatísticas da pandemia<sup>177</sup>.

Às 19h08, matéria intitulada “Líder do Cidadania protocola pedido de CPI no Senado sobre dados da Covid-19”, informa que a senadora Eliziane Gama, do Maranhão, protocolou pedido de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Casa “para apurar mudança na forma de divulgação dos números de casos e mortes da Covid-19 no Brasil pelo Ministério da Saúde” (LÍDER..., 2020)<sup>178</sup>.

Já de noite, foi anunciada pelo Ministério da Saúde uma mudança de procedimento. Em matéria publicada às 20h03, intitulada “Após críticas [sic], Ministério da Saúde recua e volta a divulgar mais cedo dados sobre Covid”, o secretário-executivo do ministério, Elcio Franco, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, informou que “a apresentação dos dados às 18h foi acertada com as Secretarias de Saúde dos Estados, que terão de encaminhar suas informações ao ministério até as 16h para que a pasta faça uma consolidação” (APÓS..., 2020). Segundo Franco, o recuo não se deu por pressão política, mas por uma questão técnica<sup>179</sup>.

Às 20h, a Reuters publicou os dados diários<sup>180</sup>, mas no dia seguinte, terça-feira 9 de junho, a publicação já ocorreu mais cedo, às 18h14<sup>181</sup>. Aliás, aquela terça-feira também foi de grande movimentação. Já de manhã cedo, às 7h45, a Reuters

<sup>176</sup> Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/idLTAKBN23F2NK> >. Acesso em: 30 nov. 2021.

<sup>177</sup> Disponível em: < <https://mobile.reuters.com/article/amp/idLTAKBN23F2U0> >. Acesso em: 30 nov. 2021.

<sup>178</sup> Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-cpi-idLTAKBN23F2WW> >. Acesso em: 30 nov. 2021.

<sup>179</sup> Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/saude-health-coronavirus-ms-horario-divu-idLTAKBN23F2Z2> >. Acesso em: 30 nov. 2021.

<sup>180</sup> Disponível em: < <https://mobile.reuters.com/article/amp/idLTAKBN23F2W9> >. Acesso em: 30 nov. 2021.

<sup>181</sup> Disponível em: < <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-approaches-half-million-covid-deaths-2021-06-09/> >. Acesso em: 30 jun. 2021.

anunciava a decisão do ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que “deu 48 horas para o governo cumprir a decisão e retornar a divulgação dos dados da forma como fazia desde o início da pandemia no país até o último dia 4 de junho (BRITO, 2020)”<sup>182</sup>.

A decisão do ministro Alexandre Moraes, do STF, no dia 9, atendia parcialmente a um pedido liminar de três partidos políticos (Rede, PCdoB e PSOL), determinando a divulgação, pelo Governo Federal, dos números da pandemia até as 19h30, incluindo suas totalizações e não apenas os dados das últimas 24 horas. A determinação do ministro do STF restabeleceu a rotina adotada até 4 de junho.

Independentemente das decisões do STF ou do Ministério da Saúde, algumas das principais organizações jornalísticas se movimentaram para garantir acesso aos dados. G1, UOL, *O Globo*, *Extra*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* passaram a trabalhar, desde o dia 8 de junho, de forma colaborativa para reunir as informações necessárias junto às secretarias de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal. Estava formado o Consórcio de Veículos de Imprensa, que já dura mais de dois anos e traz importante contribuição para a sociedade, em geral, e para o jornalismo, em particular, conforme constatam Barbosa, Andrade e Cony:

Há mais de dois anos no ar, o consórcio segue no mesmo sentido, repactuando a confiança jornalística com a audiência, que já criou a expectativa de ser informada com os dados oficiais. Tal articulação colaborativa retoma a centralidade de ser porta-voz da verdade dos veículos de comunicação. Mas no caso do consórcio, o porta-voz, ou seja, aquele que fala na condição de ter a outorga de outro para falar por ele e em nome dele, é constituído por sujeitos genéricos – os veículos de comunicação. Esses sujeitos que são singulares, uma vez que se constituem como empresas independentes e com linhas editoriais próprias, se apresentam apagando esta característica de individualização midiática. Assim, desaparecem os consorciados e aparecem como um bloco os números divulgados produzindo a unidade discursiva e construindo a metáfora do porta-voz. A rigor, o porta-voz seria cada grupo de mídia, mas no caso em questão, os veículos desaparecem e entra em cena o consórcio. (BARBOSA; ANDRADE; CONY, 2022, p.203)

---

<sup>182</sup> Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/stf-coronavirus-bolsonaro-saude-dados-idBRKBN23G1DD-OBRDN> >. Acesso em: 30 nov. 2021.

Por sua atuação, o Consórcio viria a conquistar alguns prêmios importantes no segmento de mídia em 2021, entre eles o Mídia do Ano<sup>183</sup>, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), o Prêmio Faz Diferença<sup>184</sup>, categoria país, da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e do próprio *O Globo*, e o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa<sup>185</sup>, da Associação Nacional de Jornais (ANJ), este em parceria com o Projeto Comprova, de checagem.

Quando em que comemorou 500 dias de sua criação, o Consórcio foi tema de matéria no site G1 em que foi destacada a “importância do jornalismo” a partir de um balanço feito pelos diretores dos veículos integrantes:

“Foram 500 dias muito duros para o país. E o consórcio serviu, e serve, a população com o que o jornalismo pode fazer de melhor, que é levar informação precisa, clara e relevante”, afirma Renato Franzini, diretor do G1.

“O consórcio traduz o papel decisivo que o jornalismo teve nesse momento tão difícil do país. Que seja uma inspiração para novas gerações de jornalistas”, diz Alan Gripp, diretor de Redação de *O Globo*.

“Temos um enorme orgulho de participar deste esforço conjunto de levar à sociedade as informações sobre a pandemia. Diante da omissão do governo federal, a imprensa cumpriu a sua missão”, afirma João Caminoto, diretor de Jornalismo do Grupo Estado.

“Quando as instâncias oficiais falharam em dar informação vital para a população, coube ao jornalismo profissional se unir de maneira inédita e apurar e divulgar essa informação. 500 dias depois, o consórcio da imprensa continua, assim como, infelizmente, a falta de confiança no governo”, diz Sérgio Dávila, diretor de Redação da Folha de S. Paulo.

“O trabalho do consórcio de veículos de imprensa impede que o Brasil seja vítima de um novo apagão de dados, como em junho de 2020. É um investimento que se renova, com dados confiáveis sobre o avanço da vacinação no país”, afirma Alexandre Gimenez, gerente-geral de Notícias do UOL.

“No momento em que a estatística oficial não era confiável, coube ao jornalismo profissional se unir para trazer os dados precisos. Foi um trabalho fundamental em momento tão crítico”,

<sup>183</sup> Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/03/aberje-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-covid-19-coronavirus.htm>>. Acesso em: 18 nov.2022.

<sup>184</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2021/08/25/premio-faz-diferenca-vai-para-margareth-dalcolmo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-e-jornal-nacional-veja-lista.ghtml>>. Acesso em: 18 nov.2022.

<sup>185</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2021/12/01/consorcio-de-veiculos-de-imprensa-ganha-premio-da-associao-nacional-de-jornais.ghtml>>. Acesso em: 18 nov.2022.



diz Humberto Tziolas, diretor de Redação do Extra. (CONSÓRCIO..., 2021<sup>186</sup>).

Mais de dois anos depois, o Consórcio continuava ativo, embora o espaço ocupado pelo noticiário de covid-19 já não fosse tão significativo quanto em 2020. Na edição de *O Globo* de 19 de novembro de 2022, por exemplo, os números levantados pelo Consórcio<sup>187</sup> não foram utilizados em matéria publicada na página 25, editoria de Saúde, sob o título “Síndrome respiratória está em alta em 12 estados”, em que é tratado o seu aumento de casos, em parte causado pela covid-19 (conforme a matéria, o índice em quatro semanas é de 47%, a partir do Boletim InfoGrife da Fiocruz). Os números também não estão em nenhuma outra matéria da edição, nem em chamada em sua primeira página.

Dois meses depois, na edição de 19 de janeiro de 2023, se deu o mesmo, com os números levantados pelo Consórcio<sup>188</sup> sem aproveitamento na matéria publicada na página 21, na editoria de Saúde, intitulada “Em aberto/Há mais de um mês no país, vacinas bivalentes ainda não tem cronograma”. Da mesma forma, os números não figuram em nenhuma matéria da edição, nem em chamada de primeira página.

## 2.5. A crise nas páginas de *O Globo*

A crise também pôde ser acompanhada nas páginas de *O Globo*. Ou não, devido à falta de informação, suscitada pela dificuldade de acesso aos dados oficiais que deveriam ser fornecidos pelo Ministério da Saúde. Mas aqui partimos da premissa de que a ausência de informação também pode ser interpretada como

<sup>186</sup> As declarações foram reproduzidas na ordem exata de publicação na matéria, disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/20/consorcio-de-veiculos-de-imprensa-completa-500-dias-de-trabalho-colaborativo.ghtml>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

<sup>187</sup> Números publicados pelo site G1: 72 mortes registradas em 24 horas. Total acumulado deste o início da pandemia: 688.958 mortes e 35.039.614 casos conhecidos. Disponível em: <[https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?\\_ga=2.28583867.6087682.1668862795-64f71733-d0ce-0692-a417-75543903ea3c](https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/?_ga=2.28583867.6087682.1668862795-64f71733-d0ce-0692-a417-75543903ea3c)>. Acesso em 19 nov.2022.

<sup>188</sup> Números publicados pelo site G1: 77 mortes registradas em 24 horas. Total acumulado deste o início da pandemia: 695.668 mortes e 36.697.084 casos conhecidos. Disponível em: <<https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

informação, ou seja, a negação deliberada aos dados informa a intenção de não os tornar públicos ou acessíveis.

A edição de *O Globo* do dia 4 de junho não traz nenhuma referência aos números de casos (ou contagiados) e mortes divulgados pelo Ministério da Saúde na véspera em função da liberação do boletim depois das 22h. Em relação ao Ministério, há uma matéria na página 12, em espaço sem maior importância no pé da página, intitulada “Novo secretário do Ministério da Saúde apoia cloroquina”, a respeito da nomeação a ser feita do empresário Carlos Wizard para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta<sup>189</sup>.

No dia 5 de junho, o quadro com número de contagiados e mortos volta a aparecer em *O Globo*, ainda com dados do Ministério da Saúde. É uma edição com significativa mudança na primeira página entre a primeira e a terceira edição. Na primeira edição, a pandemia não está na manchete, embora ocupe a segunda chamada mais importante, logo abaixo da logomarca do jornal, sob o título “Mortes por Covid crescem até 309% no Rio” e acompanhada por uma foto de desinfecção no píer da Ilha Grande. O quadro de números está na metade inferior da página, logo abaixo da chamada “Brasil passa a Itália e já é o terceiro com mais mortes”.

Na terceira edição, a pandemia já figurava na manchete “Brasil passa a Itália e já é o terceiro com mais mortes”, acompanhada do mesmo quadro de números da primeira edição. No caso deste 5 de junho, a mudança não se dá nos dados, mas sim na sua interpretação. A matéria que dá sustentação à manchete da segunda edição, editada à página 15, tem uma diferença significativa entre sua primeira e sua segunda edições: a base de dados é a mesma, mas na segunda edição é observada a relação de número de óbitos pelo tempo decorrido. A segunda edição, no segundo parágrafo, traz a informação de que, na contagem da véspera, em que se verificaram 1.473 vítimas fatais, isso representava “mais de uma morte por minuto no país”<sup>190</sup> (UMA MORTE..., 2020).

A edição de 6 de junho é significativa para entender a crise de “apagão de dados”. Ainda na primeira edição, o jornal já anunciava que o Ministério da Saúde

<sup>189</sup> Wizard acabou por não assumir o cargo, desistindo oficialmente em 7 de junho de 2020. Ver: < <https://www.terra.com.br/noticias/coronavirus/wizard-diz-que-nao-atuara-mais-no-ministerio-da-saude-e-nao-assumira-secretaria-na-pasta,b49a22f948a092690f7413dec2997796fr0sypwv.html> > Acesso em: 12 set. 2022.

<sup>190</sup> A matéria não traz a relação exata, que é de 1,02 morte por minuto no período de 24 horas (1.473 mortes registradas em 1.440 minutos).

tinha mudado a mecânica de divulgação do andamento da pandemia, com a supressão de dados essenciais, como a soma de mortos e de doentes e o atraso na liberação do boletim diário. Mas, ainda assim, o quadro publicado na primeira página traz os números do Ministério da Saúde.

Embora a matéria no interior do jornal tivesse título e subtítulo fortes (Governo volta a atrasar divulgação de dados da Covid; site sai do ar / Ministério tira soma de mortos e doentes do boletim, e Bolsonaro critica a imprensa), estava “escondida”, como se diz nas redações, no pé da página 11, abaixo de uma longa entrevista com Jorge Moll Filho, fundador da Rede D’Or. O texto, assinado por Renata Mariz (com informações do G1), também é bastante esclarecedor, relatando os fatos de forma clara:

[...] o Ministério da Saúde atrasou mais uma vez a divulgação dos dados da doença no país, que só saíram, nos últimos dias, após o término dos principais telejornais. Ontem, foram anunciados às 21h45 e, pela primeira vez, a pasta não divulgou a soma de mortes e doentes no boletim – e sim, apenas os casos das últimas 24 horas. Minutos depois, o site oficial que disponibiliza os números detalhados da pandemia saiu do ar, com a mensagem “portal em manutenção”, e não voltou até a conclusão desta edição. (MARIZ, 2020)

O texto prossegue com a declaração do então presidente Bolsonaro (“Ninguém tem de correr para atender a Globo”) e relata a mudança de horário da liberação de boletins diários, do fim da tarde para as 19h, coincidente com a troca na pasta da Saúde de Luiz Henrique Mandetta por Nelson Teich. Informa ainda que, após a saída de Teich e sua substituição pelo interino general Eduardo Pazuello, a divulgação atrasou ainda mais e que, “nos últimos três dias”, portanto entre 3 e 5 de junho, só saiu por volta das 22h (MARIZ, 2020).

No terceiro e último clichê, a matéria foi substituída por outra, assinada pela colunista Bela Megale, mas suas informações básicas foram aproveitadas no novo texto publicado no alto da página 14 e intitulado “Governo oculta dados da Covid-19”, com o subtítulo “Ministério quer recontar os mortos”. O teor desta matéria é mais forte, e a escolha do verbo “ocultar” para figurar no título claramente aponta uma intenção por parte do Governo Federal de suprimir informação.

A matéria publicada em 6 de junho é uma atualização do blog de Bela Megale publicado ainda na véspera, 5 de junho, às 22h47<sup>191</sup>, sob o título “Ministério da Saúde vai recontar mortos pela covid-19 porque diz ver ‘dados fantasiosos’”<sup>192</sup>, com base em informações do cotado para ser o futuro Secretário da Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos da pasta<sup>193</sup>. Em ambos os textos, do blog e da matéria, Wizard diz que os dados de mortos, à época, eram “fantasiosos ou manipulados” com base em um suposto aumento de números de óbitos por gestores públicos de municípios e estados interessados em “ter um orçamento maior” (MEGALE, 2020b).

O texto informa que o Ministério da Saúde foi procurado para se posicionar a respeito da mudança de política de divulgação de dados da covid-19, mas que não obteve resposta até o fechamento da edição. Esta matéria, embora não tenha a riqueza de detalhes do texto de Renata Mariz publicado no primeiro clichê, é esclarecedor para entender a proposta de reformulação de comunicação do Governo Federal porque traz a palavra de uma fonte que já atuava como conselheiro do Ministério da Saúde e para o qual estava convidado a fazer parte como titular de uma de suas secretarias.

As duas matérias, a de Renata Mariz e a de Bela Megale, deixam claro que a nova estratégia de comunicação oficial pelo Executivo federal está em oposição ao proposto na publicação *Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública: um manual da OMS*, já citada anteriormente:

Uma comunicação eficaz com a mídia é, de fato, um elemento crucial em um gerenciamento de emergências eficaz, e deveria assumir um papel central desde o começo. Ela estabelece a confiança do público na habilidade de uma organização ou do governo em lidar com uma emergência e trazê-la a um desfecho satisfatório. Uma comunicação eficaz com a mídia é também fundamental ao processo mais amplo de troca de informações voltado a gerar confiança e estimular o entendimento dos

<sup>191</sup> Pelo horário de publicação do blog, não haveria possibilidade de entrar na primeira edição do jornal, que tem fechamento mais cedo.

<sup>192</sup> Disponível em (acesso para assinantes): < <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/ministerio-da-saude-vai-recontar-mortos-pela-covid-19-porque-diz-ver-dados-fantasiosos.html> >. Acesso em: 15 set. 2022.

<sup>193</sup> Por conta dos textos no blog e no jornal, Wizard não assumiu seu cargo, conforme relata a própria Bela Megale. Disponível apenas para assinantes: <<https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/os-bastidores-no-palacio-do-planalto-sobre-saida-prematura-de-wizard-do-governo.html>>. Acesso em 15 set. 2022.

assuntos ou ações pertinentes. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2009, p. 18)

A primeira página da edição de 6 de junho reflete a importância do assunto no miolo do jornal. No primeiro clichê, há uma chamada sem força na metade abaixo da dobra, na largura de uma coluna<sup>194</sup>, com o título “Ministério retira total de casos e mortes do boletim da Covid” após o antetítulo “Sem transparência” e logo acima do quadro de números, com contagiados e mortos, ainda com dados do Ministério da Saúde. A expressão utilizada no antetítulo, “Sem transparência”, cumpre aqui o papel de alertar a possível inexatidão ou supressão de números ao leitor, ou até mesmo ao público em geral, uma vez que a primeira página impressa fica exposta nas bancas de jornal e a versão digital é disponibilizada por sites especializados, de acesso livre, que também costumam distribuí-las em newsletters diárias<sup>195</sup>.

Na terceira edição, a primeira página é completamente mudada. A manchete, que na primeira edição tratava da relação fisiológica entre Governo e centrão (“Governo já deu 325 cargos ao centrão”<sup>196</sup>), passa a ser “Ministério vai recontar mortos pela Covid-19”, com subtítulo “Apesar da subnotificação, novo secretário da pasta diz que dados são ‘fantasiosos’”. O texto da chamada é assinado, o que é inusual demais e feito excepcionalmente para valorizar o autor de uma matéria muito importante – neste caso, a colunista Bela Megale e a matéria bombástica da recontagem anunciada por Carlos Wizard. No pé da chamada, a informação de que, na véspera, a pasta suprimira o “número total de mortos e contaminados pela doença do balanço diário” (MEGALE, 2020b).

Em 7 de junho, no entanto, já começa a se delinear a possibilidade de trazer os números sem a sua mediação pelo Ministério da Saúde. Neste dia, a edição de *O Globo* traz na primeira página o quadro de contagiados e mortos com totalização produzida pelo site G1, também do Grupo Globo, a partir dos dados fornecidos

<sup>194</sup> Embora o padrão de “colunagem” seja de seis colunas também em função do tamanho padrão de publicidade, há maior flexibilidade na primeira página por receber anúncios com muito pouca frequência – há jornais que nem admitem vender este espaço. Em *O Globo*, a primeira página há alguns anos tem como padrão o uso de quatro colunas. O termo “colunagem”, embora não apareça nos principais dicionários da língua portuguesa, é utilizado rotineiramente para publicações e assim grafado em textos de diagramação e artes gráficas.

<sup>195</sup> No Brasil, a melhor referência é o site [vercapas.com.br](https://www.vercapas.com.br/), disponível em: <<https://www.vercapas.com.br/>>.

<sup>196</sup> Esta chamada “desceu”, ou seja, perdeu importância, ocupando menos espaço, embora tenha mantido o título.

pelas secretarias estaduais de saúde. Na primeira edição, eram 659.114 contagiados, e na segunda o número foi de 671.464; em relação aos mortos, na primeira edição foram 35.456; na segunda, 35.919.

A diferença das totalizações não reflete um problema, mas sim uma atualização que indica a dificuldade de estabelecer processos e procedimentos numa situação de vácuo do poder executivo federal, até então o provedor de dados de forma regular: diariamente e em hora determinada. Ainda não tinha sido formado o Consórcio de Veículos de Imprensa, que viria a criar uma rotina de apuração dos números nas 27 unidades federativas, sempre com fechamento de dados às 20h.

Na data, o “apagão de dados” é o assunto principal do jornal, ocupando a manchete da primeira página e toda a página 4. Em ambas as páginas, houve duas edições, com atualização dos números acumulados de contagiados e mortos, feito pelo portal G1, a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde.

A manchete do jornal é a mesma, nas duas edições de primeira página: “Apagão de dados do governo sobre Covid gera onda de reações”, após o antetítulo “Invisibilidade às vítimas” e com o subtítulo “Estados e cientistas dizem que governo prejudica combate à doença”. O texto da chamada informa ainda que “[a] Universidade John Hopkins, referência global sobre a doença, interrompeu a contagem dos dados do país” e que a Câmara dos Deputados e o TCU tinham começado a articular “um sistema paralelo para acompanhar a evolução no coronavírus” (APAGÃO..., 2020, p.1, 1ª ed. e 2ª ed.).

Na página 4, também houve uma troca de declaração do ministro Gilmar Mendes, do TCU, na matéria intitulada “Reação ao apagão”. Na primeira edição, nas palavras do ministro, o governo deixava de tratar a covid como uma questão central e deixava o país “sem bússola para caminhar”. Na segunda edição, já se aproveitava uma declaração bem mais forte de Mendes, que afirmou que “a manipulação de estatísticas é manobra de regimes totalitários”, um truque incapaz de “isentar a responsabilidade por um eventual genocídio” (SOUZA; SHINOHARA, 2020).

Importante também no texto da página 4 a mudança dos números, atualizados na segunda edição: de 659.114 para 671.464 contagiados, e de 35.456 para 35.919. Esta mudança também se deu em dois gráficos de curva de evolução dos dados de mortos e contagiados que acompanhavam o texto, com números desde 26 de fevereiro, dia em que se constatou o primeiro caso de covid-19 no Brasil.

Na edição de 8 de junho, a principal matéria sobre o “apagão de números” está à página 8, sobre a desistência do empresário Carlos Wizard em assumir a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos estratégicos do Ministério da Saúde. A decisão ocorreu após a crise provocada por ele mesmo ao declarar, a *O Globo*, que havia manipulação de dados sobre a covid-19 pelas autoridades estaduais e municipais, pretensamente interessadas em verbas federais de combate à pandemia.

A matéria, assinada por Gustavo Maia e Eliane Oliveira e intitulada “Após apontar ‘manipulação’”, com subtítulo explicativo “Wizard diz que recusou convite para Secretaria”, informa que a saída ocorreu dois dias depois de o empresário, que atuava como conselheiro informal do Ministério da Saúde, declarar que a pasta iria recontar o número de mortos pela covid-19 no Brasil.

[...] por isso, o governo federal teria tirado do ar o portal com os totais de casos confirmados e óbitos no país, causando forte reação de cientistas e lideranças políticas. Segundo ele, os dados atuais seriam “fantasiados ou manipulados”. (MAIA; OLIVEIRA, 2020)

A matéria traz ainda o número de óbitos (36.455) e casos confirmados (691.758) até a véspera pelo Ministério da Saúde, acrescentando que a pasta informara ainda que voltaria a divulgar os dados acumulados de infectados e mortos. Estes mesmos números compuseram o quadro de primeira página, tanto na primeira como na segunda edição. A diferença entre as duas edições, na primeira página, é a troca de posição da chamada relativa à saída de Wizard: na primeira, a chamada é muito discreta, sem texto sequer, só título (“Após anunciar recontagem de mortos, Wizard desiste de cargo na Saúde”) e antetítulo (“Queda antes da posse”) (APÓS..., 2020); na segunda, com o título “Pivô de crise, Wizard desiste de cargo na Saúde”, a chamada ganha texto, o que a valoriza (PIVÔ..., 2020).

Em 9 de junho, a edição de *O Globo* refletiu a criação do Consórcio de Veículos de Imprensa, anunciada à véspera, com a participação ainda dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Extra e dos portais G1 e UOL. A iniciativa foi motivo da manchete: “Mais que números”, que teve excepcionalmente um subtítulo (“Consórcio inédito de veículos de imprensa dá transparência a dados vitais no combate à Covid”). Além disso, a manchete e seu subtítulo estavam todo em letras maiúsculas, o que também é inusual nas primeiras páginas de *O Globo*.

A manchete e seu subtítulo não mudaram da primeira para a segunda edição da primeira página, mas na chamada de texto foi feita uma troca fundamental, com a inclusão de informação importante: a determinação, pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF, ao Ministério da Saúde para que voltasse a divulgar os dados com a soma de casos e de mortes. Esta decisão de Moraes, tomada na noite da véspera, em função de seu horário também não teve tempo para entrar no miolo do jornal, mas apenas na terceira edição da página 10.

Esta matéria da página 10 traz os números acumulados de mortos (37.312) e de casos (710.887) apurados pelo Consórcio, que também foram publicados no quadro da primeira página. Na página seguinte, a 11, a matéria intitulada “Veículos fazem parceria para divulgar dados da Covid-19” explica a atuação do Consórcio, e já em seu subtítulo demonstra a intenção também presente no texto de reforçar o papel social da imprensa na defesa da informação de interesse público: “O GLOBO, Extra, G1, Estadão, Folha e UOL vão coletar, juntos, os números subtraídos de boletins diários do Ministério da Saúde”. A criação é justificada logo na abertura do texto:

Em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19, O GLOBO, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, G1 e UOL formaram um consórcio de imprensa para, trabalhando de forma colaborativa, buscar e divulgar as informações da Covid-19 nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. (VEÍCULOS..., 2020)

O papel do jornalismo em defesa da sociedade é valorizado pelos diretores dos veículos integrantes do Consórcio: “A missão do jornalismo é informar [...]”, defende o diretor-geral de Jornalismo da Globo (TV Globo, Globonews e G1), Ali Kamel; “É nossa responsabilidade transmitir informações confiáveis para a sociedade [...]”, argumenta o diretor de Conteúdo do UOL; “Dados precisos são decisivos para que as pessoas saibam como agir [...]”, pondera o diretor de Redação do Extra, Humberto Tziolas. A declaração do diretor de Redação de *O Globo*, Alan Gripp, é a que expõe com mais clareza a proposta de serviço público pelos veículos de imprensa:



– Neste momento crucial, deixamos nossa concorrência de lado por um bem comum: levar à sociedade o dado mais preciso possível sobre a pandemia. Essas informações orientam as pessoas e as políticas públicas. Sem elas, o país mergulha em um voo cego. O jornalismo cumprirá seu papel – afirmou Alan Gripp, diretor de redação do GLOBO. (VEÍCULOS..., 2020)

De forma a fazer a sociedade corroborar com a ideia de a imprensa ser a sua guardiã, diversas personalidades da vida pública foram convidadas a falar, todas exaltando a importância do consórcio. Em suas declarações, ou nos trechos delas aproveitados pela matéria, isso está claro e textual. Para o deputado federal Rodrigo Maia, então presidente da Câmara dos Deputados: “Mostra a importância da liberdade de imprensa [...]”; para o senador Davi Alcolumbre, então presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional: “[...] trazer opinião correta, consolidada, verdadeira, confiável, é exatamente o que a população espera da imprensa, e precisa, como nação”; para o ministro Dias Toffoli, então presidente do Superior Tribunal Federal: “A transparência é mandamento constitucional”. (VEÍCULOS..., 2020)

Nas edições seguintes de *O Globo*, por pelo menos uma semana, a opinião será importante para dar apoio à iniciativa de prover informação, conforme se poderá ver mais detalhadamente no próximo capítulo 3 (na subseção 3.3 Uma outra questão: informação e opinião em *O Globo*). Também no capítulo 3 será analisado o material coletado no *corpus* da pesquisa e apresentados os resultados do estudo por semanas compostas.

### 3. A imprensa como cão de guarda

Este capítulo examina a cobertura da pandemia por *O Globo* a partir da análise de conteúdo das edições integrantes do *corpus* da pesquisa, com particular ênfase para as categorias “Tema”, “Fonte principal” e “Proeminência”. Os dados serão interpretados à luz dos fatos e de seu contexto, de forma a verificar se o jornalismo e particularmente *O Globo* cumpriram seu papel social em defesa da sociedade.

As 28 edições integrantes do *corpus* de pesquisa foram examinadas pela metodologia de análise de conteúdo em que se definem categorias de forma a agrupar itens e interpretá-los a partir dos dados objetivos, mas também tendo em conta seu contexto (FONSECA JUNIOR, 2005; BARDIN, 2011; HERSCOVITZ, 2010). A análise se deu pelo método de semanas compostas, de maneira a haver um equilíbrio entre todos os dias da semana (cada um teve quatro edições analisadas).

A partir do paradoxo do jornalismo em equilíbrio ténue entre seu papel social, das notícias como bem público, e seu modelo comercial, das notícias como mercadoria, é possível apontar a sua identificação com o papel idealizado de guardião da sociedade durante a pandemia. Vale ressaltar novamente que esta equação, assim apresentada, não pretende separar papel social e modelo comercial como água e azeite, que não se misturam, mas compreende que há interseções entre ambas, interseções estas que permitem a existência do próprio paradoxo: a notícia, como um bem, perderia valor comercial se se abstraísse de seu papel social (SCHUDSON, 2010; TRAQUINA, 2012).

Assim, em momentos de grande emergência, o jornalismo normalmente cumpre papel relevante na disseminação das informações de orientação ao público. Somente neste século XXI, alguns exemplos de catástrofes naturais demonstram que as autoridades públicas se valem das organizações jornalísticas para informar a população. A própria imprensa muitas vezes chega primeiro à informação e pauta as ações governamentais. Assim foi quando um terremoto devastou o Haiti, com mais de 200 mil mortos na capital Porto Príncipe, em 2010; quando um tsunami atingiu o Japão, em 2011, com cerca de 15 mil mortos e 17 mil desaparecidos; e

quando um desabamento provocado por um temporal na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, fez quase mil mortos<sup>197</sup>.

Durante a pandemia, principalmente nos primeiros meses, em que a disseminação da informação se fez ainda mais importante, os veículos de imprensa buscaram cumprir seu papel social de informar os fatos relevantes de interesse público. Esta era a expectativa da Organização Mundial de Saúde, conforme indica em seu manual *Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública* – a própria organização pôs em prática as recomendações de sua publicação, entre elas a de protagonizar a divulgação de informações através de entrevistas coletivas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2009).

De forma a permitir que a população se informasse melhor a respeito das medidas necessárias à prevenção e combate, muitos jornais em todo o mundo deram acesso gratuito, em seus sites, ao conteúdo relativo à pandemia. Em 12 de março de 2020, *O Globo* abriu seu conteúdo<sup>198</sup> e no mesmo mês passou a produzir guias que também puderam ser baixados gratuitamente em PDF.

Fundamental para isso também foi o acompanhamento dos números de casos e de mortos, normalmente apresentados em um quadro na primeira página de *O Globo*, a partir de 17 de março, com dados divulgados pelo Ministério da Saúde, até 8 de junho. Na edição da véspera, excepcionalmente, já devido à crise de “apagão de dados”, o quadro tem como fonte o portal G1, com dados diretamente coletados nas Secretarias Estaduais de Saúde.

A partir da edição de 9 de junho, os números passam a ser fornecidos pelo Consórcio de Veículos de Imprensa, que compila os dados das secretarias de Saúde dos 26 estados e do Distrito Federal. A publicação do quadro de números na primeira página acompanha todo o período desta pesquisa (até 20 de setembro) e só em outubro começa a perder força em frequência, até que deixa de aparecer em meados do mês.

Os números da pandemia serviam, por si só, como uma indicação à população da evolução do contágio, da mortalidade e da letalidade da doença. Daí,

---

<sup>197</sup> Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/unibol/espm/relembre-13-desastres-naturais-ocorridos-no-seculo-21.htm>>. Acesso em 2 jan. 2023.

<sup>198</sup> Disponível em (acesso para assinantes): <<https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus-servico/oglobo-anuncia-acoes-ineditas-para-reforçar-divulgacao-de-informacoes-sobre-coronavirus-1-24301323>>. Acesso em 4 set. 2022.

a importância de serem publicados na página de rosto do jornal: ainda que o isolamento tenha restringido significativamente o número de pessoas na rua, e conseqüentemente aqueles com possibilidade de consultarem as primeiras páginas nas bancas, já há uma tradição de sua publicação atualizada e diariamente por alguns sites de acesso livre<sup>199</sup>.

A primeira página é também importante pois o público pode ler as principais informações trazidas nas suas chamadas. Uma boa comparação é a que fez Ricardo Noblat, ao se referir à primeira página como a “vitrine” do jornal, expondo “o que há de melhor” nas suas páginas (BARSOTTI, 2018, p.61). Diferentemente das revistas, e mais recentemente de alguns sites e portais jornalísticos<sup>200</sup>, os jornais ainda seguem o costume tradicional de publicar, em sua primeira página, chamadas com as informações principais do conteúdo disponível no interior.

O quadro de números só não foi publicado em sete ocasiões no período compreendido nesta pesquisa, cabendo algumas ressalvas: em 9 de março, não havia sido criado e os números eram ainda muito baixos; em 10 de abril, foi publicado, como alternativa, um gráfico com a evolução no número de mortes, com dados do Ministério da Saúde; em 17 de julho, foi publicado um gráfico de evolução no número de casos, com dados do Consórcio de Veículos de Imprensa.

Importante também observar que, das 28 datas analisadas, mais de um terço das primeiras páginas teve mudanças, com mais de uma edição. Foram dez edições modificadas em sua primeira página, sendo oito para uma 2ª edição final e mais duas até a 3ª edição final. No entanto, em nenhum destes dias os números mudaram de uma edição a outra, permanecendo os mesmos entre a 1ª e a 2ª e, se fosse o caso, também entre a 2ª e a 3ª.

Isso se deve, basicamente, ao fato de a compilação de números se dar normalmente entre o fim da tarde e o início da noite, a tempo de figurar ainda na primeira edição do dia seguinte. Este foi justamente um dos problemas enfrentados pelos jornais na crise do “apagão de dados”, no início de junho de 2020. Em alguns

<sup>199</sup> *O Globo* costuma estar presente em algumas seleções, inclusive em sites hospedados fora do Brasil. Disponível em: <<https://24.sapo.pt/jornais/>>, <<https://en.kiosko.net/>> e <<https://www.vercapas.com.br/>>

Acessos em: 6 set. 2022.

<sup>200</sup> Revistas e alguns veículos jornalísticos na internet usam uma técnica semelhante ao *teaser* da publicidade, em que a informação na chamada é apenas uma “amostra” que aguça a curiosidade e força a leitura (na internet, este recurso gera mais tráfego e maior tempo de permanência). A melhor tradução para o termo em inglês *teaser*, nesta acepção, é “provocação”.

dias, ainda que divulgados, os números só foram disponibilizados para a imprensa muito tarde, de maneira que seu aproveitamento ainda na primeira edição foi dificultado<sup>201</sup>.

Em tempos de uso maciço de celular com recursos de dados, também foi um serviço a publicação de guias de orientação à população em geral, disponíveis para download a partir de acesso através de um QR code no alto da primeira página. Das 28 edições analisadas, nove estimularam o acesso a guias de serviço para prevenção e práticas sociais diante da covid-19.

A maior concentração se deu nas primeiras edições do período compreendido no *corpus* desta pesquisa, quando ainda havia carência de orientações a respeito da doença. Assim, por sete edições consecutivas nesta análise por semanas compostas, entre 17 de março e 5 de maio, foram publicados QRcodes de acesso a guias.

Quatro guias fizeram parte do serviço oferecido por *O Globo*: um Guia Coronavírus, mais frequente, um Guia para Idosos, um Guia Infantil e um Guia de Saúde Mental<sup>202</sup> (para ver disponibilidade de QR Code para os guias edição a edição, consultar Apêndice A). Todos os guias adotaram o formato de cartilha, com informações em textos curtos acompanhados de ilustrações didáticas.

O Guia Coronavírus<sup>203</sup>, mais frequente e também mais abrangente, é uma cartilha clássica com informações básicas a respeito do novo coronavírus, desde as maneiras de contaminação e sua prevenção até a identificação dos sintomas. A publicação, simples e bastante didática, tem como fontes instituições de referência, entre elas a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde do Brasil e o Centro de Prevenção e Controle de Doenças dos Estados Unidos (CDC).

O Guia para Idosos<sup>204</sup> tem como fonte a geriatra Maisa Kairalla e trata especificamente de cuidados para pessoas com mais de 60 anos, identificadas desde o início da pandemia como grupo de risco. Já o Guia Infantil<sup>205</sup> tem outro objetivo:

<sup>201</sup> Para crise do “apagão de dados”, ver capítulo 2 desta tese.

<sup>202</sup> O Guia de Saúde Mental não teve QR code de acesso em nenhuma das edições analisadas nesta pesquisa, mas foi oferecido em algumas outras edições do período (1 e 13 de abril, 1 de maio).

<sup>203</sup> Ainda disponível para download, inclusive para não assinantes, em: < <https://infog-covid-19.s3.amazonaws.com/coronavirus.pdf> >. Acesso em 2 jan. 2023.

<sup>204</sup> Ainda disponível para download, apenas para assinantes, em: < [https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2020/03/23/guia\\_dos\\_idosos.pdf](https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2020/03/23/guia_dos_idosos.pdf) >. Acesso em 2 jan. 2023.

<sup>205</sup> Ainda disponível para download, também para não assinantes, em: < <https://guia-infantil-coronavirus.s3.amazonaws.com/guia-infantil-coronavirus.pdf> >. Acesso em 2 jan. 2023.

é uma lista de atividades para crianças em isolamento a partir de conselhos da autora de livros e espetáculos teatrais infantis Karen Acioly. O Guia de Saúde Mental, que tem como fontes o Instituto Entrelaços e o psiquiatra Gabriel Bronstein, busca minimizar os efeitos gerados pelo isolamento e pelo medo da doença, como tédio, solidão, raiva e ansiedade, com recomendação de atitudes para adotar na pandemia.

O QR Code da primeira página do jornal em papel também por vezes convidou o leitor a acessar o conteúdo aberto no site de *O Globo* na sua página Saúde, sem *pay wall*, ou seja, sem barreira para os não assinantes. O acesso, liberado a partir de 12 de março, foi explicado em texto na edição do dia seguinte, que apresenta a decisão pelo “objetivo de amplificar o alcance do conteúdo sobre fatos de interesse público, uma das missões de seus princípios editoriais” e visa a “ampliar a corrente de “informações e atualizações confiáveis sobre técnicas e prevenção e tratamento” (O GLOBO..., 2020).

A iniciativa, também adotada por outras publicações em todo o mundo, é uma forma de garantir que informações corretas e precisas sobre como agir para interromper o avanço da Covid-19 cheguem a todos os leitores, assinantes e não assinantes, e evitar que ganhem força notícias falsas e postagens que confundam e gerem pânico desnecessário no público sobre a doença. (O GLOBO..., 2020)

Curiosa a preocupação já premonitória de que a questão da covid-19 e seu enfrentamento passariam fortemente pela guerra contra a desinformação e o embate político em torno da doença. Mas curioso também perceber que, diferentemente do que previa o texto, o problema maior de desinformação que veio a acontecer não teve lugar com a criação de pânico, mas exatamente com seu oposto, a negação da doença e a minimização de sua gravidade.

### **3.1. A pandemia: marcos midiáticos até setembro de 2020 no Brasil**

Como toda cobertura estendida no tempo, a da pandemia tem seus marcos temporais e midiáticos, que permitem reconstruir sua história a posteriori, não só para examinar o processo de investigação jornalística, mas também como documentação para a História, como disciplina neste caso. O primeiro destes

importantes marcos, para a imprensa brasileira, é o primeiro caso de contaminação por covid-19 no país, confirmado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, de um homem de 61 anos que voltara recentemente da Itália, país à época que já enfrentava a crise sanitária<sup>206</sup>. Os primeiros casos descritos aconteceram na China, entre novembro e dezembro de 2019, daí o ano de surgimento compor o nome da doença.

A progressão da covid-19 no Brasil no país foi lenta, a princípio<sup>207</sup>. Duas semanas depois do primeiro registro, em 9 de março, véspera da primeira das 28 edições classificadas nesta pesquisa, os números eram de apenas 25 casos, com nenhuma morte<sup>208</sup>. O primeiro óbito no país se deu em 17 de março, quando um homem de 62 anos, com comorbidade (diabetes), faleceu em São Paulo. Antes, em 11 de março, a OMS decretou a pandemia, o que motivou ações preventivas em diversos países, inclusive o Brasil, como a suspensão das aulas no município do Rio de Janeiro e no Estado de São Paulo, no dia 13 de março.

Em 24 de março, quando o país acumulava 46 óbitos e 2.201 casos, o então presidente da República, Jair Bolsonaro, em pronunciamento nacional de televisão deu mostras inequívocas de sua posição em relação à doença, de minimização de riscos e negação da gravidade. Bolsonaro defendeu o fim do confinamento, referindo-se às medidas de isolamento social tomadas por governadores e prefeitos, e pediu a volta à normalidade<sup>209</sup>. Na mesma ocasião, comparou a covid-19, caso fosse acometido, a uma “gripezinha ou resfriadinho”, e culpou a mídia por um suposto clima de “pavor” e de “histeria”.

O pronunciamento de Bolsonaro também demonstra que as ações de enfrentamento à pandemia foram tomadas, à parte e muitas vezes à revelia do Governo Federal, em particular da Presidência da República, pelas autoridades do

---

<sup>206</sup> Para histórico da Covid-19 no Brasil, ver:

<<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/06/coronavirus-veja-a-cronologia-da-doenca-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 1 set. 2022.

<sup>207</sup> Para dados de casos e óbitos, ver:

Painel Nacional: Covid-19, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 1 set. 2022.

Painel Coronavírus do Ministério da Saúde, disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 1 set. 2022.

<sup>208</sup> Para acompanhamento de números da Covid-19, pela sequência de edições analisadas pelo método de semanas compostas, ver Apêndice B.

<sup>209</sup> O pronunciamento oficial do presidente Jair Bolsonaro está disponível, na íntegra, no YouTube, no canal TV BrasilGov. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw>>. Acesso em: 1 set. 2022.

Poder Executivo nas unidades federativas e nos municípios. O então ministro da Saúde, o médico ortopedista Luiz Henrique Mandetta, era favorável a medidas mais rígidas de isolamento, em nível nacional, e defendia esta posição, criando atritos com o então presidente Bolsonaro, até que foi demitido em 16 de abril.

Dois dias depois, em 18 de abril, assumiu a pasta o médico oncologista Nelson Teich, que também não resistiu às pressões contra o isolamento e se demitiu do cargo menos de um mês depois, em 15 de maio, sendo substituído interinamente pelo general Eduardo Pazuello, então ainda na ativa, sem formação ou experiência na área de Saúde. Foi na gestão de Teich que o Brasil atingiu a triste marca de 10 mil mortos, em 9 de maio, registrada com uma primeira página impactante de *O Globo* na edição do dia seguinte (reproduzida como figura 2 no seguinte capítulo 4).

No início de junho, a crise do “apagão de dados” dominou o noticiário e alimentou o debate público, culminando com a formação do Consórcio de Veículos de Imprensa em reação à falta de regularidade e clareza com que o Ministério da Saúde passou a divulgar os números da covid-19. Paralelamente ao avanço da doença, buscava-se uma vacina que pudesse mitigar os efeitos da pandemia, e em 20 de junho se iniciavam os testes no Brasil da vacina da AstraZeneca, em parceria com a Universidade de Oxford, que viria a ser produzida no país pela Fiocruz<sup>210</sup>.

Em 7 de julho, o então presidente Bolsonaro anunciou que estava com covid-19 – sem necessitar de internação, guardou repouso e voltou a aparecer em público 23 dias depois, sem constrangimento de provocar aglomeração, o que veio a se repetir depois. Pouco mais de um mês depois, em 8 de agosto, o Brasil atingiu nova marca triste, de 100 mil mortos, que provocou uma nova primeira página impactante de *O Globo* (reproduzida como figura 4 no seguinte capítulo 4).

Setembro não registrou um marco temporal importante, embora os números no mês continuassem elevados, variando o número do registro de óbitos entre 310, no dia 7, e 1.215, no dia 1, segundo dados do Ministério da Saúde – vale ressaltar que se trata de registros de mortes, não necessariamente de mortes por dia, pois há possibilidade de se registrar um óbito em data posterior à sua ocorrência.

---

<sup>210</sup> A primeira dose de vacina foi aplicada no Brasil em São Paulo, quase sete meses depois, em 17 de janeiro de 2021, na enfermeira Mônica Calazans, que recebeu o imunizante Coronavac, produzido pelo Instituto Butantan, ligado ao governo do Estado de São Paulo. Ver: < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/17/enfermeira-de-sp-negra-moradora-de-itaquera-e-1-vacinada-no-brasil.htm> >. Acesso em: 2 set. 2022.



### 3.2. A análise de conteúdo

Será tomada como referência a classificação utilizada por Traquina (2013) em estudo de caso, com análise de material publicado a respeito da AIDS nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1993 em cinco jornais de quatro países (Portugal, Espanha, Estados Unidos e Brasil<sup>211</sup>). Embora os objetivos desta pesquisa não sejam coincidentes com os de Traquina, pareceu adequada a utilização aqui também de sua classificação (TRAQUINA, 2013, p.109-110), com pequenas adaptações, a saber:

- 1) Autoria do item (não assinado, assinado pelo jornalista etc.);
- 2) Origem jornalística (agência noticiosa doméstica, agência noticiosa internacional, jornalista do staff etc.)<sup>212</sup>;
- 3) Gênero jornalístico (sumário, notícia, artigo, editorial etc.);
- 4) Tamanho do item (menos de dois parágrafos, de três a dez, mais de dez);
- 5) Proeminência do item noticioso (primeira página, outra);
- 6) Enfoque do item (local, nacional ou internacional)<sup>213</sup>;
- 7) Localização geográfica em termos de continente<sup>214</sup>;
- 8) Localização geográfica precisa em termos de país;
- 9) Orientação para o evento (referência a um evento específico ou não)<sup>215</sup>;
- 10) Conteúdo do item<sup>216</sup>: política de prevenção, cuidados (serviço), números (acompanhamento), relatos pessoais, economia, esporte, embate político/negação, cultura/entretenimento, política internacional, outros;

<sup>211</sup> No Brasil, o jornal escolhido foi a *Folha de S. Paulo*, identificada por Traquina como *Folha de São Paulo*, possivelmente para maior facilidade de compreensão para os leitores, principalmente os de fora do Brasil. Os demais jornais são *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* (Portugal), *El País* (Espanha) e *New York Times* (Estados Unidos). O trabalho está publicado na parte II de *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2*, de sua autoria, obra incluída nas Referências desta tese.

<sup>212</sup> Classificação não utilizada nesta tese.

<sup>213</sup> Para esta tese, além de nacional e internacional, foi considerado também enfoque local.

<sup>214</sup> Classificação não utilizada nesta tese (quando relevante, foi indicado o continente na localização geográfica em termos de país no campo Observação).

<sup>215</sup> Classificação não utilizada nesta tese.

<sup>216</sup> Classificação redefinida nesta tese.

11) Principal agente noticioso<sup>217</sup>: OMS, Governo Federal; Governo Estadual, Governo Municipal, outras autoridades, especialistas/pesquisadores, pacientes, cidadãos, outros, NA (não aplicável).

A adaptação das categorias e subcategorias fez-se necessária diante da diferença entre a natureza dos *corpora* de pesquisa: enquanto o estudo de Traquina trabalha a cobertura de Aids, em 1993, nesta pesquisa está sendo analisada a cobertura de covid-19, em 2020. Entretanto, esta adaptação, embora cogitada a princípio, só foi efetivamente levada a cabo a partir de um estudo preliminar, como se verá a seguir.

Foi tomado de Traquina, sem necessidade de adaptação, o termo “item” para referência a cada unidade de texto analisada – ou elementos preponderantemente gráficos, como charges e infográficos. Da mesma forma que no trabalho de Traquina, aqui o termo “item” não gera confusão de compreensão, o que poderia acontecer com a palavra “matéria”, cujo entendimento é plural: usualmente designa uma notícia de cunho informativo, mas muitas vezes também é utilizada de maneira genérica para um artigo, ou uma coluna, ou até mesmo para um editorial<sup>218</sup>.

### 3.2.1. Estudo preliminar

Para testar a classificação, fez-se um estudo preliminar de análise de conteúdo na primeira semana definida inicialmente para o *corpus* da pesquisa, de 9 de março a 15 de março de 2020 (de segunda-feira a domingo). Este estudo preliminar não adotou a técnica de análise por semanas compostas, mas sim de uma semana contínua, inclusive para poder incluir o dia 11 de março, quando a OMS decretou a pandemia<sup>219</sup>. Em verdade, a decisão de utilizar o método de análise de semanas compostas foi tomada a posteriori.

Neste estudo preliminar já se adotou a decisão de considerar todos os itens que se referem à pandemia, de forma direta ou indireta, conforme metodologia

---

<sup>217</sup> Classificação redefinida nesta tese.

<sup>218</sup> Esta utilização de “matéria de uma forma genérica se dá, mais frequentemente, por não jornalísticas.

<sup>219</sup> A decisão de usar a técnica da semana composta se deu mais tarde, a partir inclusive da avaliação do resultado de análise da semana entre 9 e 15 de março, para compreender um período mais longo de avaliação, estendendo a pesquisa até 20 de setembro.

descrita anteriormente na introdução. O estudo permitiu a tomada de decisão em relação às adaptações necessárias à categorização proposta por Traquina em sua pesquisa sobre AIDS<sup>220</sup>. A saber:

Origem jornalística: em função de nem todas os itens de *O Globo* permitirem claramente a identificação de sua origem, principalmente aqueles sobre outros países que não o Brasil, esta categoria não foi levada em consideração nesta tese. A título de exemplo da dificuldade: em 75 itens sobre outros países, em apenas quatro foi possível verificar a procedência de agências internacionais, número provavelmente muito inferior à produção destas agências. O uso da categoria, sem importância maior nesta pesquisa, resultaria, portanto, em números sem confiabilidade. Não utilizada nesta tese.

Localização geográfica segundo o continente: em função da categoria seguinte, de localização geográfica em termos de país, bastante mais precisa, esta categoria tornou-se redundante e desnecessária. Portanto, não utilizada.

Orientação para o evento (referência a um evento específico ou não): verificou-se uma dificuldade para classificação, uma vez que os itens usualmente tratam da epidemia como um todo, mesmo aqueles em que há destaque para uma particularidade. O resultado tenderia a 100% de orientação para o evento pandemia. Categoria não utilizada.

Conteúdo do item: categoria adaptada, nesta tese, para a cobertura da pandemia.

Principal agente noticioso: categoria adaptada, nesta tese, para a cobertura da pandemia.

Em função destas decisões, obtiveram-se resultados que podem ser conferidos na tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Análise de conteúdo entre 9 e 15 de março

	09/03	10/03	11/03	12/03	13/03	14/03	15/03	Total
<b>Total de itens no corpus</b>	10	10	23	33	41	56	51	224
<b>Autoria do texto</b>								
Assinado	5	3	3	8	8	10	12	44
Não assinado	5	7	19	22	33	46	31	163
Outros	0	0	1	3	0	0	8	12
<b>Gênero jornalístico</b>								
Sumário/breve	3	1	4	6	6	14	16	50
Notícia	5	7	11	17	22	22	24	108
Reportagem	0	0	0	0	0	0	0	0

<sup>220</sup> Para parâmetros de classificação mais detalhados, ver Apêndice D.

Entrevista	0	0	1	0	0	3	3	7
Editorial/opinião	2	1	5	6	7	9	7	37
Carta	0	0	1	3	4	6	0	14
Cartoon	0	1	1	0	1	1	1	5
Dossiê	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	1	1	1	0	3
<b>Tamanho do item</b>								
menos de 2 parágrafos	4	2	6	9	12	24	17	74
3 a 10	3	3	9	11	15	19	18	78
mais de 10	3	5	8	13	14	13	16	72
<b>Proeminência</b>								
Primeira página	2	4	12	12	16	15	9	70
Sem proeminência	8	6	11	21	25	41	42	154
Outra	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Enfoque (preponderância)</b>								
Local	0	0	1	2	6	8	12	29
Nacional	2	2	12	24	23	29	23	115
Internacional	8	8	10	7	12	19	16	80
<b>Localização/país</b>								
Brasil	2	2	16	26	19	36	35	136
Outro	8	8	7	7	12	20	16	75
<b>Tema</b>								
Política de prevenção	3	3	8	16	20	31	26	107
Cuidados (serviço)	1	1	0	0	2	1	0	5
Números (acompanhamento)	2	2	0	0	2	1	2	9
Relatos pessoais	0	0	1	0	0	0	0	1
Economia	1	1	9	8	6	7	5	37
Esporte	3	3	2	3	3	3	6	23
Embate político/negação	0	0	2	5	6	6	5	24
Cultura/ entretenimento	0	0	1	1	1	3	6	12
Política internacional	0	0	1	0	0	2	0	3
Outros	0	0	0	0	1	2	1	4
<b>Principal agente noticioso</b>								
OMS	0	0	0	1	0	1	0	2
Governo Federal	2	2	3	6	10	5	4	32
Governo Estadual	0	0	0	2	1	3	2	8
Governo Municipal	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras autoridades	0	0	1	1	0	0	0	2
Especialistas/pesquisadores	1	1	2	1	2	5	7	19
ONGs <sup>221</sup>	0	0	0	0	0	0	0	0
Pacientes	0	0	1	0	0	0	0	1
Cidadãos	2	2	0	0	0	2	3	9
Outros	2	2	9	14	11	11	14	63
NA (Não aplicável)	3	3	7	8	17	28	20	86

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa

Assim, foi possível chegar a algumas conclusões, que embora ainda muito preliminares, puderam nortear a pesquisa e perceber a possibilidade de adotar a técnica de análise por semanas compostas.

<sup>221</sup> A subcategoria ONG, a início considerada, foi eliminada na análise final por não se mostrar relevante.

- O total de itens diários tem dinâmica de crescimento, quintuplicando entre o primeiro e o sétimo dia.
- O gênero “Notícia” é preponderante, respondendo por quase metade (48,21<sup>222</sup>%) do total de itens. Não foram registradas “Reportagens” no período.
- Há um equilíbrio entre itens de diferentes tamanhos: são 74 os muito pequenos (menos de 2 parágrafos); 78, os médios (3 a 10 parágrafos); e 72, os maiores (com mais de 10 parágrafos).
- Foram 70 as chamadas de primeira página na semana, uma média de exatamente 10 por dia.
- Ultrapassaram em pouco mais da metade do total os itens com enfoque nacional (115, ou 51,34%).
- Na categoria “Tema”, a subcategoria “Políticas de prevenção”, foi a mais frequente, com 107 itens (47,77%). Em seguida, “Economia”, com 37 itens (16,52%). Já começavam a aparecer os itens voltadas para o “Embate político/negação”: foram 24 no período, ou 10,71%.
- Fontes mais regulares foram os governos. O “Governo Federal” foi o principal agente noticioso em 32 itens (14,28%), cabendo o protagonismo ao “Governo Estadual” em 8 (3,57%). Não houve item com o “Governo Municipal” respondendo como principal fonte. Surpreendeu a pouca participação da “OMS”: foi principal agente noticioso em apenas 2 itens (0,89%). Ainda assim, pela importância do órgão da ONU condutor da saúde pública, resolveu-se manter a subcategoria na pesquisa.

Estes resultados preliminares foram indicativos para os pequenos ajustes necessários na análise de conteúdo das quatro semanas compostas e a melhor compreensão dos resultados, como se verá adiante.

### 3.2.2. Estudo por semanas compostas

No exame das quatro semanas compostas é possível verificar que, a partir da decretação da pandemia, em relação a esta crise sanitária o jornal cumpre seu

---

<sup>222</sup> Arredondamento até a segunda casa decimal conforme a norma ABNT/NBR 5891. Todos os percentuais seguintes nesta tese, produzidos pela pesquisa em si, seguirão esta mesma norma. Índices com fonte de terceiros são reproduzidos conforme apresentados.

papel social de informar, seja com itens sobre prevenção (a maioria) e sobre cuidados (em menor número). Mas este papel social é ainda mais perceptível nos itens que reportam o embate político, quando a imprensa de forma geral e *O Globo* em particular buscam o apoio na ciência para refutar as teses que negavam ou minimizavam a pandemia (considerando a existência da doença, mas reduzindo seu alto risco de morte e seu grau de contaminação em patamar pandêmico). Vale observar que, à época, ainda não havia debate sobre vacinação, outra questão que viria a se tornar objeto de politização da covid-19.

Esta observação coincide com a constatação de Kovach e Rosenstiel de que “[A] principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2004, p. 31), operando em duas vertentes: a primeira, com a disponibilização de informações recolhidas junto a fontes reconhecidas por saber ou atuação no âmbito da ciência (pelo seu caráter oficial, como a OMS e o Ministério da Saúde, em um primeiro momento, ou pelo conhecimento notório, como o de especialistas em saúde, brasileiros ou estrangeiros); a segunda, operando junto a estas mesmas fontes, mas com o objetivo de refutar informações falsas ou desprovidas de base científica.

A análise de conteúdo das quatro semanas compostas que formam o *corpus* da pesquisa revelou que, em 28 edições, foram 1.212 os itens que trataram de pandemia em si ou de pautas motivadas por ela. Este número significativo de itens selecionados e analisados trouxe uma segurança para a pesquisa, permitindo inclusive o entendimento de que algumas categorias elencadas a partir do estudo anterior de Traquina revelaram-se mais significativas para esta análise, a saber: número total de itens por dia<sup>223</sup>, número total de itens com chamada na primeira página (categoria “Proeminência”), distribuição geográfica (no sentido editorial, categorias “Enfoque” e “Localização/país”), itens por tema (categoria “Tema”) e itens por fonte (categoria “Fonte principal - principal agente noticioso”).

O número total de itens por dia permite a avaliação do crescimento ou recuo da cobertura, assim como a totalização daqueles que mereceram chamada na

---

<sup>223</sup> O número total de itens não aparece como uma categoria formal em Traquina, mas a totalização de itens aparece na publicação de seu estudo como um dado a partir do qual a análise de conteúdo será feita nas categorias formais. Foram 417 títulos identificados nos 5 jornais analisados por Traquina (2012).

primeira página aponta para a importância considerada. Importante notar que os números não podem ser tratados como absolutos, mas devem ser analisados à luz dos procedimentos jornalísticos. Por exemplo: a pandemia terá mais destaque quando ocupar a manchete<sup>224</sup>, ainda que tenha menos chamadas no total do que em outra edição em que a manchete for destinada a assunto diverso (política, por exemplo).

A distribuição geográfica, a partir da categoria “Localização/país”, aponta a importância das coberturas nacional e internacional no universo dos itens sobre a pandemia. No que diz respeito à cobertura nacional, pela categoria “Enfoque”, é possível a identificação dos itens de cunho local – no caso de *O Globo* aqueles que se referem especificamente ao Rio de Janeiro, sejam sobre o estado ou a sua capital. Embora *O Globo* tenha assumidamente adotado nos últimos tempos uma dinâmica mais nacional em sua cobertura, ainda resiste e é significativo o espaço dedicado à cobertura local.

A categoria “Tema” registra a importância que determinados assuntos ocuparam no espaço de *O Globo*, e naturalmente também permite identificar aqueles que não mereceram tanta cobertura comparativamente. Desta forma, é identificada a motivação das pautas escolhidas. Já a categoria “Fonte principal” traz um panorama daquelas que foram mais utilizadas (e por comparação, também as que pouco foram consultadas). Esta categoria é muito importante para a verificação da participação das fontes oficiais, principalmente o Ministério da Saúde, na distribuição temporal do período analisado, notadamente antes e depois do chamado “apagão de dados” e da criação do Consórcio.

Em relação à categoria “Gênero jornalístico”, ganha importância pontualmente, sobretudo quando é preciso identificar o volume de textos de opinião em relação aos demais. Também serve para quantificar as cartas de leitores em cada uma das edições, o que permite aferir o crescimento do interesse do público pelo assunto pandemia (ou, pelo menos, a percepção de interesse do público pelos editores do jornal). A categoria “Autoria do texto”, em que os itens foram classificados nas subcategorias “assinada” e “não assinada”, não demonstrou maior utilidade para a análise específica da cobertura da pandemia.

---

<sup>224</sup> Aqui manchete na acepção jornalística: chamada principal da primeira página, na metade superior da página, com corpo de texto significativamente maior.

“Tamanho do item” não se mostrou uma categoria de resultados tão eficiente, uma vez que a unidade utilizada por Traquina foi o parágrafo, mas se verificou que para ele não há um padrão de linhas em *O Globo*. Há itens com parágrafos muito grandes e outros bem menores. Escolhida aleatoriamente, a edição de 14 de junho de 2020, uma das analisadas segundo a técnica da semana composta, apresentou os seguintes resultados para o primeiro parágrafo (*lead*<sup>225</sup>) de cada um dos itens em uma sequência de quatro páginas (também selecionados aleatoriamente, mas todos diagramados no padrão de seis colunas, o que significa a mesma largura de coluna para todas): 21 linhas<sup>226</sup> no lead da página 14; 11 linhas na página 15; 10 linhas na página 16; e 20 linhas na página 17.

Havia a possibilidade de redefinir a unidade de medida para tamanho, abandonando o parágrafo e estabelecendo tamanho em centímetros ocupados, levando em consideração altura e largura da coluna – ainda que haja um padrão de largura de coluna, com frequência ele é abandonado em favor das chamadas “colunas falsas”, em que são utilizadas medidas alternativas. No entanto, esta opção não foi adotada, uma vez que se avaliou que os dados desta categoria não alteram o cerne da análise proposta.

A seguir, uma análise mais detalhada das categorias mais importantes.

### 3.2.2.1. Categoria “Tema”: as subcategorias em grupos

O pesquisador Murilo Soares (2009) entende que existem duas abordagens para analisar o enquadramento: a indutiva e a dedutiva. Segundo o autor, pela análise indutiva as reportagens são estudadas sem uma grade prévia; já pela análise dedutiva, os enquadramentos são definidos previamente. Neste trabalho, decidimos pela análise dedutiva devido à grande quantidade de itens encontrados à primeira vista.

Na categoria “Tema”, durante e após terminada a análise, ficou clara a possibilidade de reunir as subcategorias em três grupos. Em um primeiro grupo, “Saúde”, ficam as subcategorias “Prevenção”, “Cuidados (serviço)”, “Números

<sup>225</sup> No jargão técnico do jornalismo, o primeiro parágrafo de uma matéria noticiosa é seu lead (do inglês *to lead* em acepção cuja melhor tradução será conduzir, ou seja, o parágrafo que conduz todo o restante do texto).

<sup>226</sup> Medidas em linhas de composição por coluna.



(acompanhamento)” e “Relatos pessoais”. Em um segundo, “Saúde x política”, somente o subtema “Embate político / negação”. No terceiro e último, “Temas diversos”, as subcategorias “Economia”, “Esporte”, “Cultura/entretenimento”, “Política internacional” e “Outros temas”.

Para melhor compreensão da classificação quanto ao “Tema”, tome-se como exemplo a edição de 25 de março de 2020, a primeira das examinadas a ter itens analisados incluídos em todas as subcategorias. Foram 71 os itens integrantes do *corpus* neste dia, assim distribuídos: 28 em “Prevenção”; 2 em “Cuidados (serviço)”; 2 em “Números (acompanhamento)”; 1 em “Relatos pessoais”; 16 em “Embate político/negação”; 12 em “Economia”; 4 em “Esportes”; 4 em “Cultura/entretenimento”; 1 em “Política internacional”; e 1 em “Outros temas”. Para exemplo aleatório, será considerada, em cada subcategoria, o primeiro item observado conforme a sequência determinada pela numeração das páginas.

Nesta edição, um interessante item classificado como “Prevenção” foi observado logo na primeira página e, por seu caráter extraordinário, alguns parâmetros existentes nos formatos jornalísticos foram quebrados. Trata-se de um texto destinado diretamente aos leitores, intitulado “O seu jornal é seguro”, com início e fim na primeira página, característica que contraria completamente a opção de *O Globo* por publicação de apenas chamadas e charges neste espaço de primeira página. Também se verifica o uso de termos referentes ao autor do texto na primeira pessoa, recurso utilizado muito excepcionalmente no jornalismo. Assim, logo a primeira frase é: “Sua segurança e a de **nossos** funcionários são muito importantes para **nós**” (O SEU..., 2020, grifos nossos).

Para classificação do item como “Prevenção”, observou-se a orientação do texto para o relato a respeito dos procedimentos realizados pelos editores do jornal de maneira a confirmar a segurança do papel como superfície não potencialmente perigosa para circulação do vírus da covid-19. Entre os dados elencados como suporte à argumentação, uma declaração da Organização Mundial de Saúde classificando como mínimas as possibilidades de transmissão através da manipulação de caixas transportadas (aqui vale a ressalva de que o texto da OMS não trata de papel jornal, mas sim de outro tipo de papel).

A página 17 traz o primeiro dos itens de “Cuidados (serviço)” da edição de 25 de março, um infográfico dedicado a oferecer ao leitor orientações a respeito de saúde mental durante a pandemia. O material ocupou a metade inferior da página

sob o título “Como se ocupar e manter a mente arejada no confinamento”, sugerindo, entre outras medidas, a participação em cursos online e a prática de meditação (COMO..., 2020).

Na página 15, a matéria, do alto, de cunho informativo, trata do contraste entre a diminuição de casos na China e o aumento na Itália, com ilustração inclusive de um gráfico com a curva dos números numa dimensão de tempo, a partir de dezembro de 2019, quando o vírus foi identificado no país asiático. O item, intitulado “Dois momentos<sup>227</sup>”, é uma clássica matéria de acompanhamento da evolução da pandemia a partir da verificação dos números, assim como uma matéria coordenada a ela e intitulada “Óbitos crescem, mas italianos veem ritmo da [sic] infecção cair”.

O único item da edição classificada como “Relato pessoal” está na página 12 e foi construído a partir de um dado de que à véspera, dia 24 de março, o número de curados no mundo ultrapassou a barreira dos 100 mil, segundo a Johns Hopkins University, uma das fontes citadas pela imprensa mundial para acompanhamento de dados. O item, intitulado “Histórias de cura no Brasil”, traz exemplos de quem se curou da doença, como a administradora de empresas Andrea Ferrari, a tesoureira do Aliança pelo Brasil, Karina Kufa, e o publicitário Pedro Kuyunjian.

São 12 os itens que tratam de impacto econômico causado pela pandemia e o primeiro a aparecer está na página 19, sob o título “Todos pelos negócios locais”, em que a pauta está direcionada para as dificuldades das pequenas empresas de suportarem o período de isolamento e restrições de circulação. Neste caso, como em todos os outros itens classificados na subcategoria “Economia”, a relação com a pandemia se dá pelos efeitos que esta provoca nos negócios e nos rendimentos da população de maneira geral.

Na sequência do folhear o jornal, o primeiro título de “Esportes” a surgir é um editorial na página 2, intitulado “Adiamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio é decisão sensata”, mas a primeira matéria do gênero informativo está na página 28, sob o título “Tão perto, tão longe”. Assim como no editorial, o texto da matéria trata sobre a postergação para 2021 dos Jogos de Tóquio, originalmente agendados para

---

<sup>227</sup> Este título, originalmente na edição do jornal, estava todo em maiúsculas, ou todo em “caixa alta”, conforme jargão jornalístico. Para transcrição nesta tese, adotou-se a opção por utilizar maiúsculas apenas na primeira letra e em nomes próprios não somente neste título, mas em todos os incluídos nesta tese.

2020, uma decisão de extremo impacto no sistema esportivo mundial. O item ocupa o alto e cerca de dois terços do espaço da página 28, a última do primeiro caderno, a mais importante para a editoria de Esportes<sup>228</sup>.

A subcategoria “Embate político/negação” foi criada para reunir os itens em que a pandemia deixa de ser encarada como saúde pública por autoridades, políticos ou até mesmo especialistas de saúde e passa a ser considerada no plano político, por meio da polarização do discurso em oposição à ciência ou simplesmente por sua negação. Também nesta subcategoria o primeiro título a aparecer será em editorial, à página 2, “Bolsonaro minimiza epidemia e põe Brasil em risco”.

A primeira matéria do gênero informativo desta subcategoria a aparecer, pela sequência numérica de páginas, está na página 8, sob o título “Na contramão do mundo”, em que se noticia a defesa do fim do confinamento pelo então presidente Jair Bolsonaro, contrariando a orientação adotada globalmente:

Na contramão de medidas adotadas globalmente por países e de recomendações de autoridades da área de saúde para combater o novo coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro fez um pronunciamento ontem à noite em rede nacional de rádio e TV defendendo a reabertura do comércio e das escolas e o fim do “confinamento em massa”. Retomando o discurso de minimizar a pandemia, mesmo diante da expansão dos números de contaminação, ele culpou os meios de comunicação por espalhar “pânico” e criticou autoridades estaduais que adotaram, na sua visão, “o conceito de terra arrasada”. (GULLINO; TRINDADE; ARBEX, 2020)

O trecho citado acima – o primeiro parágrafo do item – traz a perspectiva recorrente adotada pelo então presidente da República de politizar a pandemia, descaracterizando-a como um grave problema de saúde e adotando um tom beligerante em relação aos que buscam soluções técnicas para a questão sanitária. Neste trecho, especificamente, busca culpados nas autoridades estaduais e municipais de saúde pelo “confinamento em massa”, na imprensa por disseminar “pânico” e nas autoridades estaduais por trabalharem com um conceito que qualifica como o de “terra arrasada”.

---

<sup>228</sup> Esportes é, na sequência de editorias, tradicionalmente a última a ocupar espaço no primeiro caderno. Por isso, a última página deste primeiro caderno é considerada como uma “capa” da seção e, conseqüentemente, a mais valorizada.

A bem da verdade, Jair Bolsonaro logrou seu suposto objetivo, de deslocar o foco da questão sanitária para o debate político, valendo-se de argumentos desprovidos de base científica, conforme especialistas de saúde pública ouvidos na apuração e citados no texto. O então presidente da República voltou a chamar a covid-19 de “gripezinha”, defendeu a falta de necessidade de fechar escolas, uma vez que o principal grupo de risco se concentrava nos idosos de mais de 60 anos, e refutou estabelecer parâmetros de prevenção a partir da evolução da doença em outros países, particularmente a Itália.

À época, em 2020, ainda havia dificuldade de estabelecer como “mentira” as declarações de negacionistas da pandemia, diferentemente do que viria a acontecer no ano seguinte, conforme demonstrado em estudo realizado por Barsotti e Aguiar (2021). Mesmo assim, *O Globo* ainda era resistente ao uso de “mentira”, “mentiroso” e “mentir”, entre outras palavras, o que só viria a se tornar frequente em 2022<sup>229</sup>.

De toda forma, este item da edição de 25 de março e outros da mesma subcategoria “Embate político/negação” foram apresentadas de maneira a que o leitor tivesse entendimento de que havia um claro embate entre os que defendiam a pesquisa científica e os que simplesmente se baseavam em convicções e interesses pessoais.

### 3.2.2.2. Categoria “Tema”: prevenção e debate

Ainda na edição de 25 de março, praticamente todas as chamadas trataram de covid-19 – apenas uma, de um total de 13, deu conta de um obituário, o de Albert Uderzo, ilustrador francês do clássico Asterix, vítima de um enfarte enquanto dormia. Nestas 12 chamadas de primeira página para covid-19, a mais importante sem dúvida é a manchete “Bolsonaro ignora orientação mundial e critica isolamento e escolas fechadas”, classificada no tema “Embate político/negação”. No mesmo tema, estão duas outras chamadas, para um editorial e para a coluna de Miriam Leitão, que também trataram da fala presidencial. As demais chamadas referiram-

<sup>229</sup> A partir de pesquisa no buscador Google pela combinação das palavras enumeradas com os termos “covid-19” e “*O Globo*”. Acessos em: 6 set. 2022.

se a itens classificados em outras subcategorias: cinco chamadas para “Prevenção”, duas para “Esportes” e duas para “Economia”.

Dos 1.212 itens relacionados à pandemia verificados em 28 edições (ver tabela 2), um total de 343 (28,30%) tratam de “Prevenção”, enquanto que 20 (1,65%) trazem material de “Cuidados” a respeito de medidas recomendadas aos leitores. Itens que falam da evolução da pandemia em “Números” são 68, ou 5,61%, e os destinados aos relatos pessoais totalizam 22 (1,82%). Ou seja, os itens ligados diretamente à pandemia, nas quatro semanas compostas, foram 453, o equivalente a 37,38% do total.

Itens sobre outros temas que não saúde, ainda que relacionados diretamente à pandemia, foram 555 (45,87%), com destaque para aqueles que trataram dos efeitos da pandemia na “Economia” (272 itens, ou 22,44% do total) e na “Cultura” (134 títulos, ou 11,06%).

Um tema, no entanto, ocupa um limite difícil, entre saúde e projeto político-ideológico: “Embate político/negação”. Neste caso, os itens, de forma geral, trataram o assunto por duas perspectivas conflituosas: apontando quem buscava uso político da pandemia, por meio de sua minimização ou sua negação, e quem trazia da ciência argumentação para embasar a necessidade de rigor nas medidas preventivas. A evidência desta “guerra à ciência” é uma das principais contribuições à sociedade pela imprensa, incluindo *O Globo*.

Foram 203 os itens classificados nesta pesquisa na subcategoria “Embate político/negação”, representando 16,75% do total, o que ajudou a manter o debate aceso na sociedade, sem que uma versão oficial tenha sido imposta de forma unilateral pelas autoridades do Governo Federal, a princípio o condutor natural de uma política de saúde pública nacional.

Tabela 2: Itens por tema nas semanas compostas

Temas por grupo	Tema	Número de itens	%
Saúde	Prevenção	343	28,30
	Cuidados (serviço)	20	1,65
	Números (acompanhamento)	68	5,61
	Relatos pessoais	22	1,82
Política x Saúde	Embate político / negação	203	16,75
Temas diversos	Economia	272	22,44
	Esporte	39	3,22
	Cultura / entretenimento	134	11,06
	Política internacional	7	0,58
	Outros temas	104	8,58
	<b>TOTAL</b>	<b>1.212</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa.

O registro frequente da subcategoria “Embate político / negação” demonstra que as tentativas de reduzir a importância da pandemia se fizeram presentes em todo o período analisado: das 28 edições em exame, apenas a primeira delas, a do dia 9 de março, não traz um título a respeito. Vale a pena salientar também que em 9 de março, embora a covid-19 já se anunciasse como uma possível pandemia, ainda não tinha recebido este status da OMC, o que só viria a acontecer em 11 de março.

A percepção no Brasil, então, era de que a doença era uma coisa “distante”, e não havia ainda tanta atenção da imprensa: em 9 de março, a edição de *O Globo* traz apenas 10 itens a respeito. Ainda que a pandemia já fosse uma “realidade”, a cobertura só se intensifica mesmo após a sua decretação pela OMS, em 11 de março de 2020. Em 9 de março, apenas 10 itens abordavam a pandemia; em 17 de março, já eram 81.

A intensificação da cobertura da pandemia também traz a tentativa de sua negação ou minimização. À exceção do jornal de 9 de março, anterior à decretação da pandemia, as 27 edições examinadas a partir de 17 de março, inclusive, têm pelo menos um item classificado na subcategoria “Embate político / negação”, sendo a mais significativa, em termos numéricos, a do dia 18 de abril, com 27 títulos, entre eles 12 cartas de leitores. A edição ainda estava sob o impacto da saída do primeiro dos ministros da Saúde da gestão Bolsonaro, o médico Luiz Henrique Mandetta, demitido pelo então presidente da República em 16 de abril, após um mês de queda de braço por conta das medidas de prevenção (Mandetta a favor de mais rigor, Bolsonaro totalmente contra).

Nesta edição de 18 de abril, a segunda mais importante chamada de primeira página tratava da disposição anunciada pelo então presidente de reabrir o comércio na posse do novo ministro da Saúde Nelson Teich, com foto da cerimônia em que se destaca o desrespeito à recomendação de distanciamento social feita pela OMS, assim como ao uso de máscaras. Outros itens também apontaram o desrespeito às normas de prevenção por parte de integrantes do Governo Federal, ou de seus apoiadores declarados, como a intitulada “Ministro da Saúde vai a evento sem máscara”, em referência ao então interino da pasta, general Eduardo Pazuello. Ou como o item intitulado “Flávio viajou sem máscara dias antes de teste positivo”, em 27 de agosto, na página 14, a respeito do senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente da República e apoiador de sua política.

Na edição de 11 de agosto, item no alto da página 8, sob o título “Covid: governo refuta responsabilidade por mortes”, demonstra a tentativa do Governo Federal de repassar, ou pelo menos compartilhar, com os governos das entidades federativas (estados e Distrito Federal) a responsabilidade pelo marco de 100 mil mortes por covid-19 tristemente alcançado na véspera. Porém, o texto falha em não trazer a posição das autoridades estaduais de saúde e a opinião de especialistas, que poderiam fazer uma apreciação técnica dos números e dos demais dados apresentados. Também não mereceu chamada de primeira página, o que diminui sua importância relativa dentro da edição.

No entanto, na edição de 21 de maio, fica evidente o contraponto entre as ações paliativas do Governo Federal e as recomendações da OMS, baseadas em estudos científicos. Já no título de uma matéria informativa se anuncia a evidência do contraponto: “Endosso à cloroquina”, em que se informa que o remédio, mesmo sem uso provado, foi liberado. No texto, à página 10, explica-se que o Ministério da Saúde editou “novo protocolo para tratamento de pacientes com covid-19, autorizando o uso de cloroquina e hidroxicloroquina” para pacientes em todos os estágios da doença, inclusive os com sintomas leves – até então, a recomendação do Ministério era de uso por doentes em estado grave.

Mas só no nono parágrafo do texto é explicado que, paralelamente à divulgação do protocolo, “o diretor de emergências da Organização Mundial de Saúde (OMS), Michael Ryan, disse que a cloroquina e a hidroxicloroquina podem causar efeitos colaterais e que não têm eficácia comprovada de tratamento”. Este efeito de contraponto entre a liberação do remédio e sua não recomendação pela

OMS poderia ser mais bem percebido pelo leitor se evidenciado já no *lead* do texto, conforme prática usual do jornalismo. O item valeu chamada de primeira página, porém não é citada a OMS e sua posição em relação ao medicamento, perdendo-se também a oportunidade de realizar o contraponto em área nobre do jornal.

Também na página 10, sob o título “Deputado morto usou cloroquina”, é publicado um item anunciando a morte do deputado estadual Gil Vianna, do Rio de Janeiro, qualificado como apoiador do então presidente Bolsonaro, relatando que fez uso de cloroquina, conforme “protocolo do Hospital da Unimed em que ele estava internado, em Campos dos Goytacazes, [...] para pacientes de coronavírus em estado grave” (GULLINO; PRAZERES; FERREIRA, 2020).

Colunistas contribuíram para rechaçar as tentativas de minimizar a pandemia, como fez Miriam Leitão, em seu espaço de alto de página na edição de 11 de agosto, em coluna intitulada “No centro da crise que devasta o país”<sup>230</sup>. Ela apontou no presidente da República a “incapacidade de sentir a dor do outro”, a “falta de sentimento humano” e a “falta de empatia e de compaixão”, acrescentando ser “crime” um conjunto deliberado de ações para esvaziar a luta contra a pandemia, como o uso comprovadamente ineficaz da cloroquina e da hidroxicloroquina, às quais chamou de “pílula mágica”, e até mesmo tumultuar o funcionamento do sistema público de saúde (LEITÃO, 2020).

O governante inúmeras vezes usou a imagem da presidência para vender a ilusão da pílula mágica, produzida aos milhões no laboratório do Exército. Criou um tumulto administrativo no Ministério que coordena as ações da saúde. Convocou seus seguidores a invadir hospitais para perseguir a delirante versão de que era mentira a ocupação dos leitos. Quis suprimir os números das mortes. São muitos os crimes. Sim, a palavra é esta: crime. (LEITÃO, 2020a)

Colunistas assumem papel importante na defesa do trabalho da imprensa em evidenciar os números e a dimensão da pandemia diante da divulgação nebulosa de dados por parte das fontes oficiais do Governo Federal. Um deles, Cacá Diegues, em seu espaço de opinião à página 3, na edição de 3 de agosto de 2020, observa que o país, à época, tinha “perto de cem mil vítimas fatais do coronavírus”, mas que,

---

<sup>230</sup> A coluna tem chamada na primeira página.



para os apoiadores de Bolsonaro, “é tudo um exagero da ‘extrema imprensa’” (DIEGUES, 2020)<sup>231</sup>.

Na edição de véspera, em 2 de agosto, Ancelmo Gois, cuja coluna mescla notas de informação e de opinião, trouxe um pequeno texto com viés editorial em defesa do trabalho da imprensa, intitulado “O combate ao negacionismo na covid-19 é informar, informar, informar”. Assinada por Telma Alvarenga, integrante da equipe da coluna, a nota principal tratava do trabalho de Renata Vasconcellos, âncora do Jornal Nacional, da TV Globo, ao lado de William Bonner, e aproveitava no título uma declaração dela a respeito do desafio de “lidar com o negacionismo de tantas pessoas, inclusive autoridades, que ainda não admitem a gravidade da situação” (ALVARENGA, 2020).

Na edição de 2 de abril, ainda no começo da pandemia e sem que se pudesse imaginar a criação do Consórcio, a colunista Cora Rónai faz uma homenagem ao trabalho da imprensa, no texto “Imprensa apanha, mas salva vidas”. Rónai observa que “uma quarentena como a que estamos vendo não se faz só com decretos, mas também, e sobretudo, com a conscientização que brota da informação” (RÓNAI, 2020), defendendo inclusive o tom alarmista com que a imprensa recebeu a pandemia.

Graças à imprensa, ficamos devidamente apavorados com o coronavírus. E ainda bem. Notícias alarmantes devem ser divulgadas sem meias palavras. Há coisas que não queremos ouvir, não gostamos de ouvir, mas devem ser ouvidas mesmo assim. Agradeço todos os dias aos jornalistas que estão lá, na frente de batalha, trazendo notícias. (RÓNAI, 2020)

Neste texto de Rónai, em sua defesa do alarmismo, podemos encontrar uma correspondência a um dos princípios apresentados por Kovach e Rosenstiel, aquele que indica que as notícias devem ser apresentadas por sua relevância, mas de forma interessante, ou seja, que despertem interesse. Para os autores, ao jornalista cabe a tarefa de transformar o significativo em interessante: “[...] parte da responsabilidade do jornalista não é só fornecer informação, mas fornecê-la de uma maneira que as pessoas se sentirão inclinadas a ouvi-la” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p.226).

---

<sup>231</sup> A coluna tem chamada na primeira página.

Também serviram para marcar posição institucional de *O Globo* contra o negacionismo à pandemia os seus editoriais. Segundo o *Manual de Redação e Estilo* do próprio diário, “[o] jornal diz o que pensa em seus editoriais”, acrescentando que “[a]s notícias do jornal são a matéria-prima natural da opinião” (GARCIA, 1993, p.34). A definição encontrada no *Dicionário de Comunicação* é semelhante, conforme extrato do verbete a seguir: “[o editorial] [d]efine e expressa o ponto de vista do **veículo** ou da empresa responsável pela **publicação** (jornal, revista etc.) ou **emissão** (programa de televisão ou de rádio). ” (BARBOSA; RABAÇA, 2001, p.255, grifos dos autores).

No dia 21 de maio, a edição de *O Globo* trazia sua opinião em editorial claramente contra o negacionismo. No alto de página, sob o título “Radicalismo domina a Saúde e a Cultura”, o texto aponta que o “a radicalização do presidente Bolsonaro não tem limites” e que “presidente quer o ministério alinhado à sua campanha contra o isolamento social, postura que dificilmente será apoiada por especialistas que tenham carreira a zelar”, em alusão à manutenção, como interino, de um general, Eduardo Pazuello, à frente da pasta da Saúde (RADICALISMO..., 2020).

Na edição de 17 de julho, o editorial “Imagem do Exército em risco” volta à questão, destacando que, “ao nomear Pazuello, um general da ativa, para a Saúde numa epidemia, Bolsonaro desconsiderou este perigo” (IMAGEM..., 2020). O Ministério da Saúde voltou a ser tema de editorial poucos dias depois, na edição de 25 de julho, sob o título “Postura anti-Ciência [sic] paralisa Saúde”. Conforme o texto, “a omissão e o desconhecimento técnico levam a decisões erradas, tomadas por um ministro interino que se eterniza claramente para atender Bolsonaro” (POSTURA..., 2020).

Já na edição de 12 de setembro, o aniversário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lembrado no editorial “Centenário da UFRJ reforça que é preciso apoiar a Ciência e as Artes”, serve para lembrar a importância da pesquisa acadêmica e sua aplicação prática, a partir da atuação da instituição de ensino no combate a outro vírus, o da gripe espanhola, em 1920. Embora a Universidade tenha se constituído somente naquele ano, incorporou a Faculdade de Medicina, de 1908, que teve papel na luta contra a pandemia de gripe, conforme lembra o editorial.

### 3.2.2.3. Categoria “Fonte principal”: Governo Federal se “apaga”

Outra categoria importante a considerar é a que se refere à “Fonte principal”, ou como prefere Traquina, “Principal agente noticioso”. No texto desta pesquisa, será adotado com mais frequência o termo “Fonte” em vez de “Agente noticioso”, por ter uso mais comum no meio jornalístico brasileiro e nos estudos acadêmicos do país. A permanência, porém, do adjetivo “principal” é importante uma vez que os itens, com frequência, terão mais de uma fonte, e então para classificação será considerada aquela que contribuiu com as informações de base ou as mais importantes.

A primeira constatação, e muito surpreendente, foi de que a Organização Mundial de Saúde (OMS) não ocupa um lugar de destaque, até pelo contrário: em um universo de 1.212 itens, são apenas três os têm o organismo como fonte principal, com uma percentagem de 0,25%, próxima de zero (ver tabela 3).

A observação da totalidade dos 1.212 itens permite concluir que, embora a OMS contribua fortemente para a definição do conteúdo, o noticiário do jornal avança e já busca uma relação de dados e recomendações do organismo com a realidade brasileira. Assim, o desdobramento da informação caberá a outras fontes, particularmente o Governo Federal, principalmente nos primeiros meses, entre março e maio de 2020. A OMS aparece, certamente, com mais frequência nas matérias de TV, rádio e portais e sites jornalísticos, em que prevalece a lógica do imediato.

Tabela 3: Itens por fonte principal nas semanas compostas

Fonte principal	Número de itens	%
Organização Mundial de Saúde (OMS)	3	0,25
Governo Federal	119	9,82
Governo do Estado do Rio de Janeiro	24	1,98
Governos Municipais	20	1,65
Outras autoridades	83	6,85
Especialistas / pesquisadores em saúde	41	3,38
Demais especialistas	50	4,13
Profissionais de saúde em campo	13	1,07
Pacientes	7	0,58
Cidadãos	25	2,06

Outros	391	32,26
NA (não aplicável)	436	35,97
<b>TOTAL</b>	<b>1.212</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa.

Embora o “apagão de dados” tenha sido um divisor de tempo na cobertura dos primeiros meses da pandemia, particularmente nos que delimitam o *corpus* desta pesquisa, não se verifica diminuição da importância do Governo Federal como fonte do ponto de vista quantitativo. O exame do percentual comparativo entre as quatro semanas compostas demonstra que a participação do Governo Federal permanece estável ao longo do tempo, com números próximos a 10% (ver tabela 4). Isso se dá porque, ao mesmo tempo em que diminuem, de forma absoluta, os itens com o Governo Federal como “Fonte principal”, também se reduz a cobertura de covid-19 em *O Globo* – e na imprensa, de forma geral.

Uma análise baseada unicamente no número absoluto de itens em que figura na subcategoria “Fonte Principal” criaria a falsa noção de perda de importância, já que os resultados aparecem em ordem decrescente, por semana composta (ver ainda a tabela 4).

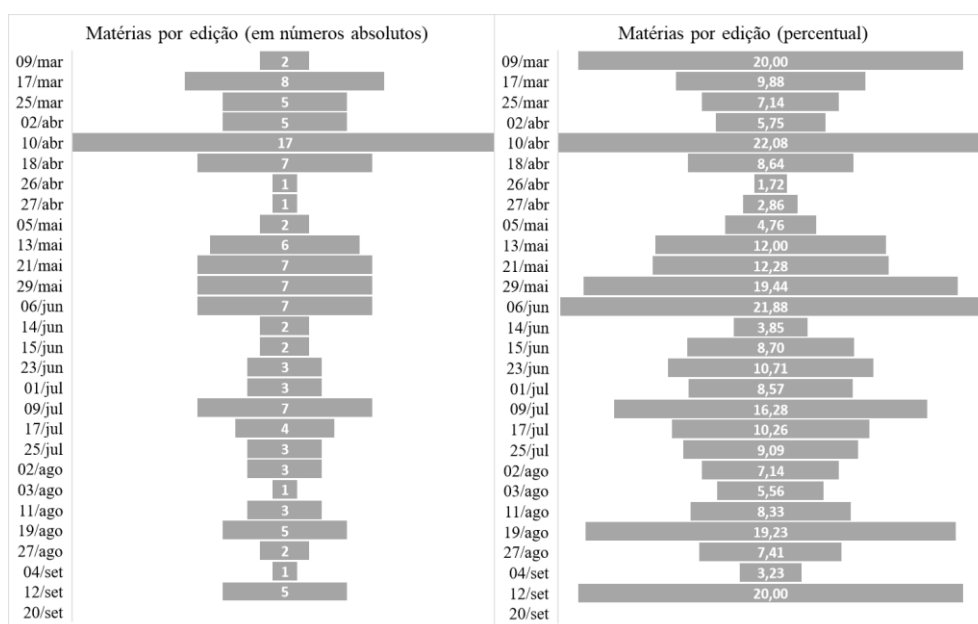
Tabela 4: Governo Federal como fonte principal nas semanas compostas

Semana Composta	Governo Federal	Total de itens	%
Semana 1	45	465	9,68
Semana 2	32	304	10,53
Semana 3	25	243	10,29
Semana 4	17	200	8,50
Total	119	1212	9,82

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa.

Outra análise possível de ser feita traz um resultado mais ajustado já que relativiza a participação do Governo Federal como principal fonte a cada edição. Para isso, se extrai a participação percentual do Governo Federal, calculando o que representa o número de itens em que é a principal fonte na totalidade de itens publicados sobre pandemia a cada edição (ver gráfico 3). Importante ter em conta que o valor já calculado de 9,82% representa o número total de itens com o Governo Federal como fonte principal (119) em relação percentual ao número total de itens do *corpus* (1.212).

Gráfico 3: Governo Federal como fonte principal (por edições analisadas)



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa. Importante notar que, na edição de 20 de setembro de 2020, não se verificou item, daí a data estar “vazia”, sem barras.

A comparação dos dois “funis”<sup>232</sup> do gráfico permite identificar uma atividade significativa do Governo Federal como fonte principal na primeira semana composta, que compreende as edições de 9 de março a 26 de abril. Para percepção da atuação do Executivo federal, vale o exame da edição mais significativa desta primeira semana composta, de 10 de abril, em que são 17 os itens na subcategoria “Governo Federal”, com um percentual de 22,08% de um total de 77 (uma das coberturas mais extensas de *O Globo* nas edições analisadas).

À época, o ministro da Saúde ainda era o ortopedista Luiz Henrique Mandetta, que viria a ser demitido no dia 16 de abril, e já havia deixado de realizar diariamente, no fim da tarde, a entrevista coletiva que tinha se tornado inclusive um hábito para os cidadãos, pois era transmitida pelo YouTube, além da rotineira veiculação por TVs, rádios e portais e sites jornalísticos. Apesar de a centralização da informação da pandemia ter passado ao Palácio do Planalto e ter-se constituído um comitê de crise integrado por vários ministros e representantes de agências e órgãos públicos, o Ministério da Saúde se mantinha como uma fonte importante para *O Globo*: dos 17 itens, três tiveram como base suas informações.

<sup>232</sup> Este tipo de gráfico é chamado “gráfico de funil”, embora nem sempre a forma resultante seja um funil.

Não se trata apenas de questão numérica, já que também aparecem com três itens cada o Ministério da Economia e a Caixa, um banco estatal. Mas a importância está nos dados revelados pelo Ministério da Saúde, que deram base a três matérias informativas de alto de página e que integraram a manchete do jornal e uma segunda chamada forte de primeira página. Na página 6, sob o título “Covid-19 supera outras doenças”, são tratados os dados de mortes na pandemia, até 28 de março de 2020, em comparação aos óbitos da dengue, do H1N1 (gripe), do sarampo, da chicungunha e da zika somadas em igual período.

A pauta foi motivada pela comparação que o então presidente Bolsonaro fez, nivelando a covid-19 a uma “gripezinha”, em declaração no dia 20 de março de 2020 que ele insiste em dizer que não fez, apesar de a fala estar registrada em vídeo<sup>233</sup>. Embora os meios de comunicação ainda se mantivessem precavidos em relação ao uso de termos do campo semântico da palavra “mentira” em relação a declarações de autoridades oficiais, os dados oferecidos pelo item demonstram a falsidade da declaração.

O texto informa o total de 941 mortes por covid-19 no Brasil em 2020 (até 28 de março), uma significativa diferença de 773 em relação ao número de 168, que representa a soma dos óbitos da dengue (148), do H1N1 (13), do sarampo (4), da chicungunha (3) e da zika (zero). Uma conta simples demonstra que o número de mortes por covid-19 é mais do que o quádruplo dos óbitos somados de todas as outras doenças citadas.

Os outros itens com o Ministério da Saúde como fonte principal são igualmente importantes: na página 8, sob o título “Perto de mil mortes”, texto e infográfico trazem os números de mortes e de casos no país e por estado. Na página 9 (“Menos de 1 milhão”), o item mostra um panorama da testagem no Brasil a partir da informação do Ministério da Saúde de que só foram entregues, até aquele momento, 4% dos testes comprados pelo Governo Federal.

Ainda em relação a fontes do Governo Federal ligadas à área de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) traz informações para base de dois itens da editoria de Economia ligadas a reajuste de planos de saúde, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de uma outra, em Esportes, sobre possível quarentena no retorno do técnico Jorge Jesus, então no Flamengo, ao Brasil

---

<sup>233</sup> Para mais informações: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

após período em Portugal. Contribuem ainda como fontes a Receita Federal (duas vezes) e o IBGE (uma) em três itens em Economia.

Na segunda semana composta, decresce a participação do Governo Federal como fonte, não somente no que diz respeito ao número de itens, mas principalmente em relação à relevância de suas informações na área de saúde – manteve-se, porém, no plano econômico, não por acaso a preocupação declarada do então presidente Bolsonaro. Três edições chamam a atenção por trazerem poucos itens a partir de informações do Governo Federal: em 26 de abril, 27 de abril e 14 de junho. Além do pequeno número de itens, nenhum mereceu chamada na primeira página.

No domingo 26 de abril, em um universo de 58 itens, apenas um (1,72%), intitulado “Novo patamar”, sobre alta recorde de infecções, com um registro de 5.514 casos em 24 horas. As informações são do Ministério da Saúde, mas sequer foram avaliadas por um porta-voz, uma vez que o então ministro Nelson Teich suspendeu a divulgação diária de dados, praxe de seu antecessor Luiz Henrique Mandetta. Restou a *O Globo* reproduzir os posts do ministro Teich em rede social, não sobre a alta dos números, mas sobre a aquisição de novos equipamentos, particularmente respiradores. Percebe-se estratégia calculada de silêncio a respeito dos dados fundamentais na condução de políticas públicas de saúde, ainda mais em uma época extraordinária.

No dia 27 de abril, segunda-feira, o número de itens com o Governo Federal como fonte cai para apenas um, agora em um universo de 35 itens (proporção de 2,86%). Mas apenas em uma nota, na coluna assinada por Ancelmo Gois, sobre a redução de jogos de loteria da Caixa.

Na edição de domingo 14 de junho, os números relativos à participação do Governo Federal como principal agente noticioso refletem a crise do “apagão de dados” do começo do mês, que motivou algumas das principais empresas jornalísticas a criarem o Consórcio de Veículos de Imprensa, em 8 de junho. São apenas dois os itens a partir de informações do Governo Federal, em um universo de 52, representando apenas 3,85%.

Ambos os itens estão na editoria de Economia, e não tratam de números ou políticas públicas quanto à covid-19. Na página 26, o texto intitulado “Sem direito de arrependimento para perecíveis” é uma pequena matéria informativa editada na seção Defesa do Consumidor, construída a partir da publicação de lei 14.010,

publicada no Diário Oficial da União. Na página 27, no alto, o item “Crédito do saque emergencial começa dia 29” tem bom destaque e trata da liberação de recursos para retirada do FGTS a partir de informações prestadas pelo presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

Mas é fundamental contextualizar o cenário em que o Governo Federal atua como fonte principal e relativizar sua importância, não apenas examinar do ponto de vista numérico. Por exemplo, na edição de 9 de março (p.9), dois dias antes de a OMS decretar a pandemia, item intitulado “Sem trégua” tem como principal fonte o Governo Federal, mais especificamente o Ministério da Saúde. Outro item, na página 20, sob o título “Epidemia explode na Itália sob quarentena”, apesar de seu caráter internacional, tem especial preocupação com a situação dos brasileiros no exterior, e o Itamaraty presta as informações<sup>234</sup>. Em ambos os itens, há uma percepção positiva do Governo Federal como fonte confiável.

Em compensação, se for examinada a edição de 6 de junho, em que a centralidade da cobertura estava na crise do “apagão de dados”, os itens que trazem o Governo Federal como fonte principal lhe qualificam de forma desfavorável. Como um item do terceiro clichê de alto da página 14 (3ª ed.), intitulado “Governo oculta dados da Covid<sup>235</sup>”, anunciando no subtítulo que “Ministério quer recontar mortos” e no *lead* informa que a providência seria tomada sob o pretexto de que os dados seriam “fantasiosos ou manipulados” – na véspera, o número de mortos no Brasil chegara a 35.026, segundo compilação de dados do próprio Ministério.

Na mesma edição, em item na página 11 (2ª ed.), intitulado “Após cobrança, Bolsonaro ameaça tirar país da OMS<sup>236</sup>”, mais uma vez o Governo Federal é apresentado de forma desfavorável, neste caso representado pelo presidente da República. Segundo o texto, Bolsonaro acusou a entidade de ser “política”, “partidária” e “ideológica” e trouxe o componente político para a discussão a respeito da prevenção da covid-19, reforçando sua luta a favor do uso da cloroquina, combatida pela OMS.

A partir do início de junho, o protagonismo positivo do Governo Federal vai aparecer em muitos itens da editoria de Economia, com medidas de auxílio emergencial à população carente e de redução de danos às empresas, de forma a

<sup>234</sup> Ambos os itens da edição compartilham chamada na primeira página.

<sup>235</sup> Item com chamada na primeira página (2ª edição).

<sup>236</sup> Item com chamada na primeira página.



sobreviverem ao período de crise forçado pela pandemia. No entanto, os governadores, que em sua maioria discordavam do Governo Federal em relação às medidas preventivas, no que se refere à ajuda de Brasília também vão reclamar, como na edição de 15 de junho, especificamente em item de alto da página 15, sob o título “Mais pressão”<sup>237</sup>.

A partir de 14 de junho, na primeira edição após a crise do “apagão de dados” analisada pelo método de semanas compostas, o Governo Federal deixa de ser protagonista nas informações a respeito de políticas públicas de prevenção e acompanhamento da pandemia, passando a figurar como fonte importante apenas nos itens de economia, principalmente, e de política. Em 15 edições após o “apagão de dados”, em um universo de 44 itens em que o Governo Federal aparece como “Fonte Principal”, em apenas 15 deles seu protagonismo se refere ao acompanhamento da pandemia, em itens incluídos em categorias de Temas que pertencem ao grupo Saúde: 11 itens em “Prevenção”, 4 em “Números (acompanhamento)” – os demais 29 itens verificados nestas edições tratam de outros temas.

Um exame das edições deste período pós-crise de “apagão de dados” deixa claro que o item mais importante sobre políticas públicas de combate à pandemia com o Governo Federal como fonte principal foi publicada em 25 de julho (p.17). Intitulado “Menos de 2% das cidades”<sup>238</sup>, o item é uma matéria informativa sobre municípios pequenos e isolados ainda sem registro de infectados”. Àquela época, eram 95 os municípios sem infectados, segundo o Ministério da Saúde, e o assunto mereceu uma chamada na primeira página. No entanto, os dados de totalização de casos de infecção e de mortes utilizados foram compilados pelo Consórcio de Veículos de Imprensa.

Em 11 de agosto, à página 10, sob o título “Vacina de Oxford: Anvisa autoriza segunda dose”, um item traz informação de que a agência autorizou a aplicação de reforço de imunização em voluntários que participavam do estudo – à época, diversas vacinas estavam em teste, mas nenhuma ainda homologada. No mesmo contexto, a agência volta a aparecer com o protagonismo de fonte principal em 19 de agosto, no item “Anvisa aprova o quarto estudo clínico de vacina contra

<sup>237</sup> Item com chamada na primeira página.

<sup>238</sup> Item com chamada na primeira página.

a covid-19”, em que é informado que a agência autorizou a farmacêutica Janssen-Cilag a desenvolver estudos clínicos no Brasil.

A Anvisa é novamente a fonte principal em 27 de agosto (p.18), não em matéria noticiosa, mas em chamada de alto de página “Anvisa quer 'estretar laços' com Fiocruz”, remissiva ao site de *O Globo*. Nenhum destes três itens da Anvisa teve chamada de primeira página.

A agência voltaria a aparecer em 4 de setembro (p.11), não como fonte principal, mas sim como pauta do item “Exames sem aval da Anvisa”<sup>239</sup>, em que é apontado gasto de R\$ 208 milhões pelo Governo Federal em testes sem registro. Segundo o texto, “um lote de testes com pedido de registro indeferido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária foi enviado ao Ministério da Saúde e distribuído a laboratórios públicos para detecção de Covid-19”. Não há indicação de onde partiu a informação, e a Anvisa informou não ter recebido denúncia de “comercialização irregular” do produto, mas que tomaria providências assim que tivesse ciência. Procurado, o Ministério da Saúde e a Fiocruz garantiram a segurança e a eficácia dos testes, assim como seu fabricante, o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBPM).

No entanto, em 12 de setembro, pouco mais de uma semana depois, *O Globo* traz item, à página 14, intitulado “Anvisa vai investigar uso de testes sem registro”, em que se anunciava que a agência “abriu procedimento de investigação para apurar a fabricação e distribuição, de 2,2 milhões de testes para Covid-19 sem registro”. Este item, que tem como fonte principal a Anvisa, faz menção à anterior, publicada em 4 de setembro, quando a agência prometeu providências se se confirmasse a informação publicada anteriormente pelo jornal.

Outros itens sem maior importância aparecem nas estatísticas, dois deles em 2 de agosto. Um título que traz o Governo Federal como protagonista, e fonte, é uma pequena nota de apenas um parágrafo na coluna Lauro Jardim, em 2 de agosto (p.6), intitulada “Próximo passo” e sem destaque, informando de um estudo a ser feito pelo Ministério da Saúde para dar destino a respiradores. Na mesma edição, na página 15, sem identificar qual órgão do Governo Federal é responsável pela informação, uma chamada de alto de página remissiva ao site de *O Globo* informa que “Covid já chegou a mais de 98% das cidades do Brasil”.

---

<sup>239</sup> Item com chamada na primeira página.

Em resumo, após a crise de “apagão de dados”, o Ministério da Saúde aparece como fonte em apenas dois itens, sendo um muito importante, sobre números de municípios brasileiros já atingidos pela pandemia, e em uma pequena nota na coluna Ancelmo Gois, sem maior relevância, sobre destino de respiradores após o término da pandemia. A Anvisa tem protagonismo em cinco itens significativos, sendo fonte principal de quatro, mas não é possível determinar a origem da informação em um quinto. Também não há identificação de fonte numa chamada de alto de página remissiva ao site de *O Globo*.

Os demais 29 itens têm em sua maior parte fontes ligadas normalmente à área econômica do Governo Federal e, na categoria “Tema” estão agrupados na subcategoria “Economia”. Em “Economia”, estão 20 itens, restando 4 para “Embate Político”, 1 para “Relatos pessoais”, do acompanhamento clínico do então presidente Bolsonaro quando ficou com covid-19, e 4 para “Outros” (1 item sobre educação, 2 sobre fraudes e 1 sobre mau uso de verba pública). Não há itens nas subcategorias “Cuidados (serviço)”, “Esporte”, “Cultura/entretenimento” e “Política Internacional”.

Mas, sem dúvida, o item que melhor retrata a atuação do Governo Federal neste período e já citado anteriormente neste capítulo, é um publicado em 11 de agosto, no alto da página 8, sob o título “Covid: governo refuta responsabilidade por mortes”. O item é classificado na subcategoria “Governo Federal” uma vez que seus dados foram extraídos de cartilha distribuída pelo Palácio do Planalto, conforme indicação logo no *lead*. O subtítulo resume bem o conteúdo do texto: “Depois de o país bater marca de 100 mil óbitos, Planalto divulga a parlamentares ranking vinculando números da doença a governadores e prefeitos; nas redes, tática de comunicação é rebater críticas para blindar Bolsonaro” (MARIZ; TRINDADE; MAIA, 2020).

O texto, assim como habitualmente verificado, busca atribuir ao documento um teor de negação da pandemia, e apontar a estranheza por ele causada em outras autoridades, quando aponta que os deputados federais até pensaram tratar-se de “*fake news*”. A estratégia utilizada, de entregar a outras fontes confiáveis a responsabilidade por apresentar posições divergentes, é consoante com a prática jornalística, de abrir espaço ao contraditório.

### 3.2.2.4. Categoria “Fonte principal”: mais fontes oficiais

Em relação às fontes do Poder Executivo, é importante fazer um exercício ampliado em todos seus níveis, entendendo também como os governos de nível estadual e nível municipal reagiram à pandemia, ou no caso da cobertura jornalística, como atuaram como fonte de notícias. Se acrescentarmos também o protagonismo do Governo do Estado do Rio de Janeiro (24 itens no total) e da Prefeitura do Rio de Janeiro (20 itens), temos os órgãos do Poder Executivo, em seus três níveis, com um total de 163 itens como fonte principal (13,45% do total de 1.212).

Nesta tese houve uma preocupação de separar o Executivo dos três níveis de governo pelo pressuposto, inclusive embutido em seu nome, de ser o executor das políticas públicas – mas também o principal responsável pela sua formulação. Desta forma, os demais poderes, Legislativo e Judiciário, ficaram reunidos em outra subcategoria, “Outras autoridades”. Assim, se acrescentarmos a subcategoria “Outras autoridades”, com 83 itens (6,85% do total), o somatório de todas as autoridades brasileiras passa a ser de 246 itens (20,03% de 1.212 itens).

Em “Outras autoridades”, o Supremo Tribunal Federal (STF) é uma fonte de destaque, figurando em 9 dos 83 itens da subcategoria, e revela-se muito importante nesta condição, marcando posição ou emitindo decisões de impacto na condução das políticas públicas durante a pandemia.

No primeiro caso, de marcar posição, está item à página 4 da edição de 17 de março, em que Bolsonaro minimiza a pandemia e aponta uma suposta “histeria” provocada por ela. Sob o título “Bolsonaro cita ‘histeria’, e poderes reagem” e com o subtítulo “Presidente relativa pandemia e é isolado de reunião sobre a crise”<sup>240</sup>, o texto relata a reunião dos então presidentes do STF, Dias Toffoli, da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolombre, com o então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Como fiador de cumprimento de políticas públicas de contenção da pandemia, o STF aparece em quatro itens, em todos eles tendo seu papel valorizado pelos textos do jornal, sendo duas na mesma edição, de 21 de maio, um na página

---

<sup>240</sup> Item com chamada na primeira página.

6 (“Barroso vota para restringir MP que livra agentes públicos”) e outro na página 8 (“Dias Toffoli: estados podem suspender funcionamento de barbearias”<sup>241</sup>).

O terceiro item, que poderia parecer divorciado de política pública, traz uma decisão de fato garantidora da continuidade da prevenção, na edição de 24 de junho, ao proibir operações policiais em favelas da cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia. Sob o título “STF proíbe operações policiais em favelas do Rio”, o texto explica que a decisão visa a garantir a plena condição de contenção da pandemia.

Um quarto item aparece na página 8 da edição de 9 de julho, intitulado “STF determina medidas de proteção a povos indígenas”. No entanto, apesar de seu importante caráter social, não merece maior destaque, sendo alocado na metade inferior da página e sem chamada na primeira página. Também já não tinha recebido destaque no texto a proibição das operações, o que é indicativo de que o jornal não valorizou situações sociais relacionadas à pandemia.

Como possível fiador, o STF aparece em uma chamada de alto da página 13 da edição de 9 de setembro que remete ao site do jornal (“STF vai decidir se pais podem não vacinar filhos”) e em uma nota da coluna Ancelmo Gois, na edição de 11 de agosto (“Máscaras em locais públicos”), sobre pauta do Tribunal a respeito do veto do então presidente Bolsonaro à lei que obrigava o uso obrigatório do equipamento de proteção. O STF ainda é a fonte principal em mais dois itens, um sobre a retomada econômica e outro sobre medidas de prevenção nas suas instalações.

Surpreendentemente, a subcategoria “OMS” tem apenas três itens, embora todos relevantes, e assim foram valorizados pela edição. O primeiro é registrado na primeira semana composta, intitulado “Maior crise sanitária de nossa época”<sup>242</sup>, no alto da página 10 da edição de 17 de março, em que é relatado o apelo da agência internacional por testes “para cada suspeito”. O porta-voz da OMS identificado é o seu próprio presidente, Tedros Adhanom, que pela primeira vez reconheceu a presença de crianças na lista de mortos pela covid-19 e deu uma declaração que acabou sendo repetida: “Temos uma mensagem simples para todos os países: **teste, teste, teste.**”, recomendou Adhanom, que também defendeu o isolamento social

---

<sup>241</sup> Item integra assuntos da chamada da manchete da edição.

<sup>242</sup> Item com chamada na primeira página.

inclusive com medidas rigorosas como o fechamento de escolas e trabalho remoto (MAIOR..., 2020, grifos nossos).

No dia 27 de abril, já na segunda semana composta, a OMS volta a aparecer como fonte principal de um item<sup>243</sup>, abaixo da dobra<sup>244</sup> da página 8, intitulado “OMS é contra reabrir economia com base em testes”<sup>245</sup>. O texto serve como complemento para outro item editado à mesma página, no alto, intitulado “Passaporte imunológico”, que trata de um planejamento, à época, de várias empresas para realizar testagem com seus empregados e assim permitir a volta de trabalho presencial para aqueles que apresentassem resultado negativo para covid-19.

A OMS como fonte principal vai voltar a aparecer apenas na última data pesquisada da quarta semana composta, a edição de 20 de setembro (p.41), no item “Em segunda onda, Europa tenta evitar quarentena”<sup>246</sup>, que ocupa página inteira. A classificação de “alarmante” para a situação europeia, pela OMS, presente no *lead*, conduz toda o texto.

Nas três edições aqui referenciadas, de 17 de março, 27 de abril e 20 de setembro, os itens mereceram chamadas de primeira página. Em 17 de março, o destaque ficou para a importância da testagem em chamada abaixo da dobra sob o título “OMS: todos os casos suspeitos devem ser testados”. Em 27 de abril, os dois itens da página 8 aparecem combinados numa chamada no pé da primeira página, com ênfase para o planejamento de testes, sob o título “Empresas querem testar funcionários”. Em 20 de setembro, a chamada (“Europa tenta conter 2ª onda evitando a quarentena nacional”), apesar de estar no pé da primeira página, tem relativo destaque por ocupar quatro colunas, sendo duas delas para dois gráficos que atraem atenção.

---

<sup>243</sup> Importante notar que não necessariamente houve uma ausência da OMS como fonte principal no período de 17 de março a 27 de abril, uma vez que nem todas as edições deste intervalo foram analisadas, devido à técnica metodológica de semanas compostas.

<sup>244</sup> Jornais de formato standard, como *O Globo*, são dobrados para facilidade de transporte e de guarda em bancas de jornais. Embora esta diferença seja mais importante na primeira página, em seu jargão profissional a expressão “abaixo da dobra” serve para identificar as matérias menos importantes.

<sup>245</sup> Item com chamada na primeira página.

<sup>246</sup> Item com chamada na primeira página.

### 3.2.2.5. Categoria “Fonte principal”: em busca de opções

A subcategoria “Especialistas/pesquisadores de saúde”, se não tem uma expressiva participação em termos numéricos, com 41 itens ou 3,38%, mostra boa frequência nas páginas do jornal nas duas primeiras semanas compostas. Apenas na edição de 21 de março, uma quinta-feira, não foi ouvido, como fonte principal, um especialista ou um pesquisador na área de saúde. Mas sua participação diminuiu significativamente nas duas últimas semanas compostas: das 14 edições analisadas, não se faz presente em seis delas.

É possível estabelecer uma relação entre a frequência dos especialistas e pesquisadores de saúde como fonte e a evolução da pandemia. No início, havia um desconhecimento maior a respeito do vírus da covid-19 – e, portanto, maior interesse por conhecê-lo, seja para prevenir contágio, seja para reagir no caso de se dar o contágio. São comuns os itens como o presente na edição de 2 de abril, “Segurança com o que vem de fora”, editado à página 15, na editoria de Sociedade, uma matéria de serviço em que são oferecidas dicas de proteção ao receber visitas técnicas e compras a partir de conselhos do médico infectologista Paulo Santos, consultor da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI), e da chefe do Serviço de Nutrição do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz), Cristiane Almeida.

A subcategoria “Demais especialistas” reúne pesquisadores de outras áreas que não saúde, mas importante observar que se restringe ao registro da fonte a partir de sua atividade acadêmica. Portanto, não inclui *experts* em determinado assunto pela prática profissional, ainda que seja uma profissão com formação universitária. Para se ter claro, um pesquisador em nutrição estará enquadrado como “Demais especialistas”, enquanto um nutricionista, ao falar de sua rotina diária em consultório, ficará na subcategoria “Outros”.

Esta categoria, “Demais especialistas”, está representada em 50 itens, ou 4,13% do total. Não é surpreendente o número de especialistas de outras áreas superar os *experts* em saúde uma vez que a cobertura da covid-19 compreende todas as editorias – no período verificado, raros foram os dias em que não esteve presente em todas as editorias do primeiro caderno, no segundo caderno e na revista *Ela*, aos domingos. Bom item para exemplificar a participação de pesquisadores de outras

áreas é a entrevista concedida pela historiadora Heloisa Starling<sup>247</sup> e publicada na edição de 4 de abril, na página 7, sob o título “Precisamos olhar para a gripe espanhola”, em que é tratada a relação desta pandemia, iniciada em 1918 e resistente até 1920, com a de covid-19.

A subcategoria “Outros”, que reúne os itens excluídos de todas as outras categorias, soma 391 (32,29%), principalmente graças à participação de entidades da sociedade civil, empresas e representantes do meio empresarial e profissionais desempenhando funções relacionadas à pandemia (excluídos os profissionais de saúde em campo, que constituem por si só uma subcategoria). Em termos de números absolutos e proporcionais, é uma subcategoria representativa, em verdade a segunda mais utilizada na classificação, mas não tem maior importância por não apresentar uma unidade.

A subcategoria mais representada, de fato, é a “NA”, ou não aplicável, com 436 títulos, ou 35,97% do total. A subcategoria é utilizada em duas situações: a primeira, em que prevalece a opinião dos autores em itens do gênero opinativo, e a segunda, em que não foi possível identificar a fonte principal de uma matéria de informação (mais comum em notas de colunas de opinião).

Na primeira situação, relativa ao uso preponderante de opinião, estão os 156 itens incluídos no subgênero jornalístico “Editorial/Opinião”, a saber: os editoriais propriamente ditos, os artigos, as colunas de opinião e as notas de opinião (estas últimas publicadas em colunas mistas de informação e opinião). Também estão neste caso os 151 títulos publicados na seção Leitores e incluídos no subgênero jornalístico “Carta” e as charges de primeira página do Chico, que são duas e estão no subgênero “Cartoon”. São, assim, 309 títulos de opinião, restando 126 matérias de informação em que não está clara sua fonte oficial.

---

<sup>247</sup> Embora mais frequentemente citada como historiadora, Heloisa Starling tem formação mais ampla: graduação em História e também em Comunicação Social e mestrado e doutorado em Ciências Sociais. É autora, com Lilia Schwarcz, do livro *Bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, publicado em 2020 pela Companhia das Letras (São Paulo), que inclusive faz parte das Referências Bibliográficas desta tese.



### 3.2.2.6. Categoria “Proeminência”: primeira página e papel social

A categoria “Proeminência”, em que são identificados os itens com chamadas na primeira página da edição, é importante para entender a importância de um determinado assunto na cobertura de um jornal – em nosso caso, a pandemia em *O Globo*. Assim, é possível perceber o quanto o assunto está sendo valorizado, ou não.

Antes, porém, de se analisar a “Proeminência”, é importante observar a cobertura em sua totalidade, compreendendo-a a partir do volume de itens publicados, que indica a importância relativa de um determinado assunto em relação aos outros que integram a mesma edição. Também cabe ressaltar que, em um jornal, o número de páginas não é fixo, mas sofre pequena variação dentro de uma margem de previsibilidade, a partir de quatro variáveis principais: a importância dos assuntos incluídos na edição; a possibilidade técnica de impressão, ou seja, a disponibilidade de máquina e equipamentos; o custo de impressão; e o volume de propaganda contratada para a edição.

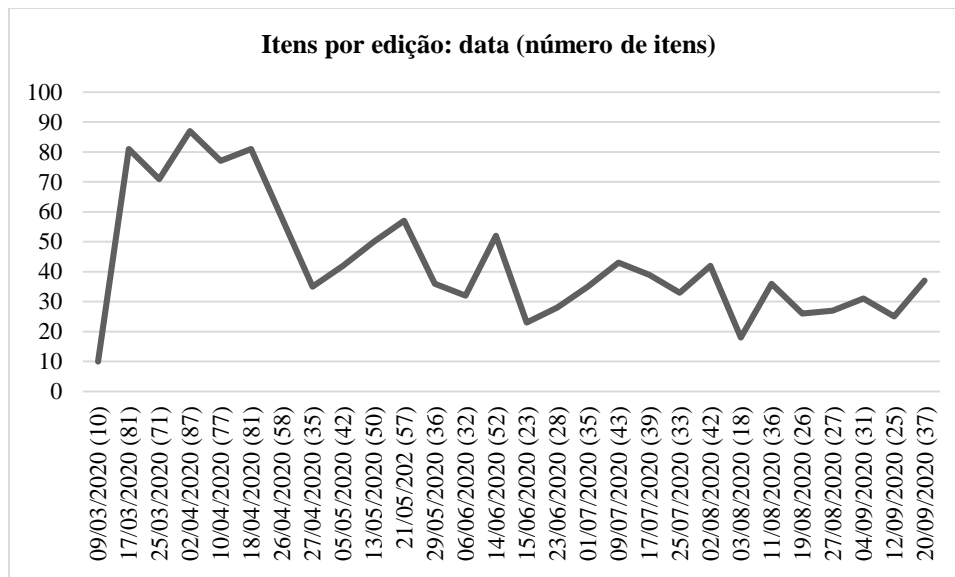
A registrar que estas duas últimas variáveis, custo de impressão e volume de propaganda, se comunicam estreitamente, embora todas guardem relação entre si para decisão final. Também é importante ressaltar que as decisões a respeito de “crescer” ou “encolher” uma edição de jornal são tomadas de forma sumária, muitas vezes em minutos, pelos editores e/ou diretores da publicação. Ainda a lembrar que, *a priori*, as edições podem ser previstas a partir de rotinas. Por exemplo: os jornais de segunda-feira geralmente têm pouco material factual de política e economia, mas são ricos em esportes; os de domingo trazem textos de maior fôlego de leitura e geralmente são mais encorpados em número de páginas.

A linha que representa a variação do número de itens pautados pela pandemia em relação ao avanço temporal, dentro do período definido para o *corpus* da pesquisa, entre 9 de março e 20 de setembro, demonstra claramente o comportamento esperado, com um crescimento acentuado no início, gerando um pico, e sua redução paulatina na medida do avanço do calendário (ver gráfico 4).

Naturalmente, esse quadro representa uma tendência, com pequenas variações para cima ou para baixo a cada dia, o que é normal em função da própria natureza dos acontecimentos. Houve baixa repentina de itens pautados pela pandemia no fim de abril e no começo de maio, mas a análise das edições demonstra

que a causa foi a crise política provocada pela demissão do então ministro da Justiça, Sergio Moro, em 26 de abril.

Gráfico 4: Itens pautados pela pandemia



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa.

Embora tenha diminuído e perdido espaço na primeira página, a cobertura de pandemia se manteve majoritária no jornal, principalmente pelo caráter multidisciplinar. A título de exemplo, a edição de 27 de abril teve 35 itens pautados pela pandemia, assim distribuídos pelas editorias: 13 na Especial Coronavírus; 9 no Segundo Caderno; 5 em Economia; 4 em Opinião; 2 em Esportes; 1 em Leitores (cartas) e 1 charge de Chico Caruso na primeira página. A crise política somou apenas 5 itens, embora com status de uma edição especial, em uma seção criada especialmente e denominada “Crise na pandemia” que ocupa três páginas. A questão política também fez a manchete da primeira página: “Delegados da PF dizem a Bolsonaro que há ‘crise de confiança’”.

A presença na primeira página, seja ocupando a manchete ou o maior número de chamadas, é a evidência mais clara da importância de um determinado assunto na cobertura diária de um jornal. Em verdade, não são comuns assuntos ocuparem, em uma mesma edição, mais de uma chamada. Os que capturam várias chamadas, por vários dias, são os excepcionais, na acepção exata da palavra, ou seja, constituem exceções, como o caso da pandemia de covid-19, como fica evidente ao se examinar o quadro 4.

Quadro 4: Chamadas por edição e presença de manchete

<b>Dia da semana</b>	<b>Data (2020)</b>	<b>Número total</b>	<b>Sobre pandemia</b>	<b>Manchete</b>
Segunda-feira	09/mar	12	1	Não
Terça-feira	17/mar	14	14	SIM
Quarta-feira	25/mar	13	12	SIM
Quinta-feira	02/abr	12	12	SIM
Sexta-feira	10/abr	13	11	SIM
Sábado	18/abr	16	16	SIM
Domingo	26/abr	13	6	Não
Segunda-feira	27/abr	11	7	Não
Terça-feira	05/mai	15	9	Não
Quarta-feira	13/mai	11	4	Não
Quinta-feira	21/mai	12	8	SIM
Sexta-feira	29/mai	13	5	Não
Sábado	06/jun	16	6	SIM
Domingo	14/jun	16	5	SIM
Segunda-feira	15/jun	11	7	Não
Terça-feira	23/jun	13	4	Não
Quarta-feira	01/jul	13	4	Não
Quinta-feira	09/jul	16	9	Não
Sexta-feira	17/jul	15	6	SIM
Sábado	25/jul	13	6	Não
Domingo	02/ago	19	4	Não
Segunda-feira	03/ago	12	4	Não
Terça-feira	11/ago	16	6	Não
Quarta-feira	19/ago	13	4	Não
Quinta-feira	27/ago	14	4	Não
Sexta-feira	04/set	16	4	Não
Sábado	12/set	11	2	Não
Domingo	20/set	15	7	SIM
<b>TOTAL</b>		<b>384</b>	<b>187</b>	

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no corpus da pesquisa

As manchetes de 10 em 28 edições remetem a itens pautados pela pandemia, sendo sua incidência maior na primeira semana composta, entre 9 de março e 26 de abril, quando também se verificam as edições com maior número de títulos<sup>248</sup>. Há uma sequência de cinco edições com manchetes sobre pandemia, a partir de 17 de

<sup>248</sup> Para lista de manchetes de todas as edições incluídas no corpus desta pesquisa, consultar Apêndice C.

março, data em que se verifica a segunda cobertura mais extensa do *corpus*, com 81 itens. Em seguida, vêm as edições de 25 de março, com 71 itens; 2 de abril, com 87, a cobertura mais extensa do *corpus*; 10 de abril, com 77; e 18 de abril, com 81, “empatada” na segunda posição em número de itens.

Importante também entender a que se referiam as manchetes desta sequência, valendo exame de uma por uma:

- Em 17 de março, a primeira manchete da pandemia do *corpus* foi “Governos radicalizam medidas de restrição, mas Bolsonaro vê 'histeria'”, que remete a um item classificado, quanto ao tema, na subcategoria “Embate político/negação”. A chamada informa: “O Presidente Jair Bolsonaro voltou a minimizar a importância da pandemia mundial do coronavírus, chamando a reação a ela de “histeria”. Em resposta, os presidentes do STF, Dias Toffoli, da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, reuniram-se com o ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, e isolaram Bolsonaro politicamente.” (GOVERNOS..., 2020)
- Em 25 de março: “Bolsonaro ignora orientação mundial e critica isolamento e escolas fechadas”, novamente em “Embate político/negação”. Na chamada: “Em pronunciamento na TV, o presidente Bolsonaro questionou medidas adotadas em todo o mundo contra a pandemia do coronavírus”, acrescentando em seguida que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, classificou a fala como “grave” e pediu “liderança responsável” para o Brasil. (BOLSONARO..., 2020)
- Em 2 de abril: “Mandetta: com equipamentos em falta, é preciso reforçar isolamento”, em “Prevenção”. Na chamada: “O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse ontem que ‘não é hora de fraquejar, de relaxar’ no controle da pandemia”, alertando para o perigo do aumento do número de casos na possibilidade de afrouxamento das medidas de isolamento. (MANDETTA..., 2020)
- Em 10 de abril: “Circulação de pessoas cresce, e autoridades planejam novas medidas”, em “Prevenção”. Na chamada: “Embora o número de casos e de mortes por Covid-19 esteja crescendo, várias capitais tiveram

aumento de circulação de pessoas. A maior velocidade de contágio reforça a previsão do Ministério da Saúde de que o pico da epidemia ocorra entre o fim de abril e o início de maio no Rio e em São Paulo. Autoridades planejam endurecer medidas [...]” (CIRCULAÇÃO..., 2020)

- Em 18 de abril: “STF valida acordos para redução de salário na crise”, em “Economia”. Na chamada: “O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que são válidos acordos individuais para redução de salários e jornada de trabalho durante a crise, sem aval de sindicatos. [...] A medida é vista como alternativa para evitar demissões.” (STF..., 2020)

Das cinco manchetes, é significativo que duas tragam reações a declarações do então presidente Bolsonaro de negação ou minimização da pandemia. Aqui, mais uma vez, verifica-se a presença do papel de “cão de guarda” do jornalismo, de defesa da sociedade pela imprensa, mais especificamente por *O Globo*, valorizando o contraditório às declarações, visivelmente apresentadas como não confiáveis.

Na edição de 17 de março, na estratégia discursiva, isso fica claro pela escolha da palavra minimizar utilizada na chamada: “O Presidente Jair Bolsonaro voltou a minimizar a importância da pandemia mundial do coronavírus [...]. Em 25 de março, o explícito está na própria manchete, com o uso do verbo ignorar<sup>249</sup>: “Bolsonaro ignora orientação mundial e critica isolamento e escolas fechadas”.

Também importantes, do ponto de vista da defesa da sociedade, são as manchetes das duas edições posteriores, mas com a perspectiva de proteção do público pelo reforço das medidas de prevenção necessárias à época. Em 2 de abril, o jornal avaliza a recomendação do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, de reforçar isolamento diante da falta de equipamentos. No texto da chamada, ganha destaque a declaração do ministro de que “não é hora de fraquejar, de relaxar”, numa construção de alerta, mas também motivacional.

Em 10 de abril, o aval é para medidas de prevenção mais severas planejadas por autoridades. O jornal aponta uma contradição a ser vencida: “Embora o número

---

<sup>249</sup> O verbo ignorar, no uso brasileiro, tem várias acepções, conforme o dicionário online Michaelis. Neste caso, foi utilizado no sentido de “não tomar conhecimento por desprezo ou indiferença”. Ver: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ignorar>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

de casos e de mortes por Covid-19 esteja crescendo, várias capitais tiveram aumento de circulação de pessoas. ”

Em 18 de abril, a manchete não se refere a um item integrante de uma das subcategorias de tema reunidas no grupo Saúde, mas trata de Economia, particularmente de relações trabalhistas, a possibilidade de acordos individuais de redução de salário e jornada de trabalho sem participação de sindicatos. Neste caso, o papel social cumprido por *O Globo* é o de informar fatos de interesse público, mas não tem a força simbólica de guarda da sociedade.

Esta sequência de cinco edições se mostra significativa em termos de participação da pandemia nas chamadas de primeira página: em 17 de março, são todas as 14 chamadas; em 25 de março, apenas uma dentre 13 não é; em 2 de abril, novamente todas as chamadas, agora em número de 12; em 10 de abril, são 11 em 13; em 18 de abril, novamente todas, agora em um total de 16. Chega a ser impressionante. Nestas três edições, apenas 3 em 68 chamadas não se referem a um item pautado pela pandemia, ou menos de 5%. No conjunto das 28 edições, também é representativo o número de chamadas de itens pautados pela pandemia (187) em relação ao total de chamadas (384), o que representa quase a metade de todos (exatamente 48,70%).

As 187 chamadas de primeira página remeteram a 239 itens no interior do jornal – isso é possível de acontecer principalmente em coberturas extensas, com uma chamada remetendo a mais de um item. Ou seja, 19,72% dos 1.212 itens integrantes do *corpus* foram valorizados pela exposição na primeira página.

Vale voltar ao exame das demais manchetes, uma vez que são elas que indicam o assunto mais importante de cada uma das edições. São mais cinco as que têm a pandemia como manchete, mas diferentemente das primeiras cinco examinadas, não estão em sequência. A ver:

- Em 21 de maio, a manchete foi: “Brasil é o país em que mortes por Covid-19 mais avançam”, que remete a um item classificado, quanto ao tema, na subcategoria “Números”. O texto da chamada informa: “Embora o Brasil seja até agora o sexto país em registros de mortes pela Covid-19, o número de óbitos por dia computados na última semana só é menor do que a taxa de mortes diárias dos Estados Unidos. [...] Se a tendência se mantiver, e o isolamento de quem pode ficar em casa continuar a cair, como indicam os dados de mobilidade da população,

em menos de um mês o Brasil pode superar os EUA [...]” (BRASIL..., 2020)

- Em 6 de junho, a edição que marca a clímax da crise do “apagão de dados”, a manchete foi: “Ministério vai recontar mortos pela Covid-19”. No texto da chamada, a partir de informações do empresário Carlos Wizard, que atuava no Ministério da Saúde como conselheiro e estava por assumir o cargo de Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, havia o entendimento de que estavam “inflados” os dados de mortes, à época em 35.026 vítimas segundo contagem oficial do próprio Ministério. A declaração provocou uma crise dentro da crise e motivou a desistência de Wizard ao cargo<sup>250</sup>. A manchete remete a um item da subcategoria “Números”. (MINISTÉRIO..., 2020)
- Em 14 de junho: “Mais de 50% da população do país está sem trabalhar” remete à subcategoria “Economia”. No texto da chamada: “A crise do coronavírus, com forte impacto sobre a mão de obra informal, provocou retração inédita no mercado de trabalho em abril. ” (MAIS..., 2020)
- Em 17 de julho: “País perde 716 mil empresas na crise do coronavírus” remete à subcategoria “Economia”. No texto da chamada: “Pesquisa do IBGE sobre o impacto da pandemia da Covid-19 nas empresas do país revela que 716 mil delas não voltarão a abrir as portas.” (PAÍS..., 2020)
- Em 20 de setembro: “Corrupção no Rio movimentou R\$ 6,1 bilhões em 20 anos” remete à subcategoria “Outros” na categoria “Temas”. No texto da chamada, não há menção à pandemia, nem no antetítulo<sup>251</sup> “Custo do crime”, nem no subtítulo “Do propinoduto ao caso Witzel, dinheiro público se esvaiu, e obras ficaram paralisadas”. Segue o texto completo da chamada: “Levantamento feito pelo GLOBO identificou que esquemas de corrupção envolvendo autoridades fluminenses movimentaram ao menos R\$ 6,1 bilhões desde 1999 em propina, superfaturamento e lavagem de dinheiro. Com isso, era possível despoluir o Rio Guandu, urbanizar a Rocinha e terminar a estação Gávea

<sup>250</sup> Para atuação do Carlos Wizard no Ministério da Saúde, ver:

<<https://www.poder360.com.br/governo/empresario-carlos-wizard-nao-vai-mais-colaborar-com-ministerio-da-saude/>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

<sup>251</sup> Também chamado de “chapéu”, no jargão jornalístico, principalmente quando é curto, com uma só palavra ou expressão com poucas palavras.

do metrô.” A relação com a pandemia são as possíveis fraudes na Saúde, agravadas na pandemia, no governo do então governador Wilson Witzel. (CORRUPÇÃO..., 2020)

No conjunto destas cinco manchetes, as duas primeiras, das edições de 21 de maio e 6 de junho, se enquadram claramente na perspectiva de a imprensa exercendo o papel de “cão de guarda” da sociedade. À parte a importância da informação que os números por si só trazem, há em sua enunciação um alerta de risco à população na primeira, conforme deixa claro a chamada: “Se a tendência se mantiver, e o isolamento de quem pode ficar em casa continuar a cair, como indicam os dados de mobilidade da população, em menos de um mês o Brasil pode superar os EUA.” (BRASIL..., 2020)

Na segunda, os números são eles mesmos a motivação da manchete, uma vez que ocorre clara intenção de redefinição dos critérios de totalização de mortes, com evidente suspeita de manipulação. A questão passava também pela dificuldade crescente de a imprensa receber os números necessários à orientação da população, conforme evidencia a própria chamada: “Ontem, a pasta suprimiu o número total de mortos e contaminados pela doença do balanço diário.” (MINISTÉRIO..., 2020)

Das três outras manchetes, duas falam de Economia, em que se dá o esperado e rotineiro papel social de informar questões de interesse público. Na terceira, há um investimento em uma reportagem sobre comprovados esquemas de corrupção, em tempos anteriores, e possíveis fraudes e malversação de dinheiro público pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro nas compras emergenciais motivadas pela pandemia. Trata-se de caso clássico em que a imprensa é comparada a um cão de guarda que ladra para alertar da chegada do ladrão.

### 3.2.2.7. Categoria “Gênero”:

Para esta categoria, tomou-se como base a classificação de gêneros e formatos listados por Lailton Alves da Costa (2010), a partir de classificação clássica conhecida pelo nome de seu autor, Marques de Mello<sup>252</sup>. Trata-se mais de

---

<sup>252</sup> Para mais a respeito, ver o livro *Gêneros jornalísticos no Brasil*, com organização de José Marques de Melo e Francisco de Assis, incluído nas Referências Bibliográficas desta tese.



uma questão de nomenclatura a ser adaptada para aproximar os termos utilizados por Traquina do uso no Brasil. A saber<sup>253</sup>:

- Para os autores brasileiros, o que Traquina chama de gêneros seriam formatos. Para esta classificação, nesta pesquisa, a diferença de nomenclatura não é relevante.
- Para Traquina, “Sumário/breve”, equivalente ao que os autores brasileiros e os profissionais de redação no país chamam de “nota”. Trata-se de um texto curto, geralmente de apenas um parágrafo.
- Para “Notícia”, a compreensão é a mesma. Texto mais desenvolvido, motivado por fatos recentes. É o que também costuma se chamar de “factual”.
- Para “Reportagem”, material que exige investimento e resulta normalmente numa matéria de caráter noticioso (ou conjunto de matérias) que buscam esgotar um determinado assunto. Este investimento usualmente envolve tempo de trabalho, deslocamentos (viagens), equipe envolvida e orçamento – não necessariamente todos estes quatro elementos, e não somente os quatro.
- Para “Entrevista”, itens em que o resultado reflete o processo de apuração, com texto organizado a partir das respostas do entrevistado – e das perguntas do (s) entrevistador (es). Comumente chamado de “pergunta e resposta” ou “entrevista em pingue-pongue”. Também foram considerados aqui os itens em que as respostas foram organizadas por tópicos ou assuntos, sem que fossem publicadas as perguntas.
- Para “Editorial/opinião”, textos em que estão refletidas as posições do jornal, os editoriais, e textos de opinião, ainda que escritos por jornalistas, em colunas e artigos.
- Para “Carta”, a opinião dos leitores, seja pela tradicional carta em papel, já em desuso, ou por e-mail, mais comum atualmente<sup>254</sup>.
- Para “Cartoon”, as charges, usualmente na primeira página ou na página 3. Mas também possíveis de serem encontradas nas outras páginas do interior do jornal.

<sup>253</sup> Para critérios detalhados, ver Apêndice D.

<sup>254</sup> *O Globo*, como muitos outros jornais, não diferencia na identificação mensagens recebidas por Correios das recebidas através de e-mail.

- Para “Dossiê”, itens em que se busca esgotar determinado assunto com um vasto levantamento de pesquisa. Também fruto de investimento como a “Reportagem”, o “Dossiê” tem, como base, o levantamento de dados por pesquisa, não a apuração por entrevistas ou por observação do repórter. Há possibilidade de um só item (ou conjunto de itens) reunir ao mesmo tempo características de “Reportagem” e “Dossiê”, e isso é inclusive comum. Para efeito de classificação na subcategoria, será preciso fazer uma opção por aquela que for preponderante.
- Para “Outros”, gêneros não previstos, como infográficos, textos-legendas e depoimentos transcritos na primeira pessoa.

Pela natureza do jornalismo, que prioriza o registro factual, a subcategoria “Notícia” reúne o maior número de itens: são 559, quase a metade do total de 1.212 do *corpus* da pesquisa, ou 46,12% (ver tabela 5). São apenas sete os itens classificados como “Reportagem”, o que parece compreensível em tempos de pandemia pois este gênero demanda investimentos nem sempre viáveis à época, como deslocamentos por vários locais diferentes.

Tabela 5: Itens por "tema" nas semanas compostas

Gênero	Itens	%
Sumário / breve	287	23,68
Notícia	559	46,12
Reportagem	7	0,58
Entrevista	33	2,72
Editorial / opinião	160	13,20
Carta	151	12,46
Cartoon	2	0,17
Dossiê	1	0,08
Outros	12	0,99
Total	1.212	100,00

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no corpus da pesquisa

A perspectiva de aprofundar determinado assunto, muitas vezes trazendo informações relevantes e de grande interesse público, mas ainda desconhecidas pela população, faz da reportagem um gênero importante para o jornalismo exercer a sua função de guardião da sociedade. No entanto, a produção de reportagens foi claramente prejudicada pelas dificuldades impostas pela pandemia, que restringiu a

possibilidade de viagens e de entrevistas presenciais, obrigando até mesmo ao trabalho remoto, antes pouco recomendado para a atividade jornalística diária.

Ainda assim, no conjunto de edições analisadas, as reportagens aparecem em algumas datas, sendo a primeira delas em 14 de junho, em combinação com dois itens assinados pelo repórter Vinicius Sassine, sobre a contaminação de covid-19 em aldeias indígenas da Amazônia que ocuparam toda a página 15 daquela edição dominical<sup>255</sup>. Também valeram chamada na primeira página, embora sem maior destaque.

No item do alto, “Os ‘positivos’ da última fronteira da Amazônia”, Sassine, também autor das fotos, descreve a alta contaminação de povos de 17 etnias indígenas que vivem perto da fronteira da Colômbia, na região conhecida como Cabeça do Cachorro, no Alto Rio Negro. O item demonstra a incapacidade de atendimento pelo Ministério da Saúde às comunidades indígenas, que organizaram precariamente enfermarias em sete comunidades.

O segundo item, intitulado “Aldeia vizinha às Farc passa incólume à pandemia”, também de Vinicius Sassine, descreve como o isolamento do povo Kubeu foi fundamental para a proteção contra a covid-19 – a menção no título às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) é apenas uma referência geográfica, pois os guerrilheiros se deslocam numa área do lado colombiano do Rio Uaupés, às margens do qual, no território brasileiro, fica a aldeia indígena.

No caso destes itens de autoria de Sassine, houve investimento de tempo pois o repórter passou uma semana na região, viajando a bordo de aviões da Força Aérea Brasileira que transportavam medicamentos e equipamentos. Esforços semelhantes foram feitos em duas reportagens publicadas na edição de 20 de setembro, novamente um domingo. Em ambas, há um empenho em retratar as consequências da pandemia, sendo uma na educação e outra na economia, mais especificamente no pós auxílio emergencial.

Com o título “Histórias de um ano perdido na educação”, material em página dupla<sup>256</sup> (páginas 14 e 15), na editoria Sociedade, com assinatura conjunta dos

---

<sup>255</sup> As reportagens são usualmente publicadas nas edições de domingo, em que há mais espaço no jornal e, principalmente, mais tempo do leitor para se dedicar à sua leitura. Também por isso, é o dia da semana preferido pelos anunciantes, o que torna as edições maiores em número de páginas, mais favoráveis à publicação de reportagens, criando um ciclo virtuoso.

<sup>256</sup> Embora o material esteja editado em seis diferentes “retrancas”, como se denominam tecnicamente os espaços definidos pela diagramação para as unidades de texto, o autor desta

repórteres Maiá Menezes e Bruno Alfano e da repórter fotográfica Márcia Foletto, traz cinco relatos de personagens – todos da cidade do Rio de Janeiro – que foram afetados pela crise da pandemia em seu desempenho em sala de aula: uma estudante do Centro Federal de Educação Tecnológica; um professor da rede municipal do Rio de Janeiro; a mãe de uma criança de seis anos, em classe de alfabetização; a família que agora convive em casa com uma professora particular para três crianças; o aluno autista de uma escola municipal e seus pais.

Outra reportagem na mesma edição, em sequência de três páginas, está agrupada em cinco itens<sup>257</sup> na editoria Economia: duas na página 33, mais duas na 34 e outra na página 35, todas com textos e fotos do repórter Manoel Ventura. Sob o título “No berço do Bolsa Família”, a primeira delas dá a chave de todas: a perspectiva de vida após o fim do auxílio emergencial numa região pobre do interior do Piauí que serve como um extrato do lado pobre do país.

### **3.2.2.8. Outras categorias: contribuições ao entendimento dos dados**

A análise das demais categorias também expõe algumas informações que, se não representam em si conclusões tão importantes, contribuem para a compreensão do universo dos dados coletados. Por exemplo, permitem avaliar que, apesar de a pandemia ser um fenômeno mundial, atingindo quase todos os países de cinco continentes, a cobertura de *O Globo* foi direcionada basicamente para o território nacional. Na categoria “Enfoque”, entre itens locais, sobre o Rio de Janeiro, capital e/ou estado, e nacionais, foram 1.020, enquanto as internacionais somaram apenas 192 (ver tabela 6).

---

pesquisa preferiu considerar como um item único para a classificação uma vez que formam uma unidade.

<sup>257</sup> Como os cinco itens formam uma reportagem, assim foram classificados na categoria “Gênero”, mas como cinco itens diferentes pois, se editados separadamente, ainda assim guardariam seu sentido.

Tabela 6: Itens por "enfoque" nas semanas compostas

<b>Enfoque</b>	<b>Itens</b>	<b>%</b>
Local	204	16,83
Nacional	816	67,33
Internacional	192	15,84
TOTAL	1.212	100,00

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa

A observação da categoria “Autoria do texto” permite perceber que a maior parte dos itens ganha assinatura em *O Globo*, sendo exceção os editoriais, que traduzem a opinião da organização jornalística, e algumas poucas notícias, a maior parte presumivelmente construída a partir de informações de agências internacionais de notícias ou assessorias de comunicação (ver tabela 7). Há uma coincidência, não por acaso, entre o número de itens classificados como “Outros”, nesta categoria “Autoria do Texto”, e como “Cartas”, em “Gêneros”: são 151. Isso se dá porque somente as mensagens dos leitores foram classificadas como “Outros” em “Autoria do Texto”, por ser uma assinatura diversa de uma notícia, uma reportagem, um artigo ou uma coluna.

Tabela 7: Itens por "autoria do texto" nas semanas compostas

<b>Autoria</b>	<b>Itens</b>	<b>%</b>
Não assinado	231	19,06
Assinado	830	68,48
Outros	151	12,46
TOTAL	1.212	100,00

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa.

O exame da categoria “Tamanho do item” permite observar uma quase coincidência entre o resultado obtido em itens com até dois parágrafos, em número de 457, com a soma (453) daqueles classificados, na categoria “Gêneros” como “Sumário/notas”, “Cartas”, “Cartoon” e “Outros” (ver tabela 8). A diferença restante de quatro itens corresponde a poucas notícias em tamanho reduzido, o que não é usual em *O Globo* do período analisado.

Tabela 8: Itens por "tamanho do item" nas semanas compostas

Parágrafos	Itens	%
Menos de 2	457	37,71
3 a 10	484	39,93
mais de 10	271	22,36
TOTAL	1212	100,00

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa.

### 3.3 Uma outra questão: informação e opinião em *O Globo*

Paralelamente ao exame da cobertura da pandemia por *O Globo* entre 9 de março e 20 de setembro de 2020, pela técnica de semanas compostas, é possível fazer outra análise, com recorte determinado pela crise de “apagão de dados” e avaliando a relação entre itens de informação e de opinião. Neste caso, foi feita uma análise de uma semana contínua, a partir de terça-feira, 9 de março, dia seguinte à formação do Consórcio de Veículos de Imprensa e, portanto, a primeira edição do jornal a refletir esta iniciativa. Por isso, e diferentemente do habitual, a avaliação desta semana contínua não se inicia em uma segunda-feira.

A decisão de se analisar esta semana deu-se a partir da verificação de que, nestes dias particularmente, a cobertura da imprensa tornou-se ela mesma uma pauta, provocada a partir da crise de “apagão de dados”. No noticiário, a informação básica era de que o Consórcio surgia para superar a falta de dados, ou a sua inconstância e a sua inconsistência, por parte das autoridades de Saúde do Poder Executivo federal. Nos itens de opinião, a defesa da iniciativa a partir do julgamento de valor (positivo) do Consórcio como garantidor da informação, em seu papel de “cão de guarda”.

Portanto, a pergunta que se faz neste ponto é: em que medida informação e opinião se complementam nas páginas de um jornal? A análise da edição de *O Globo* por este período de sete dias, de 9 a 15 de junho de 2020, demonstra que os espaços de opinião foram importantes para garantir confiabilidade às estatísticas de infectados e mortos divulgados pelo Consórcio após polêmica mudança na forma de divulgação dos números pelo Ministério da Saúde. Assim, em momento particularmente delicado, os espaços editoriais de opinião ofereceram suporte ao jornalismo informativo.

O exame do documento *Princípios editoriais do Grupo Globo* permite perceber a importância dispensada à informação: “De todas as definições possíveis de Jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: Jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas” (GRUPO GLOBO, 2011, p.3). Este é o primeiro período do primeiro tópico do documento (Breve definição de Jornalismo), destacando mais adiante que faz jornalismo “todo veículo cujo propósito central seja conhecer, produzir conhecimento, informar” (GRUPO GLOBO, 2011, p.4).

A questão da centralidade do propósito de um veículo aqui é ponto-chave porque também se apresenta no mesmo documento a possibilidade de conviverem com o noticiário alguns outros conteúdos: “editoriais com a opinião do veículo, análises de especialistas, artigos opinativos de colaboradores, cronistas, críticos” (GRUPO GLOBO, 2011, p.4). Em *O Globo*, estes espaços de opinião contribuíram para criar legitimidade para o Consórcio: de terça-feira, dia 9 de junho, a segunda-feira, dia 15, por 16 vezes se fez sua defesa, direta ou indiretamente, em editoriais e colunas.

Os textos em questão estavam claramente demarcados como de opinião, de maneira a não serem confundidos com o noticiário, cumprindo um preceito estabelecido no mesmo documento *Princípios editoriais do Grupo Globo*: “Todo esforço deve ser feito para que o público possa diferenciar o que é publicado como comentário, como opinião, do que é publicado como notícia, como informação” (GRUPO GLOBO, 2011, p.9).

A diferenciação entre opinião e informação é fundamental para o entendimento do jornalismo como é percebido hoje, com valorização do objeto a ser noticiado e não do sujeito a relatá-lo. Esta é uma “invenção” do início do século XIX, com a transformação do jornal em primeiro e efetivo meio de comunicação de massa, notadamente nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. A imprensa comercial que surge à época, aproveitando a expansão da massa de consumidores em coincidência com a industrialização, se ampara na informação e não mais na propaganda de ideias, que dominava os jornais até então. O jornalista e pesquisador Nelson Traquina relata que, para atingir o “objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto – as notícias, baseadas nos ‘fatos’ e não nas ‘opiniões’” (TRAQUINA, 2005, p.34).

Para Traquina (2005), é no início do século XIX que se constrói um novo paradigma para o jornalismo, baseado em valores que se mantêm até hoje, entre eles objetividade, independência e serviço ao público. Esta ideia de estar a serviço do público, de cumprir um papel social pela informação, que faz do jornalismo um “quarto poder”, como nos apontam Leonel Aguiar e Adriana Barsotti, fazendo “prevalecer no imaginário da sociedade seu papel como guardião da democracia” (AGUIAR; BARSOTTI, 2016, p.197).

No entanto, o jornalismo não alijou de vez a subjetividade de seu conteúdo. Os jornais, principalmente, mantêm importantes espaços dedicados à opinião, em que colunistas e articulistas comentam os fatos ou os assuntos a partir de seu ponto de vista e os editorialistas expressam a posição institucional de sua organização. A partir de estudos de José Marques de Melo, o também pesquisador Lailton Alves da Costa traça um paralelo entre jornalismo informativo e jornalismo opinativo:

No Jornalismo informativo, o relato terá sua estrutura dependente de variáveis externas: os acontecimentos e a relação estabelecida entre o jornalista e os protagonistas do acontecimento. No opinativo, a estrutura dependeria do controle, pela instituição, da autoria e angulação [...] da narração. (COSTA, 2010, p.45)

Costa lista como formatos do jornalismo informativo a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista, e inclui no jornalismo opinativo o editorial, o artigo, o comentário, a resenha, a coluna, a crônica, a caricatura e a carta. Aqui, é necessário abrir parênteses para voltar a lembrar que, no estudo de Traquina sobre a cobertura da Aids que serve de referência a esta pesquisa, o autor prefere chamar de “gêneros” o que Costa trata como “formatos”.

De volta aos dois tipos de jornalismo, é preciso entender que guardam entre si intensa relação: mesmo os temas normalmente tratados no opinativo são da atualidade, um dos valores mais importantes para o informativo. Para ilustrar: em uma semana a partir de 9 de junho, quando se iniciou a publicação no jornal *O Globo* dos dados levantados pelo Consórcio, foram analisados 81 textos de opinião, entre colunas, artigos e editoriais, e todos versavam sobre temas atuais à época.



Para análise de conteúdo de texto<sup>258</sup>, entre os formatos listados por Costa não foram considerados: caricatura, porque demandaria outro tipo de análise, a imagética; comentário e crônica, por não terem sido encontrados no período; e carta (do leitor), uma vez que trazem opinião alheia à linha editorial do jornal, ou pelo menos não necessariamente alinhada. Os textos foram divididos em quatro categorias: os que fizeram menção e defesa direta do Consórcio, que totalizaram 4; foram 8 os que fizeram uma defesa indireta por atacarem as supostas inconsistências do Ministério da Saúde; somaram 23 os que trataram da pandemia de covid-19, mas sem mencionar a questão das estatísticas, e por isso mereceram categoria à parte; e os que cuidaram de outros assuntos foram 42 (tabela 9).

Tabela 9: Classificação de textos de opinião de O Globo

Junho de 2000	Defesa direta do Consórcio	Defesa indireta do Consórcio	Covid-19	Outros Assuntos	Total de títulos por dia
9, terça-feira	3	3	2	4	12
10, quarta-feira	1	3	2	5	11
11, quinta-feira	0	0	3	8	11
12, sexta-feira	0	4	6	3	13
13, sábado	0	2	2	8	12
14, domingo	0	0	4	9	13
15, segunda-feira	0	0	4	5	9
<b>Totais na semana</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>23</b>	<b>42</b>	<b>81</b>

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados coletados no *corpus* da pesquisa.

### 3.3.1. A opinião em defesa da informação

No dia 8 de noite, todos os integrantes do Consórcio já puderam utilizar os dados em seus noticiários online, assim como a Rede Globo de Televisão, que integra o Grupo Globo. No dia 9, a exemplo de *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*<sup>259</sup>, *O Globo* publicou a iniciativa em manchete: “Mais que números. Consórcio inédito de veículos de imprensa dá transparência a dados vitais no combate à Covid”. Item na página 10, assinado por André de Souza, Gustavo Maia e Paula Ferreira, explica que anteriormente os dados do Ministério da Saúde eram

<sup>258</sup> Análise de conteúdo com categorização conforme proposição de Bardin (BARDIN, 2011, p.147-164). O período, de uma terça-feira a uma segunda-feira, foi definido em função da necessidade de analisar pelo menos um dia da semana já que as colunas não são diárias – algumas são publicadas uma vez por semana.

<sup>259</sup> O *Extra* optou por publicar como segundo título principal de sua primeira página.

utilizados pelos jornais e portais reunidos no Consórcio, que passariam a levantar os números direta e independentemente, de forma colaborativa.

Na mesma edição, o assunto ganha sustentação e valorização nos textos de opinião do jornal: em 12 títulos, seis trazem uma defesa direta ou indireta da iniciativa do consórcio dos veículos de imprensa, sendo três deles com chamada na primeira página. Em editorial à página 2, intitulado “Um Ministério da Saúde à deriva em fase crítica da epidemia”, o jornal traz sua posição institucional:

O Jornalismo profissional também não deixará de informá-los. O Globo, “Extra”, G1, “Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo” e UOL formaram parceria para divulgar os dados e informá-los. Ocultar ou manipular números afeta governos e sociedade, prejudica a imagem do Brasil no exterior e não contribui em nada para combater o coronavírus. (UM MINISTÉRIO..., 2020)

As defesas indiretas foram consideradas aquelas em que a sistemática do Ministério da Saúde foi atacada, como fez o colunista Merval Pereira, em coluna à página 2, atribuindo ao governo Bolsonaro a decisão de “maquiar as estatísticas”. Em frase que foi pinçada para fazer chamada de primeira página, Merval avalia que “[b]rigar com números é tendência de todo governo autoritário ou populista” (PEREIRA, 2020). Também Carlos Andreazza e José Casado, em colunas à página 3, fazem defesa indireta do consórcio, e ambos também tiveram chamada na primeira página. Andreazza, sob o título “Pedaladas funerárias”, escreve que “temos um governo que, oficial e criminosamente, descaracteriza número de doentes e mortos pela peste – prática fascistóide que compõe a gramática golpista” (ANDREAZZA, 2020). José Casado, sob o título “Bolsonaro dá caixão e enterro”, diz que “Jair Bolsonaro resolveu torturar as estatísticas sobre as mortes de brasileiros pela Covid-19” (CASADO, 2020).

Defesa direta da importância do consórcio foi feita pelos colunistas Bernardo Mello Franco, na página 5, e Miriam Leitão, na 20. Para Leitão, “Sonegar informações de mortos e contaminados numa pandemia é crime”. Ela atribuiu o recuo do Ministério da Saúde à reação do Congresso Nacional e dos órgãos de imprensa, que “anunciaram uma parceria inédita” (LEITÃO, 2020b). Na mesma linha, mas um pouco mais contundente, Melo Franco atribuiu ao então presidente da República a responsabilidade pelo atraso nos boletins do Ministério da Saúde para “esconder as mortes dos telejornais” (MELO FRANCO, 2020):

Ao sonegar informações, o presidente atenta contra a saúde pública [...]. Nos anos 70, o regime militar tentou esconder uma epidemia de meningite. Não funcionou na época e não tem chance de funcionar agora, na era da comunicação instantânea. Numa democracia, a sociedade tem mais recursos para driblar a mentira oficial. O Congresso e o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde se ofereceram para compilar os dados. Os meios de comunicação foram mais rápidos e montaram um consórcio para fornecer números mais confiáveis. (MELO FRANCO, 2020)

No dia seguinte, quarta-feira 10, Zuenir Ventura, na coluna na página 3, registrava que “Bolsonaro conseguiu um feito histórico, porque inédito: unir numa parceria seis veículos de imprensa do Rio e de São Paulo [...]” (VENTURA, 2020). Em Editorial na página 2, na coluna A Hora da Ciência, neste dia assinada pelo virologista Amilcar Tanuri, da UFRJ, na 10, e no espaço de Miriam Leitão, na 18, são feitos ataques à suposta maquiagem dos números, mas não há citação literal ao consórcio.

No dia 11 (quinta-feira), curiosamente não houve menção à questão dos números da covid-19 nos espaços de opinião, mas no dia 12 (sexta-feira) foram quatro, todos defendendo o Consórcio de forma indireta ao comentarem a respeito da polêmica na divulgação dos números da pandemia pelo Ministério da Saúde: Nelson Motta (página 3), Rogério Furquim Werneck (página 3), Patrícia Rocco, em A Hora da Ciência (página 12) e Ruth de Aquino (Segundo Caderno, página 4). Aquino, inclusive, foi bastante incisiva em seu comentário: “Bolsonaro e seu general de cabeceira tentaram maquiar o total de mortos. É provável que nenhum número seja real.” (AQUINO, 2020)

No sábado, dia 13, em mais duas vezes houve defesa indireta do consórcio, nas colunas de Miriam Leitão (página 24), e do escritor angolano José Eduardo Agualusa, no Segundo Caderno (página 6). A partir de história real no Rio Tejo, em Portugal, onde uma lontra foi confundida com um crocodilo, Agualusa cria uma parábola, em que o perigoso animal é alegoria da pandemia.

“Tem um monte de crocodilos por aí comendo gente”, alertam especialistas. Bolsonaro encolhe os ombros flácidos e grita: “São lontras, p\*\*\*\*! Duas ou três lontrinhas de merda! Querem f\*\*\*\* com minha família?!” – e nessa mesma tarde emite um decreto-lei equiparando os crocodilos a lontras. (AGUALUSA, 2020)

No domingo e na segunda-feira, dias 14 e 15, o assunto já tinha “esfriado”, conforme diz o jargão de jornalismo, e não foi mais mencionado nos espaços de opinião do jornal. Portanto, em uma semana completa, de terça-feira (9) a segunda-feira (15), foram encontrados 16 textos de opinião que tratavam de estatística da pandemia, todos em posição contrária ao Ministério da Saúde, sendo que quatro (um editorial e três colunas) citavam a criação do Consórcio como solução, ou parte da solução, do problema. Estes 16 textos representaram praticamente 20%, ou um quinto, do total de 81 títulos de opinião do período.

Paralelamente ao volume de itens publicados, o uso de palavras ou expressões de percepção positiva ou negativa será fundamental para o juízo que os leitores venham a fazer da atuação do Governo Federal, particularmente do Ministério da Saúde, e da iniciativa do Consórcio. Embora palavras e expressões de teor adjetivado sejam mais usuais em textos de opinião, também podem se fazer presentes no noticiário, como na manchete de *O Globo* da edição de 9 de março: “Mais que números. Consórcio inédito de veículos de imprensa dá transparência a dados vitais no combate à Covid”. Além dos adjetivos “inédito” e “vitais”, ainda há o uso do substantivo “transparência”, de percepção positiva quanto a tratamento de dados. Tudo isso avaliza a criação do Consórcio.

Mas será nos textos opinativos que se verifica, com mais frequência, o juízo de valor. Seguem exemplos de uso de palavras e expressões de cunho negativo em comentários a respeito das ações do Governo Federal, todos na edição de 9 de junho (grifos do autor desta pesquisa):

- “Ministério da Saúde **à deriva**”, em editorial;
- “Governos **autoritários**”, por Merval Pereira;
- “Pedaladas **funerárias**” e “gramática **golpista**”, por Carlos Andreazza;
- “**Torturar** as estatísticas”, por José Casado;
- “**Crime**”, para sonegação de dados, por Miriam Leitão;
- “**Mentira** oficial”, para sonegação de dados, por Bernardo Melo Franco.

A respeito da iniciativa do Consórcio, e do trabalho por ele proposto, as menções assumem caráter positivo pelos colunistas. Alguns exemplos (também aqui os grifos são do autor desta pesquisa):

- “Jornalismo **profissional**”, em editorial, na edição de 9 de junho;

- “Números mais **confiáveis**”, por Bernardo Melo Franco, na edição de 9 de junho;
- “Feito **histórico**”, por Zuenir Ventura, na edição de 10 de junho.

São extremamente negativos os adjetivos “autoritários”, “funerárias” e “golpista”, a locução adverbial “à deriva”, o verbo “torturar” e os substantivos “crime” e “mentira”<sup>260</sup>. De forma oposta, são bastante positivos os adjetivos “profissional”, para referência ao jornalismo, “confiáveis”, para dados colhidos pelo Consórcio, e “histórico”, para a criação do próprio Consórcio. Esta clara oposição ajuda o leitor a perceber a criação do Consórcio como ação em defesa da sociedade.

A verificação de editoriais e colunas de *O Globo*, entre 9 e 15 de junho, evidencia que uma decisão no âmbito da informação – a criação de um Consórcio de Veículos de Imprensa para levantamento de números da pandemia no Brasil – teve sua legitimidade reforçada pelos textos de opinião do jornal. Ainda que parte destes textos não tivesse citado literalmente o Consórcio, eles atacaram os procedimentos de divulgação do Ministério da Saúde, defendendo a necessidade de uma apuração com confiabilidade, um dos pilares do jornalismo profissional.

O próximo capítulo 4 abordará a cultura profissional do jornalismo e dos jornalistas e como se deu a reorganização do trabalho nas redações, principalmente em função da preservação do papel social da imprensa.

---

<sup>260</sup> O uso da palavra “mentira” para evidenciar desinformação viria a se tornar frequente na imprensa apenas em 2021, e em *O Globo* chegou com força apenas em 2022. Neste caso, o uso por Bernardo Melo Franco não a atribui diretamente a uma pessoa ou a um organismo, mas a utiliza no plano conceitual.

## 4. A cultura profissional e a reorganização do trabalho jornalístico frente à pandemia

Este capítulo trata da cultura profissional dos jornalistas e dos processos de construção da notícia para entender como se estrutura a produção dos veículos de imprensa, particularmente o jornal, e como a pandemia forçou a reorganização do trabalho nas redações. Também será abordado o novo modelo de trabalho que emerge da pandemia e será analisado o papel social da imprensa, em especial a atuação dos profissionais de *O Globo*, a partir de entrevistas realizadas no quarto trimestre de 2022. Foram entrevistados a editora de jornal impresso, Fernanda Godoy, e os repórteres especiais Ana Lucia Azevedo, especializada em ciência e saúde, e Eduardo Graça, à época da pandemia editor de Sociedade, editoria que esteve à frente da cobertura.

Há, na atualidade, uma sensação de que o mundo se acelerou graças aos processos tecnológicos que reduziram a quase zero o tempo de transmissão das informações e criaram a sensação de encurtamento das distâncias (SODRÉ, 2002, 2014)<sup>261</sup>. Uma consequência desta sensação atual de compressão espaço-tempo é a percepção de que muito mais coisas acontecem hoje em dia, mas o que há de fato é uma quantidade maior de informação disponível no funil metafórico da escolha dos assuntos que vão virar notícia.

Como vem acontecendo através dos tempos, a cada segundo é gerado no mundo um número incontável de acontecimentos, da mesma forma como também se faz presente um número igualmente incontável de assuntos (ou problemáticas) nos mais diferentes universos. Mesmo em escala menor, como por exemplo um bairro, a verificação de muitos acontecimentos e assuntos em um dado momento não é viável na prática. Diante deste contexto, os jornalistas precisam escolher

---

<sup>261</sup> Muniz Sodré (2002), em *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*, identifica uma tendência econômica a que chama de “turbocapitalismo”, uma variação contemporânea do capitalismo caracterizada por um mercado onipresente internacionalmente pela compressão espaço-tempo. Este “turbocapitalismo” tem como uma característica básica a questão técnica da transmissão da informação potencializada pela internet com um resultado praticamente instantâneo. Pouco mais de dez anos depois, em *A ciência do comum: notas sobre o método comunicacional*, Sodré (2014) retorna ao tema e o atualiza, retomando a discussão a respeito do “bios midiático”, uma forma de vida baseada na midiaticização em que os indivíduos passam a viver a partir da mídia. Só que esta mídia em 2014 já tem caráter de mobilidade, os dispositivos são móveis, a internet é carregada nos laptops, nos tablets e principalmente nos cada vez mais acessíveis telefones celulares.

aqueles acontecimentos e assuntos que, em sua análise, são mais merecedores de se tornarem públicos. A escolha, portanto, costuma recair naqueles acontecimentos e assuntos que carregarem mais noticiabilidade.

Para o jornalista e pesquisador português Nelson Traquina, é possível definir o conceito de noticiabilidade como o “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (‘newsworthiness’)” (TRAQUINA, 2013, p.61). Neste mesmo sentido, o italiano Mauro Wolf nos dá a chave para compreender os valores-notícia, definindo-os como a qualidade inerente aos acontecimentos que os tornam “suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícia” (WOLF, 2008, p. 202).

Assim, o valor-notícia terá relação direta com o público-alvo, como nos aponta Nilson Lage, envolvendo “uma consideração de *importância* ou *interesse*” (LAGE, 2001, p.92, grifos do autor). Também Lage nos apresenta uma lista sucinta de seis itens, que não chama de valores-notícia, mas que podem ser assim entendidos: proximidade, atualidade, ineditismo, identificação social, intensidade e identificação humana (LAGE, 2001).

Já Traquina, a partir da proposta de Mauro Wolf, traz uma divisão entre valores-notícia de seleção (inerentes ao acontecimento e ao seu contexto) e de construção (que vão orientar a confecção da notícia) (TRAQUINA, 2013), e a partir daí oferece uma lista mais detalhada de valores-notícia<sup>262</sup>:

- valores-notícia de seleção: *morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade, inesperado, conflito ou controvérsia, infração, escândalo, disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e dia noticioso*;
- e valores-notícia de construção: *simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância*.

A partir de uma pergunta – “O que é notícia?” –, Traquina busca a lógica do funcionamento do valor-notícia, concordando com a ideia proposta pelo sociólogo

---

<sup>262</sup> Traquina apresenta sua lista de valores-notícia a partir do estudo de vários autores, além de Mauro Wolf: Johan Galtung e Marie Rose; Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan; Mark Fishman; Herbert Gans; John Hartley; e também Pierre Bourdieu e Stuart Hall, entre outros. (TRAQUINA, 2013)

italiano Mauro Wolf de distinção entre valores-notícia de seleção e de construção (TRAQUINA, 2013). Os valores-notícia de seleção fornecem o norte para a escolha dos fatos que a priori merecem “virar notícia” e, por sua vez, se dividem em dois subgrupos: os critérios substantivos, diretamente relacionados com os fatos em si, e os critérios contextuais que, como o nome indica, se relacionam com a circunstância do fato. Já os valores-notícia de construção, explica Traquina, “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2013, p.75). Portanto, os valores-notícia de construção estão mais ligados à edição das matérias, ao passo que os de seleção podem ser mais bem percebidos no momento da apuração.

Importante destacar que as listas de valores-notícia não são definitivas, as nomenclaturas individuais dos valores-notícia variam de acordo com os autores. Mas todos os que se empenharam nesta classificação perceberam, cada qual a seu modo, padrões de seleção que se confundem com o de outros autores. Gislene Silva (2005) demonstra isso em trabalho que traz uma extensa relação de valores-notícia, a partir de diferentes autores<sup>263</sup>.

No decorrer da segunda metade do século XX, e a partir dos levantamentos feitos por Nelson Traquina, Mauro Wolf e Michael Kunczik e de textos de autores brasileiros como Manuel Carlos Chaparro, Mário Erbolato e Nilson Lage, pode-se encontrar diversos elencos de valores-notícias. (SILVA, 2005, p.101-102).

A partir da avaliação dos valores-notícia, Traquina observa que a atenção aos critérios de noticiabilidade é um fator primordial para unir a “tribo jornalística”, como ele se refere à “comunidade transnacional” dos jornalistas (TRAQUINA, 2013, p.102)<sup>264</sup>. De acordo com a lógica apresentada pelo autor, um acontecimento ou um assunto que são notícia para um jornal do Rio de Janeiro não necessariamente são para um periódico de Londres, ou vice-versa, mas profissionais dos dois lugares

<sup>263</sup> São os seguintes os autores elencados por Silva: Stielor; Lippmann; Bond; Galtung e Ruge; Golding-Eliot; Ganz; Warren; Hetherington; Shoemaker *et al.*; Wolf; Erbolato; Chaparro; e Lage. (SILVA, 2005, p. 102-103).

<sup>264</sup> Segundo Traquina: “Antropologicamente falando, a comunidade jornalística é uma tribo, e as características e ideologia desta tribo são um fator crucial na elaboração do produto jornalístico. Postulamos agora que esta comunidade interpretativa chamada jornalistas é uma comunidade transnacional, uma diáspora, espalhada pelo mundo”. (TRAQUINA, 2013, p.102).



trabalham suas seleções de acordo com o mesmo protocolo de avaliação dos valores-notícia.

Um dos procedimentos técnicos do jornalismo é justamente o de seleção de notícias a partir de sua noticiabilidade, da combinação de seus valores-notícia. A partir do reconhecimento destes valores-notícia, mas baseado também em “um conjunto de valores e normas (a objetividade, a independência, o imediatismo) que formam uma ideologia profissional” (TRAQUINA, 2013, p.101), o pesquisador se propõe a examinar uma hipótese, a de que “esta comunidade interpretativa chamada jornalistas é uma comunidade transnacional, uma diáspora, espalhada pelo mundo” (TRAQUINA, 2013, p.102).

Traquina testa sua hipótese a partir de um estudo de caso: em análise do material publicado a respeito da AIDS nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1993 em cinco jornais de quatro países (Portugal, Espanha, Estados Unidos e Brasil<sup>265</sup>), constata que há um protocolo de reconhecimento de valores-notícia comum para os jornalistas dos diferentes países, e também práticas compartilhadas, daí sua conclusão de que há uma “tribo jornalística” transnacional.

Para Traquina, os dados apresentados em seu estudo “confirmam hipóteses básicas acerca das notícias na literatura do ‘*newsmaking*’ e dão apoio suficiente à proposição de que os jornalistas são ‘comunidade interpretativa’ transnacional (TRAQUINA, 2013, p.144).

O modelo de jornalismo que ainda persiste é o que aparece na primeira metade do século XX, quando se assistiu à substituição, nos Estados Unidos, do jornalismo de opinião para um jornalismo de mercado, com os jornais se apresentando como mercadoria e as notícias seguindo a lógica de produto (aqui, no sentido industrial, de um bem que ganha valor a partir de seu beneficiamento, ou seja, o acontecimento que recebe tratamento jornalístico).

Para ganhar escala, como preveem os manuais da indústria, é necessário otimizar os processos, daí surgirem na segunda metade do século XIX as técnicas de redação que ainda hoje são utilizadas, com a utilização do *lead* e da pirâmide

---

<sup>265</sup> No Brasil, o jornal escolhido foi a *Folha de S.Paulo*, identificada por Traquina como *Folha de São Paulo*, possivelmente para maior facilidade de compreensão para os leitores. Os demais são *Diário de Notícias* e *Correio da Manhã* (Portugal), *El País* (Espanha) e *The New York Times* (Estados Unidos). O trabalho está publicado na parte II de *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2*, de sua autoria.

invertida<sup>266</sup>. Em trabalho sobre gestão estratégica da comunicação, particularmente quanto às empresas jornalísticas, Paulo Faustino e Ramiro Gonzalez apontam para a importância do conhecimento profissional no tratamento das notícias e seu beneficiamento como produto. “Embora se observem ligeiras diferenças face a outras indústrias, a cadeia de valor básica associada à indústria dos *media* centra-se na criação e difusão, isto é, seleção, organização, acondicionamento e processamento dos conteúdos” (FAUSTINO; GONÇALEZ; 2013, p.134).

Todo este processo ampara-se na técnica de reconhecimento do valor-notícia, uma das qualidades essenciais ao jornalismo. Independentemente de quaisquer discussões a respeito da formação ou do treinamento do profissional da notícia, esta capacidade evidencia o valor intrínseco aos produtos jornalísticos em todas as suas variedades de apresentação, inclusive quando praticados na forma de inserções em redes sociais.

A avaliação da noticiabilidade de um acontecimento ou de um assunto é um exercício contínuo para os profissionais das redações de todos os meios de comunicação. Este exercício é percebido por Pierre Bourdieu, que comenta que “os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem” (BOURDIEU, 1997, p.25), acrescentando ainda que esta seleção resulta em uma construção, ou seja, o processo sequencial de apuração, redação e edição.

A todo instante os jornalistas fazem para si e entre si a pergunta se o acontecimento ou o assunto valem ou não o investimento na cobertura e, em segundo momento, na edição. É como se todos os acontecimentos e assuntos fossem jogados ao mesmo tempo em um funil e caíssem primeiro os mais densos (por carregarem maior peso de valores-notícia). As notícias mais “ralas”, com menos noticiabilidade, ficariam de fora, sem conseguirem alcançar o “gargalo” desta garrafa que seria a edição final.

Embora os jornalistas estejam acostumados a associar as notícias a acontecimentos geradores, é importante observar que também assuntos podem carregar noticiabilidade. O abandono de navios na Baía de Guanabara foi tema de reportagem de página inteira (p.30) no jornal *O Globo* em edição dominical de 20 de novembro de 2022, motivada pela insólita colisão do graneleiro São Luiz com a

---

<sup>266</sup> Pirâmide invertida é uma técnica segundo a qual uma matéria é construída a partir do que é mais importante para o menos importante, sem necessariamente respeitar a ordem cronológica dos fatos.

Ponte Rio-Niterói no dia 14 de novembro. Verdade é que, dependentes e de certa forma “viciados” pelo factual, os jornalistas muitas vezes buscam um acontecimento desencadeador, chamado no jargão profissional de *gancho*, para tratar de um assunto.

Esta capacidade de reconhecer o valor-notícia é fundamental para o trabalho dos jornalistas, que se atribuem o monopólio deste saber, conforme nos alerta Traquina. Para ele, que foi repórter antes de se dedicar à pesquisa acadêmica, “um grupo profissional (os jornalistas) reivindica um monopólio do saber, precisamente a definição e construção da notícia” (TRAQUINA, 2012, p.24).

Isso também fica evidente no discurso dos próprios jornalistas, como faz Ricardo Gandour, em matéria publicada no site Jornalistas & Companhia (2007), quando ele ainda dirigia a redação do *Estado de S.Paulo*. Gandour comparou o material produzido por empresas de comunicação e a informação na internet oferecida por não profissionais de jornalismo: “[...] qualidade jornalística tem valor, tem um custo associado, é exercido por profissionais preparados, com uma visão de mundo que é fruto de uma experiência acumulada”<sup>267</sup>.

Estes profissionais preparados fazem parte de coletivos de jornalistas que se agrupam em redações, em seu sentido físico, mas também simbólico. Explica-se: organizações jornalísticas normalmente têm redações em espaços físicos delimitados, mas também podem fazer parte destas “redações” profissionais que trabalham em casa (correspondentes no exterior e *freelancers* em outras cidades, por exemplo). Ainda que não frequentem no dia a dia a redação física, eles fazem parte do corpo profissional da redação.

#### 4.1. A organização do trabalho na redação de jornal

O público muitas vezes tem a impressão de que o jornalismo é uma atividade caótica, sem planejamento, ao sabor de acontecimentos que ninguém pode prever ou controlar. Aquela cena de cinema, do diretor de um jornal no meio da redação, gritando “parem as máquinas”, faz parte do imaginário popular. Mas ela dificilmente poderá ser observada: primeiro, porque as redações quase sempre

---

<sup>267</sup> Disponível em: <[https://issuu.com/jornalb/docs/may\\_2012](https://issuu.com/jornalb/docs/may_2012)>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ficam distantes das oficinas de rotativas, então é mais eficiente a comunicação por telefone; segundo, porque o barulho das máquinas abafaria os gritos até mesmo de um tenor; e terceiro, porque as paradas de máquinas são previstas para acontecerem todas as noites, se necessário.

Na edição de *O Globo* de 27 de novembro de 2022, por exemplo, não houve necessidade de parada de máquinas, conforme se conclui a partir do exame do cabeçalho das páginas onde não consta nenhuma indicação de segunda edição ou outra posterior. Este exame foi feito na versão online do aplicativo do jornal, que reproduz as últimas edições das páginas. Mesmo procedimento em relação à edição de véspera, de 26 de novembro de 2022, mostrou que houve necessidade de troca nas páginas 6, 7 e 12, todas com segunda edição<sup>268</sup>.

As trocas, ou atualização de edições, ocorrem por vários motivos, entre eles os mais comuns são a necessidade de atualização de informações, a correção de um erro percebido apenas no decorrer da rodada do jornal, ou a ocorrência de um fato novo e importante, como a morte de Lady Di, em 1997<sup>269</sup>, em horário muito tardio (madrugada no Brasil).

Mas, se os acontecimentos não são em si controláveis, seu acompanhamento só será possível se houver uma rotina preparada para isso. E é justamente para dar conta desta rotina que as redações são planejadas, física e hierarquicamente, e guardam muita semelhança entre si, com pequenas variações entre jornais, revistas, TVs, rádios e, mais recentemente, portais noticiosos.

Para descrever a rotina de um jornal, o autor desta tese muito se valeu da experiência em diferentes funções exercidas em redações de impressos, por cerca de 20 anos<sup>270</sup>, mas também recorreu à memória de visitas recentes a organizações jornalísticas em função de compromissos profissionais e aos relatos de amigos que permaneceram neste dia a dia. Estes relatos ajudam a entender as mudanças que

<sup>268</sup> No jornal, são as páginas que têm diferentes edições, não o jornal em si, que guarda o mesmo número independentemente das trocas em suas páginas. Ou seja, para uma boa referência é necessário indicar a edição da página (a ausência de indicação por si só já indica a 1ª edição).

<sup>269</sup> Sobre esta troca em *O Globo*, ver crônica do jornalista Aydano André Motta disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/parem-as-maquinas-16599710>>. Acesso em 27 nov. 2022.

<sup>270</sup> Entre 1982 e 2003, nas seguintes redações, da experiência mais recente para a mais remota: Diário Lance! (editor executivo); *Jornal do Brasil* (subeditor dos cadernos Viagem e Carro & Moto, redator e chefe de reportagem de Esportes; repórter do caderno Viagem;); jornal *O Dia* (redator); revista *Mar/Vela & Motor* (chefe de reportagem, depois editor); jornal *Última Hora* (repórter); revista *Vela & Motor* (repórter); agência de notícias Sport Press (repórter); e *Jornal dos Sports* (estagiário).

ocorreram a partir da chegada da internet, que impactou a produção de jornais, agora também detentores de importantes portais noticiosos.

Fisicamente falando, as redações de jornais usualmente são grandes salões, onde se reúnem as diversas equipes das diferentes editorias pelas quais se dividem as páginas de um diário (ou mais de um diário, quando uma empresa jornalística tem mais de um título). Editorias de apoio, como Artes<sup>271</sup> e Fotografia, também podem fazer parte desta redação, embora muitas vezes ocupem espaços separados. A moderna concepção das redações é alocar, no centro, o seu comando, com duplo ganho: por um lado, facilita o acesso de todos à instância maior de decisão; por outro, torna mais fácil o controle do andamento do trabalho por quem o dirige.

Esta disposição da redação, com a convivência facilitada entre os profissionais que realizam diferentes funções, é importante porque o processo de produção da notícia é muito dinâmico, com enorme interação entre todos: repórteres e repórteres fotográficos, chefes de reportagem, pauteiros, redatores, editores e subeditores de editorias, editores executivos do jornal, diretores de redação, diagramadores, infografistas e ilustradores<sup>272</sup>. Correspondentes fixos em outras cidades ou no exterior, assim como colaboradores *freelancers*, fazem parte da hierarquia de uma redação, embora não estejam alocados fisicamente nela. Como apoio, mensageiros e pessoal administrativo, além do suporte de tecnologia, hoje fundamental para o funcionamento de uma redação.

Por ser o jornalismo uma atividade com mesmos protocolos e procedimentos independentemente de local, a estrutura física de uma redação e sua organização de trabalho são bastante semelhantes, não importa em que cidade ou em que país esteja. Para Jorge Pedro Sousa, ela pode ser considerada um “subsistema” dentro de um sistema maior, o “sistema produtivo jornalístico” (SOUSA, 2001, p.49).

A redacção<sup>273</sup> de um jornal é o seu coração. É na redacção que entra a matéria-prima informativa e é dela que saem as notícias. A redacção, metaforicamente, é uma unidade de transformação

---

<sup>271</sup> A editoria de Arte engloba diagramadores, infografistas e ilustradores.

<sup>272</sup> A nomenclatura pode variar de jornal para jornal, mas as funções permanecem. Nesta lista, incluídas as principais funções de itens do gênero informativo e excetuadas aquelas relacionadas ao gênero opinativo, como editorialistas, articulistas, colunistas e chargistas.

<sup>273</sup> Mantida a grafia original, usual em Portugal.

de acontecimentos e outros assuntos em notícias. (SOUSA, 2001, p.49).

As funções podem variar de nomenclatura, assim como muitas vezes um mesmo profissional pode desempenhar mais de uma função, principalmente em redações menores e com mais dificuldade de recursos, tanto de pessoal como financeiros. A nomenclatura também pode variar um pouco, mas acabam por dar conta dos mesmos cargos, conforme se pode constatar comparando as descrições de Sousa (2001), em Portugal, e de Gustavo Guimarães Barbosa e Carlos Alberto Rabaça (2001), no Brasil.

Também em Sousa (2001) encontramos uma descrição do funcionamento de um dia de redação de forma bastante semelhante à relatada em uma matéria do jornal *Diário de Pernambuco*<sup>274</sup>, publicada em seu site, a respeito de sua própria rotina de produção<sup>275</sup>. Semelhante, para não dizer praticamente igual, à de outros periódicos impressos. As rotinas de um grande jornal, em 24 horas, poderiam assim ser resumidas:

- Logo após a impressão do jornal, o pauteiro<sup>276</sup> da madrugada faz uma leitura completa da edição, elencando os assuntos que merecem suíte<sup>277</sup> (continuação da cobertura de dias anteriores). Com o mesmo objetivo, lê os outros jornais da cidade e revisa os noticiários de TVs, rádios e portais de notícias, além de acompanhar a chegada de material de agências de notícias.
- Na primeira hora da manhã, os chefes de reportagem das diferentes editorias recebem o material selecionado pelo pauteiro para planejar a cobertura diária. Na ausência de um chefe de reportagem, a função normalmente será exercida por um subeditor<sup>278</sup>.

<sup>274</sup> O *Diário de Pernambuco* é o mais antigo jornal em circulação na América Latina. Disponível em:

<[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com\\_content&view=article&id=237&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar./index.php?option=com_content&view=article&id=237&Itemid=1)>. Acesso em: 12 mar. 2023.

<sup>275</sup> Disponível em: <<https://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/como-funciona-um-jornal-os-bastidores-da-producao-cotidiana-do-diario-de-pernambuco/>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

<sup>276</sup> A função do pauteiro, cada vez mais, é exercida pelo responsável pela chefia do plantão da madrugada.

<sup>277</sup> Do francês “suite”, traduzido como sequência.

<sup>278</sup> Embora não haja menção na matéria do *Diário de Pernambuco*, o chefe de reportagem também é responsável por recolher e avaliar as sugestões de pauta dos repórteres.

- Repórteres e repórteres fotográficos recebem suas pautas, ou seja, suas tarefas do dia. Ao longo do dia, produzirão o material, supervisionados pelas chefias diretas (no caso dos repórteres fotográficos, da chefia da Fotografia). Este processo se estende por todo o dia, com novos assuntos “aparecendo” e requerendo cobertura.
- No meio da manhã, uma primeira reunião reúne todas as chefias de todas as editorias com um dos editores executivos do jornal para um primeiro planejamento da edição como um todo.
- Na metade da tarde, começa a revisão, pelos redatores, dos textos produzidos pelos repórteres. Os redatores se preocuparão tanto com a correção gramatical quanto com a estrutura técnica típica de um texto jornalístico. Na ausência de redatores<sup>279</sup>, a função normalmente é exercida pelos subeditores ou pelo próprio editor.
- No fim da tarde, nova reunião, dos editores executivos do jornal com os editores das diferentes editorias para avaliar a cobertura do dia e decidir o planejamento final da edição (repartição de espaço entre as editorias, assuntos que merecerão destaque na primeira página etc.). Esta reunião pode ser ou não acompanhada pelo diretor de Redação.
- Editores das editorias e seus subeditores iniciam a edição das páginas, em conjunto com os diagramadores, com alocação de textos e fotos. Se necessário, recorrem aos ilustradores, assim como podem lançar mão de infográficos. O mesmo processo se dá na primeira página, sob comando de um dos editores executivos do jornal.
- Uma vez que as páginas são “fechadas”, ou seja, finalizadas em sua edição, são remetidas à oficina, onde passarão por um processo que resultará no jornal impresso. A versão digital já é obtida a partir da página “fechada”, convertida em uma imagem. O fechamento de uma página, de forma simplificada, constitui-se na adequação dos textos aos tamanhos determinados, ao corte das fotos também de acordo com os tamanhos determinados, e a redação de elementos de texto de maior apelo gráfico (títulos, subtítulos e legendas, entre outros).

---

<sup>279</sup> A posição de redator vem sendo esvaziada nos últimos anos, sendo usual apenas nos jornais de maior capacidade financeira e ainda assim com um número bem reduzido de profissionais.

Hoje, a rotina de produção dos jornais se confunde com a dos sites noticiosos que usualmente têm o mesmo nome do periódico, como no caso de *O Globo*. Mas nem sempre foi assim: em um primeiro momento, nos anos 1990, os sites geralmente tinham estrutura própria e separada, o que os inviabilizou como um negócio independente pelo alto custo.

Atualmente, há uma “simbiose” produtiva, em que repórteres e repórteres fotográficos abastecem durante o dia o site, e o material mais nobre da jornada ganha as páginas dos jornais. Neste caso, o que ainda precisa ser separado é o processo de edição, mas é basicamente a mesma matéria-prima (textos, fotos, infográficos, ilustrações etc.). Desta forma, nos jornais cujos sites são importantes, é usual os editores entrarem pela manhã, para acompanhar a produção noticiosa que vai para o digital, e no fim da tarde ou no início da noite entregarem a tarefa de fechamento das páginas do impresso aos editores assistentes. Assim acontece hoje em *O Globo*.

Cada vez mais, há uma preocupação em valorização do site como produto, embora o jornal em papel e sua versão digital tragam maior prestígio ao negócio. O modelo de assinatura mais comum é de acesso irrestrito do assinante ao conteúdo do site e ao recebimento da edição do jornal, impressa e/ou digital. Ao público em geral, os jornais usualmente restringem no todo ou em parte o acesso ao conteúdo dos seus sites – durante a fase mais aguda da pandemia, jornais de todo o mundo, entre eles *O Globo*, liberaram o acesso ao material relativo à cobertura da emergência sanitária, reforçando seu papel social perante a sociedade, mas hoje isso já não mais acontece.

Se a notícia pode ser pensada como mercadoria, conforme nos apresentam Ciro Marcondes Filho (1986) e Cremilda Medina (1988), a informação deve ser considerada como uma *commodity*<sup>280</sup>. Assim, o que atribui valor a esta *commodity*-informação é o seu “beneficiamento”, ou seja, o seu tratamento, o processo de transformação em notícia.

Daí o esforço que as organizações jornalísticas têm feito na valorização dos seus sites como produtores de jornalismo, em oposição à informação livre e “não tratada” disponível na internet. Isso tem motivado uma modificação na rotina dos editores, que passaram a exercer um papel muito importante na condução do

---

<sup>280</sup> A palavra *commodity* pode ser traduzida como mercadoria, mas aqui vai usada em um sentido comum em economia, quando significa matéria-prima ainda não beneficiada.



processo durante o dia e não mais somente no fechamento do papel, a partir do meio da tarde até o fim da noite.

Em trabalho de pesquisa de inspiração etnográfica que resultou no livro *Jornalista em mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiência*<sup>281</sup>, Adriana Barsotti (2014) traça uma linha do tempo da história do site de *O Globo*, até chegar ao modelo atual, de redação integrada com o jornal: estreou em julho de 1996, com o nome de *Globo On*, depois rebatizado como *Globo Online*, e seu comando obedecia ao diretor de redação do jornal impresso; em 2000, as redações foram separadas, física e editorialmente, com equipes e chefias distintas; em 2007, as redações começaram o processo de integração, com o diretor de Redação do impresso incorporando a chefia do online, que passou a ser identificado em 2008 claramente como site do jornal *O Globo* (BARSOTTI, 2014).

#### 4.1.1. O ser que “habita” a redação

Uma das melhores maneiras de se traçar o perfil de uma determinada categoria profissional é buscar suas características a partir das informações dos próprios integrantes desta categoria. Desta forma, nesta subseção, será apresentado um perfil genérico dos jornalistas, sempre que possível indicando aquelas características específicas dos que estão nas redações, segundo as principais e mais recentes pesquisas realizadas junto aos próprios profissionais.

A mais abrangente pesquisa é intitulada justamente *Perfil do jornalista brasileiro*<sup>282</sup>, cuja primeira edição foi feita em 2012 (LIMA *et al.*, 2022, p.8). A mais atual é a de 2021, realizada por enquete em rede (*online survey*), com participação espontânea, feita pela internet e realizada entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021. A pesquisa foi conduzida pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (Lastro/UFSC) e articulada nacionalmente pela Rede de Pesquisadores do Trabalho e Identidade (Retij) da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

<sup>281</sup> O livro é resultado da pesquisa de mestrado da autora, realizado na PUC-Rio, sob orientação do Professor Leonel Aguiar.

<sup>282</sup> A pesquisa dispõe de website próprio, disponível em: <<https://perfildojornalista.ufsc.br/>>. Acesso em: 30 nov. 2022.

O trabalho contou com apoio das principais entidades nacionais de jornalistas e de professores de jornalismo: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Associação Profissão Jornalista (APJor) e Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Certamente este apoio contribuiu para que a pesquisa tivesse ampla participação, com respondentes de todos os 26 estados e do Distrito Federal.

Das 7.029 respostas coletadas, foram descartadas 379 por estarem incompletas, serem incoerentes ou demonstrarem má-fé, permanecendo válidas 6.650 (6.594 de profissionais atuantes no país e 56 no exterior)<sup>283</sup>. Após a exclusão, ainda assim permaneceu a participação de profissionais de todas as 27 unidades da Federação. São os seguintes os dados coletados pela pesquisa que são de interesse desta tese, a partir de blocos de características, iniciando pelas gerais<sup>284</sup>:

- 61,5% dos jornalistas estão concentrados em três estados: São Paulo (36,5%), Minas Gerais (11,6%) e Rio de Janeiro (11,1%);
- 99,7% se identificaram com gêneros tradicionais: 57,8% como feminino e 41,9% como masculino. Entre o 0,3% que se identifica de outra forma, o predomínio é dos que se identificam como não-binários.
- Mais da metade (54,4%) está na faixa etária entre 23 e 40 anos, sendo 30,3% entre 31 e 40 anos e 24,1% entre 23 e 30 anos;
- Forte predomínio de brancos (67,8%), sendo que negros somam 29,9% (pardos com 20,6% e pretos com 9,3%).
- Solteiros são praticamente a metade (49,4%), com 40,6% vivendo conjuntamente (28% casados e 12,6% em união estável);
- 61,6% não têm filhos;

Em resumo: a maior parte dos jornalistas se concentra nos três estados mais populosos do país e onde estão as maiores empresas de comunicação, o que é o esperado. A maioria está na faixa entre 23 e 40 anos e não tem filhos – os solteiros

---

<sup>283</sup> Explicação dos autores: “A definição do plano amostral levou em conta o universo de 142.424 jornalistas com registro profissional, número resultante da pesquisa exploratória feita a partir dos dados fornecidos pela Coordenação de Identificação e Registro Profissional (CIRP/CGCIPE), órgão hoje vinculado ao Ministério da Economia. O plano amostral foi ajustado considerando a distribuição provável de jornalistas em cada unidade da Federação. Para tanto, foi adotado como parâmetro o total de registros profissionais de jornalistas emitidos pelo CIRP entre 2000 e 2019.” (LIMA *et al.*, 2022, p.16-17)

<sup>284</sup> De cada item, foram elencados apenas os principais dados.

são praticamente a metade. Há um predomínio feminino, confirmando uma tendência das últimas décadas, e uma forte presença de brancos, indicando ainda pouca mobilidade na estrutura social.

Sobre a formação e as condições de trabalho, seguem os principais dados:

- 91,9% têm curso superior completo, sendo que 28,6% também fizeram especialização, 14,7% mestrado, 4,7% doutorado e 1,6% pós-doutorado. São 6,3% os que, à época da pesquisa, estavam matriculados em um curso superior de graduação.
- Entre os que têm curso superior, predomínio de diplomas de jornalismo ou de Comunicação com habilitação em jornalismo: 94,1%;
- São 51,3% os que têm emprego formal (45,8% com contrato por CLT e 10,5% são servidores públicos) e 3,8% donos ou sócios de empresas com empregados;
- A faixa de renda bruta com mais respondentes é a entre R\$ 5.501 e R\$ 11.000, com 27,1%. Com renda bruta igual ou inferior a R\$ 5.500, distribuídos em várias faixas, são 57,9%. Com renda bruta superior a R\$ 11.000, apenas 12%. Os que não têm renda são 1,3% e aqueles que não quiseram informar a renda somam 1,6%<sup>285</sup>.
- 85,6% trabalharam em mais de um emprego, sendo que 3,3% em mais de 20, 2,1% entre 16 e 20 e 6,1% entre 11 e 15.

Em resumo: entre os respondentes, a maior parte ganha menos de R\$ 5.500, o equivalente a 5 salários mínimos à época da pesquisa (2021), indicando baixa remuneração para uma profissão em que há mais de 90% de profissionais com curso superior, sendo quase 30% com pós-graduação. Mesmo não sendo exigido mais o diploma de jornalismo para o exercício da profissão, quase todos os que cursaram faculdade o fizeram em jornalismo. Há grande informalidade, com quase metade sem emprego formal, e grande rotatividade, a julgar pela grande quantidade de empregos apontada.

Sobre posicionamento político, filiação sindical e condições de trabalho, seguem os principais dados:

---

<sup>285</sup> Provavelmente em função de arredondamento, a tabela original, publicada no documento, soma 99,9 em seu total.

- 1.978 responderam sobre filiação partidária, os demais preferiram não se manifestar. Entre os que responderam, apenas 10,3% estão vinculados a alguma legenda (23 foram citadas). Entre os filiados, o maior percentual é do PT, com 4% do universo de total de respondentes à questão, com 1,8% para o PSOL (as demais legendas têm menos de 1%);
- Quanto ao posicionamento ideológico, 52,8% se consideram de esquerda, 25,9% se identificam com a centro-esquerda e 2,0% com a extrema esquerda. A direita, somada, representa apenas 4% (4,7% são de centro, 8,3% não quiseram informar e 2,3% informaram ter outros posicionamentos políticos não apontados).
- 31,4% são filiados a algum sindicato, os demais não.
- 67% concordam, totalmente ou em parte, que trabalham em uma equipe com número insuficiente de profissionais e 50,4% apontam falta de tempo para pausas de descanso.
- 80,7% se queixam de estresse (18,5% sentem diariamente, 30,3% com frequência e 31,9 de vez em quando).

Em resumo: entre os respondentes, mais de 80% se identificam politicamente à esquerda. A direita não tem relevância, com 4%. Os dois partidos com mais filiados estão justamente no espectro da esquerda. A maior parte se queixa de excesso de trabalho e falta de tempo para pausa de descanso, mas apenas cerca de 1/3 é filiado a algum sindicato, organização usualmente identificada com bandeiras de esquerda.

Sobre ética e deontologia profissional, seguem os principais dados:

- Conforme já abordado no capítulo 2 desta tese, são 98,8% consideraram a credibilidade como importante (86%, como extremamente importante, e 12,8% como muito importante). Os demais se dividiram entre mais ou menos importante (1%) ou pouco importante (0,2%).
- Outros valores usualmente relacionados às boas práticas profissionais também ganharam confortável maioria, quando somadas as respostas “extremamente importante” e “muito importante”: imparcialidade, 73%; justiça, 97,4%; liberdade, 99%; objetividade, 88,6%; pluralidade, 96,7%; transparência, 98,6%; verdade, 99,2%.

- A considerar a opinião de nove respondentes, no item destinado a uma “observação adicional”, de tema livre, que consideraram inadequada a apreciação sobre o valor “imparcialidade”, argumentando que ele não existe e é uma falácia, assim como a objetividade.

Em resumo: os valores ligados às boas práticas profissionais são reconhecidos pela maioria, sendo próximos da unanimidade em alguns casos. Porém, alguns respondentes colocaram em xeque a existência absoluta de dois destes valores: imparcialidade e objetividade.

Sobre natureza do trabalho, principalmente entre os que trabalham em mídia, seguem os principais dados:

- Entre os respondentes empregados, divididos pelo emprego principal: 57,7% na mídia (empresas de grande e pequeno porte), 34,9% em assessorias ou produtoras de conteúdo e 7,4% em docência superior.
- 22,3% dos respondentes que trabalham em mídia o fazem em jornal, percentual abaixo dos que trabalham em veículos online (61,5%) e TV (25,5%).
- 78,8% trabalham em empresas privadas (de atuação local, regional, nacional ou mesmo internacional) e em iniciativas independentes de jornalismo, enquanto 13,7% estão no serviço público e 5,3% no terceiro setor (ONGs, organizações sociais, fundações etc.), restando 2,2% para outras iniciativas<sup>286</sup>.
- 39,6% são repórteres (incluindo 1,5% de repórteres fotográficos e 1% de repórteres cinematográficos) e 23,4% são editores.
- Em questão com possibilidade de marcação múltipla para resposta, 68% indicaram que produzem reportagem, 64,7% fazem pauta/produção e 57,7% editam.

Em resumo: há uma clara sobreposição de funções, com repórteres exercendo função de editores e vice-versa, e todos trabalhando como pauteiros e/ou produtores. Ainda há um número significativo de profissionais trabalhando em jornal, embora claramente o mercado tenha se voltado para o online.

---

<sup>286</sup> Provavelmente em função de arredondamento, a tabela original, publicada no documento, soma 100,1 em seu total.

Vale a pena cotejar alguns dados do *Perfil do jornalista brasileiro* com os obtidos em outros relatórios, como o recente *Perfil racial da imprensa brasileira*, realizado em 2021 pelo site especializado em mercado jornalístico *Jornalista & Cia.*<sup>287</sup>, e o pouco menos recente *O perfil do jornalista brasileiro em 2018*, conduzido pelo grupo *Comunique-se*, de relacionamento com a imprensa, e pela agência *Apex*, especializada em assessoria de comunicação.

Há que ter um cuidado de não confundir as pesquisas *Perfil do jornalista brasileiro* e *O perfil do jornalista brasileiro em 2018*, por serem quase homônimas. Desta forma, quando os nomes forem reduzidos, nesta subseção, adotaremos *Perfil do jornalista* para *Perfil do jornalista brasileiro*, e *O perfil em 2018* para *O perfil do jornalista brasileiro em 2018*. Já para *Perfil racial da imprensa brasileira* a redução será *Perfil racial*.

A ressaltar que a pesquisa *Perfil racial da imprensa brasileira* foca exclusivamente nos jornalistas de alocados com atividade em redações, diferentemente da feita para o *Perfil do jornalista brasileiro*, mais abrangente. E o *Perfil racial* traz um recorte dos dados por raça, o que é muito importante para verificar as desigualdades, mas que para esta tese não se faz necessário. Desta forma, é possível comparar alguns números, sempre levando em conta as pesquisas em suas naturezas, diferentes embora próximas.

Em levantamento feito a partir do banco de dados do I'Max para a pesquisa *Perfil racial da imprensa brasileira*, constatou-se que o Sudeste é a região com maior número de jornalistas, respondendo por 56,50% do total, em aproximação com os 61,5% do *Perfil do jornalista brasileiro*. Não tão próximos estão os percentuais de identificação racial: brancos representam 77,6% no *Perfil racial* e 67,8%, no *Perfil do jornalista*; negros são 29,19% no *Perfil racial* e 29,9%, no *Perfil do jornalista*.

A controvérsia surge no gênero, com maiorias invertidas: no *Perfil do jornalista*, os que se identificam com o feminino são preponderantes, com 57,8%, contra 41,9% de masculino; no *Perfil racial* há um revés, com 63% no masculino e 36,6% no feminino. A consonância se dá entre os que se declaram de outro gênero: 0,3% no *Perfil do jornalista* e 0,4% no *Perfil racial*.

---

<sup>287</sup> Em conjunto com o Portal dos Jornalistas, o Instituto Corda, de pesquisas, e I'Max, empresa especializada em coleta de dados sobre jornalistas.

Pelo *Perfil racial*, são 20% os que trabalham em jornal impresso, número somente inferior aos que estão em portais e sites de notícias (40,3%). Do total de respondentes, 18,9% trabalham em mais de um lugar. Pelo *Perfil do jornalista*, números próximos no que se refere ao percentual de jornalistas em jornal entre os empregados: 22,3% dos respondentes (não há informação sobre trabalho em mais de uma redação).

No *Perfil racial*, as faixas de renda não são categorizadas da mesma forma que no *Perfil do jornalista*, mas ainda assim é possível repetir a conclusão da baixa remuneração para uma profissão com alto índice de graduados em curso superior. Pelo *Perfil racial*, 66% recebem até R\$ 7.700, o equivalente a sete salários mínimos, enquanto pelo *Perfil do jornalista* são 57,9% com renda igual ou inferior a R\$ 5.500. Também são semelhantes os dados de formação superior: 94,2% pelo *Perfil racial* e 91,9% pelo *Perfil do jornalista*.

Preferimos analisar *O perfil do jornalista brasileiro em 2018* à parte, uma vez que seus dados são um pouco mais antigos, de três anos antes das outras pesquisas, mas compreende uma base de dados bastante significativa, de 26 mil nomes de profissionais constantes do cadastro do Comunique-se, que trabalham em redação, empresas privadas e assessorias de comunicação. Em que pese a diferença de tempo, em *O perfil em 2018* é possível extrair números bastante parecidos com as outras duas:

- 56,50% dos jornalistas estão no Sudeste (exatamente o mesmo percentual encontrado pelo *Perfil do jornalista*).
- Homens são 58,2% e constituem maioria, como no *Perfil racial*. Há apenas opções binárias de respostas.
- 24,2% trabalham em jornal, na casa dos 20 por cento, como nas outras pesquisas.

Em uma segunda fase da pesquisa *O perfil em 2018*, com entrevistas com 266 jornalistas brasileiros, verificou-se neste universo:

- 95,5% são graduados, dados compatíveis com os das outras pesquisas.
- 75,6% ganham até R\$ 6 mil, aproximadamente 6,3 vezes o salário mínimo. Os dados são consistentes com os demais.

Para os entrevistados em *O perfil em 2018*, a maior confiança ainda reside mais fortemente no jornal diário: este foi o meio de comunicação citado por 51% do universo como o de maior credibilidade.

#### 4.1.2. O ser que lê o que se faz na redação

Como visto anteriormente, credibilidade e confiança são um par de valores que andam juntos, que se completam, que são interdependentes. Assim, a percepção dos jornalistas de que o jornal é o meio de comunicação noticioso de maior credibilidade é confirmado pela confiança de seus leitores: são 59% os que dizem confiar no noticiário de jornais, sendo que 29% confiam sempre e 30%, muitas vezes, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 (PBM 2016), da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) (SECOM, 2016).

Embora não seja atual, pois não foi realizada mais a partir de 2017, a Pesquisa Brasileira de Mídia ainda funciona como referência para estudos acadêmicos e projeções de mercado no que se refere a temas, por sua abrangência, e em relação à compreensão do universo populacional do Brasil<sup>288</sup>, por seu rigor metodológico. Nas duas pesquisas anteriores, também foram as notícias de jornais aquelas consideradas as mais confiáveis pelos leitores: 53% em 2014, somadas as respostas “confia muito” (19%) e “confia muitas vezes” (34%); em 2015, o índice foi ainda maior, de 58%, com 18% para “confia muito” e 40% para “confia muitas vezes”. (SECOM, 2014, 2015)

Também importante observar que as notícias de jornal também tiveram o menor índice de desconfiança, nos três anos de pesquisa: 6,3% em 2014, 5,2% em 2015 e 4% em 2016. Ou seja, entre 2014 e 2016, ano a ano a confiança subiu e a desconfiança desceu. Não é possível afirmar a partir da PBM, mas apenas esboçar uma hipótese segundo seus próprios dados, que os jornais, em 2016, estavam mais restritos a um público fiel, pois apenas 3% dos entrevistados o citaram como primeira opção para buscar informação, e somente mais 9% o elegeram como

---

<sup>288</sup> A Pesquisa Brasileira de Mídia teve três edições anuais, sendo a primeira em 2014. A PBM 2016, do tipo quantitativa face-a-face domiciliar, realizada pelo Ibope Inteligência, teve coleta de dados entre 23 de março e 11 de abril de 2016, com população de 16 anos ou mais, com amostra nacional de 10.050 entrevistas, em todas as unidades federativas da República, com desenho amostral a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Censo Demográfico de 2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2014.



segunda opção, percentuais bastante inferiores à “líder” televisão (63% na primeira menção e 89% na soma da primeira e da segunda menções). (SECOM, 2016).

No entanto, é preciso perceber que desde então os jornais passaram a investir, cada vez mais, em seus sites, oferecendo ao leitor não mais sua somente sua edição em papel, mas também o acesso ao site, com conteúdo jornalístico de qualidade e, preferencialmente, exclusivo. Outro relatório, *Mediados Brasil 2021 para todos*, que reúne dados de várias instituições de pesquisa de mercado, oferece uma informação valiosa nesta compreensão: no ano de 2020, os jornais impressos, em conjunto com seus “gêmeos” digitais, conseguiram atingir, no período de 30 dias, 27% da população, segundo dados do Kantar IBOPE Media<sup>289</sup> (GRUPO MÍDIA SÃO PAULO, 2021).

O investimento no digital, pelos principais jornais brasileiros, é uma percepção detectada por um dos principais relatórios internacionais sobre mídia, o *Reuters Digital New Report*, em sua edição mais recente, de 2022. Em texto assinado por Rodrigo Carro, observa que a TV segue líder em verbas publicitárias, mas vem perdendo terreno para os meios de comunicação com presença online. Justamente a fatia de mercado em que os jornais buscam crescer com seus portais online, e tem conseguido de forma palpável.

A circulação média diária paga dos dez jornais mais vendidos foi de 1,51 milhão de cópias no ano passado, uma queda de quase 3,5% desde 2020. Mas o online avança rapidamente. Nos primeiros dois meses de 2021, as assinaturas digitais, que combinam acesso às edições digitais dos impressos e aos *websites*, representavam 59% dos assinantes; no fim do ano de 2021, o número chegou a 67% (CARRO in: REUTERS INSTITUTE, 2022, p.116).

Aqui é importante ressaltar que a briga por audiência no digital representa, para os jornais, também uma questão de sobrevivência de seu modelo de negócio, ainda que a natureza da operação tenha se modificado, somando o online ao tradicional impresso. Outro relatório importante na área de mídia, mas com foco no consumo, a *22ª Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia – Brasil 2021-2015*, da consultoria internacional Pricewaterhouse Coopers (PwC), traz dados de

---

<sup>289</sup> Kantar IBOPE Media – Target Group Index – BR TG 2020 I – janeiro/19-dezembro/19 – 14 mercados.

crescimento acelerado no país do investimento em publicidade no setor digital: em 2016, estava na casa de US\$ 1 bilhão; no período de quatro anos, triplicou, chegando a US\$ 3 bilhões em 2020; e a projeção para 2025 é alcançar os US\$ 4 bilhões (PWC, 2021).

As projeções de crescimento ao ano para o período 2020-2025 da pesquisa indicam claramente a vantagem mercadológica do online em comparação com o impresso. A previsão anual da pesquisa da PwC para o gasto do anunciante brasileiro com veículos de mídia digital é de crescimento de 9% para o online dos jornais, enquanto o percentual é negativo para o tradicional papel, com retração projetada de -6% para alocação de verbas publicitárias no impresso (PWC, 2021).

Mas a retração de circulação no segmento específico de impressos parece não afetar tão profundamente *O Globo*: em seu *Media kit O Globo 2021*, documento que apresenta seu perfil de leitores e assinantes voltado ao mercado publicitário, o jornal registra um crescimento de 3% da base de leitores de papel em um ano, de 2020 para 2021, a partir de dados do Kantar Ibope Media/Target Group Index (EDITORA GLOBO, 2021).

Os números auditados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC), referência para circulação de impressos e audiência de rádios, TVs e onlines, também são favoráveis nos últimos anos, de forma geral, e aproveitados por *O Globo* em seu *Media kit*: conquista de mais 35% de assinantes digitais<sup>290</sup> e 39% da circulação<sup>291</sup> fora do Rio de Janeiro, o estado-sede. Também são elencados outros dados de audiência do site, provenientes de outras fontes: maior audiência fora do Rio de Janeiro (76%<sup>292</sup>) e aumento de 14% no último ano, à época<sup>293</sup> (EDITORA GLOBO, 2021).

Em 2021, *O Globo* chegou à liderança de circulação, considerando a sobreposição de audiência do site com os leitores do impresso, sejam assinantes ou compradores de exemplares avulsos em banca. Este número tem destaque no *Media*

---

<sup>290</sup> Conforme nota no documento, a base é: IVC - Assinatura digital sem sobreposição média janeiro-junho de 2021 em comparação à média janeiro-junho de 2020. A expressão “sem sobreposição” indica aproveitamento de dados exclusivamente da assinatura digital ou exclusivamente de impresso, diferentemente da expressão “com sobreposição”, que significa a soma das assinaturas de digital, de impresso e de ambos (usualmente a assinatura do impresso inclui a assinatura do digital, caso de *O Globo*, mas não necessariamente).

<sup>291</sup> Conforme nota no documento, a base é: IVC, junho de 2021.

<sup>292</sup> Conforme nota no documento, a base é: Google Analytics, junho de 2021.

<sup>293</sup> Conforme nota no documento, a base é: Comscore Media Metrix Multi-Plataforma, Media-Trend, visitantes únicos, em janeiro-dezembro de 2000 em comparação a janeiro-dezembro de 2019.

kit *O Globo 2021*: média diária, de segunda-feira a domingo, de 370.851 leitores, conforme IVC em setembro de 2021. Como perfil básico de leitores, os homens são maioria entre os que leem jornal (52%) e as mulheres no digital (56%) (EDITORA GLOBO, 2021).

Uma constatação é esperançosa, obtida em pesquisa Ibope feita especialmente para *O Globo*. À seguinte pergunta, “[n]a hora de escolher um jornal para ler, seja impresso ou on-line, essas são as características mais levadas em consideração”, em que os respondentes podiam apontar mais de uma resposta, o item com mais indicações foi “[t]er ações que reforçam o combate às *fake news*”, com 33%, superando em dois pontos percentuais o “[t]er matérias diversificadas/variadas” (EDITORA GLOBO, 2021, p.44). Um sinal importante de que os leitores depositam na redação a expectativa de serem defendidos no seu direito à informação, de serem protegidos por seu “cão de guarda”.

#### **4.2. A reorganização do trabalho na redação de jornal forçada pela pandemia**

A pandemia de covid-19 provocou, em praticamente todo o mundo, uma mudança significativa na vida das populações, inclusive na estruturação do trabalho. As organizações jornalísticas, nos mais diversos países, também tiveram de se adaptar às restrições impostas pelas medidas de contenção à transmissão da doença. Pela natureza do trabalho, os jornalistas de redação tiveram que se adaptar a um novo modelo de produção, em que uma atividade habitualmente gregária passou a ser realizada por profissionais em casa, em sua quase totalidade.

As consequências foram imediatas, com visível prejuízo das condições gerais do trabalho. Neste aspecto, as organizações de menor porte sofreram mais – e seus profissionais também – que os grandes conglomerados de mídia, tradicionalmente com mais recursos e mais capacidade de investimento em tecnologia. Aquilo que para muitos pareceu fácil, passar a trabalhar em casa, se revelou de uma dificuldade ímpar, com problemas a superar e muitos inclusive sem possibilidade de superação.

Apesar do pouco tempo que nos separa do início da pandemia<sup>294</sup>, pouco menos de três anos desde sua decretação pela OMS, em 11 de março de 2020, já há vários estudos que relatam a passagem do sistema presencial de trabalho das organizações jornalísticas para um formato remoto, ou praticamente remoto, uma vez que muito poucos profissionais se mantiveram trabalhando nas redações, ainda que não necessariamente diariamente, e sua variante, o modelo híbrido.

Entre os vários trabalhos disponíveis, vale a pena citar aqui os que se aproximam da investigação desta tese, como os de Cherubini, Newman e Nielsen. (2020; 2021), Cherubini (2022), Fernandes (2021), Figaro *et al.* (2020), Figaro *et al.* (2021) e Vasconcelos (2021).

Sempre importante lembrar que as organizações jornalísticas, em sua maioria, não têm apenas jornalistas como força de trabalho, embora estes exerçam sua atividade-fim. Há toda uma lista de trabalhadores que, pela natureza de suas tarefas, somente podem desempenhá-las presencialmente, como operadores responsáveis por manter os canais de TV e rádio no ar e os gráficos que têm a incumbência de imprimir jornais e revistas. No entanto, como esta tese debruça-se sobre a atividade jornalística, não serão examinadas estas categorias profissionais extra-redação, nem mesmo as que se relacionam com a produção de específica de jornais, como *O Globo*.

Para os profissionais de redação, muitas dificuldades apresentadas foram as mesmas que de outras categorias profissionais, como a dificuldade de separar as atividades laborais e as domésticas, as dificuldades de comunicação e interação com os colegas de trabalho, a falta de equipamentos e instalações adequadas para seguidas jornadas de trabalho.

Em alguns casos, o trabalhador ainda teve de arcar com custos não previstos, como de energia elétrica (principalmente em função do uso de ar-condicionado), de planos de internet e até mesmo de compra de equipamentos. Segundo pesquisa de Figaro *et al.*, dos profissionais de comunicação, entre eles jornalistas, levados ao trabalho remoto, 61% responderam que seus custos aumentaram, 33% que não aumentaram e 6% não souberam informar, sendo a energia elétrica a despesa mais apontada como a vilã desta história (FIGARO *et al.*, 2021).

---

<sup>294</sup> Importante notar que o surgimento do vírus se deu antes, sendo que os primeiros registros são do fim de 2019, mas a pandemia só foi declarada pela OMS em 11 de março de 2020.

No plano pessoal, alguns trabalhadores ainda precisaram conviver com filhos pequenos, que demandavam atenção durante a jornada laboral, e muitas vezes com parentes mais idosos, também carentes de cuidado. Sem contar o possível constrangimento de ter sua casa “invadida” pelas videoconferências a distância.

Toda esta situação incomum acarreta, com frequência, doenças de fundo nervoso, como distúrbios do sono, estresse e depressão. No caso específico de jornalistas, os que precisaram fazer reportagens na rua tiveram ampliado o risco de contrair covid-19, assim como os que precisaram deslocar-se para as redações, ainda que estas não tivessem com sua lotação plena.

No plano econômico, ainda houve consequências para os profissionais de jornalismo, assim como ocorreu para todas as categorias de trabalhadores no Brasil. Além da ameaça do desemprego, a Medida Provisória 936, elaborada sob a justificativa de preservar postos de trabalho, na prática possibilitou a diminuição de jornada de trabalho e a consequente redução de salário, o que antes era inadmissível no Brasil.

Vale examinar mais detidamente as questões que surgiram para os jornalistas em decorrência da adaptação do trabalho forçada pela pandemia, tanto para os que mantiveram atividade presencial, como para os que passaram a trabalhar de forma remota e também para os que precisaram adotar a forma híbrida.

#### **4.2.1. Os equipamentos**

Uma primeira dificuldade, para quem passou a utilizar o espaço de sua própria casa, foi em relação aos ambientes de trabalho, tanto na organização do espaço físico como na disponibilidade de equipamentos e infraestrutura para sua utilização.

O problema certamente foi menos sentido nos países mais desenvolvidos, mas se revelou bem complexo em nações mais pobres, mesmo no Brasil, como nos fazem ver os relatórios elaborados por Cherubini, Newman e Nielsen. (2020) e Figaro *et al.* (2020). Segundo apuraram Federica Cherubini, Nic Newman e Rasmus Kleis Nielsen, em relatório elaborado para o Instituto Reuters, em 2020, em alguns países há maior dificuldade para os integrantes do estafe das redações de conseguirem equipamento e softwares para trabalharem em casa, mas isso não

aparenta ser um problema para a maioria dos respondentes da pesquisa<sup>295</sup>, a julgar pelo pouco destaque dado pelos autores. (CHERUBINI; NEWMAN; NIELSEN, 2020)

Já no estudo coordenado por Roseli Figaro pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), da ECA-USP, a questão dos equipamentos aparece como um dificultador para a execução do trabalho remoto pelos comunicadores, incluídos os jornalistas. Para execução das tarefas, os autores mapearam a necessidade dos seguintes meios: computador, smartphone, conexão de internet doméstica, conexão de internet móvel, webcam, câmera portátil, microfones e softwares de transmissão e *streaming* (FIGARO *et al.*, p.53).

O problema está na propriedade dos meios: entre 557 respondentes<sup>296</sup>, uma significativa parte de 331 profissionais (59,43% do universo) precisava trabalhar com meios próprios (FIGARO *et al.*, 2020). A situação permaneceu quase a mesma um ano depois, em nova pesquisa coordenada por Roseli Figaro para o CPCT<sup>297</sup>. Em 2021, a partir dos percentuais obtidos em 880 respostas, a propriedade dos meios de trabalho continuava sob responsabilidade dos trabalhadores: 482 (55%) trabalhavam com meios próprios, 286 (32%) com meios próprios e da instituição e apenas 112 (13%) com meios exclusivamente da organização (FIGARO *et al.*, 2021).

Do universo total de respondentes em 2021, 114 indicaram que a questão não se aplicava, o que é coerente com outra indagação, da modalidade de trabalho em que o profissional se encontrava no momento da pesquisa: 101 responderam que trabalhavam presencialmente na organização/empresa e quatro informaram que não estavam trabalhando. Outro problema apontado é o compartilhamento de equipamentos durante atividade de *home office*, ainda que parcial: 204 (26%)

---

<sup>295</sup> Pesquisa feita por questionário online, entre 21 de setembro e 7 de outubro de 2020, enviado diretamente a lideranças de redações jornalísticas, como, por exemplo, editores-chefes, editores executivos, diretores de redação, CEOs. Foram obtidas 136 respostas individuais válidas, a maioria provenientes de países desenvolvidos (Estados Unidos e Europa Ocidental). (CHERUBINI; NEWMAN; NIELSEN, 2020)

<sup>296</sup> Conforme metodologia indicada por Figaro *et al.*, amostra não-probabilística construída a partir de respostas voluntárias a questionário disponível na internet entre 5 e 30 de abril de 2020 (FIGARO *et al.*, 2020).

<sup>297</sup> Conforme metodologia indicada por Figaro *et al.*, pesquisa qualitativa, com amostra não estatística, a partir de respostas voluntárias a questionário disponível na internet entre 5 e 30 de abril de 2021, com obtenção de 994 respostas individuais válidas. (FIGARO *et al.*, 2021).

precisavam dividir com outras pessoas os meios de trabalho, criando dificuldades para exercer as atividades profissionais. (FIGARO *et al.*, 2021).

Uma primeira impressão é a de que apenas os meios diretamente envolvidos na produção merecem ser chamados de equipamentos, mas assim também precisam ser identificados todos os recursos necessários para o exercício do trabalho. No caso do jornalismo, e das outras profissões ligadas à comunicação, os equipamentos são os habitualmente utilizados em escritórios, e a noção inicial então é de que bastam uma mesa e uma cadeira. Mas, além de mesa e cadeira adequadas ao trabalho (não são próprios, por exemplo, conjuntos utilizados para refeição, mais altos), é preciso pensar em outras condições, entre elas: ventilação e refrigeração, iluminação, pontos de energia e até mesmo cesto de lixo.

A não observância destas necessidades foi constatada por Gabriela Ferreira Fernandes, em pesquisa que buscou dimensionar o esgotamento provocado nos jornalistas em função da pandemia: nas 21 entrevistas realizadas, é comum a observação pelos entrevistados de que não tinham mesa ou cadeira adequadas para trabalhar, muitos deles queixando-se de dores na coluna. Uma profissional de rádio de apenas 25 anos e com pouco mais de um ano como repórter relatou ter desenvolvido “uma hérnia de disco cervical por causa da falta de estrutura para trabalhar” (FERNANDES, 2021, p.271).

Marina Vasconcelos, em pesquisa que coletou informações com profissionais de Comunicação, não só de redação, identificou que o quarto foi o espaço mais utilizado pelos respondentes à sua pesquisa, com 30 profissionais (36,14%). Em seguida, o escritório, com 28 pessoas (33,73%), sendo que 10 (12,04%) providenciaram o espaço durante a pandemia. A sala foi a opção de 12 profissionais (14,45%) e a varanda, de 2 (2,40%). Até mesmo a cozinha foi utilizada, por 3 (3,61%). Oito respondentes (9,63%) informaram que variavam o ambiente de trabalho. (VASCONCELOS, 2021).

Se partirmos do pressuposto de que apenas o escritório é um espaço próprio para trabalhar, a questão que se põe no momento é a seguinte: por quanto tempo os profissionais terão de continuar a utilizar espaços a princípio inadequados para o trabalho em casa, uma vez que há uma tendência ao incremento das modalidades remoto e híbrido? Até porque há toda uma série de questões ou problemas a resolver, de naturezas psicológica, financeira e de saúde física.

#### 4.2.2. Uma questão de saúde. Ou de doença. Ou de morte

As doenças verificadas por conta da pandemia não ocorreram somente por problemas de postura, em decorrência de equipamento não adequado do ponto de vista ergonômico em trabalho remoto. Figaro *et al.* apuraram que, em relação à indagação a respeito de adoecimento durante a pandemia, entre 894 respondentes à questão, foram 609 (68%) os que marcaram “Sim”, restando 285 (32%) para o “Não” (FIGARO *et al.*, 2021).

Os números por si não seriam suficientes para conclusões, uma vez que seria necessário cotejá-los com outro período enfrentado pelos mesmos respondentes, ou de igual perfil, em outro período sem pandemia. Mas o que leva a apontar para a pandemia como fator importante é o número de distúrbios relacionados à condição mental: 508 declararam ter tido ansiedade; 523, esgotamento mental; 438, problemas de sono; 375, depressão; e 364, irritação. Muitas pessoas tiveram duas ou mais doenças, conforme se pode deduzir facilmente pelos números uma vez que sua soma ultrapassa em muito o total de respondentes (FIGARO *et al.*, 2021).

Trabalhando em um universo exclusivamente formado por jornalistas, Fernandes encontrou evidências claras de como a pandemia contribuiu para o adoecimento, a partir da aferição de sintomas antes e durante o período: foram 121 os que declararam ter excessivo cansaço físico e mental antes da pandemia, e 154 depois; 90 com insônia antes, 113 depois; 75 com dificuldades de concentração antes, 104 depois; e 55 com sentimentos de derrota e desesperança antes, 81 depois (FERNANDES, 2021).

Covid-19 também foi uma doença importante, é claro. Dos comunicadores respondentes no trabalho coordenado por Figaro, 165 já tinham contraído covid-19, mas não há dados do número de vezes. O que está claro é que houve maior incidência de adoecimento por covid-19 entre aqueles que mantiveram atividade exclusivamente presencial: 24,24%, ou 32 entre 132 respondentes. Ou seja, praticamente um em cada quatro adoeceram de covid-19. Já entre os com jornada mista, foram 39 os que adoeceram entre 218, o equivalente a 17,89%. E entre os que ficaram exclusivamente em *home office*, foram 90 em 658, ou 13,68% (FIGARO *et al.*, 2021, p.118).



É possível deduzir, portanto, que o trabalho em *home office*, apesar de todos os inconvenientes, se mostrou necessário. Porém, os riscos são maiores em uma atividade como o jornalismo, em que foi preciso ir à rua para trabalhar, se não na mesma frequência que antes, mas com alguma regularidade. Dossiê da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com dados compilados a partir de 13 de abril de 2020, data do primeiro óbito de jornalista por covid-19 no Brasil, até fevereiro de 2022, registra um total de 314 mortes em pouco menos de dois anos<sup>298</sup> (FENAJ, 2022a, p.2).

O documento da Fenaj serve de fonte para a última atualização da estatística elaborada pela organização não governamental Press Emblem Campaign, justamente em março de 2020, com dados compilados em dois anos de pandemia: foram pelo menos 1.994 óbitos de trabalhadores em mídia em 95 países, com destaque negativo para o Brasil, líder de mortes (314), seguido pela Índia (284), Peru (199) e México (129). Os demais tiveram mortes com números em duas casas decimais<sup>299</sup>.

Vale observar, no entanto, que nem no levantamento da Fenaj nem no da Press Emblem Campaign é possível relacionar, diretamente, os óbitos de covid-19 com a atividade jornalística, mas sim com a profissão dos mortos.

#### 4.2.3. Aumento de jornada, redução de salário

Com o objetivo declarado de evitar insolvência das empresas e conseguir manter empregos, o Governo Federal, em 1 de abril de 2020, instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda através da medida provisória 936 (MP 936)<sup>300</sup>, convertida posteriormente pelo Congresso Nacional na Lei

<sup>298</sup> Conforme o próprio dossiê, os dados obtidos refletem a busca direta em jornais, sites e blogs de todo o país, informações fornecidas pelos sindicatos dos jornalistas dos estados ou vindas diretamente de colegas de profissão.

<sup>299</sup> Disponível em: <<https://pressemblem.ch/-1.shtml>>. Acesso em 8 dez. 2022. No mesmo endereço eletrônico, é possível consultar um dossiê com os nomes de todos os trabalhadores em mídia mortos pela covid-19 que fazem parte do dossiê. A Press Emblem Campaign é uma organização não governamental baseada em Genebra, fundada por jornalistas de diferentes países.

<sup>300</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm)>. Acesso em: 8 dez. 2022.

14.020, de 6 de julho de 2020<sup>301</sup>, e que vigorou até 22 de abril de 2022, quando foi assinada, pelo então ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, portaria determinando o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional<sup>302</sup>.

Ao mesmo tempo em que facilitou para as empresas a manutenção de empregados, pelo mecanismo de redução de salários e despesas, o mecanismo emergencial também provocou perda de poder aquisitivo dos trabalhadores, a partir da mesma lógica financeira. A Fenaj, a partir de informações recolhidas em 16 bases sindicais, detectou um prejuízo diretamente causado pela MP 936, com redução de salário para 3.930 jornalistas e suspensão de contrato de trabalho para outros 81. Apesar disso, ainda foram demitidos 205 profissionais no período.

O levantamento feito por Fernandes também traz, estatisticamente, os efeitos da MP 936: entre os 218 respondentes, em questão com múltiplas respostas possíveis, 58 jornalistas acusaram redução de salário, apenas um a mais daqueles que indicaram que tiveram diminuição de horas de trabalho. Aparentemente, pelo menos, foi praticamente respeitada aqui a lógica da redução de salários x redução de horas trabalhadas, mas não é possível verificar em que proporção (FERNANDES, 2021, p.86).

A questão também passa, naturalmente e em sentido inverso, pelo aumento do trabalho: jornalistas estão acostumados, e há uma cultura profissional que sustenta esta prática, a trabalhar mais horas do que o normal quando há situações atípicas, como por exemplo, em coberturas como a da tragédia de Brumadinho, a do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Roussef e a de uma Copa do Mundo. Porém, são episódios que, por mais longos que sejam, como a Copa com duração de um mês, não se prolongam tanto como aconteceu na pandemia.

Por isso, é significativo e preocupante quando Fernandes nos traz dados em sua pesquisa demonstrando que aqueles que afirmam estar trabalhando mais horas (71) são mais do que o dobro dos que declaram trabalhar menos (29). Além disso, há também uma questão de diminuição da qualidade do repouso e do aumento de produção: 33 disseram estar trabalhando mais nos fins de semana e 84 produziam mais matérias do que de costume (FERNANDES, 2021).

---

<sup>301</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14020](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14020)>. Acesso em: 8 dez. 2022.

<sup>302</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-declara-fim-da-emergencia-em-saude-publica-de-importancia-nacional-pela-covid-19>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

Com a revogação da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, a partir de abril de 2022 voltaram a ser respeitadas em sua totalidade as leis regularmente em vigor, mas é preciso observar que nos últimos quatro anos houve perdas de garantias para os trabalhadores, sendo algumas bastante sutis, como a falta de obrigação de controle de ponto para empresas com menos de 20 empregados instituída pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, conhecida como Lei da Liberdade Econômica<sup>303</sup>

### 4.3. Em busca do novo modelo

Um tour feito pela moderna redação de *O Globo*, pouco depois das 17h no dia 22 de novembro de 2022, dá a perfeita noção de como o trabalho nas organizações jornalísticas passava (e passa) por uma reorganização naquele momento em que já estava superada a fase crítica da pandemia de covid-19. Embora o fim da tarde seja um período nevrálgico para a produção de jornais impressos, e também para seus sites irmãos, a ocupação da redação estava longe de lembrar os tempos pré-pandemia, em que se verificava uma presença muito maior de pessoas e uma atividade muito mais frenética.

Em consulta a 136 profissionais em posições de mando em redações pelo mundo para o relatório *Changing newsrooms 2022*, do Reuters Institute, Federica Cherubini coletou percentuais que indicam ser o trabalho híbrido uma tendência acelerada pela urgência da pandemia e aparentemente irreversível (CHERUBINI, 2022):

- 61% dos respondentes indicaram que suas organizações já tinham implantado trabalho híbrido, com regras bem estabelecidas; 17%, que suas organizações já tinham optado pelo modelo, mas ainda estava decidindo como; 20%, que suas organizações tinham feito algumas

<sup>303</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13874.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13874.htm)>. Acesso em 13 dez. 2022. O texto da lei é oportunamente construído a partir da obrigação do controle de ponto para empresas com mais de 20 empregados, desobrigando, por oposição, as com menos de 20 empregados. Segue, na íntegra, o § 2º do seu artigo 74: “Para os estabelecimentos com mais de 20 (vinte) trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, permitida a pré-assinalação do período de repouso.”

modificações, mas que pretendiam retornar totalmente ao modo presencial; e 2% não souberam responder.

- 38% acham que o trabalho híbrido traz impacto positivo para a produtividade; 45%, que não há diferença em relação ao modelo presencial; 7%, que piora a produtividade; e 10% não souberam opinar.
- 31% disseram que as organizações já tinham reduzido o espaço físico das redações por conta do trabalho híbrido; 47%, que o espaço físico tinha sido redesenhado para acomodar as necessidades do novo modelo; e 71%, que tinha sido feito investimentos pela sua organização para incremento de tecnologia necessária (aqui a questão é de múltiplas respostas, por isso a soma dos percentuais ultrapassa 100%).

A percepção é semelhante por parte dos profissionais em geral. Vasconcelos constatou que, de 83 respondentes, 29 (34,93%) gostariam de trabalhar permanentemente em casa, 25 (30,12%) não gostariam, 24 (28,15%) preferiam o modelo híbrido e apenas 5 (6,02%) ainda não tinham formado opinião (VASCONCELOS, 2021).

Em questão totalmente aberta, Figaro *et al.*, no relatório *Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19*, questionaram seus respondentes: “Das mudanças advindas com a pandemia, quais você acredita que permanecerão após a crise sanitária?”. A partir de 891 comentários, os autores decidiram criar quatro categorias de respostas com indicações de permanência após a pandemia: a mais indicada, o trabalho em *home office*, teve presença em 472 respostas, mais da metade do universo (52,97%). A seguir, o uso de tecnologias (281, ou 31,54%); os cuidados com saúde e higiene (128, ou 13,37%); e precarização e intensificação do trabalho (77, ou 8,64%). (FIGARO *et al.*, 2021).

De toda forma, independentemente de riscos, a pandemia evidenciou a impossível dissociação entre a necessidade de “ir à rua” e a produção de notícias, conforme é possível constatar examinando os números coletados por Fernandes exclusivamente com jornalistas. Entre 218 respondentes, 86 informaram ter sido demandados a trabalhar na rua, enquanto 124<sup>304</sup> disseram não ter recebido tal

---

<sup>304</sup> Número compatível com questão anterior, sobre a natureza do trabalho dos respondentes, em que 93 decidiram pela opção “Sou jornalista/repórter, mas atuo dentro da redação” (FERNANDES, 2021, p.82).

demanda<sup>305</sup>. Entre os 86 a quem foi pedido realizar trabalho de rua, 43 aceitaram sem reservas, 25 hesitaram em aceitar devido a problemas de saúde pessoal ou de pessoas próximas, 10 recusaram também em função de problemas de saúde pessoal ou de pessoas próximas e 8 informaram que resistiram ativamente, mas acabaram por aceitar.

Embora o trabalho de rua seja extremamente importante e muitas vezes insubstituível, é também fundamental que cuidados sejam tomados no dia a dia, tanto assim que os pesquisadores Luiz Artur Ferraretto e Fernando Morgado produziram uma publicação eletrônica, *Covid-19 e comunicação: um guia prático para enfrentar a crise* (2020), pelo Núcleo de Estudos de Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).

Para os autores, o altíssimo risco potencial da cobertura da pandemia impõe restrições que vão de encontro a um dos princípios básicos do jornalismo, o de buscar estar sempre no local dos acontecimentos para reportá-los melhor e com mais fidelidade. Sugerem que, mesmo televisões, cuja necessidade de captar imagens em movimento é mandatória, sigam adotando a solução de contactar fontes através de aplicativos de videoconferências.

No caso do jornalismo, a pandemia de covid-19 impõe desafios semelhantes aos da cobertura de uma guerra ou aos da atuação em zonas de conflitos urbanos entre autoridades policiais e criminosos. A regra básica é a mesma: a sobrevivência do profissional em primeiro lugar. Isso afeta um dos cânones da profissão: estar no palco do acontecimento para narrar as ações dos protagonistas com o máximo de detalhes possíveis. (FERRARETTO; MORGADO, 2020, p.16).

Não se apresenta aqui um paradoxo ditado por pressupostos contrários, como se poderia supor a princípio, estabelecendo um confronto a ser decidido entre a prevenção da vida e um imperativo jornalístico. Conforme percebem Ferraretto e Morgado (2020), não se trata de conciliar risco de morte e risco de insucesso profissional, mas de hierarquizar valores, sendo a vida claramente mais importante que o sucesso profissional e determinante do comportamento a ser adotado.

---

<sup>305</sup> Havia ainda a possibilidade de escolher as opções “N/A – Não me pediram para trabalhar na rua” e “Outro” (FERNANDES, 2021, p.75).

#### 4.4. O papel social do papel jornal

Assim como para as demais organizações jornalísticas de todo o mundo, para *O Globo* a passagem urgente do modelo presencial para o remoto foi um processo difícil. A partir do momento em que se verificou como mandatória a providência, pela decretação da pandemia pela OMS, em março de 2020, iniciou-se o processo que se revelou um desafio, ou uma soma de desafios, como relata a editora executiva de impresso de *O Globo*, Fernanda Godoy<sup>306</sup>, que ocupa o cargo desde dezembro de 2017.

Godoy lembra que a decisão de mandar as pessoas para casa implicava ter capacidade técnica de operação a distância, e para isso seria necessário também enviar em alguns casos equipamento, e conseqüentemente foram necessários inclusive a compra ou o aluguel de laptops. Também foi preciso realizar melhoria na VPN<sup>307</sup> do jornal, para que o trânsito de dados, que teve um aumento significativo de uma hora para outra, pudesse manter sua eficiência e confiabilidade.

Uma primeira dificuldade se mostrou logo de início: era preciso haver um escalonamento na passagem do trabalho presencial para o remoto, e a primeira providência foi identificar os que faziam parte de grupos de risco: idosos, grávidas e pessoas recém-curadas de doenças graves, entre outros, foram os que iniciaram o processo de trabalho em casa. E ainda havia a questão da comunicação, lembra Godoy, com necessidade também de criar sistemas de troca de informações, como grupos de WhatsApp, e capacitar a equipe para uso eficiente de aplicativos de conferências por vídeo, como Teams e Zoom.

Lembro que ali pelo dia 10 ou 11 de abril, eu e a Maria Fernanda Delmas<sup>308</sup> brincamos quando saímos daqui [da redação], tipo “a

---

<sup>306</sup> Em entrevista concedida ao autor, em 22 de novembro de 2022, de forma presencial, nas dependências de *O Globo*, com os devidos cuidados sanitários. Godoy tem 35 anos de profissão e está em sua terceira passagem por *O Globo*, jornal em que começou sua carreira, como estagiária, em 1987.

<sup>307</sup> VPN (*Virtual Private Network*) é rede privada virtual protegida por criptografia e de acesso restrito a usuários cadastrados, de uso comum por empresas, entre elas as de natureza jornalística, para trânsito de dados. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-vpn/>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

<sup>308</sup> Diretora de redação do *Valor*. Disponível em: <<https://valor.globo.com/expediente/>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

última a sair apaga a luz”. A redação ficou escura, completamente escura, completamente vazia. Os computadores não podiam ficar desligados porque tinha essa coisa da conexão remota [...]. Aí você vinha aqui [na redação] para alguma coisa e parecia uma cena de filme de ficção. O pessoal que fazia a limpeza, com aquelas roupas de astronauta, aqueles aparelhos. (GODOY, 2022).

A redação ficou vazia, mas nem por isso se extinguiu a necessidade de trabalho de rua, ainda que se fizessem necessários todos os cuidados exigidos por uma atividade presencial na pandemia. Mesmo que logo no início da pandemia as atividades e os serviços relacionados à imprensa tenham sido considerados essenciais pelo Governo Federal, conforme decreto presidencial de 22 de março de 2020<sup>309</sup>, era necessário muito cuidado na produção de material jornalístico que demandasse presença de repórteres e/ou repórteres fotográficos.

Uma iniciativa foi buscar voluntários que se dispusessem a ir para a rua, conforme relata Godoy (2022), lembrando que a questão ultrapassava os riscos sanitários e alcançava o equilíbrio emocional, pela inevitabilidade de assistir a fortíssimas cenas de sofrimento alheio, como mortes em escala e pacientes graves sem atendimento médico por conta de superlotação dos hospitais. Uma destas voluntárias foi a experiente repórter especial Ana Lucia Azevedo<sup>310</sup>, que por 24 anos foi editora de Saúde, para quem a cobertura da pandemia foi o seu maior desafio profissional.

[...] o “fica em casa” definitivamente não era para a gente. O “fica em casa” não era para quem cobre saúde. [...] Eu trabalhei o tempo inteiro dentro de UTI, dentro de UPA, dentro de enfermaria, em cemitério, em necrotério, sequer tive covid. [...] dava para trabalhar com segurança. [...] muitos se acomodaram. Primeiro foi medo, depois comodismo. [...] Isso se perpetuou de certa forma. A direção [de *O Globo*] foi extremamente cuidadosa, ela não queria expor ninguém, havia muito medo no início. Eu sou uma repórter com bastante experiência na área, obviamente estou longe de ser suicida, eu só entrei [em ambientes de risco] acompanhada de médico, de pesquisador, também trabalhei muito dentro de laboratório de pesquisa. [...] Entrar clandestinamente não! Entrei superequipada, seguindo

<sup>309</sup> Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.288-de-22-de-marco-de-2020-249098577>>. Acesso em 10 dez. 2022.

<sup>310</sup> Em entrevista concedida ao autor, em 5 de outubro de 2022, de forma remota, pelo aplicativo Google Meet. Azevedo iniciou carreira em *O Globo*, em 1988.

todos os protocolos de segurança, e consegui fazer meu trabalho. Eu senti muita falta de mais gente fazendo isso. Foram muito poucos em toda a mídia que fizeram isso. (AZEVEDO, 2022).

Ana Lucia Azevedo comenta que se desgostava ao ver “aqueles videozinhos feitos por médico, ou por enfermeiro, ou por paciente”, que são válidos e têm seu lugar, mas ela adverte que eles têm vieses: viés de médico, viés de paciente etc. E lembra que o papel do jornalista sempre foi trazer um “olhar mais plural da sociedade” (AZEVEDO, 2022). Justamente o que Azevedo fez em matéria realizada em parceria com o repórter fotográfico Alexandre Cassiano, publicada na página 13 da edição de *O Globo* de 25 de abril de 2020, ainda no início da pandemia, intitulada “Exploração da tragédia/Pedro Ernesto sofre com alta abusiva nos preços de insumos básicos” e que rendeu uma chamada em primeira página<sup>311</sup>. Para relatar o drama vivido por médicos e pacientes, a reportagem visitou as instalações do hospital universitário da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com destaque para a UTI (ver Anexo F).

Menos de uma semana antes, na edição de 19 de abril, o trabalho de outra dupla de repórteres, Maiá Menezes (texto) e Márcia Foletto (fotos), rendeu uma reportagem de três páginas<sup>312</sup> (da 12 à 14), com chamada no alto da primeira página (ver anexo G), relatando o período de 13 horas de plantão na UTI do Hospital Copa Star, no Rio de Janeiro, quatro dias antes da publicação. Para acompanhar a rotina, as repórteres tiveram de cumprir todos os protocolos das equipes de trabalho: esterilização e uso de equipamentos de proteção, tais como pijama cirúrgico, touca e máscara N-95. Conforme relato publicado no próprio jornal, para que pudessem interagir com pacientes internados e realizar entrevistas, a uma distância não inferior a quatro metros, usaram também luvas, avental impermeável e protetor facial. De volta às suas casas, tiveram de se submeter a um isolamento por um período de 14 dias, que cumpriam no momento da publicação da reportagem.

---

<sup>311</sup>Também publicada no site de *O Globo*, com acesso para assinantes. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/hospital-universitario-pedro-ernesto-no-rio-sofre-com-alta-abusiva-de-precos-de-insumos-1-24393213>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

<sup>312</sup> Também publicada no site de *O Globo*, com acesso para assinantes. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/a-rotina-dentro-de-uma-uti-contracoronavirus-24381874>>. Acesso em: 10 dez. 2022.



Em 11 de março de 2021, data exata do primeiro aniversário da decretação da pandemia de covid-19, o site da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) publicou depoimentos de dez jornalistas de diferentes redações e locais do país para relatar como estava sendo enfrentada uma cobertura tão delicada e perigosa<sup>313</sup>. Maiá Menezes foi uma das depoentes, e contou que o trabalho acabou sendo muito maior e mais desgastante do que se pensava no início, inclusive porque ultrapassou em muito as fronteiras da cobertura de saúde.

No início da pandemia, as redações prepararam um grupo de repórteres para cobrir a pandemia da covid-19 e sua repercussão, mas ninguém nunca iria imaginar o número de casos, mortes e a tremenda polarização que ocorreu na política e na própria sociedade. Com o avançar da pandemia, as consequências econômicas e sanitárias causadas pelo vírus começaram a afetar a estabilidade emocional de jornalistas. No entanto, diante da ‘cobertura da guerra’, a saúde mental passou a ser tratada como algo secundário, não por causa das empresas, mas por causa da velocidade da informação. A prioridade, no jornalismo, é sempre a notícia. É uma profissão essencial neste momento, porque informação é essencial, mas há uma violência contra jornalistas que contam o que realmente está acontecendo durante a pandemia. Esses ataques vêm de autoridades e por parte da sociedade. (VATIERO; NEIVA; LIMA, 2021).

Neste xadrez que foi a cobertura, com cada jogada tendo de ser muito bem pensada para eliminar ou minimizar riscos, a escolha das fontes foi fundamental. Até porque a pandemia, no Brasil, passou a fazer parte do debate político, conforme lembrou Menezes, e para os repórteres era importante evitar o uso do espaço jornalístico por fontes de má-fé que muitas vezes até se apresentavam como qualificadas, quando na realidade não eram.

Azevedo observou que um grande auxílio à imprensa partiu da própria comunidade científica, chamada a colaborar com a sociedade e fazendo chegar informação importante e crível à população. Ela explica que os médicos, principalmente os especialistas da área, e toda a área de ciência e pesquisa ficaram bastante acessíveis: “Toda a questão era o horário dos caras, porque muitas vezes no horário ‘assim comercial’ eles estavam dentro de laboratório, ou dentro de UTI,

---

<sup>313</sup> Disponível em: <<https://www.abraji.org.br/noticias/um-ano-depois-da-pandemia-jornalistas-relatam-desafios-e-danos-a-saude-mental>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

trabalhando ali, não podiam sair dali. Então iam falar com você de madrugada. Era pegar ou largar.” (AZEVEDO, 2022)

A disponibilidade das fontes apontada por Azevedo é corroborada por pesquisa conduzida pelos pesquisadores Luisa Massarani e Luiz Felipe Fernandes Neves, da Fiocruz, e Carla Maria da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estudaram o impacto da pandemia na atuação de jornalistas especializados na cobertura de ciência<sup>314</sup>. De 26 jornalistas ouvidos, 24 apontaram cientistas brasileiros como fontes regulares; 21, os médicos; outros 21, artigos científicos revisados por pares; 12, artigos científicos ainda não revisados por pares (pré-prints); outros 12, cientistas de outros países, além de nove citações únicas, sem maior relevância (questão com múltiplas opções) (MASSARANI; NEVES; SILVA., 2022).

Uma questão trazida por Luisa Massarani, Luiz Felipe Neves e Carla Maria da Silva (2022) foi a infodemia provocada pelo excesso de informação, que também preocupou Azevedo, principalmente por conta da desinformação que chegava como contrapeso: “Foi uma enxurrada de informação, no meio disso tudo fluando aquele esgoto de *fake news*” (AZEVEDO, 2022). Para a repórter especial de *O Globo*, o grande problema não é identificar a *fake news*, relativamente fácil para quem é especializado, mas sim perder tempo fazendo matéria para desmentir *fake news* viralizantes, em vez de trabalhar em assuntos mais relevantes num momento difícil como o da pandemia.

A situação não mexeu somente com a lógica da apuração, mas também, e muito, com a organização das empresas jornalísticas, forçadas de uma hora para outra a refazerem suas estruturas para reforçar as equipes dedicadas à saúde e à ciência, usualmente diminutas, embora muito importantes. Em *O Globo*, foi criada uma espécie de super-editoria, denominada Especial Coronavírus, com a reunião de matérias em relação direta com a pandemia e regida por quatro editores: Eduardo Graça, então editor de Sociedade<sup>315</sup>, que englobava a cobertura de saúde e ciência;

<sup>314</sup> Conforme os autores, estudo de caráter exploratório divulgado de 7 a 14 de agosto de 2020 para jornalistas de ciência integrantes da Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores de Ciência, do Fórum de Reportagem sobre Crise Global de Saúde e do Instituto Nacional de Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia.

<sup>315</sup> Esta editoria não mais existe em *O Globo*. Hoje, a cobertura de pandemia está na nova editoria de Saúde.

Thiago Prado, editor de País, Gabriela Goulart, então editora de Rio, e a editora de Mundo, Claudia Antunes.

A primeira edição com a super-editoria Especial Coronavírus foi a de 13 de março, apenas dois dias após a decretação da pandemia pela OMS, e já trazia as matérias com relação direta com a pandemia reunidas numa sequência de quatro páginas, da 6 à 9. Em 25 de março, uma das edições analisadas detalhadamente nesta pesquisa, já eram 11 páginas englobadas pela Especial Coronavírus, com a publicação de um total de 29 itens diretamente relacionados à pandemia, sendo 26 notícias (4 notas e 22 matérias), 1 entrevista pingue-pongue (de pergunta e resposta), 1 editorial e 1 infográfico<sup>316</sup>.

Nesta edição, o material de Mundo passou a integrar a Especial Coronavírus, que já englobava Rio, País e Sociedade (que incluía saúde e ciência). O Segundo Caderno, renomeado Segundo Caderno na Quarentena, passou a englobar os suplementos *Boa Viagem*<sup>317</sup> e *Rio Show*<sup>318</sup>, agora dedicado à programação em casa e também renomeado, para Rio Show no Sofá. O noticiário de Economia, embora muito relacionado a medidas governamentais para minimizar efeitos da pandemia ou sobre suas consequências para os negócios e a população em geral, permaneceu separado. O então editor de Sociedade, Eduardo Graça<sup>319</sup>, calcula que 80% da redação do jornal trabalhavam, em meados de 2020, para a super-editoria Especial Coronavírus.

[...] *o Globo* foi o primeiro que transformou sua edição durante meses apenas em pandemia [...] Foi uma decisão extremamente ousada do Alan [Grip, diretor de Redação] naquele momento de dizer: “Não, é um momento importantíssimo, [...] vamos transformar o jornal da mesma maneira que o mundo lá fora está sendo transformado”. (GRAÇA, 2022).

<sup>316</sup> Na edição, houve ainda mais 42 itens identificados para exame no *corpus* da pesquisa desta tese, versando sobre temas em consequência da pandemia, mas não diretamente relacionados a ela. Estes itens foram publicados em outras editorias: Opinião, Economia, Leitores (Cartas), Esportes, Segundo Caderno, Carro etc., além de uma rara matéria publicada na primeira página, sobre segurança do jornal para o leitor.

<sup>317</sup> A última edição do *Boa Viagem* foi em 19 de março de 2020, quinta-feira. Em 19 de janeiro de 2023, continuava a ser publicado no interior do Segundo Caderno, ainda às quintas-feiras.

<sup>318</sup> A última edição do *Rio Show*, antes da pandemia, foi em 20 de março de 2020, uma sexta-feira, e voltou a ser publicado em 1 de dezembro de 2022, agora às quintas-feiras. Apesar de não ter saído em papel entre o primeiro semestre de 2020 e o fim de 2022, havia uma edição digital principalmente voltada a serviço de cultura e entretenimento.

<sup>319</sup> Em entrevista concedida ao autor, em 15 de setembro de 2022, de forma remota, pelo aplicativo Google Meet. Graça trabalha em *O Globo* desde 2004, sendo que foi contratado como efetivo em 2018 – antes, entre 2004 e 2018, trabalhava em Nova York como *stringer*, um correspondente em regime *freelancer*.

À parte a dificuldade do trabalho remoto, com o qual Graça tinha já alguma familiaridade por ter sido correspondente do jornal em Nova York por 14 anos, ele destaca algumas iniciativas importantes, como o envio do repórter Leandro Prazeres a Manaus para cobrir *in loco* a crise da falta de oxigênio ou da “falta de ar”, como também era chamada.

Este material produzido em Manaus por Prazeres foi publicado no jornal impresso nas edições de 16 e 17, com fotos de agências – no site, há foto publicada de autoria do próprio repórter. A cobertura já estava de volta à editoria Sociedade pois tinha-se desfeito a Especial Coronavírus, e o desdobramento da crise em Manaus depois seguiu sendo coberto por Prazeres, mas a distância.

Outro investimento importante apontado por Graça foram as primeiras páginas, em estilo “capa”<sup>320</sup>, em momentos importantes da cobertura, em marcos de números redondos de mortes, como aos 10 mil, na edição de 10 de maio de 2020, e aos 100 mil, na edição de 9 de agosto de 2020.

Segundo conta Graça, foram edições planejadas cuidadosamente pelo editor executivo Alessandro Alvim. Na edição dos 10 mil, foram publicados os nomes dos 10.657 mortos até a véspera, com um breve relato sobre cada um extraído do site do projeto Inumeráveis<sup>321</sup>, em uma lista que começava na primeira página e terminava nas páginas 6 e 7 (ver figuras 2 e 3<sup>322</sup>). Na edição dos 100 mil, na primeira página, está a foto da primeira vítima da covid-19 no Brasil, a diarista Rosana Aparecida, sobre um mosaico feito com fotos de outros mortos; nas páginas 12 e 13, mais fotos e os perfis de 10 mortos, o que podemos deduzir que

<sup>320</sup> A primeira página da quase totalidade dos jornais é preenchida com chamadas que remetem às matérias em seu interior, herança da época em que os textos começavam na primeira página e tinham continuação nas páginas do miolo. A capa é utilizada basicamente pelas revistas, normalmente com um assunto preponderante e uma foto ou uma ilustração dominante. O uso da primeira página com o estilo capa por um jornal, por si só, já causa um estranhamento no leitor e, por isso, é usado como recurso excepcional para valorizar um fato extremamente importante.

<sup>321</sup> O projeto Inumeráveis é um memorial online dedicado à história das vítimas da covid-19 no Brasil. Segundo o próprio site, “Inumeráveis é uma obra do artista Edson Pavoni em colaboração com Rogério Oliveira, Rogério Zé, Alana Rizzo, Guilherme Bullejos, Gabriela Veiga, Giovana Madalosso, Rayane Urani, Jonathan Querubina e os jornalistas e voluntários que continuamente adicionam histórias à [sic] este memorial”. Disponível em: <<https://inumeraveis.com.br/>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

<sup>322</sup> Reproduções do site do acervo disponível no site de *O Globo* com restrição de acesso a assinantes. Disponíveis em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=202020200510>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

simbolicamente cada um representa 10 mil mortos; e na página 14, a história de Rosana (ver figuras 4, 5 e 6 <sup>323</sup>).

Figura 2: Edição dos 10 mil(1)



Reprodução de *O Globo*, ed. 10 mai. 2020, p.1

<sup>323</sup> Reproduções do site do acervo disponível no site de *O Globo* com restrição de acesso a assinantes. Disponíveis em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=202020200809>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

Figura 3: Edição dos 10 mil(2)



Reprodução de O Globo, ed. 10 mai. 2020, p.6-7

Figura 4: Edição dos 100 mil(1)



Reprodução de O Globo, ed. 9 ago. 2020, p.1



Figura 5: Edição dos 100 mil(2)



Reprodução de O Globo, ed. 9 ago. 2020, p.12-13

Figura 6: Edição dos 100 mil(3)



Reprodução de O Globo, ed. 9 ago. 2020, p.1

Outra iniciativa destacada por Graça (2022), e também por Godoy (2022), foi a criação da coluna “A Hora da Ciência”, inicialmente publicada de segunda-feira a sexta-feira, a partir de 27 de abril de 2020, em que profissionais de saúde examinavam questões médicas e medidas de prevenção à pandemia. O primeiro elenco a assinar a coluna era formado pela microbiologista Natalia Pasternak (segunda-feira), pela pneumologista Margareth Dalcomo (terça-feira), pelo pneumologista Amílcar Tanuri (quarta-feira), pelo neurocientista Roberto Lent (quinta-feira) e pela médica e professora Patricia Rocco (sexta-feira)<sup>324</sup>.

A coluna seguiu publicada durante todo o período compreendido pelo *corpus* desta pesquisa, embora tenha tido redução no número de dias de publicação e no time de colunistas. Na semana a partir de 14 de setembro de 2020, foi a seguinte a composição: terça-feira, dia 15, Margareth Dalcomo; quinta-feira, 17, Roberto Lent; sábado, 19, Natalia Pasternak.

*O Globo* mantém a regularidade da publicação de colunas assinadas por profissionais da área de saúde, agora na editoria de Saúde. Na semana que se iniciou em 5 de dezembro, foi o seguinte o elenco de colunistas: segunda-feira, dia 5, “Ciência”, com Natalia Pasternak; terça-feira, 6, “A Hora da Ciência”, com Margareth Dalcomo; quarta-feira, 7, “Bem-estar”, com Marcio Atalla; quinta-feira, “Bem-estar”, com Priscila Primi; sexta-feira, 9, “Ciência”, com Roberto Lent; sábado, 10, “Receita de médico”, com Claudia Cozer Kalil. O nome “A hora da ciência” é utilizado apenas nas colunas de Margareth Dalcomo, que alterna o espaço das terças-feiras com a cardiologista Ludhmila Abrahão Hajjar<sup>325</sup>.

<sup>324</sup> Qualificação dos colunistas conforme créditos que acompanhavam suas assinaturas (transcrição literal): Natalia Pasternak: microbiologista, presidente do Instituto Questão da Ciência, pesquisadora do ICB-USP e autora do livro “Ciência no Cotidiano”; Margareth Dalcomo: cientista e pneumologista da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz; Amílcar Tanuri: virologista-chefe do Laboratório de Virologia Molecular do Departamento de Genética da UFRJ; Roberto Lent: neurocientista, professor emérito da UFRJ e pesquisador do Instituto D’Or; Patricia Rocco: médica, professora titular e chefe do Laboratório de Investigação Pulmonar do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (UFRJ), membro da ANM e da ABC.

<sup>325</sup> Qualificação de Atalla, Primi, Kalil e Hajjar, conforme créditos que acompanhavam suas assinaturas (transcrição literal): Marcio Atalla: formado em Educação Física com especialização em treinamento de atletas de alto nível e pós-graduação em Nutrição pela USP; Priscila Primi: nutricionista, mestre pela Universidade de São Paulo; Claudia Cozer Kalil: endocrinologista, coordenadora do Núcleo de Obesidade e Transtornos Alimentares do Hospital Sírio-Libanês; Ludhmila Abrahão Hajjar: intensivista e cardiologista, professora de cardiologia da FMUSP, chefe da cardiologia do ICESP, coordenadora da cardio-oncologia do InCor.



Mas certamente a iniciativa mais importante foi a participação no Consórcio de Veículos de Imprensa, que viabilizou a utilização dos dados coletados primariamente pelas secretarias de Saúde dos estados e do Distrito Federal, como destacaram Godoy (2022), Azevedo (2022) e Graça (2022). Formado por quatro jornais (*O Globo*, *Extra*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*) e dois portais noticiosos (UOL e G1), a lógica de funcionamento foi a divisão de trabalho: cada veículo ficou responsável por coletar os dados com um número determinado de secretarias de saúde e a totalização feita em planilha compartilhada<sup>326</sup>.

A mecânica deste funcionamento é descrita detalhadamente no artigo *Cenas dos próximos capítulos: a criação do consórcio de imprensa* por Marialva Barbosa, Ana Paula Goulart de Andrade e Marcos André Oliveira Cony (2022), sendo que um dos autores trabalhou na sistematização de dados em um dos veículos do Consórcio. De acordo com Barbosa, Andrade e Cony, cada veículo coletava números de cinco ou seis estados, gerando boletins às 8h, 13h e 20h, sendo que apenas o da noite continua ativo. Boletins extras ocorreram em situações especiais, como quando o Brasil atingiu 100 mil mortes e depois 500 mil mortes. A partir de 21 de janeiro de 2021, foram incorporados os números de vacinação (BARBOSA; ANDRADE; CONY, 2022).

O fato de os números disponíveis serem comuns aos seis veículos de imprensa não significou que o aproveitamento fosse o mesmo. Cada um fez sua leitura de uma forma diferente, relataram Godoy (2022), Azevedo (2022) e Graça (2022), os profissionais de *O Globo* entrevistados para esta tese. Isso também constatou Cláudia Regina Ferreira em pesquisa que analisou e comparou o material publicado pelos seis veículos do Consórcio: “[...] apesar do consórcio ter se unido para levantar dados em comum, cada veículo utilizou essa mesma informação de maneiras diferentes” (FERREIRA in: PATRÍCIO, 2022, p.147).

Para Barbosa, Andrade e Cony, há uma interpretação para o Consórcio além da sua atividade primeiramente percebida, de compilar dados. De acordo com os autores, os números da pandemia passaram a ser “capital político e simbólico do jornalismo”, que passava por um momento difícil enquanto instituição pela ameaça

---

<sup>326</sup> Apesar da queda no número de óbitos e contaminações, o Consórcio continuava ativo em dezembro de 2022, e o portal G1 mantinha sua rotina de publicar diariamente os dados, conforme verificado no dia 12. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

sofrida pelo estabelecimento das mentiras, ou “verdades alternativas”, em lugar da verdade (BARBOSA; ANDRADE; CONY, 2022, p.198). Trata-se inclusive de assumir um lugar de porta-voz em substituição às fontes oficiais.

Há mais de dois anos no ar, o consórcio segue no mesmo sentido, repactuando a confiança jornalística com a audiência, que já criou a expectativa de ser informada com os dados oficiais. Tal articulação colaborativa retoma a centralidade de ser porta-voz da verdade dos veículos de comunicação. Mas no caso do consórcio, o porta-voz, ou seja, aquele que fala na condição de ter a outorga de outro para falar por ele e em nome dele, é constituído por sujeitos genéricos – os veículos de comunicação. Esses sujeitos que são singulares, uma vez que se constituem como empresas independentes e com linhas editoriais próprias, se apresentam apagando esta característica de individualização midiática. Assim, desaparecem os consorciados e aparecem como um bloco os números divulgados produzindo a unidade discursiva e construindo a metáfora do porta-voz. A rigor, o porta-voz seria cada grupo de mídia, mas no caso em questão, os veículos desaparecem e entra em cena o consórcio. O porta-voz, portanto, não é mais o singular, mas o plural, ou seja, a própria imprensa. (BARBOSA; ANDRADE; CONY, 2022, p.203).

Também Godoy (2022), Azevedo (2022) e Graça (2022) demonstraram, em suas entrevistas, a sensação de dever cumprido pelo papel desempenhado durante a pandemia pela imprensa e pelos seus desempenhos profissionais no período. De acordo com Godoy (2022), a imprensa assumiu um “protagonismo”; para Graça (2022), “foi absolutamente exemplar”; e Azevedo (2022) entende que trouxe “informação que definitivamente ajudou a salvar vidas”. A aposta teórica é para que a pandemia possa ser um exemplo a recorrer e seguir, e tamanho esforço e sacrifício do jornalismo e dos jornalistas não se percam.

## 5 Considerações finais

No momento em que me encaminho para o ponto final desta tese, ocorre uma importante mudança no Brasil, na passagem de 2022 para 2023 e na passagem de um governo para outro. Junto com o Ano Novo, chega uma forte expectativa de que o jornalismo tenha se acostumado ao papel social exercido durante a pandemia de covid-19 no suporte à sociedade, tanto pelo fornecimento de informação confiável como pelo combate à desinformação e, por que não dizer, à mentira. Que este jornalismo não tenha de cumprir esta tarefa por si, mas sim em parceria com as autoridades, a quem o voto popular entregou o papel maior de conduzir e proteger a sociedade.

A pouco mais de duas semanas da troca de ocupante no Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República, foi desmontado o detestado e detestável “cercadinho” destinado aos jornalistas que ainda se dispunham a ouvir a principal autoridade do Executivo Federal<sup>327</sup>. Mais que um espaço exíguo confinado por grades, sem o mínimo conforto, em que os jornalistas se expunham a todo tipo de agressões físicas, verbais e psicológicas desferidas por apoiadores de Jair Bolsonaro e às vezes pelo próprio, o “cercadinho” representou o cerceamento à atuação da imprensa<sup>328</sup>, também no plano simbólico.

O cerceamento ao trabalho da imprensa foi, de fato, real – aqui as palavras “fato” e “real” vêm somadas propositalmente em pleonasma para dar a dimensão da forte pressão exercida. Uma das faces desta deliberada intimidação ao jornalismo foi um coquetel de desinformação e *fake news*, temperado com a clara negativa à informação, ocorrida durante a pandemia de covid-19, principalmente em um de seus momentos mais severos, em meados do ano de 2020.

Foi da observação diária do trabalho dos colegas jornalistas de redação ao acompanhar o noticiário, mas também pelo relato direto de vários deles, que veio a proposta de entender como, durante a pandemia, se deu a relação do jornalismo com

---

<sup>327</sup> Ver mais em matérias da revista *Veja* e do canal de TV CNN, disponíveis em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/cercadinho-do-alvorada-e-desmontado-com-bolsonaro-em-silencio-e-de-saida/>> e <<https://www.youtube.com/watch?v=golE9oWHhvY&list=PLIdvhHNHRHtsX04ObRnj5yZ7rHUVcNK8h&index=22&t=22s>>. Acessos em: 19 dez. 2022.

<sup>328</sup> O espaço inspirou o nome do documentário *Cercados: a imprensa contra o negacionismo na pandemia*, produzido e exibido pelo serviço de streaming Globoplay, e dirigido por Caio Cavechini.

a sociedade. Esta sociedade viveu um momento de extrema vulnerabilidade pelo surgimento de um vírus novo e desconhecido, para o qual a medicina e os profissionais de saúde não estavam preparados.

A ideia da hipótese saiu da familiaridade com uma publicação da Organização Mundial de Saúde, *Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública: um manual da OMS*, que eu usava e uso para trazer exemplos nas aulas que ministro na disciplina de assessoria de comunicação em cursos de graduação de Jornalismo. Disponível para *download* no site do Ministério da Saúde, em português, é exemplo de um bem elaborado manual de crise com aplicação em comunicação.

Em síntese: o manual da OMS recomenda fortemente que autoridades públicas de saúde e seus agentes de comunicação estabeleçam uma relação de parceria com os meios de comunicação de massa, para que estes divulguem as informações relevantes no acompanhamento de emergências sanitárias, das quais a pandemia é a mais grave. Trata-se de usar, no bom sentido, a mídia justamente para evitar o espalhamento de desinformação e boatos, muitos deles maldosos, baseado no fato de a imprensa ainda ter a melhor combinação de alcance com credibilidade dentre os canais de comunicação.

Assim, é possível afirmar que o jornalismo recebeu da situação de emergência sanitária “pandemia de covid-19” uma oportunidade de se reafirmar como proprietário de um papel social de guardião da sociedade. Para executar esta missão, deveria cumprir com seu objetivo primeiro, o de levar à população informação confiável de maneira a ajudar os agentes públicos no combate à pandemia.

A hipótese trazida por esta tese é a de que o jornalismo obteve sucesso nesta empreitada, reafirmando desta forma o papel de “cão de guarda” da sociedade, que se espera venha a exercer. O estudo desenvolvido e exposto ao longo de quatro capítulos permite afirmar que a hipótese se confirma, embora seja possível fazer algumas ressalvas. A principal é de não se pode entender o jornalismo como algo uno e indivisível, uma vez que nem todas as organizações midiáticas contribuíram para a reafirmação deste papel social da imprensa, e em verdade algumas até o desonraram.

Para a verificação da hipótese, foram somadas três metodologias usuais nos estudos de jornalismo: revisão bibliográfica, análise de conteúdo e entrevistas em

profundidade. Assim apresentadas trazem uma ideia de sequência, com três etapas, e este foi mesmo o planejamento de pesquisa. Porém, no decorrer do trabalho, as etapas muitas vezes se confundiram e se mesclaram, mas sem qualquer prejuízo para o resultado.

\* \* \*

A revisão bibliográfica é o cerne do Capítulo 1, em que se estabelece o *ethos* jornalístico a partir dos valores que são caros à profissão, tais como objetividade, verdade, credibilidade e imparcialidade, identificados por vários autores (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003; GUERRA, 1998; BARBOSA, 2008; TRAQUINA, 2012; SCHMITZ, 2018b). Estes não são os únicos valores praticados pelo jornalismo, mas estão entre os mais identificados com a atividade.

São os valores do jornalismo que lhe emprestam autoridade para exercer o papel social de proteção à sociedade, uma responsabilidade que se assemelha à do “cão de guarda”, daí vindo a expressão, conforme nos relata Schmitz (2018a, 2018b). Este papel é percebido como uma outorga da sociedade ao jornalismo, pela sua capacidade de intermediar os interesses do público junto ao poder público (BARBOSA, 2008).

Mas nem sempre foi esta a percepção que se teve do jornalismo. Por paradoxal que pareça em um primeiro momento, é com o avanço da imprensa comercial em substituição à de opinião que o jornalismo passa a se colocar – e ser percebido – como guardião da sociedade. Na verdade, não há paradoxo, mas uma explicação relativamente simples, baseada na lógica de mercado capitalista: para conseguir maior circulação, os primeiros jornais com perfil informativo, surgidos nos anos 1830, precisavam ser plurais, ou seja, trazer as várias vozes da sociedade (SCHUDSON, 2010; TRAQUINA, 2012).

Ainda que se entenda que as diversas vozes da sociedade não tenham todas o mesmo volume, com algumas se sobressaindo, na perspectiva de o jornalismo ser um campo de disputa de poder (BOURDIEU, 1997; NEVEU, 2006; AGUIAR, 2014), são os valores éticos que trazem certa unidade a esta comunidade internacional de jornalistas, além do compartilhamento de práticas e processos (TRAQUINA, 2012, 2013). Os jornalistas perpetuam entre si estes valores, ao

mesmo tempo que lhes dão publicidade de maneira a que a sociedade também os perceba.

Assim, o ataque ao jornalismo, e aos jornalistas, se faz aos seus valores. Em relação ao jornalismo em si, a estratégia usual é demonstrar que os valores não são possíveis de serem atingidos. Quanto aos jornalistas, a fórmula mais utilizada é demonstrar que eles não conseguem ter estes valores – o ataque pode ser aos jornalistas, como um conjunto universal, como um grupo dentro deste conjunto universal ou individualmente.

As teorias da parcialidade, ou da ação política, surgidas nos anos 1970 e 1980, que defendem a impossibilidade da neutralidade jornalística, atacam ao mesmo tempo a objetividade e a imparcialidade. Para estes teóricos, tanto de inspiração de esquerda como de direita, a objetividade tem como sua oposta a parcialidade. Resumindo, e muito, o raciocínio dos teóricos da parcialidade apresentado por Traquina: se não é possível ser objetivo, pela subjetividade que lhe é própria, um jornalista não pode ser imparcial; portanto, ele é parcial. (TRAQUINA, 2012).

Se os jornalistas são parciais, ainda que sem culpa por isso, ou mesmo consciência disso, o jornalismo será também parcial pela soma das parcialidades de seus indivíduos, no raciocínio dos teóricos da ação política. Aí que reside uma diferença básica, antagônica mesmo. Para os teóricos de direita, o jornalismo é de esquerda, combate o sistema capitalista; já para os teóricos de esquerda, o jornalismo é de direita, dá sustentação ao regime capitalista (TRAQUINA, 2012).

Duas obras são utilizadas nesta tese como exemplo destas ideias: pela perspectiva dos autores de direita, *The media elite*, de 1986, escrito por Robert Lichter, Stanley Rothman e Linda Lichter (LICHTER; ROTHMAN; LICHTER, 1986); e pela ótica dos autores de esquerda, *Manufacturing consent: the political economy of the mass media*, de 1988, de Edward Herman e Noam Chomsky, que no Brasil ganhou como título *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia* (HERMAN; CHOMSKY, 2008).

Esta tese não pretendeu embrulhar num mesmo pacote a esquerda e a direita, muito menos negar sua existência eminentemente oposta. Mas identificou uma semelhança de argumentação nos teóricos da ação política de um campo e de outro. Embora não seja o cerne desta pesquisa, é necessário reafirmar aqui a adoção da

perspectiva igualitária, para a esquerda, e não igualitária, para a direita, conforme Norberto Bobbio (1995).

Ao elaborarem as suas obras, os teóricos da parcialidade não tinham como dimensionar o fenômeno que surgiria décadas depois e atenderia pelo nome de *fake news*, uma versão atualizada dos boatos, mas com muito mais força de espalhamento pela utilização da comunicação digital. Em grande medida, é na lógica das teorias da parcialidade que os ideólogos de direita, como Steve Bannon e Olavo de Carvalho, vão buscar argumentação para desenvolver suas ideias e criar a ilusão de que a verdade não é una, mas múltipla e dada pela crença de cada um.

Aqui é muito importante abrir parênteses para evitar confusão: embora os teóricos da parcialidade estejam dos dois lados no espectro político, são fundamentalmente os de direita os invocados pelos propagadores da ideia da verdade múltipla própria da estratégia discursiva de políticos e ideólogos do populismo de direita, como os ex-presidentes Donald Trump, dos Estados Unidos, e Jair Bolsonaro, do Brasil.

À esquerda coube, em oposição, de maneira geral, a defesa da ideia da verdade em si. Uma verdade que Hanna Arendt conceituou como verdade factual (ARENDR, 2016). Na obra estudada de Herman e Chomsky, os autores inclusive identificam a prática de pressão dos governos estadunidenses sobre a imprensa do país, através de ataques e ameaças (HERMAN; CHOMSKY, 2008). Os autores davam como exemplo as ações do então presidente Ronald Reagan<sup>329</sup>, mas não tinham como imaginar o que Donald Trump faria depois.

A ideia de uma verdade para cada um, ou para cada grupo, desestabiliza o jornalismo como mediador em busca de consenso (KAKUTANI, 2018). E faz com que tenhamos a curiosa, ou mesmo bizarra, situação de organizações jornalísticas serem acusadas de produtoras de *fake news*. Em que pesem os problemas criados pelas próprias organizações jornalísticas à credibilidade do jornalismo, como apontado no capítulo 2, ainda resiste como valor fundamental a busca da verdade.

Aqui nesta tese defendemos a ideia de que há uma forte relação entre o ataque à verdade, e antes à objetividade e à imparcialidade, com a consequente perda de credibilidade pelo jornalismo. O que evidencia isso é a recuperação dos índices de credibilidade, durante os anos críticos de cobertura da pandemia, em

---

<sup>329</sup> O livro de Herman e Chomsky tem sua primeira edição em 1988.

relatórios de acompanhamento da percepção do jornalismo pelo público, conforme analisado no capítulo 2. Nesta cobertura de pandemia, práticas profissionais ligadas à busca da verdade, como a ciência e o jornalismo, recuperaram terreno junto à percepção pública.

Antes de pensarmos nos relatórios de percepção, porém, vale entender os critérios de credibilidade jornalística aqui adotados, a partir das duas dimensões propostas por Lisboa e Benetti (2017): “credibilidade percebida”, fruto da percepção do interlocutor, e a “credibilidade constituída” pelo próprio jornalismo e seus agentes, dependentes da “busca da verdade” e do “compromisso com o interesse público”. Justamente na pandemia é que se teve a oportunidade de valorização destes dois pilares da credibilidade constituída.

O jornalismo pode ser considerado um sistema perito, em que os profissionais que nele atuam são reconhecidos por uma perícia que lhes é própria, assim como é a medicina: um leitor de jornal, ao ler seu exemplar, deposita confiança no jornalismo, assim como faz um paciente ao consultar um médico, guardadas naturalmente as diferenças (MIGUEL, 1999; LISBOA; BENETTI, 2017). Se a confiança é importante, e é da confiança que vem a credibilidade, a quebra da confiança terá como consequência direta a perda da credibilidade.

Voltemos ao capítulo 2 e à questão da oscilação da credibilidade do jornalismo. Em 2022, Miguel faz um artigo em que atualiza seu pensamento sobre jornalismo como sistema perito, apresentado em 1999, mas agora examina a questão à luz do conceito de “pós-verdade”. Para ele, o crescimento da ideia de “pós-verdade” faz com que a narrativa de um fato por uma redação de profissionais jornalistas peritos em tratamento da informação passe a valer tanto quanto a de qualquer outra pessoa, na percepção geral (MIGUEL, 2022).

No Brasil recente, os ataques à imprensa e à sua credibilidade cresceram sobremaneira nos últimos anos, a ponto de a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) ter instituído a partir de 2019 uma nova categoria, “descredibilização da imprensa”, em seu relatório anual *Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil*. Novamente o ex-presidente Jair Bolsonaro aparece como principal agente dos ataques ao jornalismo (FENAJ, 2020).

Não à toa, a passagem de 2018 para 2019 registra, no Brasil, uma queda abrupta na “confiança nas notícias” medida pelo relatório global *Reuters Institute Digital Report*, de 59% para 48%, uma perda de 11 pontos percentuais (REUTERS



INSTITUTE; 2019). Já havia uma tendência de queda, mas os percentuais de confiança oscilavam em torno de 60% antes de o ex-presidente assumir protagonismo, primeiro na campanha eleitoral, em 2018, depois na própria condução do governo, a partir de 2019.

No entanto, a percepção de credibilidade do jornalismo volta a subir com a chegada da pandemia: em seu primeiro ano, 2020, chega a 51%, e atinge 54% em 2021, pelos números do relatório do Reuters Institute. Mas, em 2022, com o abrandamento da pandemia, os percentuais voltam a baixar, agora para 46%, numa queda bastante forte (REUTERS INSTITUTE; 2020, 2021, 2022).

Mesmo movimento se verificou nos números do relatório *Trust barometer*, da agência Edelman, porém com oscilações menores de subida e descida. Em 2019, o índice de “confiança na mídia” era de 41%, subiu em 2020, para 44%, e novamente em 2021, agora para 48%, mas desceu para 47% em 2022 (EDELMAN, 2019, 2020, 2021, 2022).

O capítulo 2 traz ainda um histórico de cobertura de saúde que aponta uma coincidência de medidas tomadas pelo jornalismo em dois outros momentos de emergência sanitária no Brasil: na pandemia de gripe espanhola do começo do século passado e na epidemia de meningite dos anos 1970. Diante da falta de informações oficiais, os jornais diários do Rio de Janeiro passaram a apurar junto aos cemitérios e às delegacias policiais o número de sepultamentos para dar conta da totalização de óbitos por gripe espanhola (BARBOSA; ANDRADE; CONY, 2022). Na cobertura de meningite, a *Folha de S. Paulo*, a partir de julho de 1974, também pela falta de compilação de números oficiais, começa a publicar uma tabela diária com o nome dos hospitais, o número de admissões, altas, óbitos, internados e o total geral daquele hospital (SCHNEIDER; TAVARES; MUSSE, 2015).

As duas iniciativas, embora menos organizadas, têm a mesma lógica da formação do Consórcio de Veículos de Imprensa, em junho de 2020, para resolver o problema causado pela crise de “apagão de dados” do Ministério da Saúde. Nas três ocasiões de cobertura de emergências sanitárias, dos jornais cariocas na pandemia gripe espanhola, da *Folha de S. Paulo* na epidemia de meningite e do Consórcio de Veículos de Imprensa na pandemia de covid-19, o jornalismo atuou como “cão de guarda” da sociedade, buscando informações não oferecidas pelas fontes oficiais de cada época.

A cobertura desenvolvida por um dos jornais integrantes do Consórcio, o diário carioca *O Globo*, é analisada no capítulo 3. A análise de conteúdo do período de 9 de março a 20 de setembro, pela técnica de semanas compostas, identificou 1.212 itens em 28 edições, entre textos noticiosos e de opinião que trataram da pandemia em si ou de pautas motivadas por eles. O período analisado é significativo por ter sua centralidade na semana de criação do Consórcio, em junho de 2020: desta forma, foram verificadas edições de antes do início do Consórcio e outras durante seu funcionamento, permitindo inclusive comparação.

O cruzamento dos dados de duas categorias de classificação, “Fonte principal” e “Tema”, permite concluir que o Governo Federal não perde protagonismo no número médio diário de itens publicados, a partir da crise de “apagão de dados” de junho de 2020 e da consequente formação do Consórcio. Só que nas questões de saúde propriamente ditas, as mais importantes à época, o Ministério da Saúde deixa de ser uma fonte importante a partir do “apagão de dados”, embora a Anvisa tenha permanecido em foco por seu papel regulador e fiscalizador.

Se perde espaço nos itens de combate direto à pandemia, o Governo Federal vai passar a aparecer mais nos temas ligados à economia, pelas medidas para combate à recessão e pela discussão do auxílio emergencial. O Ministério da Economia e a Caixa ganham maior destaque.

A análise do material quanto ao “Tema” revelou a necessidade, ainda no estudo preliminar, de se incluir uma subcategoria que não foi contemplada na primeira classificação do conteúdo pesquisado: “Embate político/negação”. A análise mostrou a expressiva ideologização da pandemia, pela sua negação, daí a necessidade de incluir a subcategoria, que acabou tendo uma participação significativa, com 203 itens classificados como “Embate político/negação”, representando 16,75% do universo.

Somaram 453 os itens ligados diretamente à pandemia, no que se refere à saúde, ou o equivalente a 37,38% do total. Foram considerados temas de saúde: “Prevenção”, “Cuidados”, “Números (acompanhamento)” e “Relatos pessoais”. Entre os temas diversos, ficaram “Economia”, “Esportes”, “Cultura/entretenimento”, “Política internacional” e “Outros temas”, que somaram 134 itens, ou 11,06% do total. Foram incluídos nos temas apenas itens provocados diretamente pela

pandemia (por exemplo: auxílio emergencial, suspensão de competições esportivas e adiamento de shows).

Um período importante, compreendido a partir da formação do Consórcio, foi analisado de forma paralela, incluindo sete edições contínuas, entre os dias 9 de junho de 2020, uma terça-feira, e 15 de junho de 2020, segunda-feira – o Consórcio se formou em 8 de junho, portanto seus resultados só vão integrar a edição impressa de *O Globo* do dia 9. No período, foram publicados 16 textos, entre editoriais e colunas, em defesa do Consórcio, em um total de 81 itens de opinião verificados no período. Ou seja, o jornal utilizou bastante seu espaço de opinião para dar sustentação a uma iniciativa no plano da informação.

No capítulo 4, parte-se do processo de construção da notícia para compreender como se dá a organização do trabalho em uma redação em tempos “saudáveis”, sem pandemia. Duas condições se fazem necessárias para a notícia: 1) o entendimento de que os acontecimentos e os assuntos podem gerar interesse e/ou serem de interesse público; 2) a compreensão das condições específicas para sua produção em determinado momento e lugar (LAGE, 2001; SILVA, 2005; WOLF, 2008; TRAQUINA, 2013).

A partir daí, com auxílio de recentes estudos a respeito das modificações trazidas pela pandemia de covid-19, são estabelecidas as mudanças na forma de produção jornalística forçadas pelas medidas de restrição à circulação e ao contato que levaram à opção pelo modelo de trabalho remoto ou pelo modelo híbrido (CHERUBINI; NEWMAN; NIELSEN, 2020, 2021; FIGARO *et al.*, 2020; FERNANDES, 2021; FIGARO *et al.*, 2021; VASCONCELOS, 2021; CHERUBINI, 2022). As pesquisas demonstraram que há problemas a superar na adoção do domicílio como local de trabalho, seja na modalidade híbrida ou na remota: custos majorados de contas, principalmente de eletricidade; precariedade de instalações para trabalho, incluindo mobiliário; não fornecimento de equipamentos pelas empresas.

Ainda que dispusessem de mais recursos técnicos, financeiros e de pessoal, as grandes empresas jornalísticas também tiveram dificuldades na passagem do trabalho presencial para o remoto, notadamente no início da pandemia, principalmente pela maior complexidade nos processos de produção.

O processo em *O Globo*, objeto de pesquisa desta tese, foi reconstituído a partir de entrevistas realizadas com profissionais do jornal, no quarto trimestre de

2022: foram ouvidos a editora de jornal impresso, Fernanda Godoy, e os repórteres especiais Ana Lucia Azevedo, especializada em ciência e saúde, e Eduardo Graça, que na época da pandemia era editor de Sociedade, editoria à frente da cobertura. Algumas providências no plano organizacional foram importantes, como a concentração dos profissionais do jornal, em um primeiro momento, numa super-editoria denominada “Especial Coronavírus”.

Além da criação do Consórcio, foi igualmente importante, ou até mais, a percepção de que o jornalismo deveria voltar-se para cumprir seu papel social em defesa da sociedade naquele momento, conforme relatam os profissionais entrevistados. Godoy (2022), Azevedo (2022) e Graça (2022) destacam, em suas falas, a importância da atuação não somente na defesa da ciência e na disseminação de informações que ajudaram a população a enfrentar a pandemia, mas também no combate à desinformação, um problema dentro do problema.

\* \* \*

Teses sobre jornalismo não devem e não podem ser prescritivas, mas não há como deixar de fazer algumas considerações a respeito do futuro do jornalismo, ou mais exatamente, do jornalismo no futuro. Sem ter nenhuma pretensão aqui de apontar caminhos obrigatórios, mas com a intenção de abrir discussão a respeito daqueles possíveis de seguir, a partir dos exemplos trazidos pelos mais recentes anos, particularmente pela cobertura da pandemia.

Uma possibilidade que já vem sendo adotada é nomear a mentira, prática que se fez necessária nos últimos anos à imprensa (BARSOTTI; AGUIAR, 2021). Apesar da dificuldade que se impõe, até mesmo por questões legais<sup>330</sup>, nomear a mentira e identificar os mentirosos têm sido recursos para reafirmar a “verdade factual” e, por consequência, reafirmar o próprio jornalismo.

Também nos ensinam os exemplos no Brasil de iniciativas que “driblaram” a falta de dados oficiais de totalização, nas coberturas da pandemia da gripe espanhola, da epidemia de meningite e da pandemia de covid-19. Nos três casos,

---

<sup>330</sup> Em resumo do apresentado mais detalhadamente no capítulo 1, é preciso separar a mentira, quando ocorre a intenção de falsear a verdade, do erro, em que não há intenção. No Brasil, pela legislação, afirmar que alguém mentiu sem ter provas de intenção poderia levar o autor da afirmação a ser processado por um dos três crimes de honra: calúnia, injúria ou difamação.

apontam uma solução alternativa à dependência das fontes oficiais sempre que estiverem em jogo os interesses maiores do jornalismo e da sociedade, ou dito de outra forma, os interesses do jornalismo em favor da sociedade.

A solução de consórcio, adotada em 2020, é mais comum na cobertura de escândalos em política em mais de um país, mas pode muito bem aplicar-se a todos os segmentos e encontra lugar em qualquer editoria. No caso da cobertura da covid-19, a iniciativa ignorou inclusive a briga comercial, com a reunião de organizações jornalísticas concorrentes entre si. Não se pode dizer que o Consórcio substituiu o Governo Federal como fonte, mas acabou por realizar um trabalho de compilação de dados originalmente de competência do Ministério da Saúde.

O trabalho a distância demonstra ter ganho mais espaço a partir da pandemia (VASCONCELOS, 2021; CHERUBINI, 2022). Mas os problemas resistem quase três anos após o surgimento da covid-19, principalmente nas pequenas empresas, que têm menos recursos. Uma preocupação também é em relação ao tempo de horas trabalhadas e seu controle no trabalho em casa para que não haja sobrecarga. É preciso observar como a situação vai evoluir no futuro imediato, e para isso será importante o acompanhamento pelas entidades da categoria dos jornalistas, assim como estudos realizados no âmbito da pesquisa acadêmica.

Espera-se que não tenhamos de viver novamente outra pandemia, que deixa para a imprensa a lição de que é preciso dar atenção ao que realmente importa, focando na emergência sanitária, com ênfase na prevenção e nos cuidados, e evitando jogar luz em pautas de natureza negacionista.

\* \* \*

Fica aqui uma questão, não para ser respondida pelas pesquisas em jornalismo e sim pelas ciências da saúde, mas que certamente estão diretamente relacionadas aos estudos sobre a cobertura da pandemia: o quanto o negacionismo contribuiu para as tristes estatísticas de óbitos por covid-19<sup>331</sup>? Quantas milhares

---

<sup>331</sup> Em depoimento à CPI da Pandemia, em 24 de junho de 2021, o epidemiologista Pedro Hallal, pesquisador da Universidade Federal de Pelotas (UFPe1), da qual foi reitor (2017-2020), estimou que quatro em cada cinco mortes causadas por covid-19 no Brasil poderiam ter sido evitadas, o que significava um total de aproximadamente 400 mil óbitos evitáveis à época (SENADO FEDERAL, 2021, p.683 e p.1020).

de mortes, ou dezenas de milhares de mortes, ou centenas de milhares de mortes poderiam ter sido evitadas? Em 26 de dezembro, o projeto Monitora Covid-19, da Fiocruz, contabilizava 692.652 mortes no Brasil em decorrência da doença<sup>332</sup>. No mundo todo, eram 6.679.462 óbitos na data, conforme levantamento da John Hopkins University<sup>333</sup>.

Ou seja, o Brasil, sozinho, em 26 de dezembro de 2022, tinha cerca de 10% das mortes registradas no mundo, embora só reunisse aproximadamente 2,69% da população mundial de pouco mais de 8 bilhões de pessoas<sup>334</sup> (a população brasileira, na data, era de pouco mais de 215 milhões, segundo o IBGE<sup>335</sup>).

O poder e o estrago que pode fazer uma palavrinha de apenas três letras, com um sinal gráfico a lhe cobrir, o diminuto “**não**”, já nos ensinou José Saramago, no seu genial *História do cerco de Lisboa*, em que a história de Portugal seria outra a partir de uma iniciativa irresponsável de um experiente revisor. Raimundo Benvindo Silva, por uma decisão intempestiva e inexplicável, decide acrescentar um “nãõ” à frase de um livro de História que relatava terem os portugueses recebido o auxílio dos cruzados para expulsar os árabes de Lisboa: “[...] agora o que o livro passou a dizer que os cruzados Não auxiliarão os portugueses a conquistar Lisboa, assim está escrito e passou a ser verdade, ainda que diferente, o que chamamos falso prevaleceu sobre o que chamamos verdadeiro [...]” (SARAMAGO, 1989, p.50).

A travessura tardia de Raimundo é descoberta, e por iniciativa de uma executiva da editora, ele recebe uma inusitada proposta de escrever um livro a partir da frase com o “Nãõ” mentiroso. E o faz de forma brilhante, mas o que resulta já não é mais um livro de História, é a negação da História, é sim ficção pura, embora com personagens que tiveram vida real. Fica então o jornalismo com uma tarefa de Saramago, ele mesmo um jornalista: trazer a verdade factual e, ao mesmo tempo e se necessário, apontar a ficção, ainda que as personagens sejam reais

---

<sup>332</sup> Disponível em: <<https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

<sup>333</sup> Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

<sup>334</sup> Disponível em: <<https://www.worldometers.info/br/>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

<sup>335</sup> Disponível em: <<https://ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>. Acesso em: 26 dez. 2022.

## 6. Referências Bibliográficas

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ABREU, J. B. **As manobras da informação**: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil: (1965-1979). Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

AGUIAR, L. A. **Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2007. Santos. Anais... São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r0832-2.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

AGUIAR, L. A. O jornalismo em múltipla e paradoxal (trans)mutação. In: BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação**: do cão de guarda ao mobilizador de audiência. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p.11-17.

AGUIAR, L. A.; BARSOTTI, A. O Jornalismo e os dilemas da Contemporaneidade: o eu, o aqui e o agora. **Mídia e Cotidiano**, v. 10, p. 192-209, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9802>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

AGUIAR, L. A.; GOULART DE ANDRADE, A. P. Novas interfaces nas rotinas produtivas e credibilidade jornalística: uma contribuição aos estudos da profissão. **Mediação**, v.22, n.31, p.67-79. Belo Horizonte, jul/dez, 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/rober/Downloads/8075-Texto%20do%20Artigo-25665-1-10-20210825-3.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

AGUIAR, L. A.; RODRIGUES, C. Expertise no jornalismo: considerações sobre a autoridade profissional no contexto da desinformação impulsionada pelos algoritmos. **Chasqui**, n. 147, p. 243-257, ago./nov. 2021. Disponível em: <<https://revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4371/3431>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

AGUIAR, L. A.; ROXO, L. A credibilidade jornalística como crítica à “cultura da desinformação”: uma contribuição ao debate sobre fake news. **Mídia e Cotidiano**, v. 13, n. 3, p. 162-186, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/38079/22349>> Acesso em: 16 jan. 2023.

AGUIAR, S. **Territórios do Jornalismo**: geografias da mídia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BARBOSA, M. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, v.12, p.51-62, 2005. Disponível em <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9802>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BARBOSA, M.; GOULART DE ANDRADE, A. P.; CONY, M. A. O. Cenas dos próximos capítulos: a criação do consórcio de imprensa. **Razón y palabra**. v.25, n.114, mai.-ago. 2022, p.194-208. Disponível em: <<https://www.revistarazonypalabra.org/index.php/ryp/article/view/1947>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

BARBOSA, G.; RABAÇA, C. A. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARSOTTI, A. Memória e esquecimento no jornalismo: do papel à desmaterialização digital. **Alceu**, v.20, n.40, jan.-jul. 2020. Disponível em: <<http://revistaalceu.com.puc-rio.br/index.php/alceu/article/view/43/35>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

\_\_\_\_\_. **Jornalista em mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiência**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

\_\_\_\_\_. **Uma história da primeira página: do grito ao silêncio no jornalismo em rede**. Florianópolis: Insular, 2018.

\_\_\_\_\_ .

BARSOTTI, A.; AGUIAR, L. A. Nomear a mentira: a estratégia do jornalismo para resgatar seu locus de verdade em meio ao cenário de desinformação e plataformização. **Líbero**, v. 24, n. 49, p. 123-140, set./dez. 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/rober/Downloads/1633-4424-1-PB-1.pdf>>. Acesso: 16 jan. 2023.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. RJ, Zahar, 1997.

BREED, W. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (Org). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

CALEFFI, R.; PEREIRA, A. Quantos números têm aqui?: A utilização de dados pelo Fantástico na cobertura da Covid-19 no Brasil. **Lumina**. Juiz de Fora, v. 15, n. 3, p. 23-39, set./dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/35673>>. Acesso em: 16 jan. 2023.



CARRO, R. Brazil. In: **Reuters Institute digital news report 2022**. Londres: Reuters Institute, 2022. PDF.

Disponível em: <[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital\\_News-Report\\_2022.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CHERUBINI, F. **Changing newsrooms 2022**: Media leaders embrace hybrid work despite challenges. Reuters Institute: Londres, 2022. PDF. Disponível em:

<[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-11/Cherubini_Changing_Newsrooms_2022.pdf)

[11/Cherubini\\_Changing\\_Newsrooms\\_2022.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-11/Cherubini_Changing_Newsrooms_2022.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CHERUBINI, F.; NEWMAN, N.; NIELSEN, R. K. **Changing newsrooms 2020**: addressing diversity and nurturing talent at a time of unprecedented change. Reuters Institute: Londres, 2020. PDF.

Disponível em: <[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-10/Cherubini\\_et\\_al\\_Changing\\_Newsrooms\\_2020\\_FINAL.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-10/Cherubini_et_al_Changing_Newsrooms_2020_FINAL.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Changing newsrooms 2021: Hybrid working and improving diversity remain twin challenges for publishers**. Reuters Institute: Londres, 2021. PDF.

Disponível em: <[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-11/Cherubini\\_et\\_al\\_Changing\\_Newsrooms\\_2021.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-11/Cherubini_et_al_Changing_Newsrooms_2021.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CHRISTOFOLETTI, R. **Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro**:

fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. Rumores, v.12, n.23, janeiro-junho 2018. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144229/140804>>.

Acesso em: 16 jan. 2023.

COMUNIQUE-SE. **Perfil do jornalista brasileiro em 2018**. PDF. [s.l.]: Apex Conteúdo, 2018. Disponível para download em:

<<https://conteudo.apexconteudo.com.br/perfil-do-jornalista-brasileiro>>.

Acesso em: 16 jan. 2023.

COSTA, L. A. Gêneros Jornalísticos. In: MELO, José Marques de Melo; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

COTTA, P. **A radical ideologia da ditadura militar e o cruel poder sobre a vida humana**. [s.n.]: [s.l.], 2019.

DANTAS, A. A mídia e o golpe militar. **Estudos avançados**, v.28, n.80, p.59-74.

Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79683/83685>>.

Acesso em: 16 jan. 2023.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, L. **Vaza Jato**: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil. Rio de

Janeiro: Mórula, 2020.

EDITORA GLOBO. **Media kit O Globo 2021**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2021. PDF. Disponível em: <[https://irp.cdn-website.com/43f3dabf/files/uploaded/MI%CC%81DIA%20KIT%20O%20GLOB%202021\\_1811%20%281%29.pdf](https://irp.cdn-website.com/43f3dabf/files/uploaded/MI%CC%81DIA%20KIT%20O%20GLOB%202021_1811%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

EYSENBACH, G., 2020. How to Fight an Infodemic: The Four Pillars of Infodemic Management. In: **Journal of medical internet research**. v.22. ed.6. p. 1-6. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32589589/>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FELIX, C. B.; ROCHA, V. N.; CASTRO, P. F. V. F.; MENDES, L. M. R.; FONTES, H. P. B. Juventude e trauma geracional: como os jovens brasileiros respondem à pandemia e à infodemia de Covid-19. **Linc em revista**, v.17, n.1, maio 2021. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5708/5285>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FENAJ. **Dossiê: jornalistas vitimados pela covid-19**. Brasília: Fenaj, 2022a. PDF. Disponível em: <[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/03/RELAT%C3%93RIO-FENAJ-COVID\\_MAR%C3%87O-22.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/03/RELAT%C3%93RIO-FENAJ-COVID_MAR%C3%87O-22.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa: 2018**. Brasília: Fenaj, 2019. PDF. Disponível em: <[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio\\_fenaj\\_2018.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa: 2019**. Brasília: Fenaj, 2020. PDF. Disponível em: <[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio\\_fenaj\\_2019.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa: 2020**. Brasília: Fenaj, 2021. PDF. Disponível em: <[https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa: 2021**. Brasília: Fenaj, 2022b. PDF. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FERNANDES, C. M.; OLIVEIRA, L. A.; CAMPOS, M. M.; COIMBRA, M. R. Imprensa x governo: a retórica populista da pandemia da covid-19 na rede social Twitter. **Brazilian Journalism Research**, v.17. n.3, dez. 2021. Disponível em: <<file:///C:/Users/rober/Downloads/1416-Article%20Text-6448-6546-10-20211229.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FERNANDES, G. M. F. **Jornalismo de esgotamento: a precarização do trabalho jornalístico na pandemia**. Rio de Janeiro, 2021, 335 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica

do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/55715/55715.PDF>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FERRARETTO, L. A.; MORGADO, F. **Covid-19 e comunicação**: um guia prático para enfrentar a crise. Rio de Janeiro: Válega, 2020. PDF. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/213925>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FERREIRA, C. R. O consórcio de veículos de imprensa do Brasil e as estratégias e valores compartilhados. In: PATRÍCIO, E. **Transformações no mundo do trabalho do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2022.

FIGARO, R. (Coord.); BARROS, J. V.; SILVA, N. R.; CAMARGO, C. A.; SILVA, A. F. M.; MOLIANI, J. A.; KINOSHITA, J. O.; OLIVEIRA, D. F.; PACHI FILHO, F. F. **Relatório dos resultados da pesquisa [recurso eletrônico]: como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19?**. PDF. São Paulo: ECA-USP, 2020. Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wpcontent/uploads/Relat%C3%B3rio\\_Executivo\\_Covid19-CPCT2020-2.pdf](http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wpcontent/uploads/Relat%C3%B3rio_Executivo_Covid19-CPCT2020-2.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FIGARO, R. (Coord.); SILVA, A. F. M.; CAMARGO, C. A.; REBECHI, C. N.; OLIVEIRA, D. F.; KINOSHITA, J.; BARROS, J. V.; MOLIANI, J. A.; SILVA, N. R.; SANTANA, APARECIDA, Y. **Relatório da pesquisa - Como trabalham os comunicadores no contexto de um ano da pandemia de Covid-19... 1 ano e 500 mil mortes depois**. PDF. São Paulo: ECA-USP: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/Covid-19-segunda-fase-relat%C3%B3rio-2021-1.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

FONSECA JUNIOR, W. C.. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

GARCIA, L. (org.). **Manual de redação e estilo**. São Paulo: Globo, 1993.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis, 1987, 276 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<file:///C:/Users/rober/Downloads/PSOP0052-D-1.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GENTILLI, V. I.; SILVA, T. M. Fontes científicas em um ecossistema jornalístico: uma nova realidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.18, n.2, jul./dez. 2021, p.77-89. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/78963/48129>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GOMES, I. M. A. M.; FERRAZ, L. M. R.. Saúde, governo e mídia: uma relação (por vezes) conflituosa. **Organicom** (Revista Brasileira de Comunicação

Organizacional e Relações Públicas), ano 9, edição especial, n.16/17, 2012, p.267-280. Disponível em:

<<file:///C:/Users/rober/Downloads/139143-Texto%20do%20artigo-270231-1-10-20171004-1.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria de jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GOULART DE ANDRADE, A. P. **Entre crenças e ecrãs**: comunidade transterritorial, telejornais e webtelas em Portugal. Rio de Janeiro, 2021, 697p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Departamento de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/57168/57168.PDF>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, volume 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPO DE MÍDIA SÃO PAULO. **Mediadados Brasil 2021 para todxs**. PDF. Disponível em: <<https://mediadadosgmsp.com.br/2021/midia-dados-2021.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro: Grupo Globo, 2011. G1, 2011. PDF. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2020.

GUERRA, J. **A objetividade no jornalismo**. Salvador, 1998, 186 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação.

HERCOVITZ, H. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HERMAN, E. S.; CHOMSKY, N. **Manufacturing consent**: the political economy of the mass media. Londres: The Bodley Head Random House, 2008. *Ebook*

HOHLFELDT, A. **Objetividade**: categoria jornalística mitificada. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação, Campo Grande, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/53279616715365161698412914691167139268.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Objetividade**: Uma categoria jornalística mitificada. **Famecos**, 11(24), 31-40, 2008. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3262>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

JORNALISTAS & CIA. **Perfil racial da imprensa brasileira**. 2021. PDF. [s.l.]: Jornalistas & Cia, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOVACH, B., ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, N. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular/ Editora da UFSC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. PDF. Disponível em: <<http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Teoria-e-T%C3%A9cnica-do-Texto-Jornal%C3%ADstico.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

LICHTER, S. R.; ROTHMAN, S.; S. LICHTER, L. **The media elite**. Maryland: Adler & Adler, 1986.

LIMA, S. P. (coord.). **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**. PDF. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: <<https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/08/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

LISBOA, S.; BENETTI, M. Credibilidade no Jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 14, nº 1, p. 55-62, janeiro a junho de 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172693>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MACHADO, I. O Globo e a produção de memórias sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 9, n. 2, jul./dez. 2020, p. 149-170. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/11775>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MAIA, C. T. **Desinformação na Pandemia da Covid-19: uma análise do canal de informações Saúde sem Fake News do Ministério da Saúde**. Natal, 2021, 118 p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/46548/1/DesinformacaoPandemiaCovid19\\_Maia\\_2021.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/46548/1/DesinformacaoPandemiaCovid19_Maia_2021.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**. São Paulo: Ática, 1986.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. In: **Intercom**, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/intercom/a/YYXs6KPXhp8d7pRvJvnRjDR/?format=pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. (orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2010.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MASSARANI, L.; NEVES, L. F. F.; SILVA, C. M. Excesso e alta velocidade das informações científicas: impactos da Covid-19 no trabalho de jornalistas. **eCompós** (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), 2022, p.1-17. Disponível em:

<[https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/51934/ve\\_Luisa\\_Massarani\\_OC\\_2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/51934/ve_Luisa_Massarani_OC_2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MAUAD, A. M. Flagrantes da “Hespanhola”: a epidemia de influenza na imprensa ilustrada, Rio de Janeiro, 1918. **Brasiliana - Journal for Brazilian Studies**, v.9, n.1, 2020, p.1-39. Disponível em:

<<https://tidsskrift.dk/bras/article/view/119938/169135>>. Acesso em 16 jan. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*. n.32, dez. 2016, p.123-151. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MCCOMBS, M. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda: jornalismo da sociedade urbana e industrial**. São Paulo, Summus, 1988.

MENDES, L. M. R. **O lugar complexo do leitor no jornalismo contemporâneo: potencialidades, limites, dilemas e o caso do jornal O Globo**. Niterói, 2012, 231 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v.11, n.1. São Paulo: USP, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/XwvpYqjz4DpvNBbzXRD4cn/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito”. **Tempo Social**, v.34, n.2, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/195368/185488>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MONARI, A. C. P.; BERTOLLI FILHO, C. Saúde sem fake news: estudo e caracterização das Informações falsas divulgadas no canal de informação e checagem de fake news do Ministério da Saúde. **Mídia e Cotidiano**. Volume 13, Número 1, abril de 2019, p.160-186. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/27618>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MORAES, D. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

MORETZSOHN, S. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NICHOLS, T. **The death of expertise**. The Campaign Against Established Knowledge And Why It Matters. New York: Oxford University Press, 2017.

NOELLE-NEUMAN, E. **A espiral do silêncio**: nosso tecido social. Florianópolis: Estudos Nacionais, 2017.

NORA, P. Entre memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

OBAMA, B. **Uma terra prometida**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Comunicação eficaz com a mídia durante emergências de saúde pública**: um manual da OMS / Organização Mundial da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério da Saúde, 2009. PDF. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao\\_eficaz\\_midia\\_durante\\_emergencias.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/comunicacao_eficaz_midia_durante_emergencias.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Infodemic** [s.l.]: Organização Mundial De Saúde, [s.d.]. PDF. Disponível em: <[https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1)>. Acesso em: 3 nov. 2022.

ORSI, C. Fake news e saúde: o inimigo mora ao lado. In: **Fake news e saúde**. PDF. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz, Gerência Regional de Brasília, 2020. Disponível em: <<file:///C:/Users/rober/Downloads/Fake%20news%20e%20sa%C3%BAde-1.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

PASTERNAK, N.; ORSI, C. **Ciência no cotidiano**: viva a razão: abaixo a ignorância. São Paulo: Contexto, 2021.

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K., 2020. **Desinfodemia**: decifrando la desinformación sobre el COVID-19. Unesco. PDF. Disponível em:

<[https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic\\_deciphering\\_covid19\\_disinformation\\_es.pdf](https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation_es.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PWC. **22ª Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia – Brasil 2021-2015**, [s.l.]: PWC, [s.d.]. PDF. Disponível em: <[https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividades/entretenimento-midia/2021/media-outlook-2021-2025\\_VF.pdf](https://www.pwc.com.br/pt/estudos/setores-atividades/entretenimento-midia/2021/media-outlook-2021-2025_VF.pdf)>.

Acesso em: 16 jan. 2023.

REUTERS INSTITUTE. **Reuters Institute digital news report 2015**. Londres: Reuters Institute, 2015. PDF. Disponível em:

<[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/research/files/Reuters%20Institute%20Digital%20News%20Report%202015\\_Full%20Report.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/research/files/Reuters%20Institute%20Digital%20News%20Report%202015_Full%20Report.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Reuters Institute digital news report 2016**. Londres: Reuters Institute, 2016. PDF. Disponível em:

<<https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/media.digitalnewsreport.org/wp-content/uploads/2018/11/Digital-News-Report-2016.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Reuters Institute digital news report 2017**. Londres: Reuters Institute, 2017. PDF. Disponível em:

<[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web\\_0.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Digital%20News%20Report%202017%20web_0.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Reuters Institute digital news report 2018**. Londres: Reuters Institute, 2018. PDF. Disponível em:

<<https://s3-eu-west-1.amazonaws.com/media.digitalnewsreport.org/wp-content/uploads/2018/06/digital-news-report-2018.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Reuters Institute digital news report 2019**. Londres: Reuters Institute, 2019. PDF.

Disponível em: <[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/inline-files/DNR\\_2019\\_FINAL.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/inline-files/DNR_2019_FINAL.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Reuters Institute digital news report 2020**. Londres: Reuters Institute, 2020. PDF.

Disponível em: <[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR\\_2020\\_FINAL.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2020-06/DNR_2020_FINAL.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2021.

\_\_\_\_\_. **Reuters Institute digital news report 2021**. Londres: Reuters Institute, 2021. PDF.

Disponível em: <[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-06/Digital\\_News\\_Report\\_2021\\_FINAL.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-06/Digital_News_Report_2021_FINAL.pdf)>. Acesso em: 2 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Reuters Institute digital news report 2022**. Londres: Reuters Institute, 2022. PDF.

Disponível em: <[https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital\\_News-Report\\_2022.pdf](https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2022.



RYTTER, J. E. Qual liberdade de imprensa? A imprensa concebida como um “fórum aberto” ou como um “cão de guarda privilegiado”. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS**. v.9, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/52654>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SACRAMENTO, I.; MONARI, A. C. P.; CHEN, X. O vírus do morcego: fake news e estereotipagem dos hábitos alimentares chineses no contexto da Covid-19. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, V.21, n.47, p.82-98, 2020. Disponível em: <[https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_comunicacao\\_inovacao/article/view/7285](https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/7285)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SACRAMENTO, I.; SANTOS, A.; ABIB, R. A saúde na era da testemunha: experiência e evidência na defesa da hidroxicloroquina. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**. Dossiê Comunicação, Cultura e seus desafios, 11ª ed., v.7, 2020, p.3-23. Disponível em: <[file:///C:/Users/rober/Downloads/biblioteca,+A+sa%C3%BAde+na+era+da+testemunha\\_igor+sacramento.pdf](file:///C:/Users/rober/Downloads/biblioteca,+A+sa%C3%BAde+na+era+da+testemunha_igor+sacramento.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SANTOS, K. N. A luta entre o Poder Político e o Quarto Poder em tempos de pandemia da COVID-19 no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.2, p. 11341-11360, feb. 2022. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/44039>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SARAMAGO, José. **História do cerco de Lisboa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHMITZ, A. **O jornalista como guardião da sociedade**: um cão de guarda na coleira. In: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo, 2018a. Disponível em: <<https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1511/935>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro**: lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora. Florianópolis, 2018b, 228 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/198585/PSOP0632-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SCHNEIDER, C. **A construção discursiva dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo sobre a epidemia de meningite na ditadura militar brasileira (1971-1975)**. Juiz de Fora, 2016, 180 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1823/1/catarinamenezesschneider.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SCHNEIDER, C.; TAVARES, M.; MUSSE, C. O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, 2015, out.-dez., p.9-13. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/995>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SECOM. **Pesquisa brasileira de mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. PDF.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa brasileira de mídia 2015**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2015. PDF.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: relatório final. Brasília: Secom, 2016. PDF.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia**: relatório final (atualizado em 26 out. 2021). Brasília: Senado Federal, 2021. PDF. Disponível em: <[file:///C:/Users/rober/Downloads/Relatorio\\_Final%2026102021%20III%20\(1\)%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/rober/Downloads/Relatorio_Final%2026102021%20III%20(1)%20(3).pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.II, n.1, 1º semestre de 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SOARES, M.C. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SOARES JÚNIOR, C.; FALCÃO, R. Twitter. In: MAURÍCIO, Patrícia; SABACK, Lilian (Orgs). **Relatório EPC PUC-Rio**: plataformas digitais e a relação com o jornalismo. Rio de Janeiro: Maxwell, 2020. PDF. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/50370/50370.PDF>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ciência do comum**: notas sobre o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUSA, J.P. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto: [s.n.], 2001.

SPONHOLZ, L. Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Famecos**, Porto Alegre, n. 21, agosto 2003, p.110-120. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/3219/2483>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são? Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2013.

TRAVANCAS, I. **Jornalista como personagem de cinema**. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Campo Grande, 2001. Anais... Campo Grande, 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/126095204111040878962932586357600200383.pdf>>. Acesso: 16 jan. 2023.

VASCONCELOS, M. A. **Transformações no modelo de trabalho organizacional**: estudo exploratório sobre profissionais de comunicação em home office no contexto da pandemia de Covid-19. São Paulo, 2021, 83 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: <<https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/MARINA-ANDRADE-VASCONCELOS.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

VATIERO, C.; NEIVA, P. B.; LIMA, B. **Um ano depois da pandemia, jornalistas relatam desafios e danos à saúde mental**. ABRAJI, 11 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.abraji.org.br/noticias/um-ano-depois-da-pandemia-jornalistas-relatam-desafios-e-danos-a-saude-mental>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

VAZ, P.; SANCHOTENE, N.; SANTOS, A. Quanto dura uma catástrofe? Nação, indivíduo e trauma na Gripe Espanhola. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 8-26, jul./dez. 2020. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/11745>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

WIMMER, R; DOMINICK, J. **Mass media research**: an introduction. Boston: Cengage, 2011.

WHITE, D. M. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. **Lancet**, v.395, p.396, fev. 2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30461-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30461-X/fulltext)>. Acesso em: 16 jan. 2023.

### Matérias e outros itens em veículos de imprensa

ALVARENGA, T. O combate ao negacionismo na covid-19 é informar, informar, informar. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n.31.772, coluna Ancelmo Gois, p.20, 2 ago. 2020.

AGUALUSA, J. E. **Os dentes afiados da realidade**. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.722, Segundo Caderno, p.6, 13 jun. 2020.

ANDREAZZA, C. Pedaladas funerárias. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.718, p.3, 9 jun. 2020.

AQUINO, R. Uma pandemia chamada Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.721, Segundo Caderno, p.4, 12 jun. 2020.

APAGÃO de dados do governo sobre Covid gera onda de reações. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.716, p.1 1ª ed. e 2ª ed., 7 jun. 2020.

APÓS anunciar recontagem de mortos, Wizard desiste de cargo na Saúde. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.717, p.8, 8 jun. 2020.

APÓS críticas, Ministério da Saúde recua e volta a divulgar mais cedo dados sobre Covid. **Reuters**, Brasília, 8 jun. 2020.

Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-health-coronavirus-ms-horario-divu-idLTAKBN23F2Z2>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BOLSONARO ignora orientação mundial e critica isolamento e escolas fechadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.642, p.1 2ª ed., 25 mar. 2020.

BRASIL é o país em que mortes por Covid-19 mais avançam. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.699, p.1, 21 maio 2020.

BRASIL passa de 34 mil mortes por Covid-19 e supera Itália; ministério atrasa divulgação. **Reuters**, Rio de Janeiro e São Paulo, 4 jun. 2020, Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-health-coronavirus-0406-idLTAKBN23C05Q>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRITO, R. Moraes, do STF, ordena que Ministério da Saúde divulgue dados integrais sobre Covid-19. **Reuters**, Brasília, 9 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/stf-coronavirus-bolsonaro-saude-dados-idBRKBN23G1DD-OBRDN>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CASADO, J. Bolsonaro dá caixão e enterro. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.718, p.3, 9 jun. 2020.

CIRCULAÇÃO de pessoas cresce, e autoridades planejam novas medidas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.658, p.1, 10 abr. 2020.

COMO se ocupar e manter a mente arejada no confinamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.642, p.17, 25 mar. 2020.

CONSÓRCIO de veículos de imprensa completa 500 dias de trabalho colaborativo. **G1**, [s.l.], 20 out. 2021.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/20/consorcio-de-veiculos-de-imprensa-completa-500-dias-de-trabalho-colaborativo.ghml>>.

Acesso em: 19 nov. 2022.

CORRUPÇÃO no Rio movimentou R\$ 6,1 bilhões em 20 anos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n.31.821, p.1, 20 set. 2020.

DIEGUES, C. A política de guerra. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n.31.773, p.3, 3 ago. 2020.

DÓRIA, P. O golpe milenarista. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCVIII, n.32.596, 4 nov. 2022, p.3.

FONSECA, P. "Acabou matéria do Jornal Nacional", diz Bolsonaro sobre atraso em divulgação de casos de Covid-19. **Reuters**, 6 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-health-coronavirus-bolsonaro-jn-idLTAKBN23C35H>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

FONSECA, P; ARAUJO, G. Vamos dirigir no escuro na pandemia sem dados confiáveis, diz pesquisador da Fiocruz. **Reuters**, Rio de Janeiro e São Paulo, 8 jun. 2020, Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/idLTAKBN23F2NK>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

GOVERNOS radicalizam medidas de restrição, mas Bolsonaro vê 'histeria'. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.634, p.1 2ª ed., 17 mar. 2020.

GULLINO, D.; PRAZERES, L.; FERREIRA, P. Endosso à cloroquina. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.699, p.10, 21 maio 2020.

GULLINO, D.; TRINDADE, N.; ARBEX, T. Na contramão do mundo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.642, p.8, 25 mar. 2020.

IMAGEM do Exército em risco. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.756, p.2, 17 jul. 2020.

LEITÃO, M. No centro da crise que devasta o país. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n.31.771, p.16, 11 ago. 2020a.

\_\_\_\_\_. O crime da desinformação, **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.718, p.20, 9 jun. 2020b.

LÍDER do Cidadania protocola pedido de CPI no Senado sobre dados da Covid-19. **Reuters**, Brasília, 8 jun. 2020. Disponível em:

<<https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-cpi-idLTAKBN23F2WW>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MAIA, G.; OLIVEIRA, E. Após apontar ‘manipulação’. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.717, p.8, 8 jun. 2020.

‘MAIOR crise sanitária de nossa época’. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCVI, n.31.781, p.8, 11 ago. 2020.

MAIS de 50% da população do país está sem trabalhar. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.723, p.1, 14 jun. 2020.

MANDETTA: com equipamentos em falta, é preciso reforçar isolamento. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.650, p.1 2ª ed., 2 abr. 2020.

MARIZ, R. Brasil volta a atrasar divulgação dos dados da Covid; site sai do ar. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XVC, n.31.715, p.11, 6 jun. 2020.

MARIZ, R.; TRINDADE, N.; MAIA, G. Covid: governo refuta responsabilidade por mortes. **O Globo**, ano XCV, n.31.634, p.10, 17 mar. 2020.

MEGALE, B. Governo oculta dados da Covid-19. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XVC, n.31.715, p.14 3ª ed., 6 jun. 2020a.

\_\_\_\_\_. Ministério vai recontar mortos. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XVC, n.31.715, p.1 3ª ed., 6 jun. 2020b.

MELO FRANCO, B. Bolsonaro virou refém da gripezinha. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.718, p.5 3ª ed., 9 jun. 2020.

MINISTÉRIO vai recontar mortos pela Covid-19. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.715, p.1 3ª ed., 6 jun. 2020.

O GLOBO lança guia para ser compartilhado pelos leitores. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.630, p.9, 13 mar. 2020.

OMS diz esperar que comunicação do Brasil sobre Covid-19 seja "consistente e transparente". **Reuters**, [s.l.], 8 jun. 2020. Disponível em: <<https://jp.reuters.com/article/saude-coronavirus-oms-brasil-idLTAKBN23F24P>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

O SEU jornal é seguro. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.642, p.1, 25 mar. 2020.

PAÍS perde 716 mil empresas na crise do coronavírus. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.756, p.1, 17 jul. 2020.

PEREIRA, M. Cada um conta. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.718, p.2, 9 jun. 2020.

PIVÔ de crise, Wizard desiste de cargo na Saúde. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.717, p.8, 8 jun. 2020.

POSTURA anti-Ciência paralisa a Saúde. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.764, p.2, 25 jul. 2020.

RADICALISMO domina a Saúde e a Cultura. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.699, p.2, 21 maio 2020.

RÓNAI, C. Imprensa apanha, mas salva vidas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.650, Segundo Caderno, p.8, 2 abr. 2020.

SIMÕES, E. Governo Jair Bolsonaro quer tornar mortos por Covid-19 invisíveis, dizem secretários de Saúde. **Reuters**, São Paulo, 6 jun. 2020, Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-conass-invisiveis-idLTAKBN23DOU4>>. Acesso em 30 nov. 2021.

SIMÕES, E.; FONSECA, P. Ministério da Saúde divulga números divergentes da casos e mortes de Covid-19. **Reuters**, São Paulo e Rio de Janeiro, 8 jun. 2020, Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-br-7jun-idLTAKBN23F1C3>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SOUZA, A.; SHINOHARA, G. Reação ao apagão. **O Globo**, ano XCV, n.31.716, p.4 1ª e 2ª ed., 7 jun. 2020.

STF valida acordos para redução de salário na crise. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.666, p.1, 18 abr. 2020.

UM IMENSO desafio para o jornalismo. **O Estado de S.Paulo**, São Paulo, ano 143, n.48969, p.A3, 23 mai. 2022.

UM MINISTÉRIO da Saúde à deriva em fase crítica da epidemia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.718, p.2, 9 jun. 2020.

UMA MORTE por minuto. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.714, p.15 2ª ed., 5 jun. 2020.

VEÍCULOS fazem parceria para divulgar dados da Covid-19. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.718, p.11, 9 jun. 2020.

VENTURA, Z. Temporada de reveses. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XCV, n.31.719, p.3, 10 jun. 2020.

### **Periódicos noticiosos (por edição)**

*Extra*, jornal impresso diário, Rio de Janeiro  
\_\_\_\_\_. 9 jun. 2020.

*Folha de S.Paulo*, jornal impresso diário, São Paulo  
\_\_\_\_\_. 9 jun. 2020.

*O Estado de S.Paulo*, jornal impresso diário, São Paulo  
\_\_\_\_\_. 9 jun. 2020.

*O Globo*, jornal impresso diário, Rio de Janeiro  
\_\_\_\_\_. 9 mar. 2020 – 20 set. 2020.  
\_\_\_\_\_. 4 nov. 2022  
\_\_\_\_\_. 19 nov. 2022  
\_\_\_\_\_. 20 nov. 2022  
\_\_\_\_\_. 26 nov. 2022  
\_\_\_\_\_. 27 nov. 2022  
\_\_\_\_\_. 19 jan. 2023

### Vídeos na internet

A IMPRENSA é um braço da esquerda e peça chave dessa falsa democracia, diz Olavo de Carvalho. [s.l.]: JoseMarcioCastroAlves1953, 9 set. 2022. 1 vídeo (3min49s). Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=-jrjJ4gG3MI>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

ATÉ que a morte una: a criação do consórcio de veículos de imprensa na pandemia. Rio de Janeiro: Marcos Cony, 17 jul. 2021. 1 vídeo (27min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q8ALWmD9B0Q>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PRONUNCIAMENTO oficial do presidente da República, Jair Bolsonaro. Brasília: TVGov, 24 mar. 2020. 1 vídeo (5min12s). Publicado por TVGov. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=VWsDcYK4STw>>. Acesso em: 1 set. 2022.

RODA de conversa: Experiências reais no mundo das Fake News (Inst. Questão de Ciência - Carlos Orsi). Brasília: Fiocruz Brasília, 8 jul. 2019. 1 vídeo (19min20s). Publicado por Fiocruz Brasília. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=j19v6ck34G0>>. Acesso em: 3 nov. 2022.

### Entrevistas

AZEVEDO, A.L. Entrevista concedida remotamente (por Google Meet) ao autor, 5 out. 2022.

GODOY, F. Entrevista concedida presencialmente ao autor, 22 nov. 2022.

GRAÇA, E. Entrevista concedida remotamente (por Google Meet) ao autor, 15 set. 2022.



## Apêndices

### Apêndice A – Guias da pandemia

#### QUADRO - CHAMADA NA PRIMEIRA PÁGINA POR QR CODE

Dia da semana	Data	Guia (QR code)
Segunda-feira	09/mar	Sem guia*
Terça-feira	17/mar	Guia Coronavírus
Quarta-feira	25/mar	Guia Coronavírus
Quinta-feira	02/abr	Guia para Idosos
Sexta-feira	10/abr	Guia Coronavírus
Sábado	18/abr	Guia Coronavírus
Domingo	26/abr	Guia Coronavírus
Segunda-feira	27/abr	Guia Coronavírus
Terça-feira	05/mai	Sem guia
Quarta-feira	13/mai	Sem guia
Quinta-feira	21/mai	Sem guia
Sexta-feira	29/mai	Sem guia
Sábado	06/jun	Sem guia
Domingo	14/jun	Sem guia
Segunda-feira	15/jun	Guia Coronavírus
Terça-feira	23/jun	Sem guia
Quarta-feira	01/jul	Sem guia
Quinta-feira	09/jul	Sem guia
Sexta-feira	17/jul	Sem guia
Sábado	25/jul	Sem guia
Domingo	02/ago	Sem guia
Segunda-feira	03/ago	Sem guia
Terça-feira	11/ago	Sem guia
Quarta-feira	19/ago	Sem guia
Quinta-feira	27/ago	Sem guia
Sexta-feira	04/set	Sem guia
Sábado	12/set	Sem guia
Domingo	20/set	Sem guia

\*Ainda não havia sido iniciada a série de publicações dos guias, o que só ocorreu a partir de 12 de março. Mas o primeiro QR Code para download na primeira página é publicado só em 17 de março, coincidentemente uma edição analisada nesta pesquisa pelo método de semanas compostas.

Fonte: Elaboração do autor, a partir de chamadas de primeira página publicadas por *O Globo*.

## Apêndice B – Números na primeira página

### QUADRO – NÚMEROS POR EDIÇÃO

Dia da semana	Data	Fonte (principal agente noticioso)	Números (acumulados)
Segunda-feira	09/mar	Sem quadro	
Terça-feira	17/mar	Ministério da Saúde	2.064 suspeitos [casos], 293 confirmados
Quarta-feira	25/mar	Ministério da Saúde	2.201 confirmados [casos], 46 mortos
Quinta-feira	02/abr	Ministério da Saúde	6.836 confirmados [casos], 241 mortos
Sexta-feira	10/abr	Sem quadro*	
Sábado	18/abr	Ministério da Saúde	33.682 confirmados [casos], 2.141 mortos
Domingo	26/abr	Ministério da Saúde	58.509 confirmados [casos], 4.016 mortos
Segunda-feira	27/abr	Sem quadro	
Terça-feira	05/mai	Ministério da Saúde	107.780 confirmados [casos], 7.321 mortos
Quarta-feira	13/mai	Ministério da Saúde	177.589 contagiados, 12.400 mortos
Quinta-feira	21/mai	Ministério da Saúde	291.579 contagiados, 18.859 mortos
Sexta-feira	29/mai	Ministério da Saúde	438.238 contagiados, 26.754 mortos
Sábado	06/jun	Ministério da Saúde	645.771 contagiados, 35.026 mortos
Domingo	14/jun	Sem quadro	
Segunda-feira	15/jun	Consórcio	867.882 confirmados [casos], 43.389 mortos
Terça-feira	23/jun	Consórcio	1.111.348 contagiados, 51.407 mortos
Quarta-feira	01/jul	Consórcio	1.408.485 contagiados, 59.656 mortos
Quinta-feira	09/jul	Consórcio	1.716.196 contagiados, 68.055 mortos
Sexta-feira	17/jul	Sem quadro**	
Sábado	25/jul	Consórcio	2.348.200 contagiados, 83.385 mortos
Domingo	02/ago	Sem quadro	
Segunda-feira	03/ago	Consórcio	2.733.622 contagiados, 94.130 mortos
Terça-feira	11/ago	Consórcio	3.056.312 contagiados, 101.857 mortos
Quarta-feira	19/ago	Consórcio	3.411.872 contagiados, 110.019 mortos
Quinta-feira	27/ago	Consórcio	3.722.004 contagiados, 117.756 mortos
Sexta-feira	04/set	Consórcio	4.046.150 contagiados, 124.729 mortos
Sábado	12/set	Consórcio	4.283.978 contagiados, 130.474 mortos
Domingo	20/set	Sem quadro	

\*Publicado um gráfico de evolução no número de mortes acumuladas, a partir de dados do Ministério da Saúde

\*\* Publicado um gráfico de evolução no número de casos, a partir de dados do Consórcio de Veículos de Imprensa

Fonte: Elaboração do autor, a partir de números publicados por *O Globo*.

## Apêndice C: Manchetes

### QUADRO – MANCHETES POR EDIÇÃO

Dia da semana	Data	Edição	Manchete
Segunda-feira	09/mar	1ª	Governo quer ampliar saques do FGTS para acelerar PIB
Terça-feira	17/mar	2ª	Governos radicalizam medidas de restrição, mas Bolsonaro vê 'histeria'
Quarta-feira	25/mar	2ª	Bolsonaro ignora orientação mundial e critica isolamento e escolas fechadas
Quinta-feira	02/abr	2ª	Mandetta: com equipamentos em falta, é preciso reforçar isolamento
Sexta-feira	10/abr	1ª	Circulação de pessoas cresce, e autoridades planejam novas medidas
Sábado	18/abr	1ª	STF valida acordos para redução de salário na crise
Domingo	26/abr	3ª	Sob pressão, Bolsonaro adia escolha para Justiça
Segunda-feira	27/abr	1ª	Delegados dizem a Bolsonaro que há crise de confiança
Terça-feira	05/mai	1ª	PGR quer ouvir ministros e obter vídeo do planalto
Quarta-feira	13/mai	1ª	Bolsonaro defendeu em reunião troca na PF para proteger família
Quinta-feira	21/mai	1ª	Brasil é o país em que mortes por Covid-19 mais avançam
Sexta-feira	29/mai	1ª	Bolsonaro enfrenta o STF, que reage demonstrando inédita união
Sábado	06/jun	3ª	Ministério vai recontar mortos pela Covid-19
Domingo	14/jun	1ª	Mais de 50% da população do país está sem trabalhar
Segunda-feira	15/jun	2ª	Toffoli: 'STF jamais se sujeitará a ameaça'
Terça-feira	23/jun	2ª	Fundos globais pressionam pela redução do desmatamento
Quarta-feira	01/jul	1ª	Ministro por cinco dias, Dacotelli deixa o MEC
Quinta-feira	09/jul	2ª	Facebook tira do ar contas ligadas aos Bolsonaros
Sexta-feira	17/jul	1ª	País perde 716 mil empresas na crise do coronavírus
Sábado	25/jul	2ª	Sob pressão, presidente do Banco do Brasil se demite
Domingo	02/ago	1ª	Bolsonaro busca apoio e amplia pressão por gastos
Segunda-feira	03/ago	1ª	Bolsonaro admite 'nova CPMF', mas sem elevar carga
Terça-feira	11/ago	1ª	Ministério da Justiça se recusa a enviar cópia de dossiê para MPF
Quarta-feira	19/ago	1ª	Bolsonaro admite 'briga enorme' por verbas para 2021
Quinta-feira	27/ago	1ª	Bolsonaro veta plano de Guedes, e mercado teme ganância
Sexta-feira	04/set	2ª	Reforma muda regras para servidores dos três Poderes
Sábado	12/set	1ª	Rio tem terceira operação contra corrupção em 4 dias
Domingo	20/set	1ª	Corrupção no Rio movimentou R\$ 6,1 bilhões em 20 anos

## Apêndice D: classificação de itens do corpus–critérios

### INTEGRANTES DO CORPUS

- Edições de *O Globo* entre 9 de março e 20 de setembro de 2020, por critério de semanas compostas.
- Examinada a edição mais atualizada de cada uma das páginas das edições diárias que compõem o corpus (último clichê publicado).
- São consideradas parte do corpus matérias que tratam direta ou indiretamente da pandemia de covid-19 (não consideradas aquelas que fazem simples menção à pandemia, normalmente como referência temporal).
- Consideradas também as charges (critério presente também em Traquina, 2013, que serve como referência a esta pesquisa). Identificadas pelo autor desta pesquisa.
- Obituários constam do corpus sempre que o motivo da morte foi covid-19.
- Utilizados como critérios de inclusão:
  - Menção à pandemia no título, em legenda, no olho ou em outro elemento de destaque gráfico;
  - No corpo do texto, quando a menção à pandemia for no lead ou no sublead.

*Observação 1:* não necessariamente a palavra pandemia precisa aparecer em um dos elementos acima. Podem ser considerados palavras que a ela se refiram, como “coronavírus”, “covid-19” e “epidemia”, por exemplo.

*Observação 2:* considerada matéria integrante do corpus toda aquela que tenha pandemia como um dos seus elementos principais, não necessariamente o único.

- A ordem das matérias na planilha de fichamento obedece ao critério usual de leitura: de cima para baixo e da esquerda para a direita.

*Observação 3:* matéria principal e sua(s) coordenada(s) são consideradas matérias diferentes para efeito de classificação.

- A ordem das páginas na planilha de fichamento é conforme a sua sequência de apresentação no site de *O Globo* (em “Acervo”).

## NÃO INTEGRANTES DO CORPUS

- Não incluídos os jornais de bairro, por sua circulação em papel ser restrita geograficamente (embora presentes na edição digital).
- Conteúdos patrocinados não integram o *corpus*.
- Não incluídas chamadas para conteúdo da própria editoria. Exemplos: chamadas na última página do 1º caderno, de Esportes, para a própria editoria de Esportes; e chamadas na 1ª página do Segundo Caderno para o interior do próprio suplemento.
- Não incluídas as seções de Horóscopo e Passatempo (quadrinhos, palavras cruzadas etc.), ambas no Segundo Caderno.

## IDENTIFICAÇÃO

- Na planilha de análise, as matérias são identificadas por seu título (não incluídos outros elementos, como antetítulo ou subtítulo).
- Cada matéria terá ainda as seguintes informações adicionais de identificação:
  - Data de edição em 2020;
  - Página;
  - Edição (clichê) analisado:
  - Caderno/Suplemento: Primeiro Caderno, Segundo Caderno, Rio Show, Caderno de Esportes (segunda-feira), Boa Viagem (quinta-feira), Carro etc. (sábado), Ela (revista, domingo) – Todos regulares em *O Globo*, no período abrangido no *corpus*;
- Anotadas características próprias da matéria:
  - Se integrante de uma seção integrante ou de uma editoria;
  - Se se trata de coluna, o colunista que dá nome à coluna;
  - Se é um artigo, o nome do autor;
  - Se é uma chamada para o site de *O Globo*;
  - Outras observações julgadas pertinentes.
- Na seção de cartas de *O Globo* (sessão Leitores, na editoria Rio), muitas vezes várias cartas são agrupadas sob o mesmo título. Neste caso, ganharão identificação, nesta pesquisa, por letras entre parênteses. Por exemplo: Coronavírus (a), Coronavírus (b), Coronavírus (c), e assim por diante.

## CATEGORIAS

- A partir de Traquina (2013), com ajustes, se necessários.
  - Autoria do texto;
  - Gênero jornalístico;
  - Tamanho do item;
  - Proeminência;
  - Enfoque (preponderância)
  - Localização / país
  - Tema
  - Fonte principal (principal agente noticioso)

## AUTORIA DO TEXTO

- Classificação a partir de Traquina (2013).
- Subcategoria *Não assinado*: ausência completa de assinatura, antes do lead ou no pé da matéria.
- Subcategoria *Assinado*: assinatura antes do lead ou no pé da matéria.
- Subcategoria *Outros*: aqui foram contempladas as assinaturas dos autores da seção Leitores.

## GÊNERO JORNALÍSTICO

- Classificação a partir de Traquina (2013).
- Subcategoria *Sumário / breve*: notas breves, incluindo aquelas integrantes de colunas informativas de notas, como por exemplo Ancelmo Gois, Lauro Jardim e Patrícia Kogut.
  - Na coluna de Patrícia Kogut, é possível haver um texto como resenha crítica, e neste caso o texto será considerada opinião, assim como a atribuição de notas 10 e 0 às atrações televisivas;
  - A coluna de Ascânio Seleme normalmente traz notas de opinião, mas também pode trazer notas de informação;
  - Cartas de leitores, que normalmente são bastante resumidas, são incluídas aqui, como Sumário, assim como chamadas de alto de página remetendo para site do jornal.

- Subcategoria *Notícia*: matérias com teor factual.
- Subcategoria *Reportagem*: matérias com aprofundamento, fruto de investimento de tempo e/ou equipe.
- Subcategoria *Entrevista*: entrevistas editadas em formato de pergunta e resposta, o formato mais comum, ou em tópicos.
- Subcategoria *Editorial/opinião*: editoriais do jornal; colunas de opinião; artigos; comentários.
- Subcategoria *Carta*: textos da seção Leitores.
- Subcategoria *Cartoon*: charges.
- Subcategoria *Dossiê*: matérias muito extensas com levantamento exaustivo de dados.
- Subcategoria *Outros*: material noticioso de outra natureza como, por exemplo, infográfico.

#### TAMANHO DO ITEM

- Classificação a partir de Traquina (2013).
- Subcategoria *Menos de 2 parágrafos*.
- Subcategoria *3 a 10 parágrafos*.
- Subcategoria *Mais de 10 parágrafos*.

*Observação 4*: a análise a partir destas categorias não tem precisão uma vez que visivelmente não há um padrão no jornal para tamanhos de parágrafos, nem mesmo entre as matérias classificadas como notícias (de cunho factual).

*Observação 5*: Para charges, foi considerado tamanho com menos de 2 parágrafos (uma vez que as charges, em sua maioria, também têm texto, embora muito breve, não apenas ilustração).

#### PROEMINÊNCIA

- Classificação a partir de Traquina (2013).
- Subcategoria *Primeira página do jornal* (chamada na primeira página).
- Subcategoria *Sem proeminência* (sem chamada na primeira página).
- Subcategoria *Outra*.

*Observação 6*: na análise do corpus, não se verificou nenhuma matéria classificada como Outra, subcategoria proposta por Traquina (2013).

### ENFOQUE (PREPONDERÂNCIA)

- Classificação a partir de Traquina (2013), com ajuste.
- Subcategoria *Local*: incluídas matérias que tratem, prioritariamente, da cidade do Rio de Janeiro e/ou do Estado do Rio de Janeiro. Aqui entende-se que o jornal, ainda que de referência nacional, é do Rio de Janeiro e mantém uma editoria intitulada Rio.
- Subcategoria *Nacional*: incluídas matérias de interesse nacional prioritário.
- Subcategoria *Internacional*: incluídas matérias de interesse internacional prioritário.

*Observação 7*: categorização originariamente utilizada por Traquina contemplava apenas “Nacional” e “Internacional”. A inclusão da subcategoria “Local” foi feita nesta pesquisa.

### LOCALIZAÇÃO/PAÍS

- Classificação do local de ocorrência do fato gerador da matéria, a partir de Traquina (2013), com ajuste.
- Subcategoria *Brasil*.
- Subcategoria *Outro país*.

*Observação 8*: Na subcategoria “Outro país”, feita também a identificação a que país ou a que países se refere a matéria (quando se refere a todo um continente, a identificação é feita para o continente; quando se refere a todo o mundo, assim é feita a identificação. Possibilidade de também se referir a um subcontinente, como América do Sul, ou a uma região cultural, como América Latina).

### TEMA

- Classificação a partir de Traquina (2013), mantendo a sua lógica, mas com escolha de temas concernentes a esta pesquisa.
- Subcategoria *Prevenção*: Para matérias sobre políticas públicas de prevenção e tratamento. Matérias com foco em prevenção, sejam medidas tomadas por autoridades ou cuidados coletivos tomados pela sociedade. Medidas sobre afrouxamento de medidas de prevenção, ou até mesmo sua reversão, também são classificadas aqui.



- Subcategoria *Cuidados (serviço)*: Matérias com dicas de como se prevenir (prevenção individual). Com características de matérias de serviço.
- Subcategoria *Números (acompanhamento)*: Matérias com foco no acompanhamento dos números, seja de casos ou de óbitos, mas também contempladas aqui outras estatísticas, se for o caso.
- Subcategoria *Relatos pessoais*: Matérias com pacientes, parentes, médicos, integrantes de equipes hospitalares e outros envolvidos. Histórias com viés de dramas pessoais. Aqui não incluídos depoimentos de profissionais de Saúde na condição de profissionais ou especialistas (incluídas apenas as matérias de relatos pessoais).
- Subcategoria *Economia*: Matérias com preponderância de assuntos econômicos. Por exemplo: crise financeira, perda de poder de compra.
- Subcategoria *Esporte*: Matérias com preponderância de assuntos esportivos. Por exemplo: adiamento de competições. Ressalte-se que nesta categoria apenas as matérias relacionadas ao esporte em si. Matérias publicadas na editoria de Esporte com outro viés foram classificadas conforme sua categoria pertinente (por exemplo, matérias sobre restrições de público em instalações esportivas geralmente foram classificadas na subcategoria “Prevenção”).
- Subcategoria *Embate político/negação*: Matérias em que a disputa política causada pela pandemia é mais importante que a própria pandemia e matérias sobre negação da pandemia (ou de sua severidade) como parte do discurso político. A discussão da eficiência da cloroquina, que a princípio seria uma questão médica, teve matérias a respeito aqui classificadas em função de o assunto ter caminhado para o plano político. Embora mais habitual em matérias sobre o Brasil, a subcategoria também pode ser utilizada para matérias no exterior (como nos EUA do presidente Donald Trump).
- Subcategoria *Cultura/entretenimento*: Matérias com preponderância de produção cultural e indústria do entretenimento. Por exemplo: adiamento de shows. (Turismo: matérias que tenham como foco em viagens de cultura ou entretenimento foram enquadradas nesta categoria).
- Subcategoria *Política Internacional*: Matérias com preponderância em política internacional, aqui incluídas tanto aquelas que tratam de política interna de outros países como aquelas que tratam de embates entre diferentes países. Por

exemplo: eleições nos Estados Unidos e desentendimentos entre países da União Europeia, respectivamente.

- Subcategoria *Outros*: Matérias que tratem de outros temas, como comportamento, por exemplo.

*Observação 9*: definição de subcategorias para esta pesquisa foi realizada com base na frequência observada em estudo preliminar feito com matérias do *corpus* na semana entre 9 e 15 de março de 2020.

#### FONTE PRINCIPAL (PRINCIPAL AGENTE NOTICIOSO)

- Classificação a partir de Traquina (2013), mantendo a sua lógica, mas com escolha dos principais agentes noticiosos concernentes a esta pesquisa.
- Subcategoria *OMS* (Organização Mundial de Saúde).
- Subcategoria *Governo Federal*: incluídas todas as matérias em que autoridades do Executivo federal e representantes de órgãos federais, inclusive de empresas estatais, são a principal fonte.
  - Autarquias e agências reguladoras estão incluídas aqui.
  - Incluído o Banco Central (durante o período estudado, ainda sem independência legal).
  - Importante: empresas de economia mista, com ações em bolsa, estão classificadas na subcategoria “Outros”.
  - Pesquisadores de universidades, ainda que de universidades públicas, estão classificados na subcategoria “Especialistas/pesquisadores em saúde” ou na subcategoria “Demais especialistas”, uma vez que a pesquisa acadêmica não é necessariamente alinhada com políticas públicas governamentais.
  - Gestores de universidades públicas, quando falam sobre gestão, estão classificados também como outros.
  - Fiocruz e seus pesquisadores, embora a instituição esteja ligada ao Ministério da Saúde, também serão classificados como “especialistas/pesquisadores em saúde”.
- Subcategoria *Governo Estadual*: incluídas todas as matérias em que autoridades do Executivo estadual do Rio de Janeiro e representantes de órgãos estaduais são a principal fonte.

- Subcategoria *Governos Municipais*: incluídas todas as matérias em que autoridades do Executivo municipal do Rio de Janeiro e representantes de órgãos municipais são a principal fonte.
  - Governos municipais de cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro e seus representantes também são considerados nesta categoria.
- Subcategoria *Outras autoridades*: aquelas autoridades não incluídas como integrantes dos três níveis do Executivo (ex: parlamentares, membros e instituições do Poder Judiciário, tribunais de contas nos três níveis).
  - Aqui incluídos governos estaduais à parte do Rio de Janeiro e governos municipais à parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
  - Importante: autoridades apenas do Brasil.
- Subcategoria *Especialistas/pesquisadores em saúde*: todos os pesquisadores ou especialistas em saúde que têm expertise no tema tratado pela matéria sobre saúde em que sejam a principal fonte.
  - Aqui incluídos os membros de sociedades médicas.
  - Importante salientar que pesquisadores em saúde não necessariamente têm formação obrigatória em ciências da saúde. Aqui também entram pesquisadores com outras formações que estejam estudando temas relativos à covid-19 (estatísticos, matemáticos etc.).
  - Artigos científicos sobre covid-19 publicados em revistas científicas da área de Saúde também estão aqui classificados.
- Subcategoria *Demais especialistas*: todos os especialistas que têm expertise no tema tratado pela matéria em que sejam a principal fonte. As matérias aqui não se relacionam diretamente com a pandemia (prevenção, números etc.), mas são relacionadas indiretamente (educação, economia, esporte etc.).
- Subcategoria *Profissionais de saúde em campo*: médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde lidando diretamente com atendimento à população.
  - Importante: quando um médico ou outro profissional de saúde estiver falando como especialista/pesquisador, assim é considerado para classificação.
  - Ainda que especialista/pesquisador, se estiver falando de sua experiência no dia a dia de atendimento, será considerado um profissional de saúde em

campo (com frequência ocorre em hospitais universitários e outros que desenvolvem pesquisa, como Albert Einstein e Sírio e Libanês).

- Subcategoria *Pacientes*: pacientes atingidos pela covid-19.
- Subcategoria *Cidadãos*: cidadãos não necessariamente atingidos pela covid-19, mas exercendo seu direito cívico de manifestação (importante: apenas quando se manifestam como cidadãos no sentido de cobrar direitos e realizar deveres, não como habitantes da cidade).
- Subcategorias *Outros*: Todos os demais, incluídas autoridades de outros países que não o Brasil).
  - ONGs e entidades da Sociedade Civil: representantes de organizações não governamentais e entidades da Sociedade Civil foram incluídas aqui. Inicialmente, ONGs e entidades da Sociedade Civil integrariam uma subcategoria à parte, mas ao fim da análise das duas primeiras semanas compostas verificou-se sua pouca relevância. Desta forma, ONGs e entidades da Sociedade Civil passaram a integrar a subcategoria “Outros”.
- Subcategoria *NA* (não aplicável): incluídas aqui as matérias de opinião (colunas, charge, artigos, editoriais). No caso de colunas de informação, muitas vezes não é possível identificar a fonte da nota em função de seu breve texto e da prática comum de o colunista “bancar” a informação (neste caso, em observação consta “Não identificável”).

*Observação 10*: categorização para esta pesquisa realizada com base na frequência observada em estudo preliminar feito com matérias do *corpus* na semana entre 9 e 15 de março de 2020.

*Observação 11*: muitas vezes a fonte principal é facilmente presumida, mas não claramente identificada. Neste caso, estamos considerando a fonte presumida.

*Observação 12*: adotados, para transcrição nesta pesquisa, a grafia de nomes e a qualificação (função/cargo e outros) adotadas pelo jornal. Em caso de evidente erro pelo jornal, se fará esta observação na transcrição da pesquisa.

## Anexos

## ANEXO A – Fotos comparadas: Gripe espanhola x COVID



Reprodução das figuras 35 e 36 do artigo *Flagrantes da “Hespanhola”: a epidemia de influenza na imprensa ilustrada, Rio de Janeiro, 1918* publicado em *Brasiliana - Journal for Brazilian Studies*. As figuras referem-se, respectivamente, a uma página de miolo da revista *Caretta* (9 nov. 1918) e à primeira página da *Folha de S. Paulo* (26 abr. 2020), com destaque nosso para as fotos comparadas pela autora Ana Maria Mauad em seu artigo.

## ANEXO B – Saúde sem Fake News

The screenshot shows a web browser displaying the page 'antigo.saude.gov.br/fakenews/'. The page features a sidebar with navigation options like 'Dados e Indicadores da Saúde', 'Informes de Arboviroses', and 'Boletins epidemiológicos'. The main content area lists several news items:

- 17/07/20** 15h36: **Alimentação e fake News**. O Brasil, além de enfrentar a pandemia da Covid-19, enfrenta as notícias falsas. A saúde é um dos principais temas abordados pelas fake news, como alimentos que curam ou previnem o...
- 08/06/20** 17h45: **Declaração ministro Pazuello sobre atestados de óbitos - É FAKE NEWS!**. O Ministério da Saúde informa que a referida publicação trata-se de Fake News. O ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, não manifestou essa declaração e não possui contas...
- 29/05/20** 15h37: **Mensagem do Pazuello no Twitter sobre Polícia Federal - É FAKE NEWS!**

The browser's taskbar at the bottom shows the date as 12/04/2021 and the time as 08:57.

Reprodução da última postagem do canal "Saúde sem fake news". Não mais disponível para acesso.

## ANEXO C – Painel Coronavírus

The screenshot shows the 'Painel Coronavírus' dashboard from 'covid.saude.gov.br'. The dashboard is updated as of 18/01/2023 at 16:47. It displays the following statistics:

- Casos recuperados:** 35.626.058 (Em acompanhamento: 343.465)
- CASOS CONFIRMADOS:** 36.665.047 (Acumulado: 17447,3; Casos novos: 24.260; Incidência\*: 17447,3)
- ÓBITOS CONFIRMADOS:** 695.524 (Óbitos acumulados: 114; Casos novos: 331,0; Letalidade: 1,9%; Mortalidade\*: 331,0)

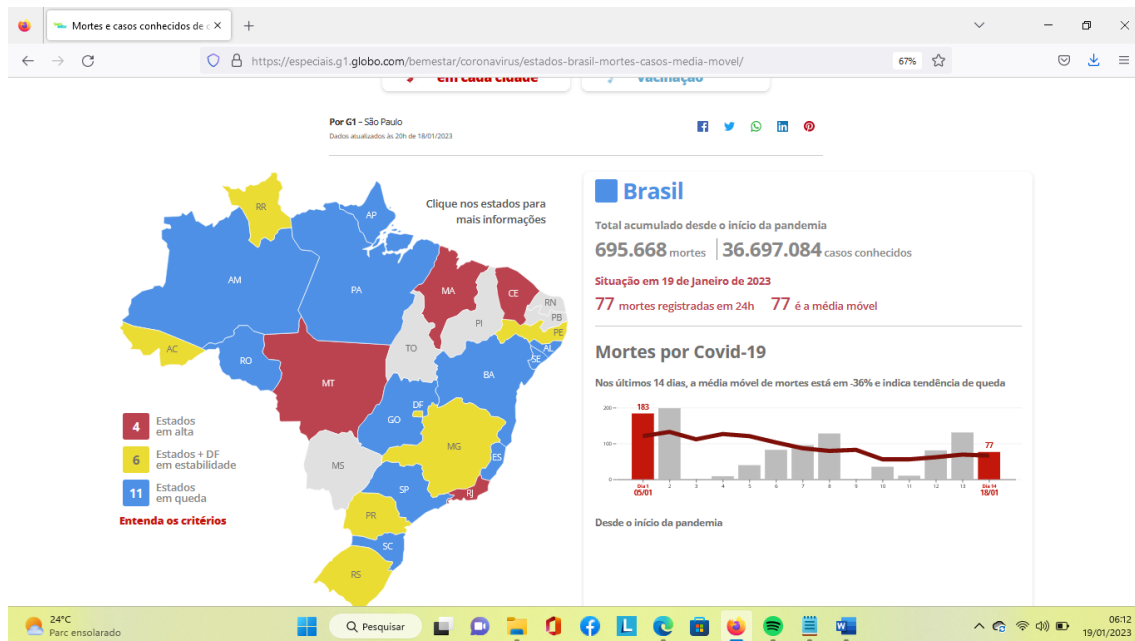
Below the statistics is a table for 'Síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade' by locality. The table shows data for Brazil:

Localidade	Casos	Óbitos	Incidência/100mil hab.	Mortalidade/100mil hab	Atualização
Brasil	36.665.047	695.524	17447,3	331,0	18/01/2023 16:47

The dashboard also includes a search bar for localities and a download button for 'Arquivo CSV'.

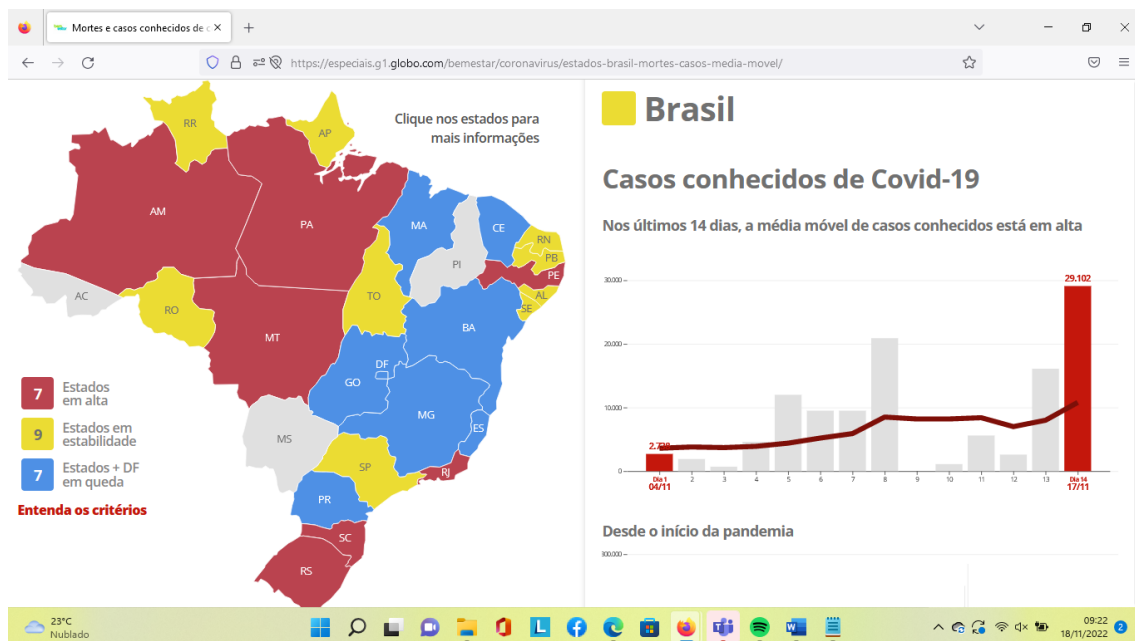
Reprodução do Painel Coronavírus, do Ministério da Saúde, relativos a 18 de janeiro de 2023, com acesso em 18 de janeiro de 2023 (às 16h57). O painel é atualizado diariamente.

## ANEXO D – Mortes e casos em painel do G1 (PARTE 1)



Reprodução de parte da página intitulada “Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados”, relativos a 18 de janeiro de 2023, com acesso em 19 de janeiro de 2023 (às 6h22). A página é atualizada diariamente.

## ANEXO E – Mortes e casos em painel do G1 (PARTE 2)



Reprodução de parte da página intitulada “Mortes e casos conhecidos de coronavírus no Brasil e nos estados”, relativos a 18 de janeiro de 2023, com acesso em 19 de janeiro de 2023 (às 6h22). A página é atualizada diariamente.

### ANEXO F – Matérias em hospital (1)



Reprodução de O Globo, ed. 25 abr. 2020, p.25

### ANEXO G – Matérias em hospital (2)



Reprodução de O Globo, ed. 19 abr. 2020, p.1. Em destaque, a chamada da matéria produzida no Hospital Copa Star